

## **5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO**

### **5.3.1 Metodologia aplicada**

A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da duplicação da BR 116/RS teve início com o levantamento de dados secundários sobre as áreas de influência, mais especificamente sobre os municípios da Área de Influência Direta, todos pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, a coleta de dados secundários teve como principal fonte de pesquisa as diversas instituições governamentais federais, estaduais e municipais, responsáveis pela geração de informações e de indicadores socioeconômicos. Foram consideradas somente as instituições que apresentassem critérios adequados de validade, cobertura e confiabilidade de informações para o levantamento dos dados secundários.

A organização da pesquisa de campo teve por base os dados secundários compilados e seu objetivo foi levantar informações mais específicas sobre comunidades seccionadas pela Rodovia. Para tanto, o trecho estudado foi percorrido com o intuito de mapear e observar os aspectos socioeconômicos das comunidades.

Ao todo, foram realizadas 50 entrevistas, além daquelas realizadas com as diversas instituições (organizações sociais, poder público municipal, entre outros). Além dos aspectos socioeconômicos também foram abordadas questões relativas às expectativas dos moradores em relação ao projeto de duplicação da BR 116/RS.

Para as informações referentes aos aspectos antropológicos foram realizadas pesquisas nas Universidades, na Fundação Palmares, no Conselho Missionário Indígena e na FUNAI. Também foram agendadas as visitas de campo com entidades, órgãos governamentais e lideranças locais.

Para arqueologia, o objetivo da pesquisa foi estabelecer o potencial ou as ocorrências de sítios arqueológicos, sejam pré-coloniais ou históricos, e ainda a existência de patrimônio histórico-cultural, especialmente aquele tombado, nos municípios impactados diretamente pelas obras de duplicação da Rodovia Federal BR 116, no trecho Guaíba/Pelotas.

Este trabalho foi realizado através de consulta ao banco de dados (CNSA), disponível na rede mundial de computadores (*internet*) e Arquivo Noronha Santos, ambos pertencentes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), consulta à lista de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), consulta a informações sobre municípios,

disponíveis em *folders* ou *sites* oficiais, pesquisa bibliografia, cartográfica e cadastral no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEPA/PUCRS) e no cadastro do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP/UNISINOS) publicado em Goldmeier e Schmitz (1983).

O trecho em estudo foi percorrido com a finalidade de identificar o patrimônio histórico cultural já tombado, ou de interesse histórico-cultural, assim como eventual localização de sítios arqueológicos em campo.

O mapa da área de influência do meio socioeconômico está apresentado no Caderno de Mapas.

### **5.3.2 Dinâmica populacional**

A presença predominante de população infantil e jovem numa determinada região, bem como de altas taxas de fecundidade, podem ser associadas a um contexto socioeconômico de extrema carência. No oposto dessa realidade, nos países onde há melhores condições de vida, ocorre maior proporção de adultos e idosos sobre o total da população.

No Brasil, até a década de 70, a população jovem era predominante, com a base da pirâmide etária mais larga. Muitos autores apontam que a transição demográfica ocorrida no país, onde a maioria da população não está representada pelos jovens, teve início na década de 80, o que representa um processo de inversão da pirâmide etária ou “envelhecimento da população”. O declínio das taxas de fecundidade é um dos elementos mais importantes no processo de transição demográfica. Essa transição, como todo o processo, ocorre de maneira desigual e repercute com diferentes intensidades no país.

A área de influência indireta do empreendimento compreende 6 microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul: São Jerônimo, Porto Alegre, Camaquã, Serras de Sudeste, Pelotas e Litoral Lagunar. De acordo com a última contagem populacional realizada pelo IBGE, em 2007, a população total destas microrregiões é de 4.78 milhões de habitantes, o que representa 45% da população do estado. Aproximadamente 87% do total da população das microrregiões estudadas concentram-se nas regiões de Porto Alegre e Pelotas, que se situam justamente nos dois extremos do trecho rodoviário a ser duplicado.

Entre 1991 e 2007, a população total das microrregiões analisadas aumentou 21%. Grande parte desse aumento deveu-se ao crescimento da microrregião de Porto Alegre (23,4%), embora todas as microrregiões em análise tenham registrado aumento

populacional acima dos 10 pontos percentuais. Na tabela abaixo é demonstrada a evolução da população residente nas seis microrregiões:

**Tabela 5.3-1 Evolução da população residente nas microrregiões**

Microrregião	Ano				Evolução (%)
	1991	1996	2000	2007	
São Jerônimo	119.269	123.123	131.844	138.184	15,8
Porto Alegre	2.954.130	3.165.857	3.425.044	3.646.763	23,4
Camaquã	113.671	115.872	123.400	126.324	11,1
Serras de Sudeste	103.473	108.367	114.979	115.503	11,6
Pelotas	428.788	448.374	473.386	493.931	15,2
Litoral Lagunar	228.955	235.077	248.811	255.717	11,7
<b>Total</b>	<b>3.950.277</b>	<b>4.198.666</b>	<b>4.519.464</b>	<b>4.778.429</b>	<b>21,0</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

As microrregiões de Porto Alegre e Pelotas apresentam os maiores índices de densidade populacional (651 e 48 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente). Camaquã, São Jerônimo e o Litoral Lagunar tem densidades populacionais entre 20 e 25 hab/km<sup>2</sup>, enquanto a microrregião Serras de Sudeste é a menos povoada, com apenas 8 hab/km<sup>2</sup>, de acordo com a contagem populacional de 2007. Na tabela abaixo é apresentada a evolução da densidade populacional nas seis microrregiões estudadas:

**Tabela 5.3-2 Densidade Populacional (hab/km<sup>2</sup>)**

Microrregião	Ano				Área (km <sup>2</sup> )
	1991	1996	2000	2007	
São Jerônimo	25	25	27	28	4.858,20
Porto Alegre	528	565	612	651	5.600,00
Camaquã	20	20	21	22	5.824,10
Serras de Sudeste	7	7	8	8	15.130,20
Pelotas	42	44	46	48	10.247,50
Litoral Lagunar	24	25	26	27	9.409,40
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>82</b>	<b>88</b>	<b>94</b>	<b>51.069,40</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

De acordo com a contagem populacional realizada pelo IBGE em 1991, a maioria da população dos municípios das microrregiões estudadas já habitava em zonas urbanas, com exceção da microrregião de Serras de Sudeste, na qual a população urbana, à época, totalizava pouco mais de 48% do total. No censo de 2000, esse percentual subiu para 53,77%. De modo geral, entre 1991 e 2000, foi verificado movimento de migração das populações para as zonas urbanas em todas as microrregiões

analisadas. O censo de 2000 também constatou que a microrregião com o maior percentual de habitantes residindo em zonas urbanas era a de Porto Alegre (96,51%).

**Tabela 5.3-3 População residente por situação de domicílio (hab)**

Microrregião	1991		1996		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>São Jerônimo</b>	87.071 73%	32.198 27%	94.734 76,94%	28.389 23,06%	102.469 77,72%	29.375 22,28%
<b>Porto Alegre</b>	2.860.738 96,84%	93.392 3,16%	3.014.872 95,23%	150.985 4,77%	3.305.540 95,51%	119.504 3,49%
<b>Camaquã</b>	60.868 53,55%	52.803 46,45%	65.881 56,86%	49.991 43,14%	78.179 63,35%	45.221 36,65%
<b>Serras de Sudeste</b>	49.786 48,11%	53.687 51,89%	58.172 53,68%	50.195 46,32%	61.829 53,77%	53.150 46,23%
<b>Pelotas</b>	329.504 76,85%	99.284 23,15%	354.418 79,05%	93.956 20,95%	382.655 80,83%	90.731 19,17%
<b>Litoral Lagunar</b>	204.431 89,29%	24.524 10,71%	214.926 91,43%	20.151 8,57%	229.313 92,16%	19.498 7,84%

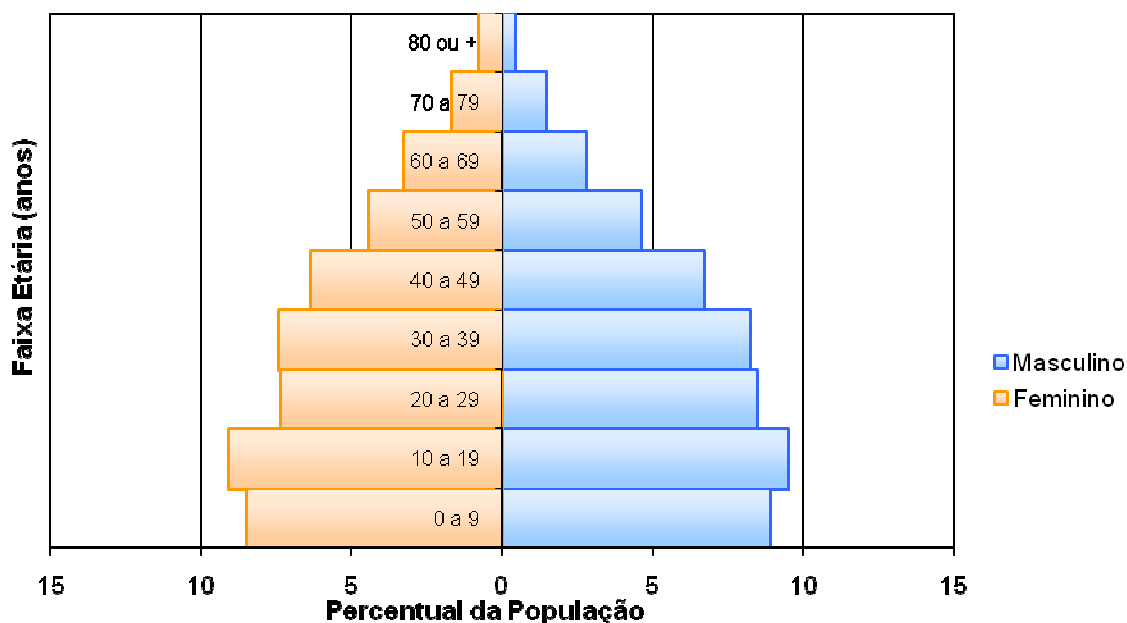
Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A seguir são apresentadas informações a respeito da distribuição da população por grupos de idade e sexo para as seis microrregiões em análise. Os resultados preliminares da contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007 não contém tabelas com os descritores adequados para o nível das microrregiões, motivo pelo qual os dados aqui apresentados referem-se ao censo demográfico de 2000.

**Tabela 5.3-4 População da microrregião de São Jerônimo, por grupo de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	22.940	17,39	11.743	8,90	11.197	8,49
<b>10 a 19</b>	24.501	18,58	12.512	9,49	11.989	9,09
<b>20 a 29</b>	20.871	15,82	11.205	8,50	9.666	7,33
<b>30 a 39</b>	20.650	15,66	10.866	8,24	9.784	7,42
<b>40 a 49</b>	17.189	13,03	8.811	6,68	8.378	6,35
<b>50 a 59</b>	11.943	9,06	6.086	4,61	5.857	4,44
<b>60 a 69</b>	8.004	6,07	3.683	2,79	4.321	3,28
<b>70 a 79</b>	4.163	3,16	1.947	1,48	2.216	1,68
<b>80 ou +</b>	1.627	1,23	600	0,45	1.027	0,78
<b>Total</b>	131.888	100,00	67.453	51,14	64.435	48,86

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população



Fonte: IBGE – censo demográfico 2000

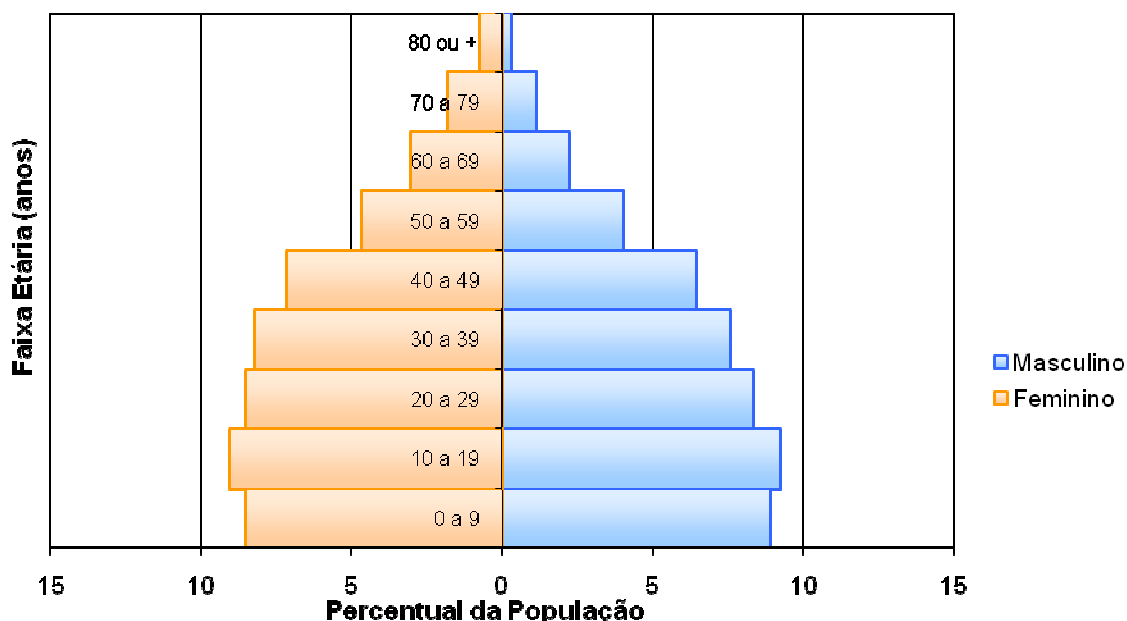
**Gráfico 5.3-1 Pirâmide etária da população da microrregião de São Jerônimo**

Assim como na microrregião de São Jerônimo, cerca de 44% da população da microrregião de Porto Alegre tem 24 anos ou menos. Também observa-se o estreitamento da base da pirâmide etária, indicativo de envelhecimento da população.

**Tabela 5.3-5 População da Microrregião de Porto Alegre, por grupo de idade e sexo (conforme dados do censo de 2000)**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	597.187	17,44	304.271	8,88	292.916	8,55
10 a 19	627.048	18,31	317.127	9,26	309.921	9,05
20 a 29	578.635	16,89	286.514	8,37	292.121	8,53
30 a 39	542.453	15,84	260.308	7,60	282.145	8,24
40 a 49	465.628	13,59	219.953	6,42	245.675	7,17
50 a 59	296.667	8,66	136.783	3,99	159.884	4,67
60 a 69	181.692	5,30	76.876	2,24	104.816	3,06
70 a 79	100.131	2,92	37.768	1,10	62.363	1,82
80 ou +	35.606	1,04	10.339	0,30	25.267	0,74
<b>Total</b>	<b>3.425.047</b>	<b>100,00</b>	<b>1.649.939</b>	<b>48,17</b>	<b>1.775.108</b>	<b>51,83</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população



Fonte: IBGE – censo demográfico 2000

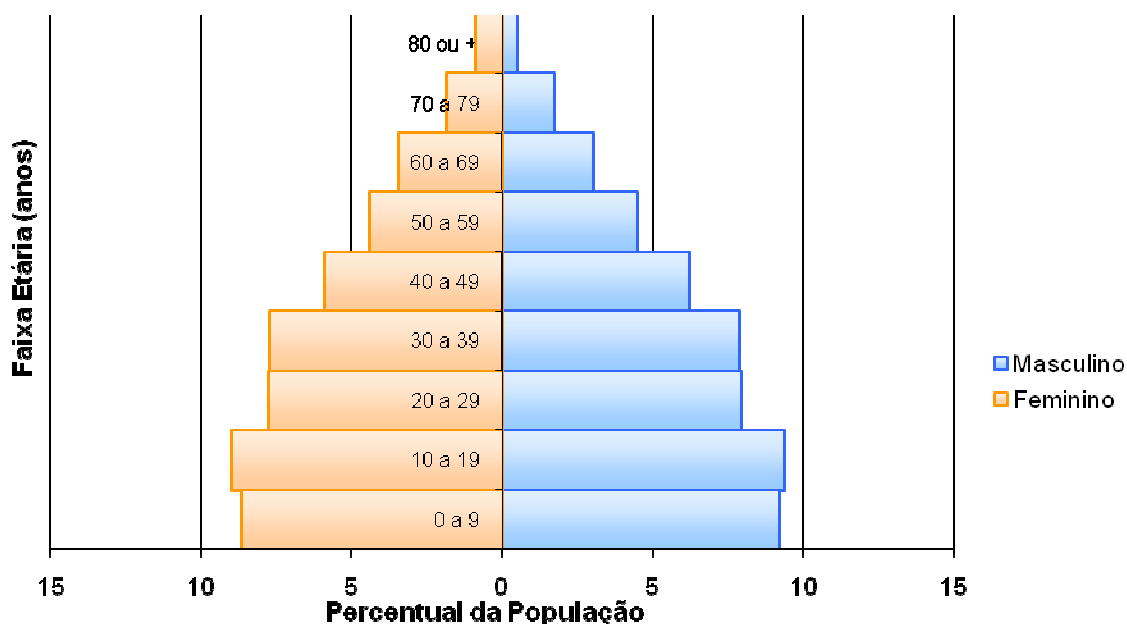
**Gráfico 5.3-2 Pirâmide etária da população da microrregião de Porto Alegre**

A população da microrregião de Camaquã, assim como as duas anteriores, também tende ao envelhecimento, como indica a pirâmide etária. Assim como verificado na microrregião de São Jerônimo, há uma descontinuidade no percentual da população entre 20 e 29 anos, em geral associado à migração de jovens em busca de oportunidades de trabalho e estudo em regiões economicamente mais desenvolvidas.

**Tabela 5.3-6 População da microrregião de Camaquã, por grupo de idade e sexo (conforme dados do censo de 2000)**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	22.057	17,87	11.355	9,20	10.702	8,67
10 a 19	22.667	18,37	11.583	9,39	11.084	8,98
20 a 29	19.374	15,70	9.798	7,94	9.576	7,76
30 a 39	19.261	15,61	9.747	7,90	9.514	7,71
40 a 49	14.985	12,14	7.697	6,24	7.288	5,91
50 a 59	10.957	8,88	5.510	4,47	5.447	4,41
60 a 69	7.961	6,45	3.737	3,03	4.224	3,42
70 a 79	4.418	3,58	2.129	1,73	2.289	1,85
80 ou +	1.719	1,39	613	0,50	1.106	0,90
<b>Total</b>	<b>123.399</b>	<b>100,00</b>	<b>62.169</b>	<b>50,38</b>	<b>61.230</b>	<b>49,62</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população



Fonte: IBGE – censo demográfico 2000

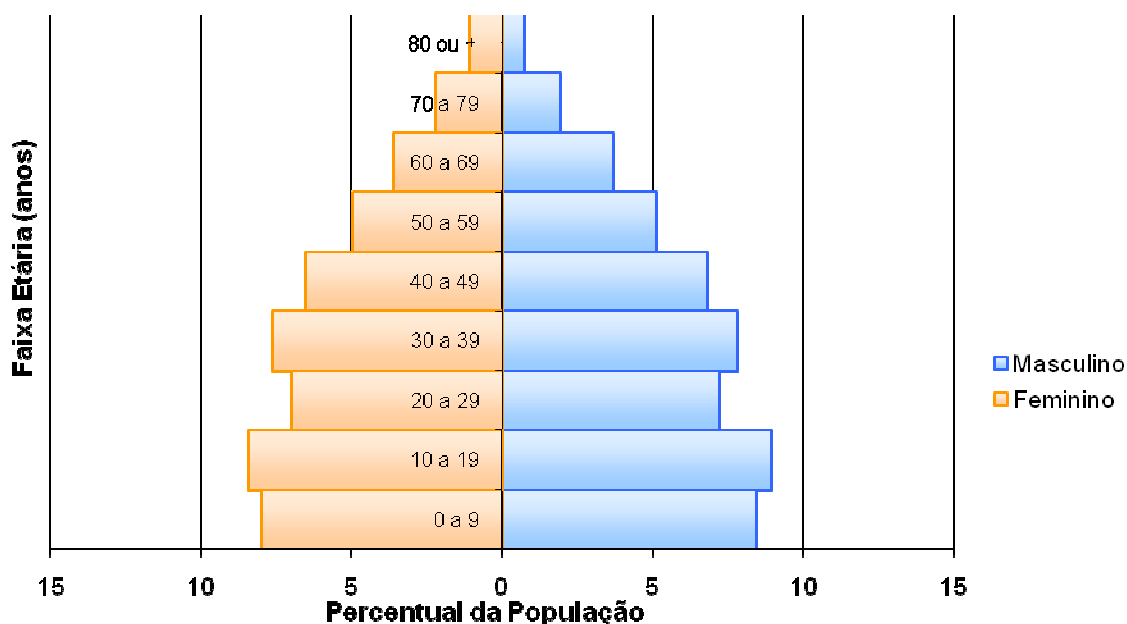
**Gráfico 5.3-3 Pirâmide etária da população da microrregião de Camaquã**

Serras de Sudeste é a microrregião na qual a discrepância do percentual da população entre 20 e 29 anos é mais evidente, como pode se verificar na pirâmide etária abaixo. O percentual de população jovem (até 24 anos) também é ligeiramente menor: 41% aproximadamente. Além disso, o estreitamento da base da pirâmide (faixa etária 0 a 9 anos) também é maior do que nas demais microrregiões estudadas.

**Tabela 5.3-7 População da microrregião de Serras de Sudeste, por grupo de idade e sexo. (conforme dados do censo de 2000)**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	18.880	16,42	9.701	8,44	9.179	7,98
10 a 19	19.926	17,33	10.278	8,94	9.648	8,39
20 a 29	16.368	14,24	8.303	7,22	8.065	7,01
30 a 39	17.752	15,44	8.948	7,78	8.804	7,66
40 a 49	15.328	13,33	7.828	6,81	7.500	6,52
50 a 59	11.553	10,05	5.863	5,10	5.690	4,95
60 a 69	8.330	7,24	4.199	3,65	4.131	3,59
70 a 79	4.733	4,12	2.221	1,93	2.512	2,18
80 ou +	2.110	1,84	834	0,73	1.276	1,11
<b>Total</b>	<b>114.980</b>	<b>100,00</b>	<b>58.175</b>	<b>50,60</b>	<b>56.805</b>	<b>49,40</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-4 Pirâmide etária da população da microrregião de Serras de Sudeste (conforme dados do censo de 2000)**

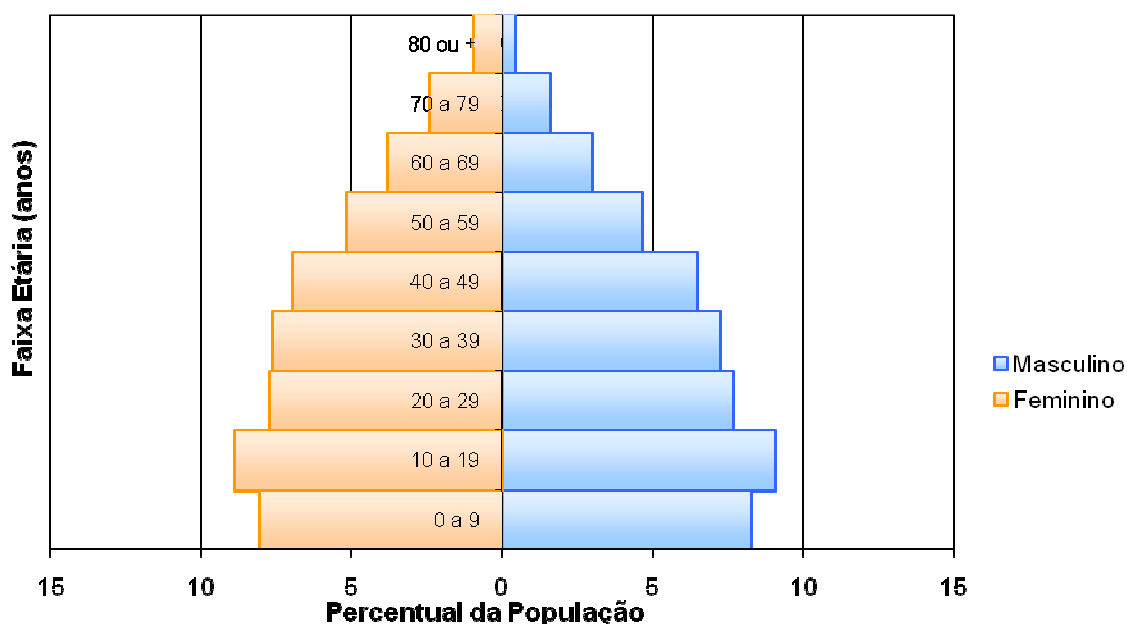
A população da microrregião de Pelotas ainda pode ser considerada majoritariamente jovem: 42% tem até 24 anos de idade. Assim como nas demais regiões, observa-se a tendência de envelhecimento, dada a menor proporção de pessoas entre 0 e 9 anos de idade. Embora Pelotas seja um dos pólos econômicos do estado, a pirâmide etária da sua população também revela descontinuidade entre os percentuais da faixa etária de 0 a 9 anos e 30 a 39 anos, podendo ser causada por emigração de jovens.

**Tabela 5.3-8 População da microrregião de Pelotas, por grupo de idade e sexo (conforme dados do censo de 2000)**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	77.220	16,31	39.127	8,27	38.093	8,05
10 a 19	84.958	17,95	42.984	9,08	41.974	8,87
20 a 29	72.775	15,37	36.237	7,65	36.538	7,72
30 a 39	70.515	14,90	34.312	7,25	36.203	7,65
40 a 49	63.608	13,44	30.602	6,46	33.006	6,97
50 a 59	46.446	9,81	21.954	4,64	24.492	5,17
60 a 69	32.066	6,77	14.109	2,98	17.957	3,79
70 a 79	19.056	4,03	7.577	1,60	11.479	2,42
80 ou +	6.742	1,42	2.129	0,45	4.613	0,97
<b>Total</b>	<b>473.386</b>	<b>100,00</b>	<b>229.031</b>	<b>48,38</b>	<b>244.355</b>	<b>51,62</b>

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população





Fonte: IBGE – censo demográfico

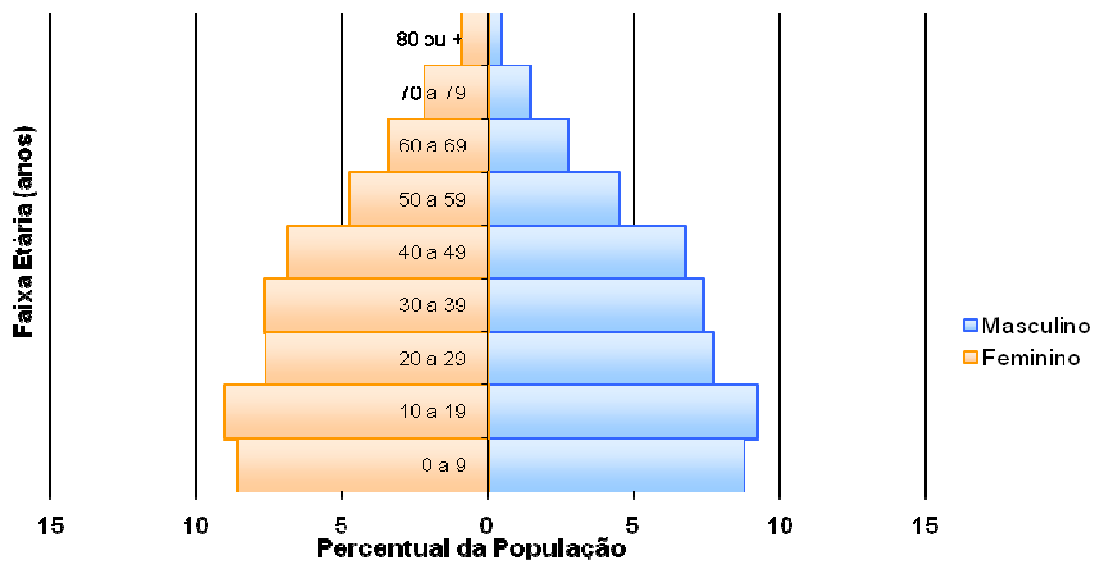
**Gráfico 5.3-5 Pirâmide etária da população da microrregião de Pelotas (conforme dados do censo de 2000)**

A distribuição da população da microrregião do Litoral Lagunar por grupos de idade se assemelha muito às demais microrregiões estudadas. Novamente observa-se o estreitamento da base da pirâmide etária e a descontinuidade proporcional da faixa etária 20 a 29 anos.

**Tabela 5.3-9 População da microrregião do Litoral Lagunar, por grupo de idade e sexo (conforme dados do censo de 2000)**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	43.105	17,32	21.799	8,76	21.306	8,56
10 a 19	45.469	18,27	23.008	9,25	22.461	9,03
20 a 29	38.218	15,36	19.300	7,76	18.918	7,60
30 a 39	37.511	15,08	18.361	7,38	19.150	7,70
40 a 49	34.032	13,68	16.884	6,79	17.148	6,89
50 a 59	22.848	9,18	11.160	4,49	11.688	4,70
60 a 69	15.235	6,12	6.793	2,73	8.442	3,39
70 a 79	8.948	3,60	3.605	1,45	5.343	2,15
80 ou +	3.445	1,38	1.137	0,46	2.308	0,93
<b>Total</b>	<b>248.811</b>	<b>100,00</b>	<b>122.047</b>	<b>49,05</b>	<b>126.764</b>	<b>50,95</b>

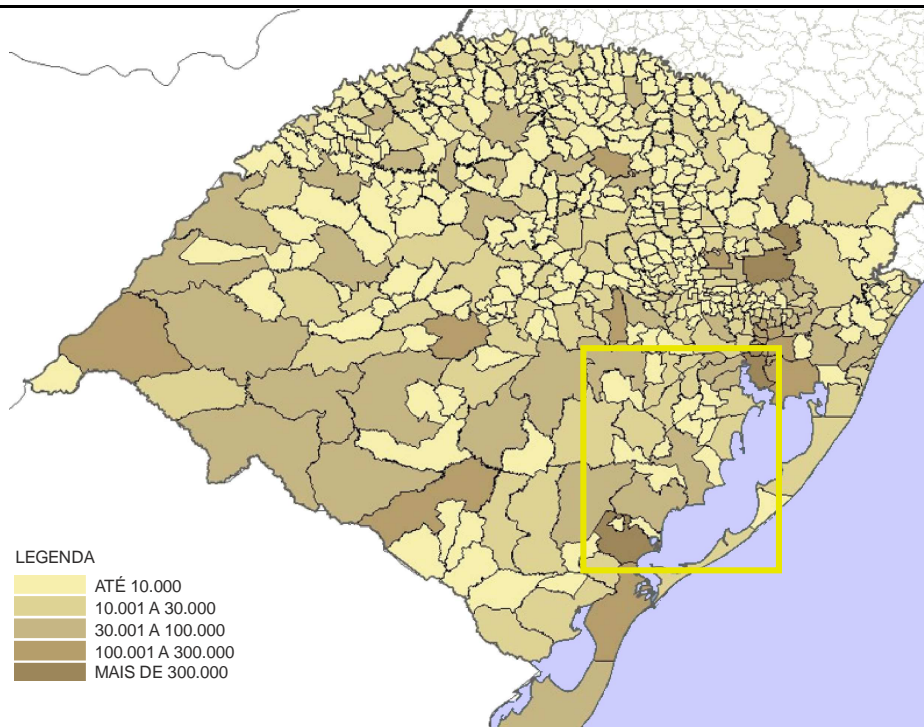
Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-6 Pirâmide etária da população da microrregião de Litoral Lagunar (conforme dados do censo de 2000)**

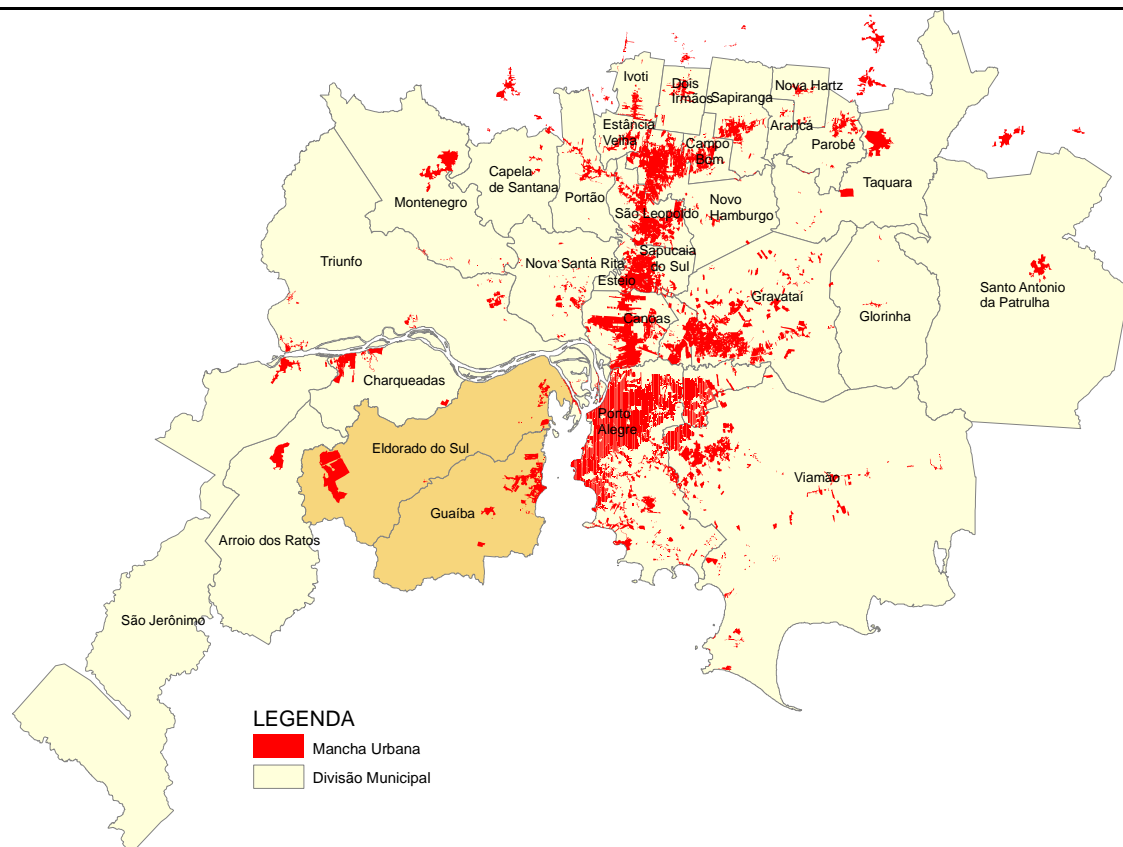
Os doze municípios da área de influência direta estão localizados a oeste da Lagoa dos Patos, entre o sudoeste da região metropolitana de Porto Alegre e o norte do Canal de São Gonçalo. A figura abaixo mostra as faixas de população dos municípios do Rio Grande do Sul, e a localização dos municípios da área de influência direta:



Fonte: IBGE, Contagem da População (2007)

**Figura 5.3-1 População dos municípios do Rio Grande do Sul**

Dois dos municípios da área de influência direta fazem parte da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Guaíba e Eldorado do Sul. A RMPA concentra aproximadamente 40% da população do estado em uma grande mancha de urbanização que se estende no sentido norte-sul, estando Guaíba e Eldorado do Sul situados na porção sudoeste.



Fonte: Adaptado de Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

**Figura 5.3-2 Manchas de urbanização da Região Metropolitana de Porto Alegre**

A seguir, estão apresentadas as informações demográficas dos municípios da Área de Influência Direta:

**- Eldorado do Sul**

A criação de Eldorado do Sul data de 1988, quando o município foi separado de Guaíba. Por este motivo, os dados censitários de Eldorado do Sul constam no IBGE a partir de 1991. De acordo com contagem da população realizada em 2007, Eldorado do Sul abrigava uma população de 31.316 habitantes. Desde 1991 houve um incremento populacional de 13.613 habitantes, representando um aumento de 76,90%. O crescimento da população neste município tende a continuar, já que a taxa de crescimento anual estimada atualmente é de 4,96%, uma das mais altas da Região Metropolitana de Porto Alegre. A tabela abaixo mostra a evolução da população do município entre 1991 e 2007:

**Tabela 5.3-10 População residente em Eldorado do Sul**

Ano	1991	1996	2000	2007
Habitantes	17.703	22.852	27.268	31.316

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A maioria da população de Eldorado do Sul já vivia em áreas consideradas urbanas em 1991. Apesar do grande incremento populacional observado nos últimos anos, a taxa da população que reside em áreas urbanas manteve-se estável, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-11 População residente em Eldorado do Sul, por situação de domicílio**

Ano	1991	1996	2000
Área Urbana	12.480 70,50%	16.120 70,54%	19.242 70,57%
Área Rural	5.223 29,50%	6.732 29,46%	8.026 29,43%

Fonte: IBGE – censo demográfico

A densidade populacional no município de Eldorado do Sul em 2000 era de 52,45 hab/km<sup>2</sup>. De acordo com a contagem populacional realizada em 2007, Eldorado do Sul contava com 60,28 hab/km<sup>2</sup>, taxa bem abaixo daquela apresentada por Porto Alegre, que foi de 2.867,14 hab/km<sup>2</sup>.

A distribuição da população do município por grupos de idade e sexo apresenta-se da seguinte forma:

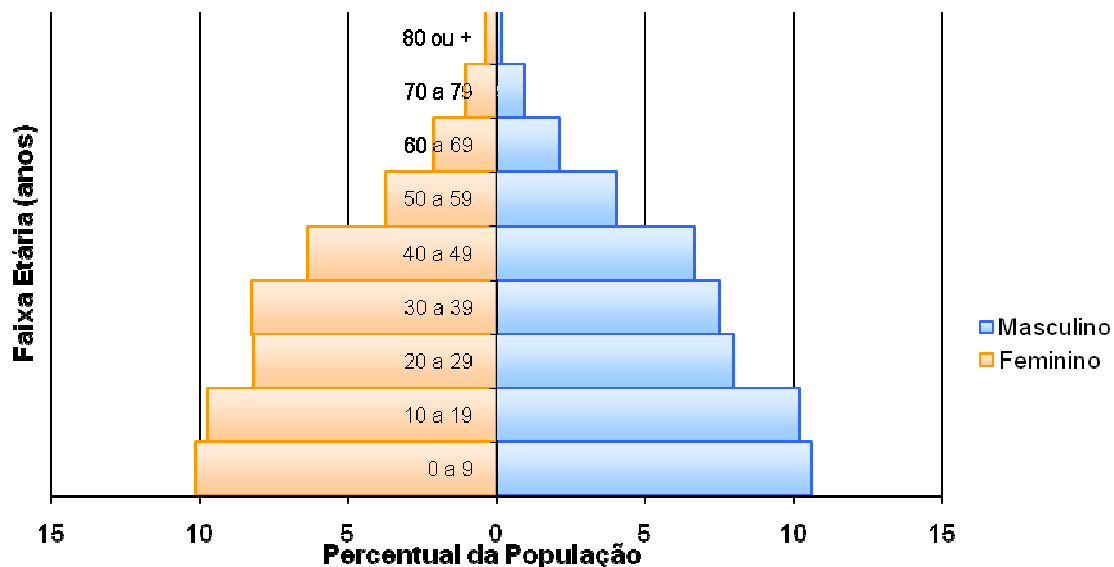
**Tabela 5.3-12 População residente em Eldorado do Sul, por grupo de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	5.665	20,77	2.894	10,61	2.771	10,16
10 a 19	5.428	19,91	2.782	10,20	2.646	9,70
20 a 29	4.406	16,16	2.178	7,99	2.228	8,17
30 a 39	4.286	15,72	2.042	7,49	2.244	8,23
40 a 49	3.543	12,99	1.816	6,66	1.727	6,33
50 a 59	2.115	7,76	1.098	4,03	1.017	3,73
60 a 69	1.149	4,21	574	2,10	575	2,11
70 a 79	536	1,97	254	0,93	282	1,03
80 ou +	141	0,52	50	0,18	91	0,33
<b>Total</b>	<b>27.269</b>	<b>100,00</b>	<b>13.688</b>	<b>50,20</b>	<b>13.581</b>	<b>49,80</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

Quase a metade da população (49,17%) de Eldorado do Sul tinha até 24 anos de idade, de acordo com o censo de 2000, o que configura uma população jovem. Como pode ser observado na figura abaixo, a base da pirâmide etária do município era mais larga, o que denota o crescimento populacional. No entanto, a tendência de

envelhecimento da população é observada nos demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre, de modo que dados de próximos censos devem configurar um estreitamento da base da pirâmide etária de Eldorado do Sul.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-7 Pirâmide etária da população de Eldorado do Sul (conforme dados do censo de 2000)**

**- Guaíba**

Dados do IBGE demonstram que no ano de 2007, a população total do Município de Guaíba chegou a 93.578 habitantes, sendo o 19º município mais populoso do Rio Grande do Sul. Assim como Eldorado do Sul e outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, Guaíba apresentou altas taxas de crescimento populacional nas três décadas anteriores ao censo de 2000, totalizando um aumento de 180,01%. No entanto, a contagem de 2007 do IBGE revelou uma diminuição populacional de 0,77%, o que demonstra a tendência à estabilização da população, identificada também pelo estreitamento da base da pirâmide etária. A tabela abaixo demonstra a evolução da população do município, entre 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-13 População residente em Guaíba**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	33.680	55.041	83.102	94.307	93.578

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 1970, 59,84% da população de Guaíba viviam em áreas urbanas. Com o crescimento populacional das três décadas anteriores ao censo de 2000 houve um expressivo aumento no número de habitantes de áreas urbanas e a diminuição da quantidade de pessoas que viviam em áreas rurais. Em 2000, o IBGE constatou que

apenas 2,49% da população viviam na zona rural do município. A tabela abaixo mostra a evolução das populações urbana e rural de Guaíba, entre 1970 e 2000:

**Tabela 5.3-14 População residente em Guaíba, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	20.153 59,84%	44.187 80,28%	73.778 88,78%	91.956 97,51%
<b>Área Rural</b>	13.527 40,16%	10.854 19,72%	9.324 11,22%	2.351 2,49%

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do último censo demográfico revelaram que a densidade demográfica do município em 2000 era de 250,11 hab/km<sup>2</sup>, figurando como o 19º município mais densamente povoado do estado. De acordo com a contagem de 2007, o IBGE calculou que Guaíba comportava 248,35 hab/km<sup>2</sup>, ficando abaixo da média da Região Metropolitana de Porto Alegre, mas bem acima da média estadual.

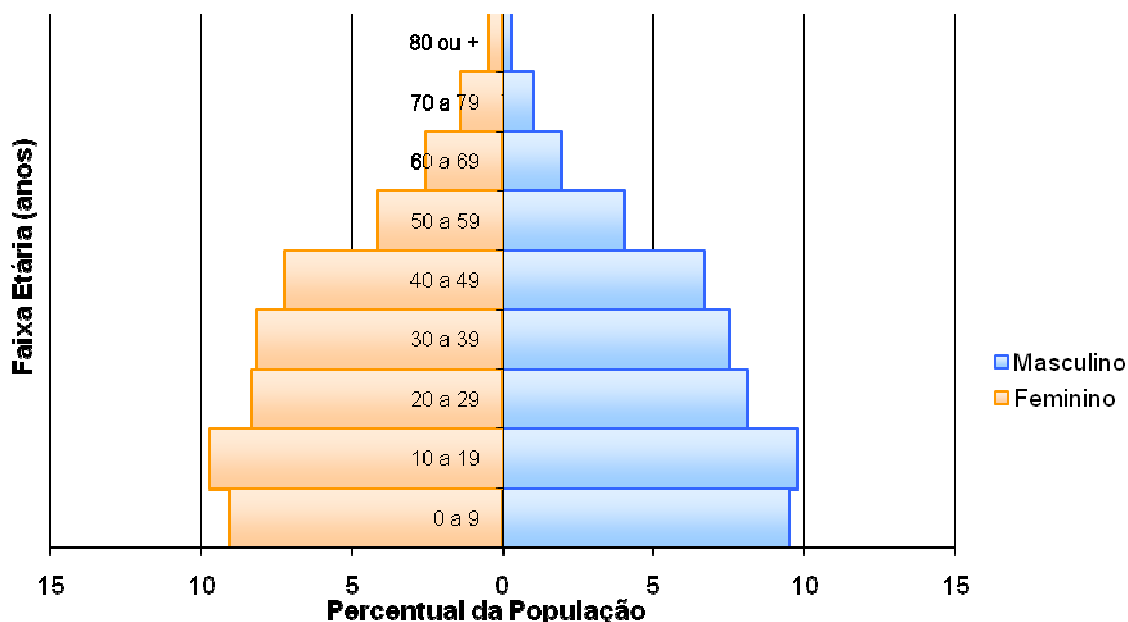
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Guaíba por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-15 População residente em Guaíba, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	17.527	18,58	8.969	9,51	8.558	9,07
<b>10 a 19</b>	18.400	19,51	9.212	9,77	9.188	9,74
<b>20 a 29</b>	15.495	16,43	7.652	8,11	7.843	8,32
<b>30 a 39</b>	14.787	15,68	7.086	7,51	7.701	8,17
<b>40 a 49</b>	13.079	13,87	6.273	6,65	6.806	7,22
<b>50 a 59</b>	7.734	8,20	3.804	4,03	3.930	4,17
<b>60 a 69</b>	4.269	4,53	1.844	1,96	2.425	2,57
<b>70 a 79</b>	2.281	2,42	964	1,02	1.317	1,40
<b>80 ou +</b>	736	0,78	272	0,29	464	0,49
<b>Total</b>	94.308	100,00	46.076	48,86	48.232	51,14

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2000 demonstraram que a população de Guaíba era predominantemente jovem: 46,74% dos habitantes tinham até 24 anos de idade. Entretanto, já era notada redução do percentual de habitantes entre 0 e 9 anos de idade e, comparando-se a taxa de crescimento do município com os demais da Região Metropolitana, a tendência de redução da base da pirâmide etária da população deve se manter.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-8 Pirâmide etária da população de Guaíba (conforme dados do censo de 2000)**

**- Barra do Ribeiro**

Segundo dados do IBGE, a população do município de Barra do Ribeiro era, em 2000, de 11.845 habitantes. A contagem realizada pelo IBGE em 2007 apontou uma população total de 11.478 habitantes, uma diminuição de 3,10%. Como observado nos demais municípios analisados, a população de Barra do Ribeiro tende a se estabilizar, o que é verificado pela redução da base da pirâmide etária da população. Abaixo é mostrada a evolução da população do município, entre 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-16 População residente em Barra do Ribeiro**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	9.382	10.491	11.775	11.845	11.478

Fonte: IBGE – censo demográfico

Aproximadamente metade (50,25%) da população de Barra do Ribeiro vivia em áreas rurais na década de 70. Entre 1970 e 2000 observa-se a tendência de redução gradativa da população residente na zona rural do município. Apesar desta tendência de urbanização, cerca de um quarto (24,54%) da população do município ainda vivia em áreas rurais no ano de 2000, como se pode observar na tabela abaixo.

**Tabela 5.3-17 População residente em Barra do Ribeiro, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	4.668 49,75%	6.076 57,92%	6.964 59,14%	8.938 75,46%
<b>Área Rural</b>	4.714 50,25%	4.415 42,08%	4.811 40,86%	2.907 24,54%

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo demográfico realizado em 2000, a densidade demográfica de Barra do Ribeiro era de 16,02 hab/km<sup>2</sup>, um índice bem abaixo da média estadual. A contagem populacional de 2007 aponta uma densidade ainda menor: 15,53 hab/km<sup>2</sup>.

A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Barra do Ribeiro por grupos de idade e sexo:

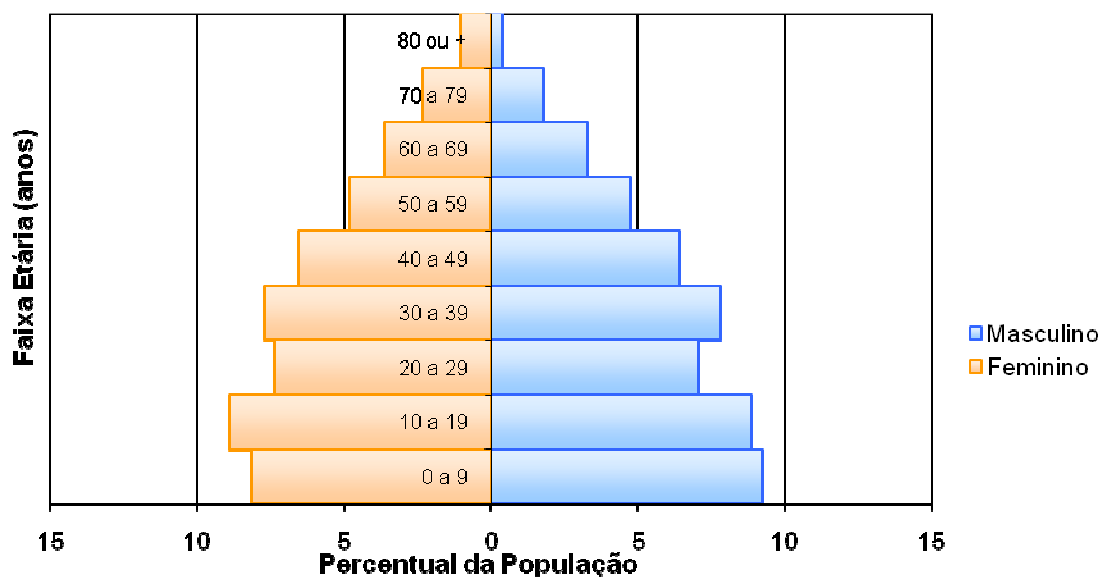
**Tabela 5.3-18 População residente em Barra do Ribeiro, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	2.061	17,40	1.094	9,23	967	8,16
<b>10 a 19</b>	2.102	17,74	1.049	8,85	1.053	8,89
<b>20 a 29</b>	1.707	14,41	835	7,05	872	7,36
<b>30 a 39</b>	1.840	15,53	926	7,82	914	7,71
<b>40 a 49</b>	1.535	12,96	758	6,40	777	6,56
<b>50 a 59</b>	1.133	9,56	562	4,74	571	4,82
<b>60 a 69</b>	816	6,89	385	3,25	431	3,64
<b>70 a 79</b>	483	4,08	210	1,77	273	2,30
<b>80 ou +</b>	171	1,44	46	0,39	125	1,06
<b>Total</b>	11.848	100,00	5.865	49,50	5.983	50,50

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 2000, Barra do Ribeiro apresentava uma população jovem, com 42,56% dos habitantes entre 0 e 24 anos de idade. Porém, assim como nos demais municípios analisados, já se observava em 2000 um princípio de processo de envelhecimento da população, demonstrado pela redução do percentual da população entre 0 e 9 anos de idade. Esse processo deve se acentuar, já que a taxa de crescimento do município vem se reduzindo. Abaixo é mostrada a pirâmide etária da população de Barra do Ribeiro:





Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-9 Pirâmide etária da população de Barra do Ribeiro (conforme dados do censo de 2000) - Mariana Pimentel**

O município de Mariana Pimentel foi fundado no ano de 1992, desmembrado dos municípios de Barra do Ribeiro e Guaíba. Por este motivo, os dados censitários do mesmo encontram-se disponíveis a partir do ano de 2000. A contagem da população realizada pelo IBGE em 2007 revelou que Mariana Pimentel abrigava uma população de 3.964 habitantes. O incremento populacional desde 2000 foi de 6,19% (231 habitantes). A tabela abaixo demonstra a evolução da população do município entre 2000 e 2007:

**Tabela 5.3-19 População residente em Mariana Pimentel**

Ano	2000	2007
Habitantes	3.733	3.964

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A grande maioria (83,42%) da população de Mariana Pimentel vivia em áreas rurais no ano de 2000. Apenas 16,58% dos moradores residiam em áreas consideradas urbanas, o que pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-20 População residente em Mariana Pimentel, por situação de domicílio**

Ano	2000
Área Urbana	619 16,58%
Área Rural	3.114 83,42%

Fonte: IBGE – censo demográfico

A densidade populacional no município de Mariana Pimentel em 2000 era de 11,44 hab/km<sup>2</sup>, muito abaixo da média estadual de 83,35 hab/km<sup>2</sup>. De acordo com a contagem populacional realizada em 2007, Mariana Pimentel contava com 12,15 hab/km<sup>2</sup>.

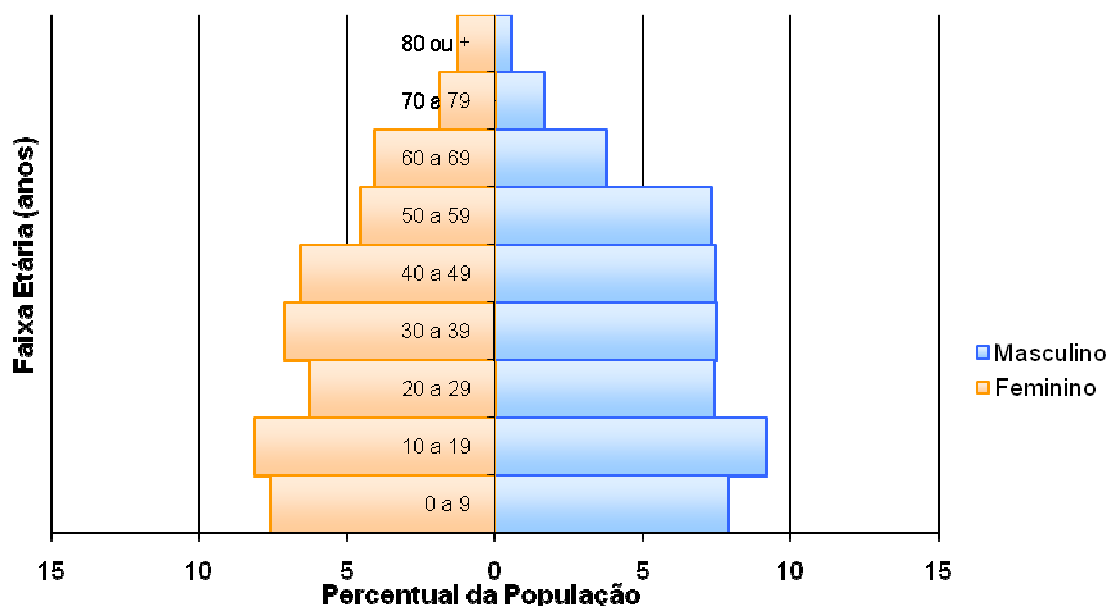
A distribuição da população do município por grupos de idade e sexo apresenta-se da seguinte forma:

**Tabela 5.3-21 População residente em Mariana Pimentel, por grupo de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	577	15,46	295	7,90	282	7,55
10 a 19	647	17,33	343	9,19	304	8,14
20 a 29	510	13,66	276	7,39	234	6,27
30 a 39	543	14,55	279	7,47	264	7,07
40 a 49	523	14,01	278	7,45	245	6,56
50 a 59	442	11,84	273	7,31	169	4,53
60 a 69	293	7,85	141	3,78	152	4,07
70 a 79	131	3,51	61	1,63	70	1,88
80 ou +	67	1,79	21	0,56	46	1,23
<b>Total</b>	3.733	100,00	1.967	52,69	1.766	47,31

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo de 2000, apenas 39,14% da população de Mariana Pimentel tinha até 24 anos de idade, o que denota uma população em processo acentuado de envelhecimento. Como pode ser observado na figura abaixo, a base da pirâmide etária do município é estreita, o que revela este processo de envelhecimento e estabilização populacional.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-10 Pirâmide etária da população de Mariana Pimentel (conforme dados do censo de 2000)**

### - Tapes

Dados do IBGE demonstram que no ano de 2007, a população total do município de Tapes era de 16.557 habitantes. Desde a década de 70 a população de Tapes teve uma diminuição de 65,35%, o que é devido, em parte, ao desmembramento de quatro municípios durante as últimas décadas: Barra do Ribeiro, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul e Sertão Santana. A tabela abaixo demonstra a evolução da população do município, entre 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-22 População residente em Tapes**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	25.334	23.729	19.762	16.291	16.557

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 1970, 73,36% da população de Tapes viviam em áreas rurais. Nas últimas três décadas a proporção de habitantes domiciliados em áreas urbanas aumentou progressivamente. O IBGE constatou que em 2000, 85,18% da população de Tapes residiam em áreas urbanas. A tabela abaixo mostra a evolução das populações urbana e rural de Tapes, entre 1970 e 2000:

**Tabela 5.3-23 População residente em Tapes, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	6.749 26,64%	8.868 37,37%	11.821 59,82%	13.876 85,18%
<b>Área Rural</b>	18.585 73,36%	14.861 62,63%	7.941 40,18%	2.415 14,82%

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do último censo demográfico revelaram que a densidade demográfica do município em 2000 era de 20,25 hab/km<sup>2</sup>, bem abaixo da média estadual. De acordo com a contagem de 2007 do IBGE, o aumento da densidade populacional de Tapes foi pouco significativo, totalizando 20,58 hab/km<sup>2</sup>.

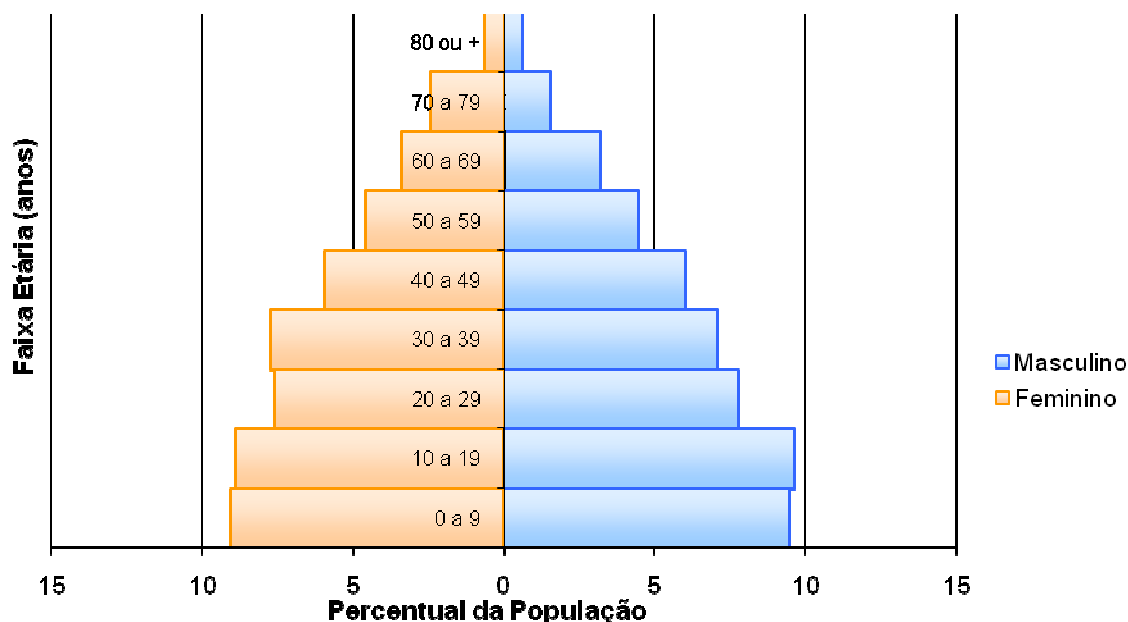
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Tapes por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-24 População residente em Tapes, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	3.016	18,51	1.543	9,47	1.473	9,04
<b>10 a 19</b>	3.017	18,52	1.568	9,62	1.449	8,89
<b>20 a 29</b>	2.503	15,36	1.260	7,73	1.243	7,63
<b>30 a 39</b>	2.415	14,82	1.151	7,07	1.264	7,76
<b>40 a 49</b>	1.946	11,95	977	6,00	969	5,95
<b>50 a 59</b>	1.475	9,05	726	4,46	749	4,60
<b>60 a 69</b>	1.072	6,58	515	3,16	557	3,42
<b>70 a 79</b>	645	3,96	248	1,52	397	2,44
<b>80 ou +</b>	202	1,24	93	0,57	109	0,67
<b>Total</b>	16.291	100,00	8.081	49,60	8.210	50,40

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2000 demonstraram que a população de Tapes era predominantemente jovem: 45,07% dos habitantes tinham até 24 anos de idade. Entretanto, já era notada uma pequena redução do percentual de habitantes entre 0 e 9 anos de idade e a tendência de redução da base da pirâmide etária da população deve se manter nos próximos censos.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-11 Pirâmide etária da população de Tapes (conforme dados do censo de 2000)**

**- Sentinela do Sul**

O município de Sentinela do Sul foi criado em 1992, a partir do desmembramento dos municípios de Tapes e Cerro Grande do Sul, motivo pelo qual estão disponíveis dados censitários a partir do ano de 2000. Segundo dados do IBGE, a população do município de Sentinela do Sul era, em 2000, de 4.892 habitantes. A contagem realizada pelo IBGE em 2007 apontou uma população total de 5.290 habitantes, representando um aumento populacional de 8,15%. Abaixo são informados os dados populacionais do município nos anos de 2000 e 2007:

**Tabela 5.3-25 População residente em Sentinela do Sul**

Ano	2000	2007
Habitantes	4.892	5.290

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo do IBGE de 2000, a população de Sentinela do Sul era predominantemente rural: apenas 24,18% dos habitantes viviam em áreas urbanas. A proporção entre a população residente em áreas urbanas e rurais pode ser observada na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-26 População residente em Sentinela do Sul, por situação de domicílio**

Ano	2000
Área Urbana	1.183 24,18%
Área Rural	3.709 75,82%

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo demográfico realizado em 2000, a densidade demográfica de Sentinela do Sul era de 17,31 hab/km<sup>2</sup>, um índice bem abaixo da média estadual. A contagem populacional de 2007 aponta um pequeno aumento da densidade: 18,75 hab/km<sup>2</sup>.

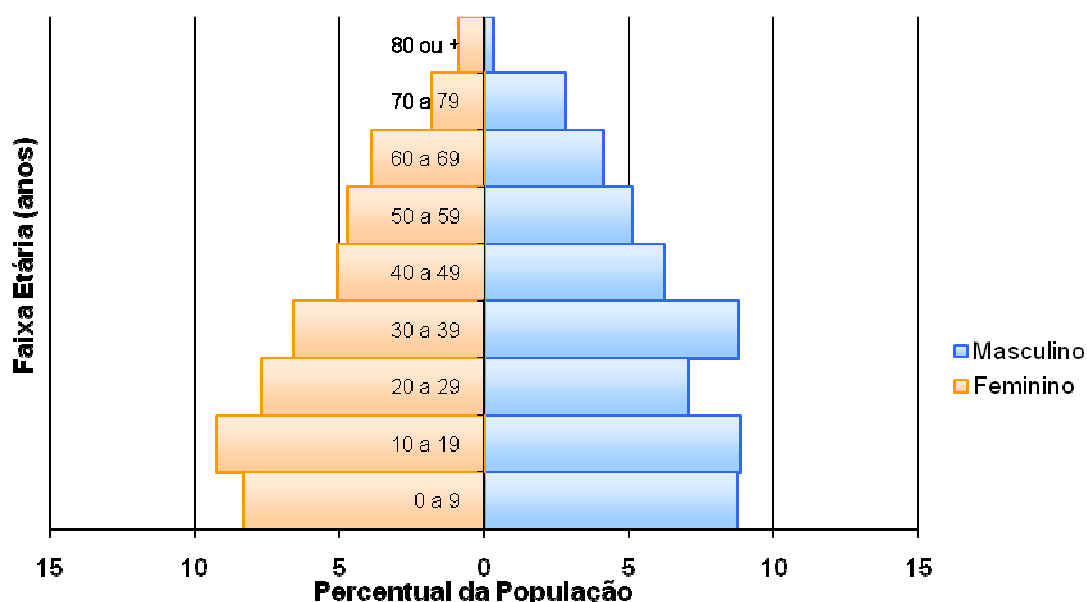
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Sentinela do Sul por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-27 População residente em Sentinela do Sul, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	833	17,02	428	8,75	405	8,28
10 a 19	885	18,09	434	8,87	451	9,22
20 a 29	719	14,69	344	7,03	375	7,66
30 a 39	751	15,35	429	8,77	322	6,58
40 a 49	552	11,28	303	6,19	249	5,09
50 a 59	479	9,79	249	5,09	230	4,70
60 a 69	390	7,97	201	4,11	189	3,86
70 a 79	226	4,62	137	2,80	89	1,82
80 ou +	58	1,19	16	0,33	42	0,86
<b>Total</b>	4.893	100,00	2.541	51,93	2.352	48,07

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 2000, Sentinela do Sul apresentava uma população razoavelmente jovem, com 41,86% dos habitantes entre 0 e 24 anos de idade. Porém, assim como na maior parte dos municípios analisados, já se observava no censo de 2000 um princípio do processo de envelhecimento da população, demonstrado pela redução do percentual da população entre 0 e 9 anos de idade. Esse processo deve se acentuar nos próximos anos. Abaixo é mostrada a pirâmide etária da população de Sentinela do Sul:



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-12 Pirâmide etária da população de Sentinela do Sul (conforme dados do censo de 2000)**

### - Camaquã

De acordo com contagem da população realizada pelo IBGE em 2007, o município de Camaquã abrigava uma população de 60.563 habitantes. Desde 1970 houve um incremento populacional de 3.275 habitantes, representando um aumento de 5,72%. A diminuição populacional na década de 90, observada na tabela, e o pequeno aumento populacional das últimas três décadas deve-se ao desmembramento de novos municípios a partir de Camaquã nas décadas de 80 e 90: Arambaré, Chuvisca, Cristal e Dom Feliciano. A tabela abaixo mostra a evolução da população do município entre 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-28 População residente em Camaquã**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	57.288	57.353	61.704	60.383	60.563

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A maioria da população de Camaquã vivia em áreas consideradas rurais em 1970. Nas últimas três décadas houve um progressivo aumento da população residente em áreas urbanas, que no ano de 2000 chegou a 77,95% do total, o que pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-29 População residente em Camaquã, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	23.819 41,58%	32.921 57,40%	39.753 64,43%	47.069 77,95%
<b>Área Rural</b>	33.469 58,42%	24.432 42,60%	21.951 35,57%	13.314 22,05%

Fonte: IBGE – censo demográfico

A densidade populacional no município de Camaquã em 2000 era de 35,90 hab/km<sup>2</sup>, valor bem abaixo da média estadual de 83,35 hab/km<sup>2</sup>. Em 2007, a contagem populacional do IBGE demonstrou que a densidade populacional havia sofrido pequena variação: 36,02 habitantes por quilômetro quadrado.

A distribuição da população do município por grupos de idade e sexo apresenta-se da seguinte forma:

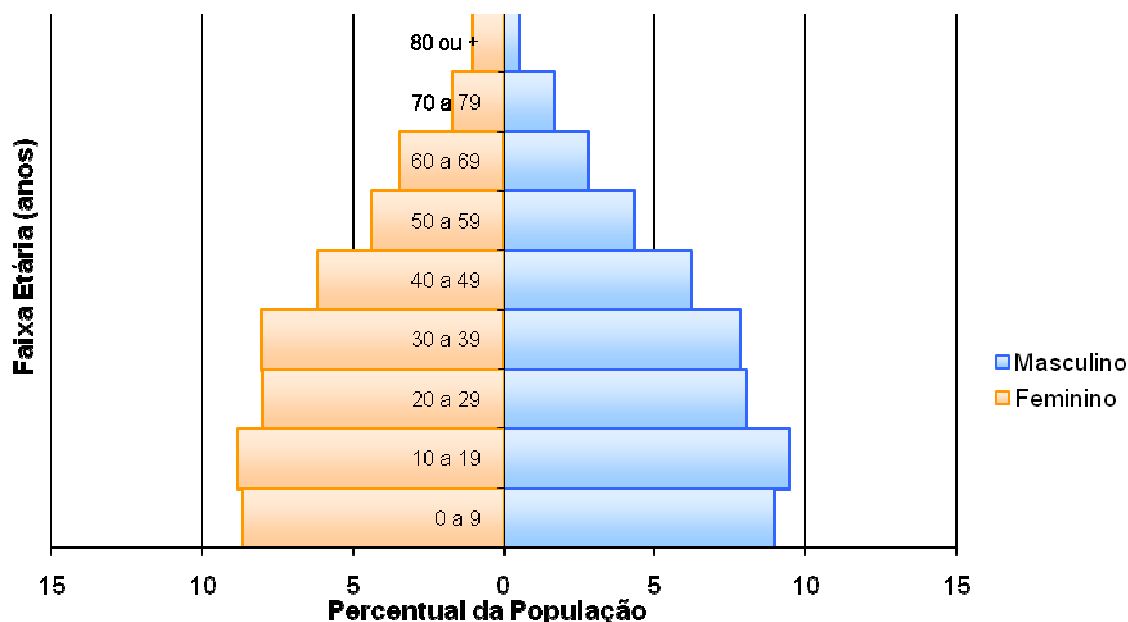
**Tabela 5.3-30 População residente em Camaquã, por grupo de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	10.638	17,62	5.406	8,95	5.232	8,66
<b>10 a 19</b>	11.063	18,32	5.710	9,46	5.353	8,87
<b>20 a 29</b>	9.670	16,01	4.845	8,02	4.825	7,99
<b>30 a 39</b>	9.567	15,84	4.723	7,82	4.844	8,02
<b>40 a 49</b>	7.478	12,38	3.742	6,20	3.736	6,19
<b>50 a 59</b>	5.269	8,73	2.610	4,32	2.659	4,40
<b>60 a 69</b>	3.759	6,23	1.683	2,79	2.076	3,44
<b>70 a 79</b>	2.030	3,36	992	1,64	1.038	1,72
<b>80 ou +</b>	909	1,51	288	0,48	621	1,03
<b>Total</b>	60.383	100,00	29.999	49,68	30.384	50,32

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo de 2000, 44,27% da população de Camaquã tinha até 24 anos de idade, o que configura uma população jovem. No entanto, a base da pirâmide etária do município apresentou uma redução na ocasião do censo, o que denota a tendência à estabilização e ao envelhecimento populacional, como pode ser observado no gráfico abaixo:





Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-13 Pirâmide etária da população de Camaquã (conforme dados do censo de 2000)**  
**- Arambaré**

O município de Arambaré foi criado no ano de 1992, a partir do município de Camaquã, estando disponíveis, portanto, dados estatísticos referentes ao mesmo a partir do ano de 2000. Segundo o IBGE, no ano de 2007 a população total do município era de 3.825 habitantes. No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, a população de Arambaré sofreu uma diminuição de 2,35%, o que significa 92 habitantes a menos.

**Tabela 5.3-31 População residente em Arambaré**

Ano	2000	2007
Habitantes	3.917	3.825

Fonte: IBGE – censo demográfico

Foi constatado pelo censo de 2000 do IBGE que 70,39% da população de Arambaré residiam em áreas urbanas. A tabela abaixo mostra a proporção entre as populações urbana e rural de Arambaré, no ano de 2000:

**Tabela 5.3-32 População residente em Arambaré, por situação de domicílio**

Ano	2000
Área Urbana	2.757 70,39%
Área Rural	1.160 29,61%

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do último censo demográfico revelaram que a densidade demográfica do município em 2000 era de 7,57 hab/km<sup>2</sup>, figurando entre os 50 menos povoados do Rio Grande do Sul. De acordo com a contagem de 2007 do IBGE, a densidade populacional de Arambaré diminuiu ainda mais, totalizando 7,40 hab/km<sup>2</sup> neste ano.

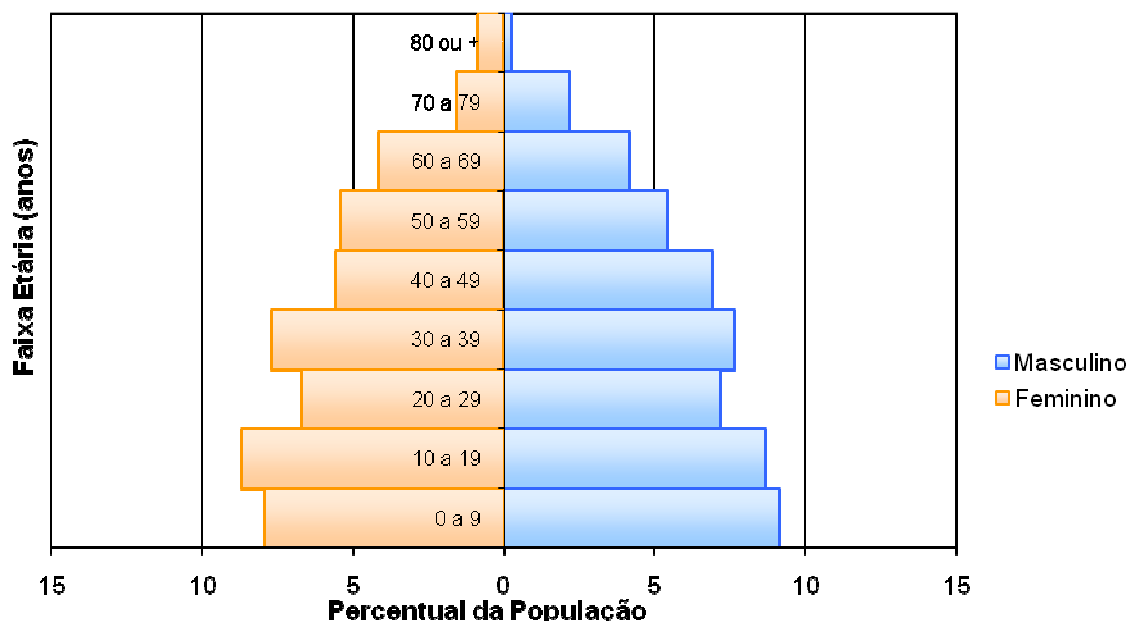
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Arambaré por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-33 População residente em Arambaré, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	668	17,05	357	9,11	311	7,94
10 a 19	680	17,36	339	8,65	341	8,70
20 a 29	543	13,86	280	7,15	263	6,71
30 a 39	601	15,34	299	7,63	302	7,71
40 a 49	489	12,48	271	6,92	218	5,56
50 a 59	423	10,80	212	5,41	211	5,39
60 a 69	325	8,30	162	4,13	163	4,16
70 a 79	146	3,73	84	2,14	62	1,58
80 ou +	43	1,10	10	0,26	33	0,84
<b>Total</b>	3.918	100,00	2.014	51,40	1.904	48,60

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2000 demonstraram que a população de Arambaré era relativamente jovem: 41,32% dos habitantes tinham até 24 anos de idade. Entretanto, já era notada uma pequena redução do percentual de habitantes entre 0 e 9 anos de idade e a tendência de redução da base da pirâmide etária da população deve se manter nos próximos censos.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-14 Pirâmide etária da população de Arambaré (conforme dados do censo de 2000)**

**- Cristal**

O município de Cristal foi criado em 1988, a partir do desmembramento dos municípios de Camaquã, São Lourenço e Canguçu. Desse modo, estão disponíveis dados censitários relativos ao município a partir do ano de 1991. Segundo a última contagem do IBGE, em 2007 a população de Cristal era de 7.026 habitantes. Desde 1991 houve um aumento populacional de 15,65%, como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-34 População residente em Cristal**

Ano	1991	2000	2007
Habitantes	6.075	6.632	7.026

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo do IBGE de 1991, a maior parte da população de Cristal vivia em áreas rurais. Na década de 90 houve um aumento da população residente em áreas urbanas: 60,52% dos habitantes de Cristal residiam em áreas urbanizadas em 2000. Esta evolução pode ser observada na tabela abaixo.

**Tabela 5.3-35 População residente em Cristal, por situação de domicílio**

Ano	1991	2000
Área Urbana	2.647 43,57%	4.014 60,52%
Área Rural	3.428 56,43%	2.618 39,48%

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo demográfico realizado em 2000, a densidade demográfica de Cristal era de 9,73 hab/km<sup>2</sup>, ficando entre os 60 municípios menos densos do estado. A contagem populacional de 2007 aponta um pequeno aumento para 10,31 hab/km<sup>2</sup>.

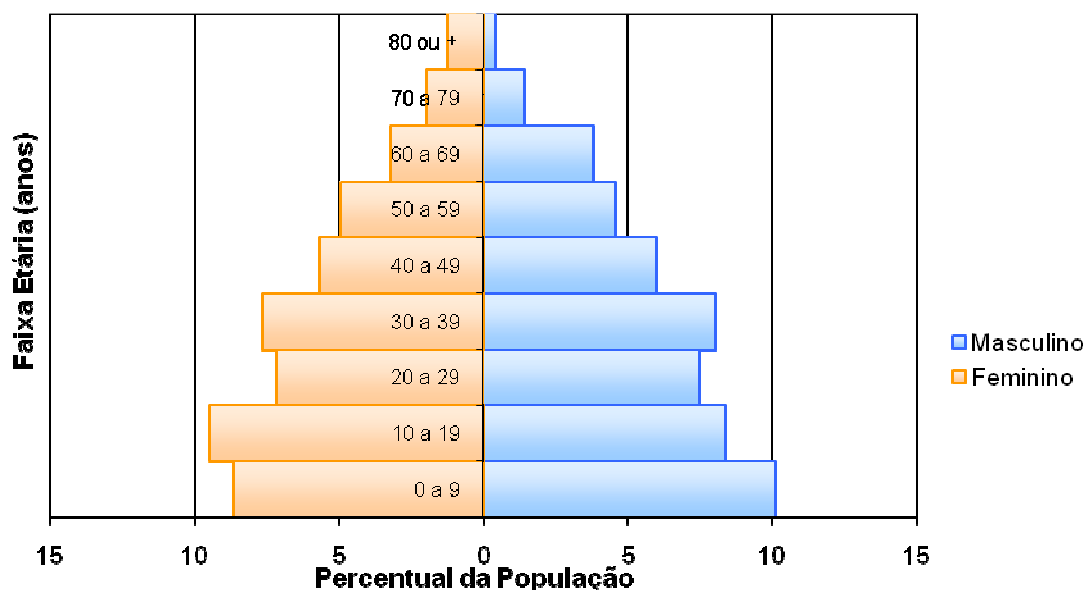
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Cristal por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-36 População residente em Cristal, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	1.244	18,76	671	10,12	573	8,64
10 a 19	1.183	17,84	554	8,35	629	9,48
20 a 29	969	14,61	496	7,48	473	7,13
30 a 39	1.036	15,62	532	8,02	504	7,60
40 a 49	775	11,69	398	6,00	377	5,68
50 a 59	629	9,48	302	4,55	327	4,93
60 a 69	464	7,00	252	3,80	212	3,20
70 a 79	223	3,36	93	1,40	130	1,96
80 ou +	109	1,64	26	0,39	83	1,25
<b>Total</b>	<b>6.632</b>	<b>100,00</b>	<b>3.324</b>	<b>50,12</b>	<b>3.308</b>	<b>49,88</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 2000, Cristal apresentava uma população razoavelmente jovem, com 43,97% dos habitantes entre 0 e 24 anos de idade. O percentual da população entre 0 e 9 anos de idade é o mais expressivo, o que indica crescimento populacional. Abaixo é mostrada a pirâmide etária da população de Cristal:



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-15 Pirâmide etária da população de Cristal (conforme dados do censo de 2000)**

#### - São Lourenço do Sul

A contagem da população realizada pelo IBGE em 2007 revelou que São Lourenço do Sul abrigava uma população de 42.339 habitantes. Desde o ano de 1970, o aumento populacional em São Lourenço do Sul foi de 6,15%. Na década de 90, o desmembramento do município de Turuçu contribuiu para o pequeno aumento populacional de São Lourenço do Sul. A tabela abaixo demonstra a evolução da população do município entre 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-37 População residente em São Lourenço do Sul**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	39.886	41.597	41.420	43.691	42.339

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A grande maioria da população de São Lourenço do Sul (75,20%) vivia em áreas consideradas rurais em 1970. Nas últimas três décadas houve um progressivo aumento da população residente em áreas urbanas. No ano 2000, 53,70% dos habitantes do município já residiam em áreas urbanas. A tabela abaixo demonstra a evolução da população residente por situação de domicílio entre os anos de 1970 e 2000:

**Tabela 5.3-38 População residente em São Lourenço do Sul, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	9.892 24,80%	14.041 33,75%	18.918 45,67%	23.463 53,70%
<b>Área Rural</b>	29.994 75,20%	27.556 66,25%	22.228 54,33%	20.228 46,30%

Fonte: IBGE – censo demográfico

A densidade populacional no município de São Lourenço do Sul em 2000 era de 21,56 hab/km<sup>2</sup>, número que fica abaixo da média estadual. Em 2007, a densidade populacional do município foi calculada em 20,89 hab/km<sup>2</sup>.

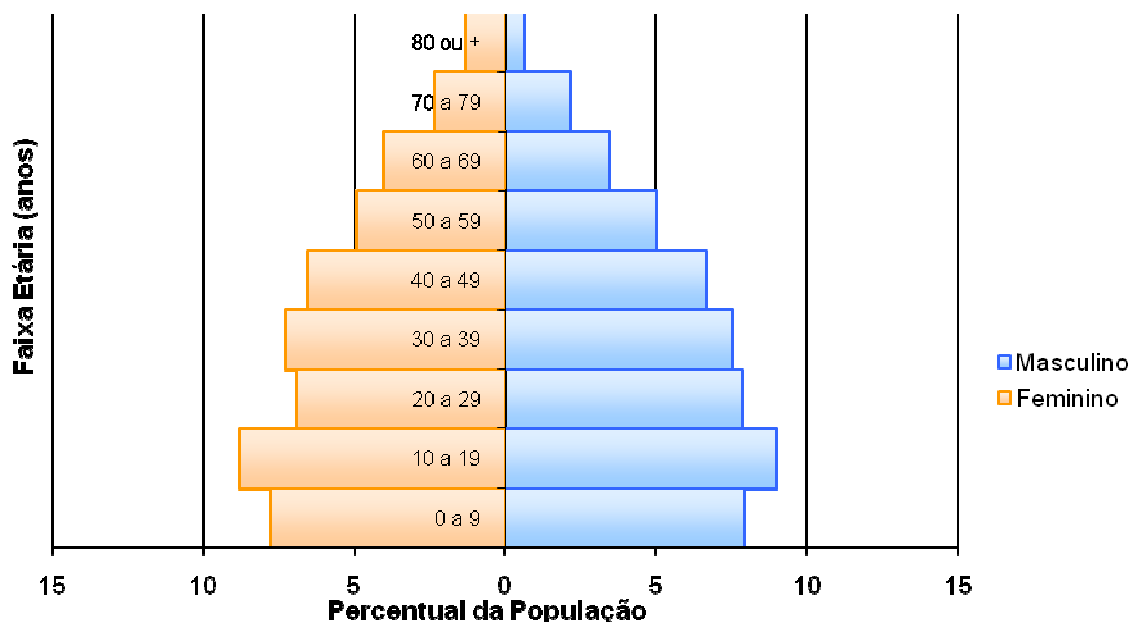
A distribuição da população do município por grupos de idade e sexo apresenta-se da seguinte forma:

**Tabela 5.3-39 População residente em São Lourenço do Sul, por grupo de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	6.860	15,70	3.465	7,93	3.395	7,77
<b>10 a 19</b>	7.759	17,76	3.922	8,98	3.837	8,78
<b>20 a 29</b>	6.441	14,74	3.430	7,85	3.011	6,89
<b>30 a 39</b>	6.454	14,77	3.286	7,52	3.168	7,25
<b>40 a 49</b>	5.761	13,19	2.916	6,67	2.845	6,51
<b>50 a 59</b>	4.344	9,94	2.190	5,01	2.154	4,93
<b>60 a 69</b>	3.258	7,46	1.496	3,42	1.762	4,03
<b>70 a 79</b>	1.953	4,47	936	2,14	1.017	2,33
<b>80 ou +</b>	861	1,97	279	0,64	582	1,33
<b>Total</b>	43.691	100,00	21.920	50,17	21.771	49,83

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo de 2000, 41,44% da população de São Lourenço do Sul tinha até 24 anos de idade, o que denota uma população relativamente jovem. No entanto, a pirâmide etária do município para o ano de 2000 revela uma diminuição expressiva de sua base, e conseqüentemente a tendência de estabilização e envelhecimento populacional para os próximos anos.



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-16 Pirâmide etária da população de São Lourenço do Sul (conforme dados do censo de 2000)**

#### - Turuçu

A criação do município de Turuçu data do ano de 1995, quando o mesmo foi desmembrado dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. São aqui considerados, portanto, dados a partir do ano de 2000. Segundo o IBGE, no ano de 2007, a população do município de Turuçu era de 3.829 habitantes. Entre os anos de 2000 e 2007 ocorreu um aumento populacional de 3,21%, como é demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-40 População residente em Turuçu**

Ano	2000	2007
Habitantes	3.710	3.829

Fonte: IBGE – censo demográfico

Segundo o censo de 2000 do IBGE, 55,85% da população de Turuçu viviam em áreas urbanas, conforme descrito na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-41 População residente em Turuçu, por situação de domicílio**

Ano	2000
Área Urbana	1.638 44,15%
Área Rural	2.072 55,85%

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do último censo demográfico revelaram que a densidade demográfica do município em 2000 era de 12,97 hab/km<sup>2</sup>, número bastante baixo quando comparado à média estadual. A contagem de 2007 do IBGE constata um pequeno aumento da densidade populacional de Turuçu, totalizando 13,40 hab/km<sup>2</sup>.

A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Turuçu por grupos de idade e sexo:

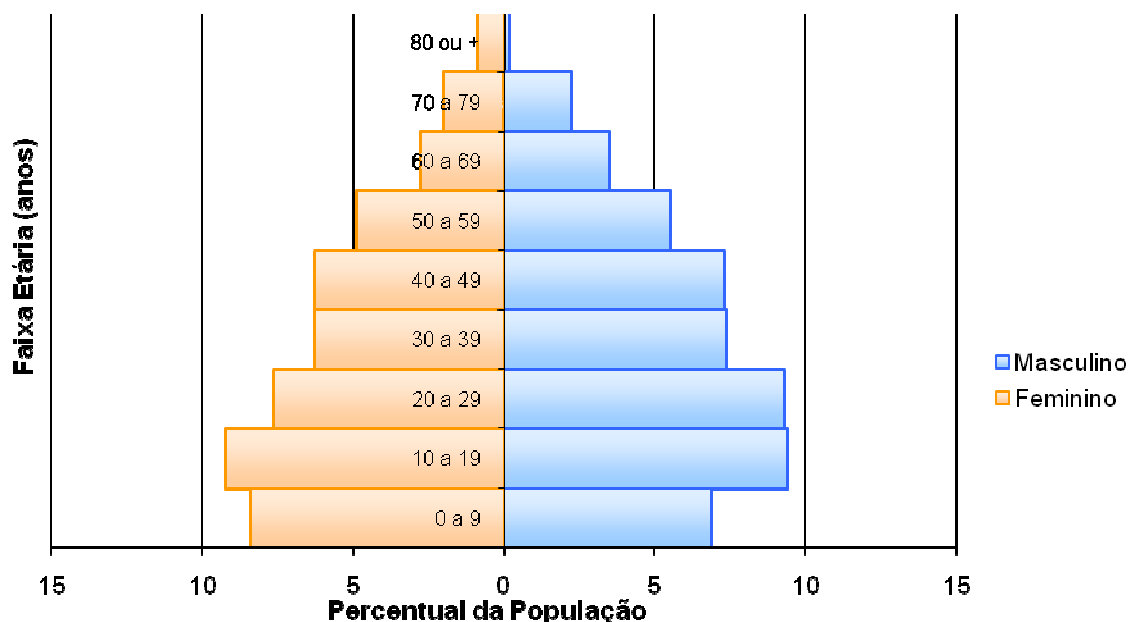
**Tabela 5.3-42 População residente em Tapes, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	568	15,31	255	6,87	313	8,44
10 a 19	690	18,60	347	9,35	343	9,25
20 a 29	629	16,95	345	9,30	284	7,65
30 a 39	507	13,67	273	7,36	234	6,31
40 a 49	504	13,58	270	7,28	234	6,31
50 a 59	385	10,38	204	5,50	181	4,88
60 a 69	231	6,23	128	3,45	103	2,78
70 a 79	158	4,26	83	2,24	75	2,02
80 ou +	38	1,02	6	0,16	32	0,86
<b>Total</b>	<b>3.710</b>	<b>100,00</b>	<b>1.911</b>	<b>51,51</b>	<b>1.799</b>	<b>48,49</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2000 demonstraram que a população de Turuçu era relativamente jovem: 42,64% dos habitantes tinham até 24 anos de idade. Entretanto, pode-se notar a redução do percentual de habitantes entre 0 e 9 anos de idade e o estreitamento da base da pirâmide etária, o que revela a tendência ao envelhecimento populacional.





Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-17 Pirâmide etária da população de Turuçu (conforme dados do censo de 2000)**

**- Pelotas**

O município de Pelotas no ano de 2007 possuía 339.934 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do Rio Grande do Sul. Segundo dados censitários do IBGE, a população do município de Pelotas cresceu 65,53% entre os anos de 1970 e 2007. Abaixo são informados os dados populacionais do município entre os anos de 1970 e 2007:

**Tabela 5.3-43 População residente em Pelotas**

Ano	1970	1980	1991	2000	2007
Habitantes	207.869	259.994	291.100	323.158	339.934

Fonte: IBGE – censos demográficos e contagens da população

A grande maioria da população de Pelotas (74,44%) já vivia em áreas consideradas urbanas em 1970. Ao longo das últimas três décadas este percentual aumentou progressivamente. No ano 2000, quase a totalidade dos habitantes do município (93,17%) residiam em áreas urbanas. A tabela abaixo demonstra a evolução da população residente em Pelotas por situação de domicílio entre os anos de 1970 e 2000:

**Tabela 5.3-44 População residente em Pelotas, por situação de domicílio**

Ano	1970	1980	1991	2000
<b>Área Urbana</b>	154.742 74,44%	204.817 78,78%	265.192 91,10%	301.081 93,17%
<b>Área Rural</b>	53.127 25,56%	55.177 21,22%	25.908 8,90%	22.077 6,83%

Fonte: IBGE – censo demográfico

De acordo com o censo demográfico realizado em 2000, a densidade demográfica de Pelotas era de 196,18 hab/km<sup>2</sup>, a 24º maior densidade do estado. De acordo com contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007, este índice aumentou para 206,45 hab/km<sup>2</sup>.

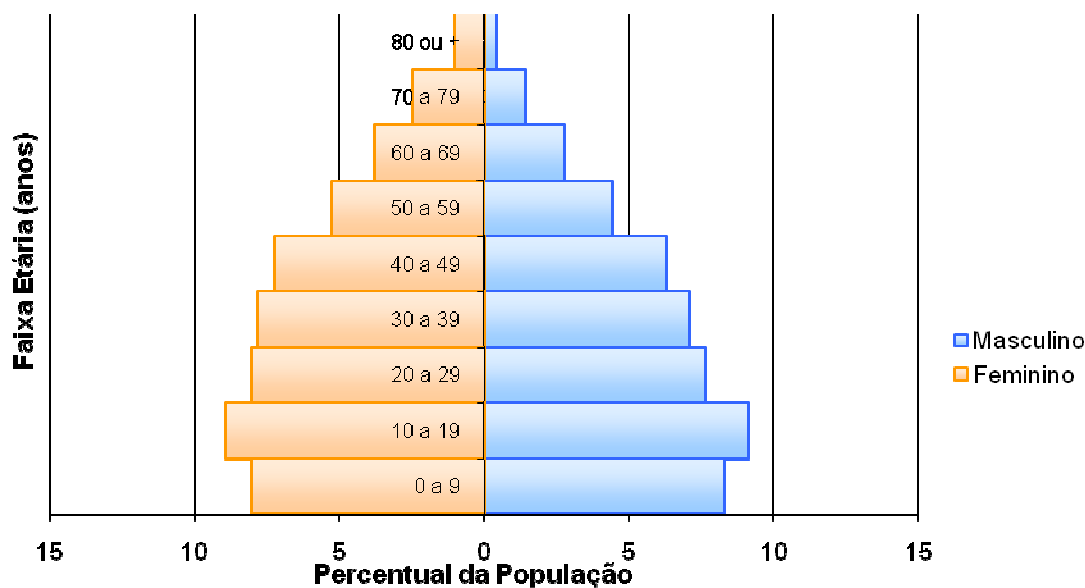
A tabela a seguir apresenta a distribuição da população de Pelotas por grupos de idade e sexo:

**Tabela 5.3-45 População residente em Pelotas, por grupos de idade e sexo**

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
<b>0 a 9</b>	52.731	16,32	26.745	8,28	25.986	8,04
<b>10 a 19</b>	58.288	18,04	29.474	9,12	28.814	8,92
<b>20 a 29</b>	50.620	15,66	24.659	7,63	25.961	8,03
<b>30 a 39</b>	48.196	14,91	22.974	7,11	25.222	7,80
<b>40 a 49</b>	43.759	13,54	20.328	6,29	23.431	7,25
<b>50 a 59</b>	31.283	9,68	14.301	4,43	16.982	5,25
<b>60 a 69</b>	21.191	6,56	8.957	2,77	12.234	3,79
<b>70 a 79</b>	12.605	3,90	4.611	1,43	7.994	2,47
<b>80 ou +</b>	4.486	1,39	1.292	0,40	3.194	0,99
<b>Total</b>	323.159	100,00	153.341	47,45	169.818	52,55

Fonte: IBGE – censo demográfico

Em 2000, Pelotas apresentava uma população razoavelmente jovem, com 42,72% dos habitantes entre 0 e 24 anos de idade. Porém, seguindo a tendência dos municípios mais populosos do estado, observa-se um estreitamento da base da pirâmide etária no censo de 2000, significando o princípio de um processo de envelhecimento da população. Esse processo deve se acentuar nos próximos anos. Abaixo é mostrada a pirâmide etária da população de Pelotas:



Fonte: IBGE – censo demográfico

**Gráfico 5.3-18 Pirâmide etária da população de Pelotas (conforme dados do censo de 2000)**

Os principais aglomerados populacionais, os quais poderiam requerer passarelas e sinalizações específicas, estão apresentados no item por **5.3.4.5 Caracterização das aglomerações urbanas nas margens da rodovia** (página 5.3-170).

### **5.3.3 Estrutura produtiva e de serviços**

#### **5.3.3.1 Transporte**

A grande maioria do transporte de cargas e passageiros no Rio Grande do Sul é realizada por rodovias. O percentual representado pelo transporte rodoviário em relação ao total de carga transportada é inclusive mais alto que o a média do Brasil: são 85,3% contra a média brasileira de 68,6%.

O Rio Grande do Sul possui 153.960 km de rodovias, entre federais, estaduais e municipais, sendo 8,19% pavimentados. A maior parte das rodovias não pavimentadas são vicinais, sob jurisdição municipal. As principais rodovias do estado são a BR116, BR101, BR386, BR285, BR287, BR290 e a BR293. As rodovias BR 116 e BR101 ligam o estado ao resto do país e também aos países do Mercosul, com movimento intenso de cargas.

Apesar disso, as condições naturais favorecem o transporte por hidrovias. De acordo com a Superintendência de Portos e Hidrovias do estado, os principais cursos

navegáveis totalizam mais de 1856 km. São eles os rios Uruguai, Ibicuí, Jaguarão, Gravataí, dos Sinos, Caí, Taquari e Jacuí, além da laguna dos Patos e do lago Guaíba. Os principais portos e terminais interiores são o de Porto Alegre, Pelotas, Santa Clara, Estrela, Charqueadas e Cachoeira do Sul, todos com acesso por hidrovias ao porto de Rio Grande.

A malha ferroviária do estado passou a ser administrada pela iniciativa privada a partir de 1997. A companhia que detém a concessão é a América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL. A extensão total da malha é de 3.259 km, entre linhas e ramais ferroviários. Os terminais de cargas mais movimentados estão na Região Metropolitana de Porto Alegre, em Passo Fundo, Cruz Alta e Uruguiana.

A geografia do estado possibilita a utilização de grande parte dos principais cursos d'água como hidrovias. Os principais rios navegáveis são o Jacuí, Taquari e o Sinos. O Lago Guaíba e a Laguna dos Patos também são importantes rotas de navegação. A hidrovia mais representativa é a que liga a capital a Rio Grande, ao sul da Laguna dos Patos. Os principais produtos transportados por ela são os derivados do petróleo, farelo e óleo de soja, celulose, fertilizantes, sal, clínquer e bobinas de papel.

Entre os aeroportos, o principal é o de Porto Alegre, o Aeroporto Internacional Salgado Filho. A movimentação média do terminal é de 2,8 milhões de passageiros e 47.000 toneladas de cargas por ano. De acordo com a Infraero, o terminal de passageiros inaugurado em 2001 pode atender até 4 milhões de passageiros anuais.

O Rio Grande do Sul tem importantes portos, entre eles o de Rio Grande, segundo maior porto do Brasil em termos de movimentação de containeres e terceiro em movimentação geral de cargas. O porto de Rio Grande está situado na porção sul da Lagoa dos Patos, e exerce influência sobre os municípios de Rio Grande e São José. A localização geográfica é estratégica, servindo de entreposto para a carga movimentada pelas várias hidrovias do estado e o Oceano Atlântico. As rodovias de acesso ao porto são a BR 392, 101, 471 e 116. O acesso também ocorre através da ferrovia Rio Grande-Pelotas-Santa Maria.



**Figura 5.3-3 Rio Grande – portão principal do cais do porto novo**

O porto é constituído por 4 zonas de atracadouros, em conjunto chamados de Porto Organizado do Rio Grande. A área do porto velho, junto ao centro histórico de Rio Grande é a que tem menor calado, e atende embarcações menores. O porto novo é operado diretamente pela administração do porto de Rio Grande, e inclui a doca seca onde foi realizada parte da construção do navio plataforma P53, da Petrobrás. A área do superporto, adjacente ao canal de acesso ao porto novo, é composta por áreas de atracação operadas por empresas particulares, com movimentação de cargas especializadas. A área pertencente ao município de São José, na margem leste do canal de acesso, está sendo preparada para acomodar novas áreas de atracação, incluindo o terminal para movimentação de papel e celulose, da Aracruz e um terminal para cargas gerais.



**Figura 5.3-4 Rio Grande – vista da doca seca e o navio P53.**

Em 2007, a movimentação de cargas totalizou 26,7 milhões de toneladas, sendo 8,1 milhões em exportação de cereais. A movimentação de containeres atingiu 609 mil unidades e foram movimentadas cargas de 3.337 embarcações, de acordo com a administração do porto. A expectativa para 2015, segundo a divisão de planejamento do porto, é que a movimentação de cargas quase dobre, chegando a 50 milhões de toneladas, com uma taxa de crescimento aproximada de 9% ao ano.

### **5.3.3.2 Energia Elétrica**

Em 1943 foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. A sua função era planejar o aproveitamento dos recursos energéticos do estado. A partir de 1945, a CEEE passou a se encarregar dos planos de eletrificação. Em 1961, o governo do estado transforma a CEEE em uma sociedade por ações, e ela passa a se chamar Companhia Estadual de Energia Elétrica. A CEEE foi dividida em empresas menores em 1996, as quais foram privatizadas. A empresa continua com concessões para geração e transmissão de energia.

Atualmente, a distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul foi privatizada em 1997, e atuam no estado três empresas: a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), de capital misto, na região Sul-Sudeste; a Rio Grande Energia (RGE) na região Norte-Nordeste; e a AES Sul na região Centro-Oeste. A concessão da Região Metropolitana de Porto Alegre pertence à CEEE-D

Segundo dados da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, a capacidade instalada no estado era, em 2002, de 3.818 MW, gerados em usinas hidrelétricas, termoeletricas (óleo combustível, gás natural e carvão) e através de fontes alternativas de energia. As fontes alternativas utilizadas são a biomassa (casca de arroz e resíduos de madeira) e pequenas estações hidroelétricas (PEH).

De acordo com a SEMC, 66,2% da energia gerada no estado provém de hidroelétricas. Termoeletricas respondem por 32,2%, e uma pequena parcela – 1,6% origina-se de fontes alternativas. A tabela abaixo demonstra a capacidade instalada do estado, em MW, por tipo de geração:

**Tabela 5.3-46 Geração de energia elétrica no Rio Grande do Sul, em 2002**

	<b>MW</b>	<b>%</b>
<b>Hidroelétricas</b>	2.528	66,2
<b>Termoeletricas (carvão mineral)</b>	538	14,1
<b>Termoeletricas (gás natural)</b>	600	15,7
<b>Termoeletricas (óleo combustível)</b>	90	2,4
<b>Fontes alternativas de energia</b>	62	1,6
<b>Total</b>	3.818	100

Fonte: Banco de dados do balanço energético - RS

O consumo médio de energia, registrado em 2002, era de 20.407.827 MW/h. O setor industrial era o maior consumidor de energia do estado, respondendo por 36,7% do consumo médio. Em seguida figurava o setor residencial, com 25,2%.

**Tabela 5.3-47 Consumo médio de energia elétrica no Rio Grande do Sul, em 2002, por setor**

	<b>MW/h</b>	<b>%</b>
<b>Residencial</b>	5.137.870	25,2
<b>Industrial</b>	7.479.680	36,7
<b>Comercial</b>	2.963.215	14,5
<b>Público</b>	1.682.388	8,2
<b>Rural</b>	1.997.891	9,8
<b>Outros</b>	1.156.783	5,7
<b>Total</b>	20.407.827	100

Fonte: Banco de dados do balanço energético consolidado do RS

### **5.3.3.3 Comunicação**

O Rio Grande do Sul possui 334 emissoras de rádio e 27 de TV. Atualmente encontra-se em processo de instalação uma rede de fibra ótica que deverá atender 200 municípios, possibilitando a transmissão de dados, sinais de TV e telefonia.

A rede de telefonia possuía, em 2001, 2.411.600 acessos convencionais instalados – uma média de 24,5 acessos por grupo de 100 habitantes, de acordo com dados da ANATEL (2002). Destes acessos, 73% eram linhas residenciais. Os acessos públicos totalizavam 59.800, e os móveis (celulares) 1.989.500.

#### **5.3.3.4 Saneamento**

Os indicadores de saneamento básico são compostos pelos serviços de abastecimento de água, coleta e destinação final de esgoto sanitário e de resíduos sólidos. Estes indicadores são de fundamental importância para a determinação da qualidade de vida da população, uma vez que a ausência de rede e tratamento de água e esgoto e a disposição inadequada de lixo trazem riscos para a saúde da população, além de contribuírem para a degradação ambiental.

Os problemas de saúde pública são uma das conseqüências negativas advindas da falta deste tipo de infra-estrutura, e resulta diretamente no aumento de doenças e, paralelamente, no aumento nos gastos dos serviços de atendimento à saúde.

A PNAD de 2006 (IBGE, 2006) apontou que no Brasil a média de domicílios atendidos por rede de esgoto era de 66,2%. A média nacional de domicílios atendidos pela rede pública de abastecimento de água foi de 92,5% no mesmo ano, o que representa uma grande evolução da infra-estrutura nos últimos 7 anos: em 1999 aproximadamente ¼ da população brasileira não possuía acesso à água tratada.

Segundo informações da CORSAN (Companhia Rio-grandense de Saneamento), as iniciativas precursoras do saneamento no estado se iniciaram na segunda metade do século XIX, através da instalação dos primeiros sistemas públicos de abastecimento de água nos municípios de Porto Alegre (1864) e Rio Grande (1877). Em 1936 foi estabelecida a Diretoria de Saneamento e Urbanismo da Secretaria Estadual de Obras Públicas, que passou a ser responsável pelo planejamento do saneamento público em nível estadual, através de convênios com as prefeituras.

Para análise dos indicadores relativos ao saneamento básico, é importante considerar os conceitos utilizados pelo IBGE. No que diz respeito ao abastecimento de água, foram estabelecidos os seguintes conceitos:

**Rede geral:** quando o domicílio for servido de água - canalizada ou não- proveniente de rede geral de abastecimento.

**Poço ou nascente:** quando o domicílio for servido de água – canalizada ou não – ligada a poço ou nascente próprios.



**Outra forma:** quando o domicílio tiver distribuição de água, mas o reservatório (ou caixa) for abastecido com água das chuvas, por carro-pipa etc. Ou quando a água utilizada no domicílio for apanhada em fonte pública, poço, bica, etc. localizados fora da propriedade e não houver distribuição interna.

Os conceitos do IBGE, relativos ao tipo de instalação sanitária, estão demonstrados a seguir:

**Rede geral:** quando o aparelho sanitário estiver ligado a uma rede geral de esgoto sanitário.

**Fossa séptica:** quando o aparelho sanitário estiver ligado à fossa séptica e que o escoamento das águas servidas seja canalizado para a rede de águas pluviais ou que não haja escoadouro das águas servidas (sumidouro).

**Fossa rudimentar:** quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.)

**Vala:** quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada a uma vala negra (escoadouro de águas pluviais a céu aberto).

**Outro:** quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estiver ligada diretamente a um rio, lago, etc.

**Não sabe:** quando o informante não souber qual o escoadouro da instalação sanitária do domicílio (havendo ou não aparelho).

**Não tem instalação sanitária:** quando o domicílio não possuir qualquer tipo de instalação sanitária.

Dados do censo demográfico de 2000 revelaram que o Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros com maior percentual de domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água (78,9%), e também entre os estados com maior percentual de domicílios cujas instalações sanitárias estão ligadas à rede geral de esgoto ou fossa séptica (64%). A coleta de lixo realizada pelas prefeituras atendia a 83,2% da população.

A situação do estado do Rio Grande do Sul em relação às informações básicas de saneamento está disposta nas tabelas abaixo:

**Tabela 5.3-48 Proporção de moradores no RS por tipo de abastecimento de água (%)**

	1991	2000
Rede Geral	71,2	78,9
Poço ou nascente	24,9	17,4
Outra Forma	3,9	3,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

**Tabela 5.3-49 Proporção de moradores no RS por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	9,7	26,3
Fossa séptica	48,5	40,7
Fossa rudimentar	29,5	24,6
Vala	4,0	4,0
Rio, lago ou mar	-	0,9
Outro escoadouro	1,6	1,0
Não sabe o tipo de escoadouro	0,2	-
Não tem instalação sanitária	6,5	2,5

Fonte: IBGE – censos demográficos

**Tabela 5.3-50 Proporção de moradores no RS por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	68,2	83,2
Queimado (na propriedade)	14,1	11,2
Enterrado (na propriedade)	5,5	2,9
Jogado	5,4	1,8
Outro destino	6,8	0,8

Fonte: IBGE – censos demográficos

### - Eldorado do Sul

De acordo com os dois últimos censos demográficos, a proporção da população atendida pela rede geral de abastecimento de água subiu de 71,8% para 77,4% no município de Eldorado do Sul. Apesar deste aumento, o município apresentou taxa de moradores atendidos pela rede geral de abastecimento menor do que a do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2000.

**Tabela 5.3-51 Proporção de moradores em Eldorado do Sul por tipo de abastecimento de água (%)**

	1991	2000
Rede Geral	71,8	77,4
Poço ou nascente	25,7	20,1
Outra Forma	2,5	2,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

Em 1991, de acordo com o IBGE, 35,9% da população de Eldorado do Sul possuíam instalações sanitárias ligadas à rede geral ou pluvial. Este índice praticamente anulou-se na ocasião do censo de 2000, quando apenas 1,0% da população declarou que usava rede geral ou pluvial. Na década de 90 houve um drástico aumento do número de moradores que faziam uso de fossas sépticas ligadas a sumidouros, e não à rede geral, chegando aos 76,4%, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-52 Proporção de moradores em Eldorado do Sul por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	35,9	1,0
Fossa séptica	19,7	76,4
Fossa rudimentar	23,6	14,5
Vala	17,2	4,0
Rio, lago ou mar	-	0,2
Outro escoadouro	0,3	0,2
Não sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	3,4	3,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

A maior parte do lixo produzido em Eldorado do Sul era coletado, em 2000, segundo o IBGE. Desde 1991 ocorreu um significativo aumento da porcentagem de lixo coletado e diminuição do lixo queimado e enterrado, como pode-se observar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-53 Proporção de moradores em Eldorado do Sul por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	67,5	90,9
Queimado (na propriedade)	23,2	6,4
Enterrado (na propriedade)	6,4	1,3
Jogado	1,9	1,0
Outro destino	1,0	0,4

Fonte: IBGE – censos demográficos

#### **- Guaíba**

Dentre os municípios aqui analisados, Guaíba foi o que apresentou maior percentual da população atendida pela rede geral de abastecimento de água: em 2000, 94,9% da população era atendida. Entre 1991 e 2000 houve um aumento da proporção de pessoas atendidas pela rede geral de abastecimento e a diminuição do número de pessoas abastecidas através de poços ou nascentes.

**Tabela 5.3-54 Proporção de moradores em Guaíba por tipo de abastecimento de água (%)**

	1991	2000
Rede Geral	89,1	94,9
Poço ou nascente	9,9	4,1
Outra Forma	1,0	1,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

Assim como em Eldorado do Sul, o principal tipo de instalação sanitária no município de Guaíba era, em 2000, a fossa séptica. A proporção de moradores que utilizavam esse tipo de instalação sanitária em 2000 era a maior dos municípios em análise: 86,4% da população utilizavam fossas sépticas, enquanto apenas 2,1% eram atendidos pela rede geral de esgoto.

**Tabela 5.3-55 Proporção de moradores em Guaíba por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	1,8	2,1
Fossa séptica	84,4	86,4
Fossa rudimentar	6,0	5,5
Vala	4,8	4,4
Rio, lago ou mar	-	0,3
Outro escoadouro	0,0	0,6
Não sabe o tipo de escoadouro	0,0	-
Não tem instalação sanitária	2,9	0,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

Segundo o IBGE, a prefeitura de Guaíba coletava 96,7% do lixo em 2000, o índice mais alto entre os municípios analisados. A parcela da população que afirmava queimar ou enterrar o lixo produzido na propriedade foi bastante reduzida entre os censos demográficos, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-56 Proporção de moradores em Guaíba por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	90,5	96,7
Queimado (na propriedade)	6,3	1,9
Enterrado (na propriedade)	2,2	0,4
Jogado	0,8	0,7
Outro destino	0,1	0,3

Fonte: IBGE – censos demográficos

#### **- Barra do Ribeiro**

Entre 1991 e 2000, no município de Barra do Ribeiro, houve diminuição do percentual de moradores que captavam água de poços ou nascentes e aumento da quantidade

de moradores atendidos pela rede geral de abastecimento. Apesar disso, a proporção de moradores de Barra do Ribeiro cujo abastecimento de água era feito através de poços ou nascentes ainda era grande em 2000: 23,6%.

**Tabela 5.3-57 Proporção de moradores em Barra do Ribeiro por tipo de abastecimento de água (%)**

	1991	2000
Rede Geral	65,9	75,6
Poço ou nascente	33,4	23,6
Outra Forma	0,8	0,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

A malha de rede geral de esgoto evoluiu muito no município de Barra do Ribeiro entre os censos de 1991 e 2000: passou de 0,1% a 72,1% de moradores atendidos, percentual mais alto entre os municípios analisados. A proporção de moradores que utilizavam fossas sépticas caiu muito no mesmo período: de 76,2% em 1991 para 9,4% em 2000.

**Tabela 5.3-58 Proporção de moradores em Barra do Ribeiro por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,1	72,1
Fossa séptica	76,2	9,4
Fossa rudimentar	15,8	11,2
Vala	4,2	4,3
Rio, lago ou mar	-	2,1
Outro escoadouro	-	0,3
Não sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	3,6	0,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

Houve evolução na coleta de lixo em Barra do Ribeiro na década de 90. Apesar disso, o percentual de lixo coletado em 2000 (79,9%) ainda ficava abaixo da média estadual. A quantidade de lixo queimado e enterrado sofreu redução no período, mas ainda era alta em 2000, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-59 Proporção de moradores em Barra do Ribeiro por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	61,5	79,9
Queimado (na propriedade)	20,1	13,2
Enterrado (na propriedade)	10,0	5,2
Jogado	6,5	1,1
Outro destino	1,8	0,5

Fonte: IBGE – censos demográficos

**- Mariana Pimentel**

Não existem dados de saneamento para o ano de 1991 relativos ao município de Mariana Pimentel devido à sua recente criação. Os dados disponíveis no IBGE revelam que no ano de 2000 a grande maioria (82,0%) dos habitantes de Mariana Pimentel abastecia-se de água a partir de poços ou nascentes, a taxa mais alta entre os municípios aqui analisados. Apenas 17,0% dos moradores tinham acesso à rede geral naquele ano.

**Tabela 5.3-60 Proporção de moradores em Mariana Pimentel por tipo de abastecimento de água (%)**

	<b>2000</b>
<b>Rede Geral</b>	17,0
<b>Poço ou nascente</b>	82,0
<b>Outra Forma</b>	1,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

Ainda de acordo com o IBGE, em 2000 praticamente a metade (47,3%) da população de Mariana Pimentel utilizava fossas sépticas para a destinação do esgoto, enquanto 39,4% faziam uso de fossas rudimentares. O percentual de moradores que dirigiam seus esgotos para valas era bastante alto no mesmo ano, totalizando 7,3% da população. A proporção de moradores atendidos pela rede geral era praticamente nula em 2000, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-61 Proporção de moradores em Mariana Pimentel por tipo de instalação sanitária (%)**

	<b>2000</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	0,3
<b>Fossa séptica</b>	47,3
<b>Fossa rudimentar</b>	39,4
<b>Vala</b>	7,3
<b>Rio, lago ou mar</b>	1,8
<b>Outro escoadouro</b>	0,1
<b>Não sabe o tipo de escoadouro</b>	-
<b>Não tem instalação sanitária</b>	3,9

Fonte: IBGE – censos demográficos

Quase a metade do lixo produzido em Mariana Pimentel em 2000 era queimado, enquanto grande parte (23,7%) era enterrado. Apenas 17,7% do lixo produzido no município era coletado pelo poder público.

**Tabela 5.3-62 Proporção de moradores em Mariana Pimentel por tipo de destinação do lixo (%)**

	<b>2000</b>
<b>Coletado</b>	17,7
<b>Queimado (na propriedade)</b>	49,7
<b>Enterrado (na propriedade)</b>	23,7
<b>Jogado</b>	6,2
<b>Outro destino</b>	2,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

### - Tapes

Segundo o IBGE, entre os censos de 1991 e 2000 houve um grande aumento da proporção de moradores atendidos pela rede geral de abastecimento de água, passando de 57,6% para 85,2%. No mesmo período houve diminuição da proporção de moradores abastecidos por poços ou nascentes e por outras formas de captação de água, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-63 Proporção de moradores em Tapes por tipo de abastecimento de água (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Rede Geral</b>	57,6	85,2
<b>Poço ou nascente</b>	37,9	13,8
<b>Outra Forma</b>	4,5	1,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

A malha de esgotos de Tapes sofreu um expressivo aumento, passando de 1,8% da população atendida em 1991 para 53,7% em 2000. Apesar deste aumento considerável, o índice ainda ficou abaixo da média estadual. Em 2000, boa parte dos moradores de Tapes fazia uso de fossas sépticas e de fossas rudimentares como instalação sanitária.

**Tabela 5.3-64 Proporção de moradores em Tapes por tipo de instalação sanitária (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	1,8	53,7
<b>Fossa séptica</b>	48,4	25,8
<b>Fossa rudimentar</b>	22,5	12,2
<b>Vala</b>	7,1	4,7
<b>Rio, lago ou mar</b>	-	0,5
<b>Outro escoadouro</b>	1,5	1,9
<b>Não sabe o tipo de escoadouro</b>	0,2	-
<b>Não tem instalação sanitária</b>	18,5	1,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

Em 2000, 87,1% do lixo produzido em Tapes era coletado pela prefeitura, o que configura um grande avanço desde 1991. Na tabela abaixo é possível notar que houve diminuição da porcentagem de lixo queimado e enterrado no município em 2000:

**Tabela 5.3-65 Proporção de moradores em Tapes por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	56,2	87,1
Queimado (na propriedade)	23,9	8,3
Enterrado (na propriedade)	11,2	3,3
Jogado	6,4	1,1
Outro destino	2,2	0,3

Fonte: IBGE – censos demográficos

### - Sentinela do Sul

Por ser um município criado na década de 90, Sentinela do Sul não possui dados censitários para o ano de 1991. Em 2000, mais da metade dos moradores de Sentinela do Sul captavam água de poços ou nascentes, enquanto apenas 32,5% eram ligados à rede geral de abastecimento, o que pode ser verificado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-66 Proporção de moradores em Sentinela do Sul por tipo de abastecimento de água (%)**

	2000
Rede Geral	32,5
Poço ou nascente	57,1
Outra Forma	10,4

Fonte: IBGE – censos demográficos

A malha de rede geral de esgoto de Sentinela do Sul era praticamente inexistente em 2000: apenas 0,2% da população era atendida, configurando o índice mais baixo entre os municípios aqui analisados. Neste mesmo ano, o IBGE constatou que 46,5% dos moradores utilizavam-se de fossas rudimentares, 33,2% de fossas sépticas e 8,8% jogavam seu esgoto em valas.



**Tabela 5.3-67 Proporção de moradores em Sentinela do Sul por tipo de instalação sanitária (%)**

	<b>2000</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,2
Fossa séptica	33,2
Fossa rudimentar	46,5
Vala	8,8
Rio, lago ou mar	0,3
Outro escoadouro	1,9
Não sabe o tipo de escoadouro	-
Não tem instalação sanitária	9,1

Fonte: IBGE – censos demográficos

Dentre os municípios aqui analisados, Sentinela do Sul é o que possuía o percentual mais alto de lixo queimado no ano de 2000. Segundo o IBGE, mais da metade do lixo (50,7%) do município era queimado. A proporção de moradores que enterravam e jogavam seu lixo também era bastante alta. A coleta pública atendia apenas 26,1% da população do município neste mesmo ano, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-68 Proporção de moradores em Sentinela do Sul por tipo de destinação do lixo (%)**

	<b>2000</b>
Coletado	26,1
Queimado (na propriedade)	50,7
Enterrado (na propriedade)	9,2
Jogado	12,1
Outro destino	1,9

Fonte: IBGE – censos demográficos

### **- Camaquã**

De acordo com os dois últimos censos demográficos, a proporção da população atendida por rede geral de abastecimento de água subiu de 60,4% para 75,3% no município de Camaquã. A proporção de moradores que obtinham água a partir de poços ou nascentes ainda era alta em 2000, totalizando 23,6% do total de moradores.

**Tabela 5.3-69 Proporção de moradores em Camaquã por tipo de abastecimento de água (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Rede Geral	60,4	75,3
Poço ou nascente	36,9	23,6
Outra Forma	2,7	1,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

Em 1991, de acordo com o IBGE, praticamente não havia rede geral de esgoto em Camaquã. A expansão da malha da rede de esgotos na década de 90 fez com que o

percentual da população atendido aumentasse drasticamente: em 2000 53,2% da população eram atendidos. Entretanto, grande parte da população continuava utilizando fossas sépticas e rudimentares ligadas a sumidouros, e não à rede geral, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-70 Proporção de moradores em Camaquã por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,2	53,2
Fossa séptica	68,5	24,9
Fossa rudimentar	16,2	10,8
Vala	1,2	6,0
Rio, lago ou mar	-	0,7
Outro escoadouro	0,4	0,8
Não sabe o tipo de escoadouro	0,4	-
Não tem instalação sanitária	13,1	3,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

Pouco mais de três quartos do lixo produzido em Camaquã era coletado, em 2000. O percentual de lixo queimado praticamente não se alterou entre os dois censos, ficando em 15,9% do total do lixo produzido no ano de 2000.

**Tabela 5.3-71 Proporção de moradores em Camaquã por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	60,1	77,4
Queimado (na propriedade)	15,6	15,9
Enterrado (na propriedade)	10,9	3,5
Jogado	5,0	2,7
Outro destino	8,5	0,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

#### - Arambaré

Os dados referentes ao saneamento em Arambaré estão disponíveis a partir do censo demográfico de 2000, devido à recente criação deste município. Em 2000, 66,4% da população de Arambaré era atendida pela rede geral de abastecimento de água, enquanto 33,1% faziam uso de poços ou nascentes.

**Tabela 5.3-72 Proporção de moradores em Arambaré por tipo de abastecimento de água (%)**

	2000
Rede Geral	66,4
Poço ou nascente	33,1
Outra Forma	0,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

Segundo dados do IBGE, em 2000 praticamente não havia rede geral de esgoto em Arambaré: 71,1% da população utilizavam fossas sépticas como instalação sanitária, enquanto 25,4% dirigiam seu esgoto a fossas rudimentares.

**Tabela 5.3-73 Proporção de moradores em Arambaré por tipo de instalação sanitária (%)**

	<b>2000</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,9
Fossa séptica	71,1
Fossa rudimentar	25,4
Vala	2,2
Rio, lago ou mar	-
Outro escoadouro	0,0
Não sabe o tipo de escoadouro	-
Não tem instalação sanitária	0,4

Fonte: IBGE – censos demográficos

A prefeitura de Arambaré coletava 69,5% do lixo em 2000, segundo o IBGE. Uma parcela considerável da população afirmou queimar ou enterrar o lixo produzido na propriedade na ocasião do censo, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-74 Proporção de moradores em Arambaré por tipo de destinação do lixo (%)**

	<b>2000</b>
Coletado	69,5
Queimado (na propriedade)	19,2
Enterrado (na propriedade)	10,3
Jogado	0,9
Outro destino	0,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

### **- Cristal**

Entre os anos de 1991 e 2000, houve um aumento da proporção de moradores atendidos pela rede geral de abastecimento de água no município de Cristal: no ano de 2000 61,4% eram atendidos pelo serviço. Neste mesmo ano, o percentual de moradores que se utilizava de poços ou nascentes para captar água foi de 34,4%.

**Tabela 5.3-75 Proporção de moradores em Cristal por tipo de abastecimento de água (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Rede Geral	41,3	61,4
Poço ou nascente	55,9	34,4
Outra Forma	2,8	4,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

Embora o número de moradores atendidos pela rede geral de esgoto tenha aumentado entre os dois censos considerados, este índice ainda era muito baixo em 2000: apenas 13,2% da população eram atendidos. Neste mesmo ano, quase a metade dos moradores de Cristal utilizava fossas sépticas com intuito de dar destinação ao esgoto. A proporção de moradores que dirigiam seus esgotos a fossas rudimentares e valas também era alta, como se observa na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-76 Proporção de moradores em Cristal por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,2	13,2
Fossa séptica	39,2	47,9
Fossa rudimentar	41,5	16,5
Vala	8,1	10,3
Rio, lago ou mar	-	0,2
Outro escoadouro	0,1	1,1
Não sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	10,9	10,8

Fonte: IBGE – censos demográficos

O percentual de lixo coletado em Cristal aumentou de 43,0% para 61,9% na década de 90, segundo dados do IBGE. Apesar de ainda serem elevadas no ano de 2000, as quantidades de lixo queimado e enterrado diminuiriam consideravelmente no mesmo período.

**Tabela 5.3-77 Proporção de moradores em Cristal por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	43,0	61,9
Queimado (na propriedade)	34,0	26,6
Enterrado (na propriedade)	14,0	5,9
Jogado	7,3	2,2
Outro destino	1,7	3,5

Fonte: IBGE – censos demográficos

### - São Lourenço do Sul

De acordo com os dois últimos censos demográficos, a proporção da população atendida por rede geral de abastecimento de água subiu de 42,0% para 52,3% no município de São Lourenço do Sul. Apesar desse aumento, o município ainda apresentou taxa de abastecimento de água por rede geral menor do que a média do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2000.

**Tabela 5.3-78 Proporção de moradores em São Lourenço do Sul por tipo de abastecimento de água (%)**

	1991	2000
<b>Rede Geral</b>	42,0	52,3
<b>Poço ou nascente</b>	54,3	44,6
<b>Outra Forma</b>	3,6	3,1

Fonte: IBGE – censos demográficos

O aumento da malha de rede geral de esgotos em São Lourenço do Sul foi quase imperceptível durante a década de 90: no ano 2000 apenas 0,8% da população de São Lourenço do Sul era atendida pela rede geral. No mesmo período houve um aumento do percentual de moradores que faziam uso de fossas rudimentares, chegando a 48,8% da população em 2000. Dentre os municípios analisados, São Lourenço do Sul foi o que apresentou o maior percentual de pessoas que utilizavam fossas rudimentares como instalação sanitária em 2000. A utilização de fossas sépticas também era muito comum no município, como se pode verificar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-79 Proporção de moradores em São Lourenço do Sul por tipo de instalação sanitária (%)**

	1991	2000
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	0,5	0,8
<b>Fossa séptica</b>	44,2	30,2
<b>Fossa rudimentar</b>	23,8	48,8
<b>Vala</b>	4,0	6,6
<b>Rio, lago ou mar</b>	-	0,2
<b>Outro escoadouro</b>	1,4	2,1
<b>Não sabe o tipo de escoadouro</b>	0,2	-
<b>Não tem instalação sanitária</b>	25,9	11,4

Fonte: IBGE – censos demográficos

Pouco mais da metade (52,9%) do lixo produzido em São Lourenço do Sul era coletado, em 2000. Apesar de haver ocorrido um aumento da porcentagem de lixo coletado entre 1991 e 2000, a proporção de lixo queimado também aumentou neste período, ficando em 31,9% do total no último ano analisado.

**Tabela 5.3-80 Proporção de moradores em São Lourenço do Sul por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
Coletado	41,0	52,9
Queimado (na propriedade)	24,0	31,9
Enterrado (na propriedade)	12,2	7,9
Jogado	4,3	4,4
Outro destino	18,5	2,9

Fonte: IBGE – censos demográficos

### - Turuçu

Devido à recente fundação do município de Turuçu, os dados censitários sobre o mesmo encontram-se disponíveis apenas para o ano de 2000. Segundo o IBGE, uma pequena parcela (9,6%) da população de Turuçu era abastecida pela rede geral de água. A maior parte dos moradores (72,1%) obtinha água de poços ou nascentes.

**Tabela 5.3-81 Proporção de moradores em Turuçu por tipo de abastecimento de água (%)**

	2000
Rede Geral	9,6
Poço ou nascente	72,1
Outra Forma	18,3

Fonte: IBGE – censos demográficos

O principal tipo de instalação sanitária no município de Turuçu, segundo o censo de 2000, era a fossa rudimentar. Os índices de moradores que utilizavam fossas sépticas e que jogavam o esgoto em valas eram bastante altos nesse ano, conforme se observa na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-82 Proporção de moradores em Turuçu por tipo de instalação sanitária (%)**

	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	1,4
Fossa séptica	17,5
Fossa rudimentar	45,0
Vala	22,6
Rio, lago ou mar	-
Outro escoadouro	0,5
Não sabe o tipo de escoadouro	-
Não tem instalação sanitária	13,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

Em 2000, quase a metade do lixo produzido em Turuçu era queimado. O percentual de lixo coletado na ocasião do censo de 2000, era de 43,8%. Os tipos de destinação de lixo no município de Turuçu são quantificados na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-83 Proporção de moradores em Turuçu por tipo de destinação do lixo (%)**

	<b>2000</b>
<b>Coletado</b>	43,8
<b>Queimado (na propriedade)</b>	44,9
<b>Enterrado (na propriedade)</b>	5,5
<b>Jogado</b>	4,6
<b>Outro destino</b>	1,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

**- Pelotas**

Entre 1991 e 2000, o município de Pelotas apresentou um aumento da porcentagem de moradores atendidos pela rede geral de água, chegando a 90,3% da população no último ano analisado. No mesmo período houve diminuição na quantidade de moradores que captavam água de poços ou nascentes.

**Tabela 5.3-84 Proporção de moradores em Pelotas por tipo de abastecimento de água (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Rede Geral</b>	86,8	90,3
<b>Poço ou nascente</b>	10,8	7,5
<b>Outra Forma</b>	2,3	2,2

Fonte: IBGE – censos demográficos

O percentual de moradores atendidos pela rede geral de esgoto de Pelotas diminuiu do ano de 1991 para 2000. Neste mesmo intervalo de tempo, aumentou a proporção de moradores que utilizavam fossas sépticas para destinação de esgoto: de 32,9% para 46,7% da população.

**Tabela 5.3-85 Proporção de moradores em Pelotas por tipo de instalação sanitária (%)**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	43,5	39,1
<b>Fossa séptica</b>	32,9	46,7
<b>Fossa rudimentar</b>	12,0	6,9
<b>Vala</b>	3,5	3,4
<b>Rio, lago ou mar</b>	-	0,3
<b>Outro escoadouro</b>	0,2	0,6
<b>Não sabe o tipo de escoadouro</b>	0,1	-
<b>Não tem instalação sanitária</b>	7,8	3,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

Houve evolução na coleta de lixo em Pelotas na década de 90. Em 2000, o percentual de lixo coletado chegou a 91,6%. Entre os dois censos demográficos ocorreu

diminuição dos percentuais de lixo queimado, enterrado e jogado, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-86 Proporção de moradores em Pelotas por tipo de destinação do lixo (%)**

	1991	2000
<b>Coletado</b>	83,3	91,6
<b>Queimado (na propriedade)</b>	7,6	5,9
<b>Enterrado (na propriedade)</b>	3,5	1,0
<b>Jogado</b>	5,3	1,0
<b>Outro destino</b>	0,3	0,4

Fonte: IBGE – censos demográficos

### **5.3.3.5 Saúde**

Ocorreram importantes mudanças nos últimos 50 anos no país, a despeito das condições políticas e socioeconômicas existentes: inversão da situação de moradia da maioria da população e conseqüente urbanização, diminuição do número de filhos/mulher e redução da mortalidade infantil, para citar algumas das alterações ocorridas. De maneira geral, essa situação teve como conseqüência uma reestruturação nos padrões de consumo e de alimentação e acesso a serviços básicos de infra-estrutura e saneamento. Esse processo resultou em modificações nas questões relativas aos padrões de saúde/doença. No entanto, o quadro de mudanças apresentado registra ainda expressivas diferenças regionais.

Os dados e indicadores municipais e estaduais associados à saúde da população serão aqui subdivididos nos seguintes itens: estrutura de atendimento à saúde, natalidade, morbidade e mortalidade. Todos os itens revelam a situação municipal, sendo que outros indicadores, dada a disponibilidade dos dados, puderam ser inseridos no contexto estadual. A maior parte das informações foi coletada através do banco de dados do Ministério da Saúde (datasus), o qual agrega o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Sistema de Informações sobre Atenção Básica (SIAB), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informações de Nascimentos (SINASC), entre outros.

Em 1975 o Ministério da Saúde criou o SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade, com o intuito de regular os dados referentes à mortalidade, de forma a nortear as ações na área da saúde. Esse sistema permite a produção de estatísticas de mortalidade, bem como a demonstração dos principais indicadores de saúde, possibilitando estudos estatísticos epidemiológicos e sociodemográficos. O SINASC – Sistema de Nascidos Vivos foi implantado oficialmente em 1990, com o objetivo de obter informações sobre nascimentos, a partir de um documento básico e padrão em



todo o país (Declaração de Nascidos Vivos – DN), emitido nos hospitais e em outras instituições de saúde que realizem partos (para os partos hospitalares), e nos Cartórios de Registro Civil (para os partos ocorridos em domicílio). O Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB teve início em 1998 e agrega informações sobre condições de moradia e de saneamento, além, é claro, da situação de saúde da população. O SIAB funciona como um instrumento de monitoramento das ações realizadas pelo Programa Saúde da Família – PSF. O SUS – Sistema Único de Saúde foi historicamente precedido pelo sanitarismo campanhista (início do século XX até 1965), passando pelo modelo médico-assistencial até chegar, ao modelo vigente. Os modelos anteriores de atendimento de saúde eram reflexo da determinação econômica e da concepção de saúde da sociedade. O sanitarismo campanhista, por exemplo, era vigente enquanto o modelo agroexportador demandava uma política de erradicação e controle de doenças nas regiões de circulação de mercadorias (Mendes, 1996).

As mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir dos anos 80 foram o pano de fundo para o processo de transição das políticas nacionais de saúde, com a implantação de um novo modelo descentralizador. Ao SUS compete atender a população brasileira, sendo composto pelos serviços prestados pela União, estados, municípios, e estabelecimentos privados que possuam ligação com o governo (Mendes, 1996). É nesse contexto que se pretende estabelecer um quadro geral sobre a estrutura de atendimento nos municípios estudados, usando como base dados sobre o número de hospitais, oferta de leitos por especialidade e número de leitos por mil habitantes.

De acordo com Marinho (2001), existem diferenças inter-regionais na estrutura e na utilização da rede hospitalar no Brasil: de um lado estão as regiões norte, nordeste e centro-oeste (excluindo-se o Distrito Federal) e de outro as regiões sudeste e sul do Brasil. Ainda de acordo com o mesmo autor, os hospitais na região sudeste caracterizam-se por realizar grande número de internações de alto valor pago. A rede de hospitais do nordeste e do norte do país, por outro lado, gera internações de pouco valor, o que denota uma rede de hospitais de baixa complexidade. A região sul apresenta valores equilibrados, o que corresponderia a um atendimento mais adequado no que se refere à demanda da região. De acordo com o Sistema de Informações Ambulatoriais (SAI) do SUS, em março de 2008 a rede pública de atendimento à população no Rio Grande do Sul estava configurada da seguinte maneira:

**Tabela 5.3-87 Rede ambulatorial do SUS no Rio Grande do Sul, em março de 2008**

<b>Tipo de unidade ambulatorial</b>	<b>Unidades</b>
Centro de saúde/unidade básica de saúde	1.599
Central de regulação de serviços de saúde	3
Clinica especializada/ambulatório especializado	1.455
Consultório isolado	5.611
Cooperativa	10
Farmácia	25
Hospital especializado	20
Hospital geral	333
Hospital dia	7
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	2
Policlínica	178
Posto de saúde	914
Pronto socorro especializado	12
Pronto socorro geral	29
Secretaria de saúde	18
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	1.440
Unidade de vigilância em saúde	83
Unidade mista	25
Unidade móvel de nível pré-hosp urgência/emergência	9
Unidade móvel fluvial	1
Unidade móvel terrestre	71
<b>Total</b>	<b>11.845</b>

Fonte: CNES

Como pode se observar na tabela acima, o estado contava em 2003 com 11.845 unidades de atendimento ambulatorial, das quais se destacam os consultórios isolados, que totalizavam 5.611 unidades.

Com relação ao atendimento hospitalar, havia disponíveis no estado, na data do levantamento feito pelo SIH/SUS (março de 2003), 22.249 leitos hospitalares em 360 hospitais. Destes leitos, 38,02% se destinavam à clínica médica e 20,85% à cirurgias. Os hospitais sob regime de administração privada compõe a maioria absoluta, havendo mais de seis deles para cada um de administração pública. Em consequência, mais de 75,51% dos leitos da rede de atendimento hospitalar são disponibilizados por hospitais particulares contratados e filantrópicos. A tabela abaixo relaciona o número de leitos por especialidade, de acordo com o regime de administração e a natureza dos hospitais do estado:

Tabela 5.3-88 Rede hospitalar do SUS no Rio Grande do Sul, em março de 2008

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos						
			Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico	Outras Especialidades	Hospital/DIA
<b>Público</b>	<b>50</b>	<b>5449</b>	<b>1455</b>	<b>1807</b>	<b>321</b>	<b>586</b>	<b>742</b>	<b>402</b>	<b>136</b>
Federal	13	3092	1058	890	215	306	392	105	126
Estadual	4	284	-	76	-	-	-	208	-
Municipal	33	2073	397	841	106	280	350	89	10
<b>Privado</b>	<b>310</b>	<b>16800</b>	<b>3185</b>	<b>6653</b>	<b>433</b>	<b>2112</b>	<b>2668</b>	<b>1598</b>	<b>151</b>
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>22249</b>	<b>4640</b>	<b>8460</b>	<b>754</b>	<b>2698</b>	<b>3410</b>	<b>2000</b>	<b>287</b>

Fonte: SIH/SUS

A relação de oferta de leitos hospitalares por grupo de mil habitantes do estado do Rio Grande do Sul era de 2,93 em 2003, de acordo com dados do SUS. É importante salientar que a Organização Mundial da Saúde – OMS – recomenda um mínimo de 5 leitos por mil habitantes. Tomando esse índice como base, nem a capital do estado apresentava uma relação leitos/habitantes adequada.

As informações sobre mortalidade estão intensamente relacionadas com o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região. A mortalidade geral está aqui expressa em proporções de mortalidade, de acordo com os capítulos da CID 10. Os dados concernentes à mortalidade referem-se a 2005, nos âmbitos estadual e municipal. A análise dos aspectos da mortalidade geral permite revelar as diferentes proporções de óbitos por causa. Esse fator é extremamente importante, uma vez que os dados de mortalidade (e por conseqüência de natalidade e morbidade) contribuem decisivamente nos processos de gestão, avaliação e planejamento do sistema público de saúde, bem como nos processos de controle social, através dos Conselhos de Saúde.

A qualidade das informações oficiais sobre mortalidade é freqüentemente discutida por autores da área de saúde, especialmente a questão dos sub-registros de óbitos. Essa discussão é importante na medida em que evidencia a necessidade de investimentos nesse setor, para que os dados de mortalidade possam refletir com maior precisão a realidade e sejam indicadores preciosos para nortear políticas públicas de atuação na área da saúde.

As informações do Anuário Estatístico de Saúde do Brasil (Ministério da Saúde, 2001) revelam que, em 1999, a cobertura estimada para os registros de óbitos no país através do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM era de 82%, considerando as diferenças regionais de coleta e interpretação dos dados. Os dados obtidos através do Anuário demonstram que ocorre um aumento gradual nessa porcentagem nos últimos anos, resultando numa cobertura mais efetiva. Outro problema associado aos registros de óbitos é a grande proporção de mortes atribuídas a causas mal definidas, que indicam deficiência no preenchimento dos atestados de óbito e na assistência médica. No Brasil, essa foi a causa apontada para 15% da totalidade de óbitos ocorridos em 1999. Mais uma vez, devem ser consideradas as diferenças regionais dos registros.

Ainda assim, os dados aqui utilizados, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, são referenciais para a atual situação da mortalidade na região estudada e dizem respeito aos registros hospitalares, que refletem muito pouco o problema dos sub-registros. De acordo com o Anuário Estatístico, estão ocorrendo mudanças no perfil da mortalidade da população brasileira: redução dos índices de mortalidade infantil, queda dos óbitos causados por doenças infecciosas e o aumento das mortes por doenças crônico-degenerativas. Em todas as regiões brasileiras, as doenças do aparelho circulatório são a principal causa de óbitos, seguidas pelas causas externas e neoplasias. Entre 1980 e 1999, observou-se aumento na proporção destas causas e diminuição das doenças infecciosas e parasitárias (de 9% para 6%) e das afecções originadas no período perinatal (de 7% para 5%).

As neoplasias malignas, genericamente chamadas de câncer, vêm aumentando à medida que ocorre o controle progressivo de outras doenças e o conseqüente envelhecimento populacional. Em 1999, a taxa de mortalidade por estas causas foi de 70 óbitos por 100 mil habitantes, com maior incidência nas Regiões Sul e Sudeste, que registraram 89 e 102 óbitos por 100 mil habitantes, respectivamente. Em relação a 1980, houve crescimento nas taxas padronizadas de neoplasias de mama, de próstata e de pulmão, traquéia e brônquios. O envelhecimento da população tem ainda como efeito o aumento da mortalidade por diabetes melito, que, em 1999, apresentou uma taxa de 19,3 óbitos por 100 mil habitantes, com valores maiores para as mulheres (22,1) do que para os homens (16,4).

A mortalidade masculina por Aids (9,3 óbitos por 100 mil homens) é quase três vezes maior do que a feminina (3,6). A Aids assumiu importância entre as causas de morte nos anos 90, no entanto, após a adoção da terapia de medicamentos antiretrovirais,

com distribuição gratuita, tem-se observado tendência de redução nesse tipo de mortalidade. Em 1999, ocorreram 6,4 óbitos por 100 mil habitantes, com taxas mais elevadas nas Regiões Sul (8,0) e Sudeste (9,7).

No Rio Grande do Sul, a mortalidade está expressa nas seguintes tabelas:

**Tabela 5.3-89 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, no Rio Grande do Sul em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4,2	9,6	6,6	6,3	2,1	13,1	4,2	1,9	2,0	4,3
II. Neoplasias (tumores)	0,3	11,6	17,7	16,3	6,8	16,8	31,8	21,3	22,6	21,9
IX. Doenças do aparelho circulatório	0,5	2,6	1,5	2,8	2,3	14,3	29,6	40,2	39,2	31,8
X. Doenças do aparelho respiratório	4,9	14,1	6,6	4,9	3,9	4,7	9,2	16,6	15,9	12,6
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	57,8	1,9	3,0	2,4	-	-	-	-	-	1,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5,5	25,4	38,9	48,3	73,7	36,3	7,4	2,4	2,8	10,3
Demais causas definidas	26,8	34,7	25,8	19,1	11,3	14,8	17,8	17,6	17,5	17,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

Como se pode verificar, as doenças do aparelho circulatório e neoplasias são as principais causas de mortalidade no estado, com 31,8 e 21,9%, respectivamente. Entre a população mais jovem, entretanto, figuram as causas externas, normalmente associadas a quadros de violência urbana, deficiência nos atendimentos ambulatoriais e emergenciais, ou até mesmo aos registros equivocados de *causa mortis*.

Entre os menores de 1 ano, a principal causa de óbito foi diferente: a maioria das mortes ocorridas nessa faixa etária é atribuída às afecções do período perinatal (APP). Vale lembrar que o período perinatal tem início quando a gestação está com vinte e duas semanas completas (154 dias) e termina aos sete dias completos após o nascimento da criança. Esse tipo de mortalidade é a principal causa de óbitos em menores de um ano no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, além das anomalias congênitas, as APP representam quase que a causa exclusiva de mortalidade neonatal. As afecções no período perinatal estão nos grupos caracterizados como endemias evitáveis. Isso significa que as APP podem ser evitadas através de

tratamento preventivo e políticas públicas, principalmente na área de saneamento e melhoria da qualidade do acesso aos serviços de saúde.

As principais causas de internações no Rio Grande do Sul em 2006, considerando todas as faixas etárias, foram as doenças do aparelho respiratório (17,6%) e a gravidez e parto (14,9%). Entre os mais jovens, destacaram-se também as doenças infecciosas e parasitárias. A tabela a seguir relaciona os percentuais de morbidade hospitalar para o estado:

**Tabela 5.3-90 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária, segundo grupo de causas CID10 no Rio Grande do Sul (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	11,5	19,7	17,8	12,4	4,2	5,5	4,5	5,3	5,1	7,0
II. Neoplasias (tumores)	0,7	3,0	5,9	7,7	3,5	7,5	12,4	8,5	9,5	7,6
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	0,6	1,1	1,0	0,9	0,4	0,5	0,6	1,1	1,0	0,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,0	2,5	2,2	2,3	0,7	1,8	4,3	4,8	4,8	2,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	0,0	0,1	1,8	2,9	5,6	1,8	0,4	0,5	3,0
VI. Doenças do sistema nervoso	1,5	3,2	3,2	3,3	1,2	1,8	2,0	1,9	1,9	2,0
VII. Doenças do olho e anexos	0,1	0,1	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,3	0,6	1,2	1,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	0,4	0,4	0,8	1,8	1,3	8,8	25,4	29,2	28,5	13,0
X. Doenças do aparelho respiratório	40,0	47,6	33,4	17,8	5,1	7,5	18,8	26,0	24,9	17,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	5,1	7,3	9,3	11,1	5,2	10,1	12,1	8,2	8,8	9,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,6	1,3	2,0	2,4	1,1	1,0	0,9	0,7	0,7	1,0
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,1	0,5	2,0	3,6	1,5	3,3	3,4	2,3	2,5	2,7
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,3	2,4	4,8	6,7	7,4	7,9	6,1	5,0	5,2	6,3
XV. Gravidez parto e puerpério	0,0	-	0,0	6,6	55,1	26,2	0,0	0,0	0,0	14,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	29,9	1,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	1,8

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3,0	2,6	2,9	2,9	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2	0,8
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,9	0,9	1,2	1,4	0,8	1,0	1,4	1,2	1,3	1,1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,8	4,3	10,3	13,7	7,7	7,6	4,5	3,9	3,9	6,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	0,9	1,1	1,6	2,1	1,0	3,1	1,1	0,7	0,7	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

Nos itens a seguir são apresentadas as redes de assistência à saúde e índices de morbidade hospitalar e mortalidade para cada um dos doze municípios da área de influência direta.

#### - Eldorado do Sul

A rede ambulatorial do SUS de Eldorado do Sul, de acordo com dados do DATASUS era composta, em março de 2008, por 7 unidades, sendo 2 postos de saúde, 4 centros de saúde e uma policlínica.

**Tabela 5.3-91 Rede ambulatorial do SUS em Eldorado do Sul, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Posto de saúde	2
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	4
Policlínica	1
Total	7

Fonte: DATASUS

Refletindo os resultados apresentados no estado, as principais causas de mortalidade observadas em Eldorado do Sul em 2005 foram as doenças do aparelho circulatório (29,2%) e as neoplasias (20,5%). Igualmente, entre a população mais jovem, as causas externas prevalecem como principais fatores de mortalidade. A tabela abaixo relaciona as causas de mortalidade verificadas no município:

**Tabela 5.3-92 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Eldorado do Sul em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	25,0	-	-	17,5	4,3	1,4	2,2	6,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	50,0	33,3	-	15,0	26,1	20,0	21,5	20,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	7,5	37,0	42,9	39,8	29,2
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	5,0	4,3	12,9	10,8	7,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	75,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	100,0	25,0	33,3	100,0	37,5	6,5	-	2,2	14,0
Demais causas definidas	25,0	-	-	33,3	-	17,5	21,7	22,9	23,7	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

Em Eldorado do Sul, a gravidez foi a principal causa de internação hospitalar em 2006, respondendo por 19,9% do total. A segunda maior causa de internações foram as doenças do aparelho respiratório, que afetaram principalmente as crianças de até 14 anos. As doenças do aparelho circulatório também se destacaram como causas de internação nas faixas etárias mais idosas, conforme mostra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-93 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Eldorado do Sul (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,1	25,0	20,3	28,9	6,0	6,6	2,4	4,3	4,2	7,6
II. Neoplasias (tumores)	1,1	0,9	5,8	2,6	6,5	5,5	12,2	5,9	9,8	6,0
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	2,6	2,9	-	-	0,3	0,6	-	0,7	0,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6,6	3,4	2,9	2,6	0,6	4,2	5,7	7,0	6,3	4,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	1,2	3,8	0,3	-	0,4	2,0
VI. Doenças do sistema nervoso	2,2	6,0	-	5,3	4,8	1,6	2,1	2,2	2,1	2,3
VII. Doenças do olho e anexos	-	1,7	-	-	0,6	0,3	0,3	-	-	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,5	-	-	-	-	0,2	0,3	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	1,4	-	1,2	8,7	29,0	28,6	26,7	11,4



Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
X. Doenças do aparelho respiratório	29,1	34,5	18,8	10,5	4,8	7,2	17,6	27,0	27,0	14,1
XI. Doenças do aparelho digestivo	3,8	12,1	10,1	26,3	2,4	9,3	12,5	5,4	5,6	9,0
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2,2	0,9	7,2	-	-	0,3	0,9	-	-	0,7
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	0,9	1,4	5,3	0,6	0,9	2,7	6,5	5,3	1,7
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,6	2,6	7,2	2,6	3,6	7,5	7,5	5,4	4,9	6,1
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	13,2	58,3	30,8	-	-	-	19,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	37,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3,2
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	4,9	2,6	4,3	-	-	0,2	-	-	-	0,8
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,5	0,9	1,4	2,6	0,6	1,1	3,0	3,2	3,2	1,5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,1	3,4	13,0	-	8,9	8,5	2,7	3,8	3,5	6,3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	1,4	-	-	-	-	-	-	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	1,1	2,6	1,4	-	-	3,1	0,3	0,5	0,4	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Guaíba

A rede ambulatorial do SUS em Guaíba, em março de 2008, possuía 14 unidades no total. Destas, 5 eram postos de saúde e 4 eram centros de saúde.

**Tabela 5.3-94 Rede ambulatorial do SUS em Guaíba, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Posto de saúde	5
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	4
Policlínica	1
Clínica especializada/ Ambulatório especializado	2
Consultório isolado	1
Hospital geral	1
Total	14

Fonte: DATASUS

Em março de 2008, Guaíba possuía um hospital privado, pertencente a uma entidade sem fins lucrativos, cadastrado junto ao SUS. Este hospital contava com 55 leitos, cujas especialidades estão demonstradas na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-95 Rede hospitalar do SUS em Guaíba, em 2008**

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos					
			Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades
Privado, entidade sem fins lucrativos	1	55	4	18	4	10	14	5

Fonte: DATASUS

Novamente, verifica-se em nível municipal a prevalência das doenças do aparelho circulatório e neoplasias como as principais causas de mortalidade em Guaíba, em 2005. As doenças do aparelho respiratório também foram responsáveis por um alto percentual de mortalidade, principalmente entre a população mais idosa, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-96 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Guaíba em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	100,0	-	33,3	-	15,7	3,1	2,6	2,8	5,2
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	33,3	-	16,7	22,1	14,5	15,6	16,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	16,7	40,5	44,2	44,6	36,2
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	11,1	7,8	10,7	20,3	19,0	15,0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	56,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	6,3	-	-	33,3	77,8	32,4	6,1	1,6	2,0	9,8
Demais causas definidas	37,5	-	-	-	11,1	10,8	17,6	16,8	15,9	16,2
Total	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

Gravidez e parto foram as principais causas de internações em Guaíba em 2006, representando 20,7% do total de internações. Doenças do aparelho respiratório e circulatório também destacaram-se como causas de internações, representando, respectivamente, 17,6% e 10,6% do total do município.

**Tabela 5.3-97 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária, segundo grupo de causas CID10 em Guaíba (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15,8	13,8	11,9	9,5	2,5	4,2	2,4	3,7	2,9	5,6
II. Neoplasias (tumores)	0,2	3,0	2,6	1,5	0,3	7,7	11,7	6,4	8,3	6,6
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	0,2	1,1	0,9	1,5	0,6	0,4	0,1	0,4	0,3	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,2	0,8	0,9	0,7	0,6	2,2	6,1	6,5	6,0	3,2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	0,6	2,2	0,5	0,1	0,1	1,1
VI. Doenças do sistema nervoso	1,3	2,8	5,7	5,1	1,4	1,6	1,5	0,9	1,0	1,7
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	0,4	1,5	-	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,9	0,6	2,6	1,5	0,3	0,1	-	-	-	0,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	0,6	1,3	5,8	0,8	6,7	24,1	23,6	23,4	10,6
X. Doenças do aparelho respiratório	38,0	45,6	33,0	13,1	2,0	5,9	19,5	31,6	29,2	17,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	3,7	6,1	14,1	13,1	2,8	9,4	11,9	6,6	8,5	8,6
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,6	2,2	1,8	3,6	1,4	0,8	1,0	0,3	0,4	1,0
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	1,7	1,3	2,2	-	2,2	2,4	3,0	2,9	2,0
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,1	2,8	4,8	8,0	7,6	7,7	9,6	9,2	9,7	7,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	8,8	69,3	38,4	-	-	-	20,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	26,6	0,6	-	-	-	-	-	-	-	2,1
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	4,3	5,5	7,0	3,6	0,6	0,2	0,2	0,1	0,2	1,2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,6	1,7	1,3	1,5	0,3	0,9	2,0	1,8	1,7	1,2

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,9	5,8	7,0	16,8	7,6	7,3	3,9	3,8	3,3	5,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	3,7	5,5	3,1	2,2	1,4	2,0	2,6	1,8	1,9	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Barra do Ribeiro

De acordo com o levantamento do SUS de março de 2008, Barra do Ribeiro possuía 9 unidades ambulatoriais, das quais 5 eram centros de saúde. A tabela abaixo relaciona a estrutura ambulatorial do município, em 2008:

**Tabela 5.3-98 Rede ambulatorial do SUS em Barra do Ribeiro, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	5
Policlínica	1
Posto de saúde	2
Unidade móvel terrestre	1
Total	9

Fonte: DATASUS

A principal causa de mortalidade em Barra do Ribeiro, de acordo com dados de 2005, foram as doenças no aparelho circulatório, a exemplo do que ocorre no estado do Rio Grande do Sul. Em seguida figuraram as neoplasias e as doenças do aparelho respiratório.

**Tabela 5.3-99 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Barra do Ribeiro em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	100,0	-	-	-	-	7,7	-	6,8	6,1	6,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	15,4	21,1	18,6	18,2	18,1
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	23,1	47,4	37,3	39,4	36,2
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	15,4	10,5	16,9	16,7	14,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	100,0	-	30,8	-	1,7	1,5	6,4
Demais causas definidas	-	-	-	-	100,0	7,7	21,1	18,6	18,2	18,1
Total	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

No município de Barra do Ribeiro, a gravidez foi a principal causa de internação hospitalar em 2006, respondendo por 24,6% do total. A segunda maior causa de internação foram as doenças do aparelho circulatório, que afetam principalmente as pessoas com mais de 50 anos. As doenças dos aparelhos respiratório e digestivo também foram causas representativas de internação em todas as faixas etárias, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-100 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Barra do Ribeiro (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	12,5	19,2	5,9	25,0	2,4	4,9	1,9	4,7	3,8	5,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	6,4	16,8	15,6	14,3	7,8
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4,2	-	-	-	-	1,5	0,9	3,1	1,9	1,6
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	2,4	2,6	-	-	-	1,4
VI. Doenças do sistema nervoso	6,3	3,8	5,9	12,5	-	0,4	0,9	1,6	1,9	1,6
VII. Doenças do olho e anexos	2,1	-	-	-	-	-	-	1,6	1,0	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	9,4	34,6	23,4	33,3	13,3
X. Doenças do aparelho respiratório	35,4	30,8	29,4	-	-	4,9	8,4	9,4	8,6	10,0
XI. Doenças do aparelho digestivo	2,1	26,9	35,3	25,0	-	8,6	11,2	12,5	10,5	10,2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4,2	-	-	-	-	1,5	0,9	3,1	1,9	1,6
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	5,9	-	-	1,5	0,9	4,7	2,9	1,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	4,2	-	-	-	2,4	5,6	12,1	7,8	8,6	6,2

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	85,4	40,1	-	-	-	24,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	22,9	7,7	-	-	-	-	-	-	-	2,2
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	6,3	-	-	25,0	-	0,4	-	-	-	1,0
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	3,8	5,9	-	-	1,1	0,9	3,1	1,9	1,4
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	7,7	11,8	12,5	7,3	9,0	10,3	7,8	8,6	8,3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	2,2	-	1,6	1,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

#### - Mariana Pimentel

O município de Mariana Pimentel contava com apenas uma unidade ambulatorial em março de 2008 do tipo centro de saúde.

**Tabela 5.3-101 Rede ambulatorial do SUS em Mariana Pimentel, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	1
Total	1

Fonte: DATASUS

Mariana Pimentel apresentou os índices iguais (27,3%) de mortalidade para neoplasia e doenças do aparelho circulatório, principais causas de morte no município em 2005. Assim como nos municípios já analisados, a terceira principal causa de mortalidade são as doenças do aparelho respiratório.

**Tabela 5.3-102 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Mariana Pimentel em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	33,3	50,0	21,4	23,5	27,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	50,0	28,6	35,3	27,3

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	35,7	29,4	22,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	33,3	-	7,1	5,9	9,1
Demais causas definidas	100,0	-	-	-	-	33,3	-	7,1	5,9	13,6
Total	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

A principal causa de internação em Mariana Pimentel em 2006 foi a gravidez e parto, representando 17,6% do total de internações. Em segundo lugar, apareceram as lesões, envenenamentos e outras causas externas, com 16,1% do total. A terceira principal causa de internação no município foram as neoplasias e tumores (12,7% do total).

**Tabela 5.3-103 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Mariana Pimentel (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9,1	60,0	-	-	-	4,9	-	6,7	5,7	5,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	20,0	-	16,5	16,7	10,0	8,6	12,7
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	5,3	1,0	3,3	-	-	1,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	5,3	1,9	-	-	-	1,5
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	2,9	-	3,3	2,9	2,0
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	20,0	5,3	10,7	16,7	20,0	17,1	11,7
X. Doenças do aparelho respiratório	9,1	-	50,0	20,0	-	1,9	3,3	20,0	20,0	5,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	9,1	20,0	-	20,0	-	6,8	23,3	10,0	8,6	9,8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	-	3,3	2,9	0,5

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	-	3,3	6,7	5,7	1,5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	-	5,8	10,0	13,3	14,3	6,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	20,0	36,8	27,2	-	-	-	17,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	72,7	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	5,3	-	3,3	6,7	5,7	2,0
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	20,0	50,0	-	42,1	17,5	16,7	-	8,6	16,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	2,9	3,3	-	-	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Tapes

A rede ambulatorial do SUS em Tapes, em março de 2008, era composta por 6 unidades. Entre elas havia um hospital geral e cinco centros de saúde.

**Tabela 5.3-104 Rede ambulatorial do SUS em Tapes, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	5
Hospital geral	1
Total	6

Fonte: DATASUS

O município de Tapes contava, em março de 2008, com 40 leitos hospitalares, pertencentes a um hospital público municipal. Dentre os leitos disponíveis, 22 eram clínicos.



**Tabela 5.3-105 Rede hospitalar do SUS em Tapes, em 2008**

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos				
			Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico
Público, municipal	1	40	1	22	2	5	10

Fonte: DATASUS

A principal causa de mortalidade no município de Tapes em 2005 foram as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 33,3% dos óbitos registrados. As neoplasias ficaram em segundo lugar, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-106 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária, segundo grupo de causas - CID10, em Tapes em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	25,9	3,4	3,9	3,4	7,8
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	22,2	27,6	22,4	21,6	22,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	11,1	48,3	39,5	42,0	33,3
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	3,7	10,3	15,8	14,8	11,3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	66,7	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	100,0	22,2	6,9	5,3	6,8	9,9
Demais causas definidas	33,3	100,0	-	-	-	14,8	3,4	13,2	11,4	12,8
Total	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

Em Tapes, as principais causas de internação no ano de 2006 foram a gravidez e o parto (15,9%) e as doenças do aparelho respiratório (15,8%). A terceira maior causa foram as doenças do aparelho circulatório, que afetam principalmente as pessoas com mais de 50 anos.

**Tabela 5.3-107 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Tapes (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9,9	9,8	10,8	9,7	6,5	7,9	4,0	3,5	2,8	6,6
II. Neoplasias (tumores)	-	2,4	5,4	3,2	-	5,7	7,5	3,5	3,8	4,7
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	2,7	-	-	0,2	0,5	1,2	1,3	0,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7,0	7,3	2,7	6,5	-	4,0	5,5	6,6	5,6	4,9
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	1,6	5,0	1,5	-	-	2,5
VI. Doenças do sistema nervoso	2,8	14,6	2,7	-	1,6	2,0	1,0	4,7	4,1	2,8
VII. Doenças do olho e anexos	1,4	-	2,7	-	-	-	0,5	-	-	0,2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	2,7	6,5	1,6	0,4	-	-	-	0,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	4,4	27,6	33,7	32,9	13,3
X. Doenças do aparelho respiratório	25,4	24,4	16,2	6,5	3,2	8,4	16,6	30,6	28,5	15,8
XI. Doenças do aparelho digestivo	8,5	24,4	18,9	12,9	6,5	10,5	17,6	7,0	8,8	11,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	2,4	-	3,2	-	1,1	-	0,4	0,3	0,7
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	2,7	-	1,6	2,4	3,5	1,2	2,2	2,0
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,4	-	2,7	3,2	8,1	7,7	4,0	3,1	3,4	5,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	12,9	61,3	28,6	-	-	-	15,9
XVI. Algumas afec orig. no período perinatal	43,7	2,4	-	-	-	-	-	-	-	2,6
XVII. Malf cong deformid e anom. cromossômicas	-	4,9	2,7	22,6	-	-	0,5	-	0,3	0,9
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	1,6	1,1	0,5	-	-	0,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	7,3	24,3	9,7	6,5	8,8	7,0	4,3	5,6	7,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	2,7	3,2	-	1,8	2,0	0,4	0,3	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

**- Sentinela do Sul**

Segundo dados do DATASUS de março de 2008, Sentinela do Sul possuía um centro de saúde como unidade ambulatorial.

**Tabela 5.3-108 Rede ambulatorial do SUS em Sentinela do Sul, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	1
Total	1

Fonte: DATASUS

Em 2005, a principal causa de morte em Sentinela do Sul foram as neoplasias. Dos municípios analisados, Sentinela do Sul foi o único em que as neoplasias superaram as doenças do aparelho circulatório como principal causa de morte, sendo responsáveis por 31,3% dos óbitos. As doenças do aparelho circulatório foram a segunda causa de mortalidade no município no ano de 2005, seguidas pelas doenças do aparelho respiratório.

**Tabela 5.3-109 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Sentinela do Sul em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	5,9	4,8	3,1
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	66,7	35,3	42,9	31,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	14,3	-	35,3	28,6	21,9
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	50,0	-	33,3	5,9	9,5	12,5
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	50,0	71,4	-	-	-	18,8
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	14,3	-	17,6	14,3	12,5
Total	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

A principal causa de internação hospitalar no município de Sentinela do Sul em 2006 foram as doenças do aparelho respiratório (16,4% do total), seguidas pela gravidez e parto, 16,1% das internações. A terceira principal causa de internação no município foram as doenças do aparelho circulatório (14,3%), que atingem principalmente a população com mais de 50 anos.

**Tabela 5.3-110 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Sentinela do Sul (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,1	28,6	-	-	-	3,2	1,5	4,7	3,6	4,5
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	4,5	5,1	10,4	3,5	5,5	5,0
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	-	-	4,7	3,6	1,1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	4,8	-	-	-	2,5	3,0	7,1	6,4	3,4
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	13,6	7,6	-	-	-	4,0
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	16,7	-	-	1,3	-	7,1	5,5	2,4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	0,6	-	-	-	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	4,5	-	-	-	-	0,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	8,9	28,4	24,7	23,6	14,3
X. Doenças do aparelho respiratório	57,1	9,5	33,3	16,7	-	7,0	28,4	22,4	26,4	16,4
XI. Doenças do aparelho digestivo	7,1	23,8	16,7	-	4,5	7,6	11,9	5,9	5,5	8,7
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	9,5	-	-	-	0,6	1,5	1,2	1,8	1,3
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	3,8	1,5	-	-	1,9
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	4,8	16,7	-	-	8,3	4,5	9,4	8,2	6,9
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	33,3	59,1	29,3	-	-	-	16,1
XVI. Algumas afec orig. no período perinatal	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1
XVII. Malf cong deformid e anom. cromossômicas	-	4,8	16,7	-	-	-	-	-	-	0,5
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	4,8	-	-	-	1,3	1,5	2,4	2,7	1,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	9,5	-	50,0	9,1	12,7	7,5	7,1	7,3	10,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	4,5	-	-	-	-	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

**- Camaquã**

Em Camaquã, segundo o SUS, em março de 2008 existiam 38 unidades ambulatoriais. O município contava com 18 postos de saúde, 7 centros de saúde, 6 consultórios isolados, e outras unidades, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-111 Rede ambulatorial do SUS em Camaquã, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Posto de saúde	18
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	7
Policlínica	2
Clínica especializada/ Ambulatório especializado	3
Consultório isolado	6
Hospital geral	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	1
Total	38

Fonte: DATASUS

Camaquã possuía um hospital cadastrado junto ao SUS em março de 2008, contando com 103 leitos, 33 deles destinados à clínica médica. Abaixo são relacionados os leitos do hospital, por especialidade

**Tabela 5.3-112 Rede hospitalar do SUS em Camaquã, em 2008**

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos				
			Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades
Privado, entidade sem fins lucrativos	1	103	23	33	11	21	15

Fonte: DATASUS

Camaquã, assim como a grande maioria dos municípios analisados, teve como principal causa de mortalidade em 2005 as doenças do aparelho circulatório (35,9% das mortes). Também se destacaram as neoplasias e as doenças do aparelho respiratório. Camaquã apresentou consideráveis índices de mortalidade em menores de 1 ano, devido a causas diversas, como pode se observar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-113 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Camaquã em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9,1	-	-	-	-	9,1	3,9	1,2	1,4	3,0
II. Neoplasias (tumores)	-	-	100,0	-	50,0	20,0	32,9	22,1	24,5	23,5

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
IX. Doenças do aparelho circulatório	9,1	-	-	-	-	20,0	31,6	42,6	42,2	35,9
X. Doenças do aparelho respiratório	9,1	-	-	-	-	-	3,9	15,3	13,8	10,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	45,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	50,0	-	-	50,0	38,2	5,3	1,6	1,4	7,8
Demais causas definidas	27,3	50,0	-	-	-	12,7	22,4	17,3	16,7	17,9
Total	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

No município de Camaquã, as principais causas de internação em 2006 foram as doenças do aparelho respiratório, representando 20,0% das internações. A segunda principal causa de internação foram as doenças do aparelho circulatório (15,6% do total). Gravidez e parto foram apenas a terceira maior causa de internação em Camaquã, representando 14,1% do total de internações.

**Tabela 5.3-114 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Camaquã (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,7	13,3	14,7	6,6	2,5	3,7	3,5	4,1	3,6	4,6
II. Neoplasias (tumores)	-	1,1	4,9	2,6	1,8	6,3	10,5	5,7	6,2	5,9
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	0,3	1,1	-	-	0,7	0,3	0,6	1,3	1,1	0,6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,6	2,7	2,0	3,9	0,7	3,1	8,3	10,1	10,1	5,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	3,6	7,3	2,7	1,2	1,3	4,0
VI. Doenças do sistema nervoso	0,6	3,7	2,0	1,3	1,8	1,6	1,1	1,1	1,1	1,4
VII. Doenças do olho e anexos	0,6	-	-	1,3	0,7	0,1	0,1	-	0,1	0,2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	0,6	0,5	-	1,3	2,2	10,2	29,7	29,8	30,6	15,6
X. Doenças do aparelho respiratório	59,2	55,9	42,2	22,4	4,7	8,3	19,4	27,0	26,2	20,0
XI. Doenças do aparelho digestivo	5,8	8,5	7,8	11,8	3,6	8,8	9,8	8,8	8,8	8,5

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	2,7	-	-	0,4	0,5	0,1	-	-	0,4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	1,1	2,9	5,3	1,1	5,0	4,2	1,6	1,8	3,4
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,3	3,7	5,9	9,2	8,7	8,6	4,4	4,4	4,5	6,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	3,9	62,1	24,5	0,1	0,1	0,1	14,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	19,6	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3,2	1,6	3,9	2,6	1,4	0,7	0,1	-	-	0,8
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	0,4	0,6	0,2	0,2	0,3
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,3	3,7	13,7	27,6	4,0	8,7	3,8	3,5	3,3	6,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,5	0,5	-	-	0,3
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	0,5	-	-	-	1,2	0,5	1,2	1,1	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Arambaré

Em março de 2008, a rede ambulatorial do SUS em Arambaré contava com 2 postos de saúde e uma policlínica, totalizando 3 unidades ambulatoriais.

**Tabela 5.3-115 Rede ambulatorial do SUS em Arambaré, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Posto de saúde	2
Policlínica	1
Total	3

Fonte: DATASUS

Em Arambaré, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 39,4% das mortes em 2005. Em segundo lugar figuram as neoplasias, responsáveis por 30,3% dos óbitos. Não houve, no município, mortalidade de jovens das faixas etárias de até 19 anos em 2005.

**Tabela 5.3-116 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Arambaré em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	50,0	50,0	25,9	28,6	30,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	50,0	-	44,4	42,9	39,4
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	3,7	3,6	3,0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	7,4	7,1	6,1
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	-	50,0	18,5	17,9	21,2
Total	-	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

O principal motivo de internação hospitalar em Arambaré em 2006 foi gravidez e parto, sendo causa de 19,8% das internações. A segunda e a terceira causas de internação no município foram as doenças dos aparelhos respiratório e circulatório, representando, respectivamente 15,8% e 12,2% do total de internações.

**Tabela 5.3-117 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Arambaré (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	44,4	-	-	-	3,9	6,4	2,9	2,4	5,4
II. Neoplasias (tumores)	-	11,1	-	-	-	9,7	10,6	-	2,4	7,2
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	1,9	-	2,9	2,4	1,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	2,9	8,5	8,6	9,5	4,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	0,9
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	1,0	6,4	-	-	1,8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	5,9	9,7	21,3	17,1	19,0	12,2



Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
X. Doenças do aparelho respiratório	-	22,2	25,0	-	-	6,8	17,0	48,6	42,9	15,8
XI. Doenças do aparelho digestivo	33,3	11,1	-	25,0	5,9	6,8	12,8	5,7	9,5	8,6
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	25,0	25,0	-	3,9	2,1	-	-	3,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	50,0	25,0	17,6	10,7	2,1	8,6	7,1	9,5
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	25,0	70,6	30,1	-	-	-	19,8
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	66,7	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas ext.	-	11,1	-	-	-	5,8	12,8	5,7	4,8	6,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	1,4
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Cristal

De acordo com o levantamento do SUS de março de 2008, Cristal possuía 3 unidades ambulatoriais, sendo dois postos de saúde e uma policlínica, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-118 Rede ambulatorial do SUS em Cristal, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Policlínica	1
Posto de saúde	2
Total	3

Fonte: DATASUS

Assim como observado no estado do Rio Grande do Sul, a principal causa de mortalidade em Cristal no ano de 2005 foram as doenças do aparelho circulatório. No entanto, diferentemente dos outros municípios analisados, a segunda principal causa

de mortalidade foram as causas externas, responsáveis por óbitos de pessoas mais jovens.

**Tabela 5.3-119 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Cristal em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	8,3	5,9	4,3	4,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	10,0	41,7	-	17,4	13,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	10,0	25,0	58,8	47,8	31,1
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	23,5	17,4	8,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	66,7	-	-	-	-	-	-	-	-	4,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	50,0	100,0	-	80,0	8,3	-	-	24,4
Demais causas definidas	33,3	-	50,0	-	-	-	16,7	11,8	13,0	13,3
Total	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

No município de Cristal, em 2006, a principal causa isolada de internação foi a gravidez e parto, com 28,1% do total de internações. A seguir, apareceram as doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, ambas com 9,8% do total de internações, conforme descreve a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-120 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Cristal (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	12,0	35,7	21,4	-	3,2	3,4	3,6	7,7	8,8	6,2
II. Neoplasias (tumores)	8,0	-	7,1	16,7	-	10,3	12,5	5,1	5,3	8,8
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	7,1	-	-	3,0	5,4	7,7	5,3	3,4
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	9,7	11,8	8,9	-	-	8,2
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	7,1	-	-	0,5	1,8	-	1,8	0,8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	4,0	-	-	-	-	4,9	19,6	41,0	31,6	9,8
X. Doenças do aparelho respiratório	20,0	35,7	35,7	33,3	3,2	2,5	12,5	20,5	17,5	9,8
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	14,3	16,7	3,2	6,9	21,4	7,7	17,5	8,5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	3,0	3,6	2,6	3,5	2,3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	7,1	-	16,7	3,2	3,4	8,9	5,1	7,0	4,4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	16,7	71,0	42,4	-	-	-	28,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	56,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6
XVII. Malformações congênitas e anomalias cromossômicas	-	7,1	7,1	-	3,2	-	1,8	-	-	1,0
XVIII. Sintomas e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIX. Lesões por intoxicação e outras causas externas	-	14,3	-	-	3,2	3,9	-	2,6	1,8	3,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	3,9	-	-	-	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - São Lourenço do Sul

O município de São Lourenço do Sul, segundo o DATASUS, contava com 32 unidades ambulatoriais em março de 2008. Dentre elas haviam 10 centros de saúde, 6 consultórios isolados e 6 postos de saúde, entre outras.

**Tabela 5.3-121 Rede ambulatorial do SUS em São Lourenço do Sul, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	10
Clínica especializada/ Ambulatório especializado	1
Consultório isolado	6
Hospital geral	2
Policlínica	1
Posto de saúde	6

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5
Unidade móvel terrestre	1
Total	32

Fonte: DATASUS

São Lourenço do Sul possuía dois hospitais cadastrados junto ao SUS em 2008. Os dois hospitais eram privados, sendo que um pertencia a uma empresa privada e outro a uma entidade sem fins lucrativos. A soma dos leitos hospitalares do município totalizava 104, sendo que 52 eram leitos clínicos.

**Tabela 5.3-122 Rede hospitalar do SUS em São Lourenço do Sul, em 2008**

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos				
			Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades
- Empresa Privada - Privada, entidade sem fins lucrativos	2	104	13	52	10	15	14

Fonte: DATASUS

As doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 43,9% do total de mortes em São Lourenço do Sul em 2005. As neoplasias e as doenças do aparelho respiratório ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

**Tabela 5.3-123 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em São Lourenço do Sul em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	11,1	-	-	-	-	6,5	1,9	1,2	1,1	2,0
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	33,3	16,1	29,6	14,7	16,3	16,7
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	29,0	50,0	47,4	47,3	43,9
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	3,2	7,4	12,7	12,5	10,5
XVI. Algumas afec orig.no período perinatal	77,8	-	-	-	-	-	-	-	-	2,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	66,7	-	100,0	66,7	35,5	7,4	2,8	2,7	7,9
Demais causas definidas	11,1	33,3	-	-	-	9,7	3,7	21,1	20,1	17,0
Total	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

A principal causa de internação hospitalar no município de São Lourenço do Sul em 2006 foram as doenças do aparelho respiratório, com 19,2% do total. As doenças do aparelho respiratório representaram 13,8% das internações em São Lourenço do Sul, enquanto gravidez e parto totalizaram 11,7%.

**Tabela 5.3-124 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em São Lourenço do Sul (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	16,7	23,2	18,3	13,3	7,1	3,6	6,2	7,2	7,5	7,2
II. Neoplasias (tumores)	0,7	2,1	3,5	1,3	4,6	4,5	10,8	7,3	8,1	5,9
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	0,7	-	1,7	1,3	-	0,5	0,1	0,4	0,3	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1,3	4,1	3,5	9,3	1,5	3,0	6,7	9,5	9,0	5,2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	4,0	4,6	15,0	7,3	0,2	0,7	7,7
VI. Doenças do sistema nervoso	-	2,1	3,5	1,3	1,0	1,3	0,6	0,6	0,6	1,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	1,3	-	0,3	0,1	0,4	0,3	0,2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	1,3	-	-	-	-	-	0,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	1,3	1,0	7,2	20,6	31,4	29,3	13,8
X. Doenças do aparelho respiratório	54,0	54,6	43,5	24,0	11,2	8,1	20,3	22,2	23,0	19,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	1,3	3,1	5,2	12,0	6,1	9,0	9,7	6,7	7,1	7,8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	1,0	1,7	-	3,1	0,1	0,3	0,4	0,4	0,4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	3,5	6,7	2,6	3,0	3,5	1,7	2,1	2,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	3,6	4,3	5,3	10,2	13,1	10,5	10,3	10,0	10,4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	5,3	43,4	23,6	-	-	-	11,7
XVI. Algumas afec orig. no período perinatal	23,3	1,0	-	-	-	-	-	-	-	1,0
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	0,7	1,5	2,6	1,3	-	-	-	0,1	0,1	0,2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,7	-	1,7	-	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,7	3,6	7,0	10,7	2,0	4,6	2,1	0,9	1,0	3,2

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	1,0	2,7	1,0	-	-	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Turuçu

O município de Turuçu possuía, em março de 2008, 3 unidades ambulatoriais, divididas em dois centros de saúde e uma policlínica.

**Tabela 5.3-125 Rede ambulatorial do SUS em Turuçu, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	2
Policlínica	1
Total	3

Fonte: DATASUS

No ano de 2005, 35,7% do total de mortes em Turuçu foram causadas por doenças do aparelho circulatório. Assim como na maioria dos municípios aqui analisados, as neoplasias foram a segunda principal causa de morte enquanto as doenças do aparelho respiratório foram a terceira maior causa de mortalidade.

**Tabela 5.3-126 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Turuçu em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	50,0	27,3	25,0	28,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	50,0	36,4	41,7	35,7
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	18,2	16,7	14,3
XVI. Algumas afec orig. no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	7,1
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	-	-	18,2	16,7	14,3
Total	-	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

Em Turuçu, a principal causa de internação em 2006 foi a gravidez e parto, com 27,6% do total de internações. As doenças do aparelho circulatório foram a segunda principal causa de internação, representando 12,6% do total, e sendo mais freqüentes na população com idade acima de 50 anos. A terceira principal causa de internação em Turuçu no mesmo ano foram as doenças do aparelho digestivo (10,5%), como pode-se observar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-127 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Turuçu (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	10,0	-	20,0	-	10,0	0,8	5,4	5,9	6,4	3,8
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	5,0	8,4	18,9	11,8	8,5	9,2
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	-	-	-	-	-	-	2,7	-	-	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	1,7	-	11,8	8,5	2,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	10,9	-	2,9	2,1	5,9
VI. Doenças do sistema nervoso	-	10,0	-	-	-	0,8	2,7	-	2,1	1,3
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	25,0	-	-	-	-	-	0,4
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	10,0	-	-	-	5,0	29,7	35,3	38,3	12,6
X. Doenças do aparelho respiratório	50,0	60,0	40,0	25,0	-	1,7	8,1	11,8	8,5	9,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	20,0	-	25,0	-	11,8	5,4	17,6	12,8	10,5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	25,0	-	-	-	-	-	0,4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	1,7	2,7	-	-	1,3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	10,0	4,2	16,2	2,9	12,8	5,9
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	75,0	42,9	-	-	-	27,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	30,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
XVIII. Sintomas e achados anormais clínicos e laboratoriais	-	-	-	-	-	0,8	-	-	-	0,4
XIX. Lesões envenenamento e algout consequências causas externas	-	-	40,0	-	-	5,0	5,4	-	-	4,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	4,2	2,7	-	-	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### - Pelotas

Em março de 2008, segundo dados do DATASUS, Pelotas possuía 135 unidades ambulatoriais. As unidades mais numerosas eram os centros de saúde, com 52 unidades, seguidos por consultórios isolados (37 unidades), conforme mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-128 Rede ambulatorial do SUS em Pelotas, em 2008**

Tipo de unidade ambulatorial	Unidades
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	52
Clínica especializada/ Ambulatório especializado	10
Consultório isolado	37
Hospital especializado	1
Hospital Geral	5
Policlínica	2
Posto de saúde	1
Pronto socorro geral	1
Secretaria de saúde	1
Unidade de serviço de apoio de diagnóstico e terapia	23
Unidade móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	1
Unidade móvel terrestre	1
Total	135

Fonte: DATASUS

Pelotas contava, em 2008, com 6 hospitais: um hospital geral federal, quatro hospitais gerais pertencentes a entidades sem fins lucrativos, e um hospital especializado em psiquiatria também pertencente a uma entidade sem fins lucrativos. O número total de leitos era 759, sendo 243 leitos clínicos.



**Tabela 5.3-129 Rede hospitalar do SUS em Pelotas, em 2008**

Regime / Natureza	Hospitais	Leitos	Leitos						
			Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades	Hospital/DIA
- Federal, Org. Soc. Pública - Privado, entidade sem fins lucrativos	6	759	134	243	19	96	75	173	19

Fonte: DATASUS

Em 2005, a causa de morte mais freqüente em Pelotas foram as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 30,7% das mortes. As neoplasias causaram 24,5% dos óbitos e as doenças do aparelho respiratório foram a terceira principal causa de morte, desencadeando 11,6% dos óbitos.

**Tabela 5.3-130 Mortalidade proporcional (%) por faixa etária segundo grupo de causas - CID10, em Pelotas em 2005**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3,8	-	-	-	-	15,2	4,2	1,6	1,7	4,2
II. Neoplasias (tumores)	1,3	27,8	33,3	14,3	-	21,2	38,6	22,4	24,4	24,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	5,6	-	-	8,3	18,0	25,2	38,4	37,3	30,7
X. Doenças do aparelho respiratório	3,8	-	-	-	-	5,7	8,2	15,0	14,2	11,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	64,6	-	-	-	-	-	-	-	-	2,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5,1	22,2	33,3	85,7	91,7	26,3	6,8	2,8	3,0	8,2
Demais causas definidas	21,5	44,4	33,3	-	-	13,6	16,9	19,8	19,4	18,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM

A principal causa de internação hospitalar em 2006 foi a gravidez e o parto, com 19,8% do total. As neoplasias representaram 12,4% das internações no município, enquanto 10,2% das internações deveram-se às doenças do aparelho digestivo.

**Tabela 5.3-131 Morbidade hospitalar (%) por faixa etária segundo grupo de causas CID10 em Pelotas (2006)**

Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9,9	20,4	13,7	6,7	1,3	7,4	6,9	7,9	7,7	7,8
II. Neoplasias (tumores)	0,9	4,6	13,0	16,4	5,1	11,6	19,6	17,0	18,5	12,4
III. Doenças do sangue e órgãos hemat.	1,0	1,9	1,1	1,2	0,5	0,4	0,7	1,0	0,9	0,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,7	2,0	2,1	2,4	0,3	1,4	3,5	4,2	4,0	2,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	2,4	6,1	9,5	3,9	0,5	0,7	6,0
VI. Doenças do sistema nervoso	1,3	1,4	3,6	1,7	0,4	1,2	2,2	3,5	3,1	1,7
VII. Doenças do olho e anexos	0,1	-	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,9	0,7	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,6	1,7	1,7	2,4	0,2	0,0	0,1	-	0,0	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	1,4	0,5	0,8	3,3	0,5	5,7	22,3	25,1	24,2	9,7
X. Doenças do aparelho respiratório	40,9	42,4	29,6	11,4	1,5	2,4	8,1	13,8	13,0	9,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	1,8	8,4	14,1	13,1	4,9	9,6	16,0	11,0	11,9	10,2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,5	2,1	2,6	1,0	0,8	0,7	0,9	0,7	0,8	0,8
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,2	0,9	3,4	6,0	1,4	2,0	3,0	3,2	3,0	2,3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,0	3,6	3,0	9,3	9,5	8,8	6,6	5,1	5,3	7,3
XV. Gravidez parto e puerpério	0,1	-	-	9,3	61,5	30,2	0,1	0,1	0,1	19,8
XVI. Algumas afec orig. no período perinatal	32,7	1,1	0,2	-	0,2	0,0	-	-	-	1,8
XVII. Malf cong deformid e anom. cromossômicas	4,5	5,0	3,6	3,3	0,5	0,3	0,3	0,1	0,1	0,8
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	0,4	0,8	0,5	0,2	0,4	0,8	1,1	1,2	0,5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,2	2,7	5,6	8,1	4,3	4,0	4,2	4,6	4,4	4,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,0	-	-	-	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	0,3	1,0	0,8	1,0	0,5	4,1	0,3	0,2	0,2	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH

### **5.3.3.6 Educação**

O Brasil apresenta indicadores e taxas relativas à educação abaixo dos padrões internacionais, ainda que, por outro lado, as taxas de retorno à educação venham crescendo paulatinamente. Essa situação é preocupante uma vez que a escolaridade está intimamente atrelada à condição socioeconômica familiar. Em termos gerais, isso significa que quanto menor a escolaridade, menor a chance de inserção no mercado formal de trabalho e, por conseqüência, menor a chance de percepção de salários satisfatórios.

As questões relativas à baixa escolaridade não possuem reflexos somente no aspecto econômico. Um estudo realizado no Vale do Jequitinhonha (Goza et al., 1996), um dos locais mais pobres e com uma das maiores taxas de filhos/família do Brasil, indicou que existe relação direta entre a adoção de planejamento familiar com maior grau de escolaridade da mulher: quanto mais anos de estudo a mulher possuir, maior vai ser sua preocupação em relação ao controle da natalidade. Portanto, a mudança do status social da mulher (maior acesso à escola e ao mercado de trabalho) implicou em mudanças no comportamento reprodutivo daquela região. Assim, o acesso e a qualidade da educação pública ofertada são extremamente relevantes.

Há décadas atrás, o nível primário na educação permitia o ingresso de pessoas no mercado de trabalho informal e formal com pouca qualificação. A realidade atual, no entanto, exige maior nível de instrução para empregos ainda considerados de baixa-qualificação.

Muito embora a alfabetização não seja um estado que por si só garanta a melhoria da condição de vida, é impossível não correlacionar os altos níveis de analfabetismo com a situação socioeconômica da população de baixa renda. Ainda que a taxa de alfabetização de pessoas com 15 ou mais anos no Brasil tenha apresentado crescimento nos últimos anos, os dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE, indicam que aproximadamente dezesseis milhões de pessoas com 15 ou mais anos não eram alfabetizadas. Vale ressaltar que a proporção de pessoas alfabetizadas nos municípios analisados é considerada alta, denotando investimento na área educacional.

De acordo com o censo escolar de 2007, realizado pelo INEP, o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino dos municípios analisados se distribuía conforme a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-132 Alunos matriculados nos municípios analisados, por tipo de estabelecimento, em 2007**

	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
<b>Ensino pré-escolar - Total</b>	<b>420</b>	<b>1.029</b>	<b>195</b>	<b>43</b>	<b>451</b>	<b>76</b>	<b>1.135</b>	<b>46</b>	<b>21</b>	<b>693</b>	<b>34</b>	<b>5.689</b>
escola pública estadual	0	229	0	18	159	0	143	46	21	53	0	558
escola pública municipal	393	188	154	25	258	76	647	0	0	539	34	3.389
escola privada	27	612	41	0	34	0	345	0	0	101	0	1.742
<b>Ensino fundamental - Total</b>	<b>5.619</b>	<b>14.986</b>	<b>2.116</b>	<b>616</b>	<b>3.034</b>	<b>900</b>	<b>9.915</b>	<b>624</b>	<b>1.244</b>	<b>6.210</b>	<b>520</b>	<b>49.106</b>
escola pública estadual	726	7.525	997	158	1.996	519	3.445	414	913	2.553	0	21.630
escola pública municipal	4.774	7.080	848	458	945	318	6.031	210	331	3.484	520	21.449
escola privada	119	381	271	0	93	0	439	0	0	173	0	6.027
<b>Ensino médio regular - Total</b>	<b>1.135</b>	<b>4.242</b>	<b>442</b>	<b>186</b>	<b>708</b>	<b>200</b>	<b>2.480</b>	<b>188</b>	<b>232</b>	<b>1.622</b>	<b>299</b>	<b>13.611</b>
escola pública estadual	1.135	4.049	442	186	687	200	2.319	188	232	1.622	299	9.325
escola pública federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.387
escola pública municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.368
escola privada	0	193	0	0	21	0	161	0	0	0	0	1.531

	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
<b>Ensino médio profissionalizante - Total</b>	<b>0</b>	<b>1.220</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>117</b>	<b>0</b>	<b>362</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>278</b>	<b>0</b>	<b>4.751</b>
escola pública estadual	0	759	0	0	117	0	207	0	0	278	0	806
escola pública federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.446
escola pública municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
escola privada	0	461	0	0	0	0	155	0	0	0	0	1.499

Fonte: INEP

Com relação à educação infantil, havia rede pública em todos os municípios analisados; nos municípios de Mariana Pimentel, Sentinela do Sul, Arambaré, Cristal e Turuçu não havia rede privada. A maior parte das vagas era oferecida por escolas públicas municipais, com exceção de Guaíba, onde a maior parte das vagas nesse nível de ensino era disponibilizada por estabelecimentos particulares.

No ensino fundamental, a maior parte das vagas disponíveis era ofertada pela rede pública de ensino: em sete municípios a maioria das vagas estava nas escolas estaduais, enquanto em cinco municípios havia mais vagas nas escolas municipais.

No nível de ensino médio regular, a grande maioria das vagas disponíveis era ofertada pela rede de escolas estaduais. A participação da rede privada era pequena, ocorrendo apenas nos municípios de Guaíba, Tapes, Camaquã e Pelotas. Em Pelotas, havia escolas de nível médio estaduais, municipais, federais e particulares, sendo que as vagas nas escolas estaduais representavam 68,51% do total para este nível de ensino.

No nível de ensino médio profissionalizante, 5 dos municípios analisados possuíam escolas municipais, e 3 contavam com escolas particulares. Pelotas era o único município que possuía uma escola federal de ensino médio profissionalizante, que ofertava quase a metade das vagas destinadas a este nível de ensino.

**Tabela 5.3-133 Estabelecimentos de ensino nos municípios analisados (2006)**

	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
<b>Ensino pré-escolar - Total</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>225</b>
escola pública estadual	2	15	2	1	5	1	8	2	1	3	0	28
escola pública municipal	8	6	3	3	3	2	18	0	0	10	1	63
escola privada	1	14	1	0	1	0	4	0	0	4	0	34
<b>Ensino fundamental - Total</b>	<b>20</b>	<b>37</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>67</b>	<b>6</b>	<b>137</b>
escola pública estadual	6	18	3	1	5	3	12	2	4	13	0	48
escola pública municipal	13	16	3	3	5	9	31	2	2	53	6	67
escola privada	1	3	1	0	1	0	2	0	0	1	0	22
<b>Ensino médio regular - Total</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>28</b>
escola pública estadual	1	7	2	1	1	1	5	1	1	4	1	17
escola pública federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
escola pública municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
escola privada	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	8
<b>Ensino médio profiss. - Total</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>225</b>
escola pública estadual	2	15	2	1	5	1	8	2	1	3	0	28
escola pública federal	8	6	3	3	3	2	18	0	0	10	1	63
escola pública municipal	1	14	1	0	1	0	4	0	0	4	0	34
escola privada	<b>20</b>	<b>37</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>67</b>	<b>6</b>	<b>137</b>

Fonte: INEP

O IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), possui indicadores específicos para a educação, a saber:

**Taxa de alfabetização de adultos:** Percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever.

**Taxa bruta de frequência escolar:** Proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que freqüentam os cursos fundamental, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.

**Índice de educação:** Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices.

O índice de educação de todos os municípios analisados cresceu entre os anos avaliados (1991 e 2000). Dos doze municípios, o IDHM-E mais baixo em 2000 era o de Cristal. Isso se deveu à taxa bruta de alfabetização de adultos, que permanecia como a menor dentre os municípios analisados, embora tenha aumentado entre 1991 e 2000. Pelotas apresentou o melhor índice dos doze municípios no ano de 2000. Nas tabelas abaixo são mostradas as composições do IDHM-E dos municípios em análise, para os anos de 1991 e 2000:

**Tabela 5.3-134 Indicadores do IDH referentes à educação nos municípios analisados (1991):**

Município	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Índice de educação (IDHM-E)
Eldorado do Sul	88,10	70,02	0,821
Guaíba	90,88	73,23	0,850
Barra do Ribeiro	84,60	60,19	0,765
Mariana Pimentel	83,44	53,49	0,735
Tapes	85,05	58,46	0,762
Sentinela do Sul	80,90	42,65	0,681
Camaquã	84,70	59,62	0,763
Arambaré	77,21	50,33	0,682
Cristal	80,86	55,19	0,723
São Lourenço do Sul	89,39	59,00	0,793
Turuçu	87,98	52,43	0,761
Pelotas	91,07	78,13	0,868

Fonte: PNUD



**Tabela 5.3-135 Indicadores do IDH referentes à educação nos municípios analisados (2000):**

Município	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Índice de educação (IDHM-E)
Eldorado do Sul	92,58	82,58	0,893
Guaíba	94,24	86,35	0,916
Barra do Ribeiro	90,52	80,98	0,873
Mariana Pimentel	89,53	76,99	0,853
Tapes	89,59	82,85	0,873
Sentinela do Sul	89,02	78,55	0,855
Camaquã	89,68	78,05	0,858
Arambaré	85,98	79,34	0,838
Cristal	85,49	74,66	0,819
São Lourenço do Sul	92,87	74,67	0,868
Turuçu	91,46	72,20	0,850
Pelotas	93,75	88,98	0,922

Fonte: PNUD

De acordo com dados dos dois últimos censos demográficos (2000 e 1991), houve aumento do percentual de pessoas alfabetizadas, em todos os municípios analisados, independentemente da faixa etária. O IBGE identificou que a faixa etária com os maiores índices de alfabetização é a de 10 a 19 anos. O município com maior índice de pessoas alfabetizadas em 2000 foi Guaíba, com 91,2%. A tabela a seguir demonstra as taxas de alfabetização por faixa etária:

**Tabela 5.3-136 População alfabetizada por faixa etária nos municípios analisados em 1991 e 2000**

Município		5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 e +	Total
Eldorado do Sul	1991	54,3	95,6	95,9	91,6	68,2	84,1
	2000	58,5	98,7	98,6	95,4	79,7	89,3
Guaíba	1991	54,5	96,7	97,2	94,1	74,0	86,8
	2000	59,3	98,4	99,0	97,0	83,2	91,2
Barra do Ribeiro	1991	52,0	95,6	96,9	89,4	67,5	81,9
	2000	57,4	96,7	98,9	95,0	78,5	87,9
Mariana Pimentel	1991	-	-	-	-	-	-
	2000	65,6	98,1	98,8	93,5	79,4	88,1
Tapes	1991	51,6	94,7	95,0	88,7	67,7	81,3
	2000	59,0	97,3	97,7	93,9	77,2	87,4
Sentinela do Sul	1991	-	-	-	-	-	-
	2000	65,7	98,4	98,0	94,2	76,4	87,7
Camaquã	1991	50,4	94,5	94,3	89,0	65,7	81,2
	2000	58,8	98,4	97,9	94,3	75,5	87,5

Município		5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 e +	Total
Arambaré	1991	-	-	-	-	-	-
	2000	55,9	97,8	96,2	91,3	73,3	84,3
Cristal	1991	54,0	92,7	92,7	85,8	62,9	79,0
	2000	59,1	98,7	98,3	91,0	69,4	84,1
São Lourenço do Sul	1991	54,1	96,7	96,2	92,6	80,4	86,4
	2000	59,4	98,6	98,5	95,7	85,7	90,5
Turuçu	1991	-	-	-	-	-	-
	2000	65,7	99,1	98,9	94,2	82,6	90,0
Pelotas	1991	57,1	96,7	96,9	94,5	80,3	87,9
	2000	59,5	97,8	98,2	96,5	86,3	91,1

Fonte: IBGE – Censos demográficos

Quando consideradas as pessoas com mais de 10 anos de idade, a taxa de alfabetização nos municípios analisados fica próxima de 90%. A taxa mais baixa observada é a de Cristal, com 86,95%

**Tabela 5.3-137 População com mais de 10 anos alfabetizada nos municípios analisados em 2000**

	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas	Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
Eldorado do Sul	21.603	20.166	93,35
Guaíba	76.780	72.738	94,74
Barra do Ribeiro	9.784	8.923	91,20
Mariana Pimentel	3.156	2.852	90,37
Tapes	13.275	12.007	90,45
Sentinela do Sul	4.059	3.655	90,05
Camaquã	49.745	45.083	90,63
Arambaré	3.249	2.837	87,32
Cristal	5.388	4.685	86,95
São Lourenço do Sul	36.831	34.414	93,44
Turuçu	3.142	2.899	92,27
Pelotas	270.427	254.618	94,15

Fonte: IBGE – Censos demográficos

### **5.3.3.7 Lazer, turismo e cultura**

A maior parte dos municípios analisados localiza-se às margens do rio Guaíba ou da Lagoa dos Patos, sendo preponderante a importância destas massas de água nas opções de lazer e turismo dos municípios. As praias e balneários são os principais pontos de lazer de tais municípios, proporcionando a prática de esportes náuticos, principalmente no verão.

---

**- Eldorado do Sul**

O município de Eldorado do Sul integra a área de preservação ambiental do Delta do Jacuí, contando com belas paisagens naturais às margens do Rio Jacuí e do Lago Guaíba. Nestes locais existem estruturas de suporte para o lazer e o turismo rural como pousadas, sítios e parques.

A praia de Sans Souci, que em francês significa despreocupado, é uma das principais áreas de lazer do município; localizada às margens do Lago Guaíba, possui uma bela vista de Porto Alegre. Outra atração turística do município é a antiga fábrica de papel de Pedras Brancas, que hoje integra um parque com infra-estrutura de lazer e trilhas ecológicas.

A comunidade de Eldorado do Sul participa intensamente das atividades promovidas pelos Centros Nativistas, cujo papel é resgatar a cultura tradicionalista gaúcha. A Cavalgada de Eldorado do Sul é um dos mais importantes eventos anuais, percorrendo durante 5 dias os bairros da cidade. Em junho, mês de aniversário do município, a prefeitura de Eldorado do Sul organiza diversos eventos culturais e esportivos como a gincana escolar, a apresentação de bandas musicais e de grupos teatro e de dança, o passeio ciclístico, a corrida rústica e os rodeios.

**- Guaíba**

Guaíba possui diversos atrativos turísticos naturais, além de marcos que remontam a história da revolução farroupilha. Dentre os atrativos naturais de Guaíba destacam-se a Praia da Alegria, onde acontecem diversos eventos e a praia da Flórida.

A infra-estrutura de esporte e lazer conta ainda com o Parque Municipal Ruy Coelho Gonçalves, que possui mini-zoológico e espaços para eventos e prática esportiva, e com o Parque da Juventude, dotado de estrutura de lazer e esporte. Os CTGs (Centros de Tradição Gaúcha) também são parte da estrutura de lazer e cultura do município: neles são realizadas festas e rodeios.

Guaíba integra os municípios que fazem parte do Caminho Farroupilha, um roteiro turístico que passa por diversos municípios gaúchos e busca reviver a história da revolução farroupilha. Em Guaíba esta história é contada através de monumentos como o Marco Farroupilha, que fica na Praia da Alegria e marca o local que foi usado para reunir as tropas farroupilhas antes do ataque a Porto Alegre. Na Praça Gomes Jardim fica o chamado Cipreste Farroupilha, antigo local de reuniões dos revolucionários e onde se encontram os restos mortais e o busto de Gomes Jardim. A história do município também é mantida através do acervo do Museu Carlos Nobre.

### **- Barra do Ribeiro**

Barra do Ribeiro possui diversos atrativos turísticos e espaços de lazer. Os principais atrativos naturais do município são as praias de água doce como o Canto das Mulatas, a Picada, a Boca da Barra e a Praia do Parque. O turismo rural conta com estruturas de fazendas e sítios, onde se pode andar a cavalo e saborear a gastronomia típica da região.

A estrutura de lazer possui ainda o Parque Municipal, os clubes esportivos e os atracadouros para embarcações, além da infra-estrutura para a prática de esportes náuticos. Encontra-se em construção a sub-sede do Clube dos Jangadeiros, no encontro do arroio do Ribeiro com o rio Guaíba, que tem como objetivo o desenvolvimento do esporte à vela e sediar competições de regatas.

No âmbito cultural, Barra do Ribeiro conta com prédios de arquitetura portuguesa e com as festas populares como o Carnaval de Rua, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, o Rodeio Crioulo e a Festa da Batata-Doce.

### **- Mariana Pimentel**

O município de Mariana Pimentel é rico em atrativos naturais. Turistas e moradores têm como opções de lazer as cachoeiras do Chicão e do Português, ambas próximas da sede do município. Outra opção de lazer é o Sítio da Prainha, que além de cachoeiras também possui local para banhos, camping, prática de esportes e trilhas ecológicas. O Cerro Negro, ponto culminante do município, possui cavernas, freqüentemente visitadas por exploradores de universidades. Um dos atrativos naturais mais visitados de Mariana Pimentel é a Pedra Equilibrada: uma pedra de aproximadamente 750 toneladas que tem um apoio de apenas 60 cm de diâmetro sobre outra pedra.

A história do município pode ser apreciada através da arquitetura do edifício onde se localiza atualmente a prefeitura de Mariana Pimentel: sua construção data de 1901 e foi sede da antiga subintendência.

### **- Tapes**

As principais opções de lazer e turismo de Tapes estão às margens da Lagoa dos Patos. A bela paisagem reúne banhistas e praticantes de esportes aquáticos no verão. A Lagoa dos Patos é própria para a prática da natação e da navegação. O Pontal de Tapes, o Balneário Municipal, o Balneário Pinvest, o Balneário Rebello, a Praia de Fora e as Praias dos campings União e Ornando Nogueira Ramos são alguns dos

mais populares pontos de recreação da cidade, com áreas próprias para banho e infraestrutura de campings para atender os visitantes.

Em algumas praias de Tapes existe possibilidade da prática de esportes náuticos. Na praia dos Pinheirais existem campings, estrutura para atender visitantes e quadras para a prática de esportes, além de ser um local próprio para a prática de jet-ski, canoagem e windsurf. A praia do Clube Náutico Tapense, onde são realizadas provas de natação como a Travessia do Pontal de Tapes e a Maratona Mundial de Natação, possui infraestrutura de marina, área de pesca e quadras para a prática de esportes. Na praia do Balneário Municipal são realizadas regatas de optimist e de motonáutica.

#### **- Sentinela do Sul**

O município de Sentinela do Sul possui uma bela paisagem natural, dotada de cerros, morros e cachoeiras. Na base do morro Criciumal existe o sítio arqueológico de Cascatas, sítios indígenas e um casarão construído por escravos.

Parte das atividades de lazer no município consistem na prática de esportes como o futebol, o jogo de bocha, as corridas de cancha reta e a capoeira, cujo ensino tem o apoio da prefeitura.

A maior parte da população de Sentinela do Sul tem origem portuguesa, motivo pelo qual são preservadas manifestações culturais como o terno de reis e as festas religiosas católicas. Os eventos culturais e de lazer realizados anualmente no município são: a Festa de Emancipação Política e Administrativa, a Festa Campeira, o Enterro dos Ossos, a Cavalgada Crioula, a Feira de Páscoa e de Artesanato, a Festa Junina, a Festa do Colono e do Motorista, o Desfile da Pátria Temático, a Semana Farroupilha, o Campeonato Citadino de Futsal, as Festas Religiosas e a Celebração de Natal.

#### **- Camaquã**

A Secretaria Municipal de Turismo e Desporto de Camaquã busca estimular as atividades e eventos esportivos e o turismo no município. Para isso, a secretaria participa em eventos como o Salão de Turismo, realizado em São Paulo. Camaquã faz parte de rotas turísticas como o Caminho Farroupilha, El Camino Del Gaucho e a Rota da Costa Doce. Dentre os atrativos turísticos culturais estão a Casa do Artesão, a Casa do Poeta Camaquense, o Centro Histórico, onde ficam a Câmara de Vereadores, o Cine Teatro Coliseu, a praça Sylvio Luiz, a Igreja Matriz São João Batista e outros prédios. A história de Camaquã é contada por construções antigas como a Estância da Figueira, antiga residência de Antônia Joaquina da Silva, irmã de Bento Gonçalves, e

o Forte Zeca Netto, que foi a morada do General José Antônio Netto, líder das revoluções de 1893 e 1923. No Sítio Água Grande localiza-se a Fundação Barbosa Lessa, onde se reúnem atrativos históricos, culturais e naturais. Além de preservar a memória e a casa onde residiu o escritor e historiador Luís Carlos Barbosa Lessa, existem no sítio engenhos e utensílios típicos gaúchos e trilhas ecológicas que levam a cachoeiras.

As atividades esportivas concentram-se na Prainha, que fica às margens da Lagoa dos Patos e possui área para caminhadas e quadras esportivas. Em junho realiza-se na Prainha a Festa de São João, padroeiro do município.

Os eventos culturais de Camaquã como a Feira do Livre, o Rock e Poesia, o Festival de Dança, oficinas de artes plásticas, teatro adulto e infantil, música e dança são organizados pela Secretaria Municipal de Cultura. A Secretaria também administra o Cine Teatro Coliseu, construído em 1914, o Museu Divino Alziro Beckel e a Biblioteca Municipal, que localizam-se no Forte Zeca Netto. O museu expõe peças datadas da época da Revolução Farroupilha, como moedas, armas, aparelhos antigos e livros e documentos da época. A biblioteca possui acervo de aproximadamente 10 mil livros de temas variados, possuindo uma seção exclusiva para o acervo literário do escritor Barbosa Lessa.

#### **- Arambaré**

Entre os principais atrativos naturais de Arambaré estão os 8km de praias às margens da Lagoa dos Patos e do Arroio do Velhaco. Os mais importantes atrativos culturais do município são a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, a Biblioteca Municipal e a Fazenda Casa Grande, que oferece hospedagem em quartos originais de fazenda, culinária gaúcha e passeios a cavalo.

O município também possui espaço para a realização de eventos tipicamente gaúchos no Parque de Eventos Tradicionalistas Donário Lopes de Almeida. Em Arambaré realizam-se diversos eventos ao longo do ano: no verão acontecem eventos esportivos às margens da Lagoa dos Patos, em fevereiro ocorre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em março, o aniversário do município, em julho acontece o Roteiro de Danças Tradicionalistas, e em setembro é realizada a Semana Farroupilha, entre outros.

#### **- Cristal**

Os principais pontos turísticos de Cristal são o Balneário Rio Camaquã, que passa pelo município de Cristal, e possui infra-estrutura de lazer às suas margens, e o

Parque Histórico Bento Gonçalves da Silva, localizado na antiga propriedade pertencente à família de Bento Gonçalves. Junto às ruínas da casa original foi construída uma réplica da casa que pertenceu a Bento Gonçalves e que hoje abriga um museu com réplicas da indumentária farroupilha e também com animais empalhados.

A infra-estrutura cultural de Cristal conta com a Biblioteca Municipal, que possui um acervo variado e realiza projetos de reciclagem, excursões e atividades culturais, oficinas pedagógicas, exposições itinerantes, oficinas de xadrez, aulas de violão e memória oral do município.

#### **- São Lourenço do Sul**

Localizada às margens da Lagoa dos Patos, São Lourenço do Sul possui diversas praias como opção de lazer para os turistas e moradores; dentre elas destacam-se as praias das Ondinas, das Nereidas, da Barrinha e da Pedra Mole. O calçadão da praia acompanha o desenho da margem da lagoa e é apropriado para caminhadas.

Os moradores também contam com a área de lazer do camping municipal, que possui infra-estrutura para o atendimento dos visitantes e o Galpão Crioulo, que sedia eventos diversos. Dentre os centros culturais destacam-se a Associação dos Artesões Lourencianos e os CTGs Sepé Tiaraju e Sinuelo da Cultura.

Por estar localizado na região denominada Costa Doce, São Lourenço do Sul integra os municípios por onde passa a Cavalgada Cultural da Costa Doce, cujo objetivo é reviver e fortalecer os hábitos e a cultura gaúcha, tendo como pano de fundo a bela paisagem da Lagoa dos Patos. O chamado Caminho Farroupilha percorre locais que fizeram parte da história da Revolução Farroupilha.

Outro importante atrativo do município é o Caminho Pomerano, um roteiro de turismo rural que resgata a história, hábitos e costumes dos imigrantes pomeranos, os primeiros colonizadores do município. Tais imigrantes chegaram à região onde hoje fica São Lourenço do Sul em 1858, vindos da extinta Pomerânia, região localizada ao norte da Polônia, e deram início à tradição do cultivo de batatas, fazendo com que o município se tornasse o maior produtor de batata inglesa da América Latina em 1940. No Caminho Pomerano encontram-se o artesanato típico dos primeiros colonizadores, a culinária tradicional da Pomerânia e produtos orgânicos.

As antigas construções preservadas em São Lourenço do Sul contam um pouco da história do município. A construção denominada “Sobrado” foi edificada no ano de 1860 e é considerada o marco inicial da cidade. O monumento ao colono, localizado

onde viveu o primeiro colonizador do município, é uma homenagem a Jacob Rheingantz e os demais imigrantes que povoaram São Lourenço do Sul.

#### **- Turuçu**

A Lagoa dos Patos figura como principal ponto turístico e de lazer do recém-criado município de Turuçu. A cidade também é conhecida como a “Capital Nacional da Pimenta Vermelha”, por ser cultivada no local a pimenta calabresa. A Igreja Matriz de São José Operário é o mais importante ponto de referência da cidade. O orquidário pertencente a sra. Diva Lange, e que possui várias espécies de orquídeas e outras flores, também é um dos atrativos turísticos do município.

#### **- Pelotas**

Em 2005 foi criada a Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer de Pelotas (STE), que ainda encontra-se em fase de estruturação, já realizando, porém, a promoção das suas áreas de atuação. Dentre as realizações da STE de Pelotas no âmbito turístico estão a melhoria da infra-estrutura local para recebimento de turistas, a implantação da Sinalização Turística da cidade, a divulgação do potencial turístico de Pelotas em eventos de turismo de grande visibilidade, a produção de materiais gráficos como folders e guias turísticos com o intuito de apresentar os atrativos locais, a criação do site da STE na internet e a implantação de dois Postos de Informações Turísticas no centro da cidade.

Pelotas, que também é conhecida como a Princesa do Sul, possui diversos atrativos históricos, culturais e naturais. A prosperidade econômica dos charqueadores pelotenses no século XIX reflete-se na arquitetura imponente dos palacetes em estilo eclético, que formam um conjunto monumental nas ruas da cidade. A região chamada Costa Doce, à beira da Laguna dos Patos, apresenta relevante patrimônio cultural que remonta à época do Ciclo do Charque e conta com museus, bibliotecas, igrejas e charqueadas abertas à visitação. Pelotas também possui diversos espaços culturais, dentre eles salas de cinema, museus e teatros. O centro de Pelotas conta ainda com calçadões que oferecem diversas opções de compras aos moradores e visitantes.

Na zona da Colônia de Pelotas encontra-se uma grande variedade de destinos turísticos rurais. Dentre eles destacam-se as cachoeiras, as trilhas ecológicas orientadas, os roteiros de esportes radicais, as chácaras que oferecem passeios a cavalo e a culinária colonial. A gastronomia também é um importante atrativo do município, já que Pelotas é conhecida como a Capital Nacional do Doce devido à industrialização das receitas tradicionais dos imigrantes. Os doces à base de ovos,



cujas receitas foram trazidas pelos imigrantes portugueses, estão entre os mais apreciados. No mês de junho acontece a Fenadoce, a Feira Nacional do Doce de Pelotas, uma grande oportunidade para os produtores de doce da cidade divulgarem seus produtos e fazerem negócios. Em 2008 realizar-se-á a 16ª Fenadoce.

A atuação da STE na área de esportes e lazer consiste no apoio e na gestão de eventos esportivos. A secretaria busca tornar a prática de esportes acessível a todos os grupos etários e aos portadores de necessidades especiais, além de incentivar a formação de equipes esportivas qualificadas. Dentre os eventos esportivos e de lazer apoiados pela STE estão os Jogos Escolares, o Dia do Esporte, os Torneios municipais durante a Fenadoce e as cavalgadas.

### **5.3.3.8 Economia**

Jannuzzi (2001) aponta que o PIB per capita era um indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico em progressivo desgaste. Dentre as várias propostas para a elaboração de um índice substitutivo, estava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH é constituído a partir da composição de três dimensões: nível educacional, esperança de vida e PIB per capita, que permite a classificação de países, estados e municípios, considerando as variáveis que influenciam e demonstram a evolução da melhoria das condições de vida das pessoas. Conceitualmente, cada um dos subindicadores que compõem o IDH são os seguintes:

**Esperança de vida ao nascer (em anos):** Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

**Índice de renda (IDHM-R):** Calculado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local, com o emprego da metodologia conhecida como paridade do poder de compra.

**Índice de longevidade (IDHM-L):** Índice do IDHM relativo à dimensão longevidade (duração da vida). É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula:  $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$ , onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M):** É obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

O índice de cada uma dessas variáveis (longevidade, educação e renda,) varia entre 0 (mínimo) e 1 (máximo). A média resultante dos índices constitui o IDH do município, estado, região ou país. Quanto mais próximo de 1 essa média estiver, maior será o nível de desenvolvimento humano. Os indicadores específicos da educação, embora componentes do IDH, estão no item específico que trata desta temática.

**Tabela 5.3-138 IDH dos municípios analisados - 1991**

MUNICÍPIO	Esperança de vida ao nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDH	Posição RS	Posição BR
Eldorado do Sul	69,74	0,821	0,746	0,652	0,740	124	437
Guaíba	70,92	0,850	0,765	0,664	0,760	52	196
Barra do Ribeiro	67,75	0,765	0,713	0,664	0,714	227	914
Mariana Pimentel	72,81	0,735	0,797	0,601	0,711	239	977
Tapes	65,12	0,762	0,669	0,678	0,703	274	1170
Sentinela do Sul	67,75	0,681	0,713	0,580	0,658	408	2172
Camaquã	66,34	0,763	0,689	0,655	0,702	280	1203
Arambaré	61,93	0,682	0,616	0,582	0,627	449	2748
Cristal	71,25	0,723	0,771	0,659	0,718	212	823
São Lourenço do Sul	69,15	0,793	0,736	0,654	0,728	166	630
Turuçu	69,06	0,761	0,734	0,725	0,740	124	437
Pelotas	69,15	0,868	0,736	0,701	0,768	29	113

Fonte: PNUD

Para o ano de 1991, o município que apresentou maior esperança de vida ao nascer e, conseqüentemente o maior índice de longevidade, foi Mariana Pimentel. O maior índice de renda coube ao município de Turuçu. O município de Pelotas foi o que apresentou maior índice de educação e o maior IDH municipal (0,768). Em 1991, Pelotas teve o 29º maior IDH do Rio Grande do Sul e o 113º do Brasil.

**Tabela 5.3-139 IDH dos municípios analisados - 2000**

MUNICÍPIO	Esperança de vida ao nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDH	Posição RS	Posição BR
Eldorado do Sul	73,59	0,893	0,810	0,705	0,803	156	497
Guaíba	73,59	0,916	0,810	0,719	0,815	96	288
Barra do Ribeiro	73,49	0,873	0,808	0,700	0,794	195	689
Mariana Pimentel	75,84	0,853	0,847	0,661	0,787	229	871
Tapes	70,30	0,873	0,755	0,712	0,780	260	1040
Sentinela do Sul	75,35	0,855	0,839	0,638	0,777	271	1113
Camaquã	69,45	0,858	0,741	0,705	0,768	308	1367
Arambaré	68,50	0,838	0,725	0,667	0,743	398	2057
Cristal	72,69	0,819	0,795	0,650	0,755	363	1713
São Lourenço do Sul	71,59	0,868	0,777	0,686	0,777	271	1113

MUNICÍPIO	Esperança de vida ao nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDH	Posição RS	Posição BR
<b>Turuçu</b>	71,59	0,850	0,777	0,649	0,759	351	1604
<b>Pelotas</b>	71,59	0,922	0,777	0,748	0,816	90	276

Fonte: PNUD

Em 2000, Mariana Pimentel manteve o maior índice de longevidade e a maior esperança de vida ao nascer: 75,84 anos. Dentre os municípios analisados, Pelotas foi o que apresentou os mais altos índices de educação e renda em 2000. O IDH municipal de Pelotas também foi o mais alto (0,816) dos municípios aqui analisados, sendo 90º maior do estado do Rio Grande do Sul e o 276º do Brasil.

Outro indicador importante para a análise econômica de uma região é o índice de Gini. Ele mede o grau de concentração e distribuição de renda, e varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima na distribuição da renda. Este índice não permite aferir se a população de um local é rica ou pobre, apenas demonstra o nível da desigualdade entre os habitantes ricos e os pobres. Há uma tendência de que, em localidades mais pobres, o índice de Gini esteja mais próximo da igualdade, já que grande parte da população tem baixa, contudo semelhante.

**Tabela 5.3-140 Índice de Gini dos municípios analisados – 1991**

<b>Eldorado do Sul</b>	0,4895
<b>Guaíba</b>	0,5130
<b>Barra do Ribeiro</b>	0,5852
<b>Mariana Pimentel</b>	-
<b>Tapes</b>	0,5937
<b>Sentinela do Sul</b>	-
<b>Camaquã</b>	0,5875
<b>Arambaré</b>	-
<b>Cristal</b>	0,6326
<b>São Lourenço do Sul</b>	0,5825
<b>Turuçu</b>	-
<b>Pelotas</b>	0,6044

Fonte: IBGE

O município que possuía melhor distribuição de renda em 1991 era Eldorado do Sul. Cristal foi o município com pior distribuição de renda. Entre 2002 e 2005, o Produto Interno Bruto nacional cresceu 36,84%, de acordo com dados do IBGE. No mesmo período, o PIB de todos os municípios analisados, exceto Sentinela do Sul e Turuçu, aumentou. No entanto, entre 2004 e 2005 o PIB dos municípios de Barra do Ribeiro, Tapes, Sentinela do Sul, Camaquã, Arambaré, Cristal, São Lourenço do Sul e Turuçu diminuiu. Todos os municípios analisados possuíam renda per capita menor do que a média do Rio Grande do Sul em 2005, exceto Eldorado do Sul, que, neste ano atingiu

renda per capita 70,1% maior que a média estadual. O município com maior participação no PIB estadual foi Pelotas, com 1,83% do total do Rio Grande do Sul. A tabela abaixo mostra a evolução do PIB e da renda per capita do Rio Grande do Sul e dos municípios analisados:

**Tabela 5.3-141 Evolução do PIB e da renda *per capita* a preços correntes do Rio Grande do Sul e dos municípios analisados (2002-2005)**

		2002		2003		2004		2005	
		PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)
Rio Grande do Sul		105.486.816	10.057	124.551.267	11.742	137.830.682	12.850	144.344.171	13.310
	Variação	-	-	+ 18,07%	+ 16,75%	+ 10,66%	+ 9,44%	+ 4,73%	+ 3,58%
Eldorado do Sul		418.667	13.949	534.453	17.187	640.973	19.921	753.015	22.640
	Variação	-	-	+ 27,66%	+ 23,22%	+ 19,93%	+ 15,91%	+ 17,48%	+ 13,64%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,40%	38,7% maior	0,43%	46,4% maior	0,47%	55,0% maior	0,52%	70,1% maior
Guaíba		660.225	6.684	739.594	7.357	827.403	8.089	1.154.754	11.098
	Variação	-	-	+ 12,02%	+ 10,06%	+ 11,87%	+ 9,95%	+ 39,56%	+ 37,20%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,63%	33,5% menor	0,59%	37,3% menor	0,60%	37,1% menor	0,80%	16,6% menor
Barra do Ribeiro		72.454	5.958	91.420	7.442	102.340	8.248	91.250	7.281
	Variação	-	-	+ 26,18%	+ 24,90%	+ 11,94%	+ 10,83%	-10,84%	-11,72%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,07%	40,8% menor	0,07%	36,6% menor	0,07%	35,8% menor	0,06%	45,3% menor
Mariana Pimentel		17.740	4.519	23.330	5.830	23.234	5.699	23.345	5.621
	Variação	-	-	+ 31,51%	+ 29,01%	-0,41%	-2,24%	+ 0,48%	-1,36%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,02%	55,1% menor	0,02%	50,4% menor	0,02%	55,7% menor	0,02%	57,8% menor

		2002		2003		2004		2005	
		PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)
Tapes		102.406	6.046	119.383	6.943	129.799	7.439	119.461	6.748
	Variação	-	-	+ 16,58%	+ 14,85%	+ 8,72%	+ 7,14%	-7,96%	-9,30%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,10%	39,9% menor	0,10%	40,9% menor	0,09%	42,1% menor	0,08%	49,3% menor
Sentinela do Sul		29.934	6.019	30.690	6.132	30.686	6.092	26.286	5.186
	Variação	-	-	+ 2,52%	+ 1,87%	-0,01%	-0,65%	-14,34%	-14,88%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,03%	40,1% menor	0,02%	47,8% menor	0,02%	52,6% menor	0,02%	61,0% menor

Fonte: IBGE

**Tabela 5.3-142 Evolução do PIB e da renda *per capita* a preços correntes do Rio Grande do Sul e dos municípios analisados (2002-2005)**

		2002		2003		2004		2005	
		PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)
Rio Grande do Sul		105.486.816	10.057	124.551.267	11.742	137.830.682	12.850	144.344.171	13.310
	Variação	-	-	+ 18,07%	+ 16,75%	+ 10,66%	+ 9,44%	+ 4,73%	+ 3,58%
Camaquã		486.936	7.864	609.504	9.748	727.696	11.527	687.500	10.787
	Variação	-	-	+ 25,17%	+ 23,96%	+ 19,39%	+ 18,25%	-5,52%	-6,42%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,46%	21,8% menor	0,49%	17,0% menor	0,53%	10,3% menor	0,48%	19,0% menor
Arambaré		32.809	7.862	45.386	10.619	55.511	12.688	39.253	8.770
	Variação	-	-	+ 38,33%	+ 35,06%	+ 22,31%	+ 19,48%	-29,29%	-30,88%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,03%	21,8% menor	0,04%	9,6% menor	0,04%	1,3% menor	0,03%	34,1% menor

	2002		2003		2004		2005		
	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	
Cristal		38.456	5.662	46.674	6.809	54.813	7.923	48.174	6.901
	Variação	-	-	+ 21,37%	+ 20,25%	+ 17,44%	+ 16,37%	-12,11%	-12,91%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,04%	43,7% menor	0,04%	42,0% menor	0,04%	38,3% menor	0,03%	48,2% menor
São Lourenço do Sul		236.078	5.319	277.783	6.220	327.034	7.278	322.495	7.133
	Variação	-	-	+ 17,67%	+ 16,94%	+ 17,73%	+ 17,01%	-1,39%	-1,99%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,22%	47,1% menor	0,22%	47,0% menor	0,24%	43,4% menor	0,22%	46,4% menor
Turuçu		43.764	11.486	49.876	12.955	43.070	11.075	38.116	9.701
	Variação	-	-	+ 13,97%	+ 12,78%	-13,65%	-14,51%	-11,50%	-12,40%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	0,04%	14,2% maior	0,04%	10,3% maior	0,03%	13,8% menor	0,03%	27,1% menor
Pelotas		2.036.023	6.158	2.218.800	6.631	2.493.027	7.364	2.644.670	7.721
	Variação	-	-	+ 8,98%	+ 7,69%	+ 12,36%	+ 11,05%	+ 6,08%	+ 4,85%
	Participação no PIB do RS e comparação entre as rendas <i>per capita</i>	1,93%	38,8% menor	1,78%	43,5% menor	1,81%	42,7% menor	1,83%	42,0% menor

Fonte: IBGE

Uma boa medida para se analisar a tendência à concentração de renda pode ser obtida através do nível de discrepância entre o crescimento do PIB e o crescimento do PIB per capita. Tal índice é obtido dividindo-se a variação PIB a preços correntes pela variação do PIB per capita a preços correntes. Entre 2002 e 2005, a discrepância entre o PIB e o PIB per capita do Rio Grande do Sul foi de 1,139, o que demonstra pequena tendência para concentração de renda. Dentre os municípios analisados, Arambaré foi o que apresentou maior discrepância entre PIB e o PIB per capita: 1,702. A tabela a

seguir traz as discrepâncias entre o PIB e o PIB per capita para o Rio Grande do Sul e os municípios analisados:

**Tabela 5.3-143 Discrepância entre o PIB e o PIB per capita no Rio Grande do Sul e nos municípios analisados, entre os anos de 2002 e 2005**

Rio Grande do Sul	1,139
Eldorado do Sul	1,282
Guaíba	1,134
Barra do Ribeiro	1,168
Mariana Pimentel	1,295
Tapes	1,434
Sentinela do Sul	1,136
Camaquã	1,108
Arambaré	1,702
Cristal	1,155
São Lourenço do Sul	1,073
Turuçu	1,205
Pelotas	1,177

Fonte: IBGE

A análise da produção de uma determinada região pode ser feita através de sua estratificação em setores, conforme o tipo de bem ou serviço produzidos. Esta análise não pretende apenas inferir o nível de produção auferido em um determinado período de tempo, mas também qualificar esta produção. Se uma sociedade é estritamente agrícola pode-se inferir que o nível tecnológico da mesma deva ser baixo, da mesma forma que o nível educacional e a densidade populacional provavelmente sejam pequenos - devido à grande necessidade de espaço para as plantações. Conclui-se que numa área agrícola, quanto menor for a densidade populacional, mais custosa será a instalação da infra-estrutura social (educação, saúde, saneamento, etc.), em decorrência tanto da baixa utilização como das maiores distâncias envolvidas. Uma vez que regiões em desenvolvimento têm recursos limitados, uma sociedade estritamente agrícola tende a apresentar uma infra-estrutura social menos eficiente do que numa sociedade urbanizada.

Os estratos principais da economia são os setores da agropecuária, da indústria, e o de comércio e serviços, que para fins didáticos é comumente chamado de setor de serviços apenas. Cada setor econômico apresenta uma participação distinta na formação do PIB de uma região, o que se denomina valor adicionado.

Na evolução econômica das sociedades percebe-se que a produção tende a migrar do setor agropecuário para o setor de serviços, ou seja, o valor adicionado pelo setor agropecuário tende a diminuir à medida que a sociedade evolui ao longo do tempo.

A tabela abaixo identifica a participação de cada setor econômico para a formação do PIB nos municípios estudados, em 2005:

**Tabela 5.3-144 Percentual do valor adicionado ao PIB pelos diferentes setores econômicos (2002-2005)**

Setor econômico	Município	2005
Agricultura	Eldorado do Sul	3,15
	Guaíba	1,40
	Barra do Ribeiro	24,42
	Mariana Pimentel	38,03
	Tapes	15,46
	Sentinela do Sul	32,15
	Camaquã	12,97
	Arambaré	45,06
	Cristal	38,29
	São Lourenço do Sul	26,56
	Turuçu	33,65
	Pelotas	3,06
Indústria	Eldorado do Sul	62,96
	Guaíba	51,62
	Barra do Ribeiro	15,15
	Mariana Pimentel	8,28
	Tapes	18,77
	Sentinela do Sul	16,09
	Camaquã	30,80
	Arambaré	7,48
	Cristal	9,78
	São Lourenço do Sul	13,84
	Turuçu	24,39
	Pelotas	20,08
Serviços	Eldorado do Sul	33,89
	Guaíba	46,99
	Barra do Ribeiro	60,43
	Mariana Pimentel	53,69
	Tapes	65,77
	Sentinela do Sul	51,76
	Camaquã	56,23
	Arambaré	47,45
	Cristal	51,93
	São Lourenço do Sul	59,60
	Turuçu	41,96
	Pelotas	76,86

Fonte: IBGE



A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é uma padronização utilizada pelos órgãos governamentais e censos empresariais. De acordo com essa classificação, o pessoal ocupado nos municípios analisados concentra-se principalmente em atividades da categoria G: comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Outra atividade que congrega grande percentual da população ocupada é a indústria de transformação. Abaixo é mostrada a distribuição da população ocupada nos municípios analisados, de acordo com a classificação CNAE:

**Tabela 5.3-145 Percentual de pessoas ocupadas por atividade econômica nos municípios analisados (2005)**

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,30	2,42	18,39	3,53	2,37	1,68	1,34	9,32	3,51	2,53	3,37	0,49
B Pesca	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-	0,07	-	0,01
C Indústrias extrativas	0,30	0,27	0,09	-	0,39	-	0,09	-	2,34	0,19	-	0,21
D Indústrias de transformação	17,60	20,36	24,38	8,70	20,71	26,95	19,47	3,41	11,00	9,61	55,90	14,50
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,08	2,10	-	-	0,85	-	1,24	-	-	0,50	-	0,43
F Construção	1,73	2,74	0,27	3,53	2,05	-	2,02	0,45	1,50	1,04	-	3,68
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	9,54	28,80	23,34	39,40	34,61	31,37	42,08	37,05	17,05	43,09	9,88	32,09
H Alojamento e alimentação	1,75	2,89	5,04	2,99	4,17	1,26	3,25	7,73	8,00	5,63	3,13	3,29
I Transporte, armazenagem e comunicações	5,67	10,08	1,70	3,53	3,64	1,05	3,91	-	7,55	5,29	0,94	6,49
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	0,26	1,23	1,12	-	1,73	-	1,26	-	-	1,61	-	1,76
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	53,96	13,60	3,21	1,63	4,24	1,26	2,95	0,68	33,57	2,67	-	8,83

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
L Administração pública, defesa e seguridade social	7,05	8,17	14,29	-	14,70	-	12,98	-	-	17,74	-	10,10
M Educação	0,33	2,37	0,27	-	0,46	-	2,59	-	-	0,90	-	7,92
N Saúde e serviços sociais	0,20	1,22	1,70	-	3,32	-	3,23	-	0,46	6,11	-	6,24
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,23	3,74	2,95	5,16	6,75	3,79	3,56	3,18	1,63	3,01	0,96	3,96
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

De acordo com a PNAD 2006, os maiores rendimentos mensais médios nos municípios analisados são oferecidos por empresas de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados com uma média salarial de mais de R\$2.500,00 mensais. As empresas de produção e distribuição de eletricidade, gás e água ofereciam o segundo maior rendimento médio nos municípios em análise, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-146 Rendimento mensal médio nas diferentes atividades nos municípios analisados, em R\$ (2005)**

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1025,64	629,53	575,62	364,58	327,24	500,00	1175,80	765,15	472,22	732,69	123,02	1684,45
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C Indústrias extrativas	1108,02	822,65	-	-	-	-	666,67	-	376,34	875,00	-	790,52
D Indústrias de transformação	2662,48	2327,89	680,86	642,86	783,37	799,63	880,45	1000,00	502,02	676,42	996,35	740,95
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1375,00	1064,65	-	-	2368,06	-	1665,47	-	-	2086,31	-	2578,61
F Construção	677,86	714,20	-	-	393,94	-	715,48	-	847,22	791,67	-	549,31

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	840,23	647,08	560,61	526,67	469,45	478,57	655,97	527,13	583,33	544,51	573,23	600,52
H Alojamento e alimentação	356,44	414,51	477,68	583,33	437,98	416,67	403,46	257,58	418,56	422,97	656,86	420,23
I Transporte, armazenagem e comunicações	1333,33	1017,55	641,67	416,67	906,46	333,33	853,05	-	947,13	806,31	-	1079,65
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	2342,59	2222,88	2677,54	-	2858,80	-	2828,03	-	-	2626,16	-	2466,19
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	762,85	597,90	305,56	333,33	515,72	-	742,72	-	410,14	581,56	-	748,52
L Administração pública, defesa e seguridade social	1195,69	1254,22	754,43	-	634,62	-	722,52	-	-	786,93	-	911,14
M Educação	705,36	1333,55	1083,33	-	533,33	-	785,01	-	-	583,33	-	2188,79
N Saúde e serviços sociais	541,67	806,74	611,11	-	515,15	-	710,28	-	395,83	726,61	-	786,19
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	424,42	621,83	694,44	333,33	942,86	291,67	863,74	214,29	388,89	522,29	666,67	607,10
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

De acordo com o IBGE, existiam em 2005, nos municípios analisados, 30.332 estabelecimentos comerciais, sendo mais da metade deles classificados como casas de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, como pode ser verificado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-147 Número de estabelecimentos por atividade econômica nos municípios analisados, em 2005**

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	13	55	16	6	24	5	56	6	6	12	4	101

Classificação de atividades (CNAE)	Município											
	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinela do Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
B Pesca	-	1	-	1	-	-	3	-	1	3	-	5
C Indústrias extrativas	5	11	5	2	6	2	8	1	7	10	-	35
D Indústrias de transformação	150	375	72	20	109	35	378	14	50	163	8	1.293
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	5	2	1	4	1	6	1	1	4	-	11
F Construção	75	170	4	8	19	1	67	3	8	25	2	359
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	768	2.759	340	100	512	114	2.266	148	177	1.167	41	8.772
H Alojamento e alimentação	117	319	59	10	80	7	205	31	35	131	9	705
I Transporte, armazenagem e comunicações	132	278	18	3	42	6	185	2	20	82	5	689
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	10	40	5	-	9	-	32	1	-	17	-	174
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	154	612	48	3	51	4	182	4	11	78	-	1.680
L Administração pública, defesa e seguridade social	3	5	3	1	4	2	4	2	2	3	2	15
M Educação	11	47	5	1	7	1	39	1	2	21	1	212
N Saúde e serviços sociais	15	54	13	-	17	-	42	-	4	21	1	311
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	110	323	46	19	100	32	282	33	35	179	10	986
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

A produção agrícola é bastante representativa na economia dos municípios em análise, o que pode ser constatado tanto pelo valor adicionado pelo setor no PIB da região como pela área ocupada por lavouras. O percentual da área destinado a lavouras é bastante alto, ultrapassando os 20% nos municípios de Sentinela do Sul, Camaquã, Arambaré e São Lourenço do Sul. Camaquã era o município que, em 2006, possuía o maior percentual de terras destinadas às lavouras (28,07%). O município de Mariana Pimentel era, dentre os analisados, o município que destinava o menor percentual de terras para a agricultura (10,42%). A tabela abaixo mostra a área total ocupada pelas lavouras temporárias e permanentes nos municípios analisados:

**Tabela 5.3-148 Área destinada a lavouras nos municípios analisados, em hectares (2006)**

	Lavoura temporária	% da área total	Lavoura permanente	% da área total	Todas as lavouras	% da área total
<b>Eldorado do Sul</b>	9.541	18,37	30	0,06	9.571	18,42
<b>Guaíba</b>	4.157	11,03	52	0,14	4.209	11,17
<b>Barra do Ribeiro</b>	13.859	18,76	53	0,07	13.912	18,83
<b>Mariana Pimentel</b>	3.316	10,16	85	0,26	3.401	10,42
<b>Tapes</b>	14.201	17,65	68	0,08	14.269	17,74
<b>Sentinela do Sul</b>	5.690	20,16	103	0,36	5.793	20,53
<b>Camaquã</b>	47.038	27,97	158	0,09	47.196	28,07
<b>Arambaré</b>	13.317	25,76	4	0,01	13.321	25,77
<b>Cristal</b>	12.272	18,01	59	0,09	12.331	18,09
<b>São Lourenço do Sul</b>	46.935	23,16	269	0,13	47.204	23,29
<b>Turuçu</b>	4.753	16,63	29	0,10	4.782	16,73
<b>Pelotas</b>	27.696	16,82	3.547	2,15	31.243	18,97

Fonte: IBGE

### **5.3.3.9 Vetores de crescimento regional e expectativas da população em relação à obra**

A expectativa da população em relação à obra está apresentada no item “5.3.4.4 Caracterização das aglomerações urbanas nas margens da rodovia”

O processo de industrialização aliado a mecanização das atividades agrícolas e a concentração de terras são os elementos mais significativos para o entendimento da ocupação urbana e periurbana no Brasil. Por sua vez, a concentração de habitantes nos núcleos urbanos, inicialmente fruto do êxodo rural ocorrido na década de 60/70 do século passado, contribuiu significativamente para o crescimento do comércio e da indústria, exercendo pressão significativa nos serviços de infra-estrutura, inclusive de transporte.

Os dois extremos do trecho a ser duplicado (Porto Alegre/Guaíba de um lado, Pelotas de outro) são as regiões mais populosas do estado. Portanto, além dos municípios localizados nas “pontas” do trecho serem vetores de crescimento populacional, vários pontos ao longo da rodovia também apresentam crescimento e expectativa de crescimento.

A própria implantação da BR 116, de acordo com as entrevistas realizadas, foi vetor de atração populacional para a região e proporcionou um incremento significativo nos setores de comércio e agricultura. O impacto da duplicação nesse setor será muito mais reduzido, uma vez que os aglomerados já sofrem um aumento populacional a despeito dessa obra.

Outra característica do trecho, na parte rural, é a intensa utilização das áreas inundáveis para a plantação de arroz e a existência de grandes áreas de pastagem e de reflorestamento. A predominância desses usos do solo por si só não representa vetor de crescimento.

Entretanto, observam-se também várias indústrias de beneficiamento de arroz nas áreas lindeiras ao trecho, empregando várias pessoas residentes nos municípios da área de influência. A melhoria de transporte poderá atrair mais investimentos nesse setor, atraindo mais pessoas para residir nas imediações da rodovia.

### **5.3.4 Uso e ocupação territorial**

#### **5.3.4.1 Evolução da ocupação humana na região**

A ocupação do Brasil teve início a partir da costa, sendo que os núcleos populacionais ali se estabeleceram e se desenvolveram com o extrativismo. A produção agropecuária para a subsistência dos núcleos já indicava uma articulação com as áreas mais “interioranas” do país. Posteriormente, a cana tem lugar de destaque na produção, pelo alto valor do preço do açúcar no mercado europeu.

Desde o período colonial, o Rio Grande do Sul teve sua economia fortemente articulada com os interesses da metrópole. Tardiamente, no século XVIII, a colonização do sul do país foi iniciada com o estabelecimento de núcleos portugueses. Anteriormente, alguns criadores de gado já haviam se estabelecido na região, encontrando ali ambiente favorável para a atividade. Além dos interesses econômicos, a fronteira representava uma área estratégica para ocupação do solo.

Mais informações sobre a evolução da ocupação humana na região estão apresentadas no item **5.3.7.1 Histórico da ocupação regional**.

A migração, como fenômeno social, também é importante no entendimento do processo atual de ocupação da região. No início do Século XX, aproximadamente 12% da população do estado do Rio Grande do Sul era composta por estrangeiros. Essa disparidade foi resultado dos fluxos migratórios que se destinaram ao estado no final do século XIX. Dados de 1991 já demonstravam que a proporção de estrangeiros residentes no estado havia caído para apenas 0,44% e, posteriormente, para 0,31% em 1999. Em 2000, a proporção de estrangeiros residentes no Rio Grande do Sul era de 0,15%, sendo o grupo mais representativo os indivíduos nascidos no Uruguai. Muito embora a proporção de estrangeiros tenha sido reduzida drasticamente, o grande fluxo migratório ocorrido influenciou fortemente na formação da cultura do estado.

Entre a década de 1940 e 1950, o número de pessoas nascidas no Rio Grande do Sul e que moravam em outras áreas superou o número de imigrantes residentes no estado. A partir de 1950, a proporção entre os gaúchos residentes em outros estados e os residentes no Rio Grande do Sul cresce acentuadamente, sendo o destino principal dos emigrantes os estados do Paraná e Santa Catarina. Em 1980, esse percentual chega a aproximadamente 11%, e o destino principal dos migrantes passam a ser os estados da Região Centro-Oeste. Entre as décadas de 80 e 90, o percentual de gaúchos residindo em outros estados da federação sofre ligeira redução e se estabiliza próximo dos 10%.

Por outro lado, observa-se a maior parte das migrações realizadas pelos gaúchos tem como destino o próprio estado. As regiões mais atraentes para os migrantes são as mais populosas, onde a oferta de oportunidades é maior. Dentre os municípios analisados, os que atraem mais migrantes são Eldorado do Sul e Guaíba, por pertencerem à Região Metropolitana de Porto Alegre, e Pelotas.

Dados do último censo demográfico (2000) demonstraram que 149.593 pessoas nascidas em outras unidades da federação ou outros países viviam no Rio Grande do Sul a menos de 10 anos. Os principais locais de origem desses migrantes eram Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A tabela abaixo traz o número de imigrantes pelos principais locais de origem:

**Tabela 5.3-149 População não natural do Rio Grande do Sul residente no estado a menos de 10 anos, por local de origem**

Local de origem	Imigrantes	%
Santa Catarina	54.344	36,33
Paraná	31.552	21,09
São Paulo	14.499	9,69

Local de origem	Imigrantes	%
Exterior	10.332	6,91
Rio de Janeiro	9.376	6,27
Demais estados	26.401	17,65
Sem declaração	2.988	2,00
Sem especificação	101	0,06
<b>Total</b>	<b>149.593</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

Dados do censo de 2000 demonstraram que, dentre os estados da Região Sul do país, o Rio Grande do Sul é o que apresentava o menor número de imigrantes com menos de 10 anos de residência no Estado, com apenas 16,57% do total de migrantes. A tabela abaixo traz o número de migrantes cujos destinos foram os três estados da Região Sul do Brasil:

**Tabela 5.3-150 População não natural da unidade da federação residente nos estados da Região Sul do Brasil a menos de 10 anos:**

	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
<b>Menos de 1 ano</b>	91.859	41.184	34.090	16.585
<b>1 a 2 anos</b>	260.580	126.916	88.845	44.820
<b>3 a 5 anos</b>	287.327	136.057	106.681	44.589
<b>6 a 9 anos</b>	263.226	122.101	97.527	43.599
<b>Total</b>	<b>902.993</b>	<b>426.257</b>	<b>327.143</b>	<b>149.593</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

Quando consideradas as migrações de outras regiões do país para a Região Sul, o Rio Grande do Sul era o destino em 14,57% dos casos em 1991, valor que caiu para 13,27% do total das migrações para a Região Sul em 2000. Como se pode verificar na tabela abaixo, nos últimos dois censos demográficos realizados, o Rio Grande do Sul foi o estado da Região Sul que menos recebeu migrantes de outras regiões do país.

**Tabela 5.3-151 População não natural da Região Sul do Brasil, residente nos estados a menos de 10 anos**

	1991	2000
<b>Paraná</b>	317.610	317.450
<b>Santa Catarina</b>	59.323	98.695
<b>Rio Grande do Sul</b>	64.293	63.697
<b>Total da Região Sul</b>	<b>441.226</b>	<b>479.842</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

A migração de data fixa, obtida a partir das Contagens de População e Censos Demográficos revela a situação dos deslocamentos ocorridos 5 anos antes da realização da pesquisa. No caso da Contagem da População em 1996, o ano considerado era 1991.



Nos itens seguintes são mostrados os fluxos migratórios registrados em 1996, de acordo com dados do IBGE, bem como um breve histórico da instalação dos municípios analisados.

#### - Eldorado do Sul

Segundo a prefeitura de Eldorado do Sul, o local onde hoje se situa o município foi primeiramente ocupado por açorianos no século XVIII. Na década de 1930 a região às margens do rio Guaíba começou a servir como balneário para os habitantes de Porto Alegre. Nessa época, o solo era dividido em grandes propriedades onde havia criação de animais e cultivo de arroz.

Na década de 1960 iniciou-se o processo de subdivisão das grandes propriedades em lotes menores, com objetivo de atender a demanda por moradia. A construção da BR-116 contribuiu para o grande crescimento populacional em Eldorado do Sul, ocorrido nas décadas de 70 e 80.

Devido a reivindicações separatistas, em 1985 iniciou-se o processo de emancipação dos bairros Medianeira, Itaí, Bom Retiro, Sans Souci, Picada e Guaíba Country Club, pertencentes a Guaíba. O processo foi concluído em 8 de junho de 1988, com a criação de Eldorado do Sul.

Em Eldorado do Sul, a Contagem da População realizada em 1996 pelo IBGE demonstrou que 95,67% das pessoas que moravam no município há cinco anos ou menos eram provenientes de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul. Há paridade entre os migrantes homens e mulheres, independentemente do local de origem do fluxo migratório, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-152 Pessoas residentes em Eldorado do Sul a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
<b>Outra unidade da federação</b>	159	85	74
<b>Mesma unidade da federação</b>	4.196	2.148	2.048
<b>País estrangeiro</b>	15	8	7
<b>Ignorado</b>	16	6	10
<b>Total</b>	4.386	2.247	2.139

Fonte: IBGE – Contagem da População

Dados do último censo demográfico revelaram que em 2000 havia 1.187 habitantes em Eldorado do Sul originários de outros estados do país, correspondente a uma parcela de 4,35% da população total do município. Dentre o total de originários de outros estados, havia principalmente catarinenses. Paranaenses, paulistas, paraenses

e imigrantes originários de outros países também configuravam um número relevante. A tabela abaixo relaciona o número de habitantes de Eldorado do Sul que não são originários do Rio Grande do Sul, com seus locais de origem:

**Tabela 5.3-153 Pessoas naturais de outros estados residentes em Eldorado do Sul em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	482
Paraná	143
São Paulo	130
Pará	119
País estrangeiro	104
Bahia	78
Minas Gerais	35
Ceará	23
Rio de Janeiro	22
Alagoas	12
Acre	11
Espírito Santo	11
Rondônia	9
Rio Grande do Norte	8
Total	1.187

Fonte: IBGE – censo demográfico

#### **- Guaíba**

Estima-se que populações indígenas já habitavam a região onde hoje encontra-se o município de Guaíba entre 10.000 e 6.000 A.C. Tais habitantes, os índios Guarani, foram dizimados com a chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses, restando hoje muito pouco de sua cultura e de seus descendentes.

O território do município de Guaíba fazia parte da sesmaria de Antônio Ferreira Leitão, criada em 1793. Anos mais tarde, em 1835, esta fazenda serviu de ponto de encontro para os líderes da Revolução Farroupilha, motivo pelo qual Guaíba tem o título de “Berço da Revolução Farroupilha”.

Na segunda metade do século XIX, a partir de um ponto de parada de tropeiros, surgiu na região o povoado das Pedras Brancas, cujo nome deve-se à formação rochosa existente no local, pertencente ao Escudo Riograndense.

A fundação da Igreja Nossa Senhora do Livramento, em 1857, contribuiu para que o chamado Distrito das Pedras Brancas fosse elevado à condição de Freguesia. Em 1860, Pedras Brancas já iniciava seu processo de urbanização.

A alegação de auto-suficiência econômica e política levou o distrito de Pedras Brancas a reivindicar sua emancipação. A partir dos distritos de Pedras Brancas, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel, pertencentes a Porto Alegre, foi fundado o município de Guaíba em 14 de outubro de 1926. O nome escolhido para o município significa “baía de todas as águas” em Tupi, e é uma homenagem ao Lago Guaíba.

A Contagem da População de 1996 revelou que a maioria (93,63%) dos novos moradores do município de Guaíba era oriunda de outros municípios do estado. O percentual de novos moradores originários de outros estados do país foi de 5,56%. A quantidade de migrantes homens em relação às migrantes mulheres é praticamente a mesma para qualquer que seja a origem do movimento migratório. A tabela abaixo relaciona o número de pessoas que passou a morar em Guaíba entre 1991 e 1996:

**Tabela 5.3-154 Pessoas residentes em Guaíba a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	481	239	242
Mesma unidade da federação	8.094	4.021	4.073
País estrangeiro	27	14	13
Ignorado	43	23	20
<b>Total</b>	<b>8.645</b>	<b>4.297</b>	<b>4.348</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

O percentual de nascidos em outros estados ou países residentes em Guaíba em 2000 era de 2,83% da população. O censo demográfico registrou 2.668 pessoas naturais de outros estados, sendo quase a metade deste número catarinenses. Paranaenses e cearenses também se destacam como migrantes para o município. A tabela abaixo apresenta o número de moradores de Guaíba originários de outros estados:

**Tabela 5.3-155 Pessoas naturais de outros estados residentes em Guaíba em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	1.130
Paraná	355
Ceará	210
São Paulo	192
Rio de Janeiro	145
País estrangeiro	145
Minas Gerais	101
Bahia	91
Espírito Santo	66
Mato Grosso do Sul	61

Estado de origem	Pessoas
Maranhão	32
Pernambuco	30
Distrito Federal	23
Goiás	19
Paraíba	18
Rondônia	16
Sergipe	10
Amazonas	8
Rio Grande do Norte	8
Alagoas	8
Acre	-
Roraima	-
Pará	-
Amapá	-
Tocantins	-
Piauí	-
Mato Grosso	-
Brasil sem especificação	-
Total	2.668

Fonte: IBGE – censo demográfico

#### **- Barra do Ribeiro**

O povoamento da região onde hoje fica o município de Barra do Ribeiro iniciou-se no século XIX, com a chegada de imigrantes açorianos. As migrações de poloneses, alemães e italianos, no final do século XIX, também tiveram relevância na formação da população do município.

O local onde atualmente fica Barra do Ribeiro era inicialmente uma charqueada (local onde se preparava e salgava a carne com intuito de produzir charque) da sesmaria de Antônio Alves Guimarães. A denominação “Charqueado” dada ao local foi posteriormente substituída por Barra do Ribeiro, que se deve ao fato de que o encontro do Arroio Ribeiro com o Rio Guaíba forma uma coroa de areia de um lado a outro das margens. A emancipação de Barra do Ribeiro deu-se em 1959, quando o território foi desmembrado de Porto Alegre.

Em 1996, Barra do Ribeiro contava com 944 habitantes que residiam na cidade a 5 anos ou menos, de acordo com a Contagem da População do IBGE. Desse total, 94,39% era oriunda do estado do Rio Grande do Sul, contra apenas 3,92% de outros estados. Houve um fluxo de quantidades praticamente iguais entre homens e

mulheres, exceto com relação a migrantes provenientes de outros estados, no qual a proporção de homens é maior, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-156 Pessoas residentes em Barra do Ribeiro a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	37	21	16
Mesma unidade da federação	891	442	449
País estrangeiro	4	2	2
Ignorado	12	8	4
<b>Total</b>	<b>944</b>	<b>473</b>	<b>471</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

Em Barra do Ribeiro, o percentual de habitantes nascidos em outros estados do país era, em 2000, era bastante baixo: cerca de 0,74% das pessoas que viviam no município eram originárias de outros estados. O maior número de imigrantes provinha de países estrangeiros, seguido por imigrantes de Santa Catarina e de Pernambuco. A tabela abaixo relaciona os imigrantes residentes no município e os seus estados de origem:

**Tabela 5.3-157 Pessoas naturais de outros estados residentes em Barra do Ribeiro em 2000**

Estado de origem	Pessoas
País estrangeiro	18
Santa Catarina	16
Pernambuco	12
Ceará	10
Paraná	10
Rondônia	6
Mato Grosso	6
Rio de Janeiro	5
São Paulo	5
<b>Total</b>	<b>88</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

#### **- Mariana Pimentel**

A imigração de europeus para a região norte da Serra do Erval durante a segunda metade do século XIX foi o que iniciou a colônia que mais tarde daria origem ao município de Mariana Pimentel. Os imigrantes que se estabeleceram na região e iniciaram o cultivo das terras eram principalmente poloneses, italianos e alemães.

Em 1915, a colônia de Mariana Pimentel passou a ser o 9º distrito de Porto Alegre. Com a emancipação do município de Guaíba, em 1926, Mariana Pimentel tornou-se

distrito de Guaíba, condição que durou até 20 de março de 1992, quando Mariana Pimentel foi emancipado e elevado a município.

A Contagem da População de 1996 revelou que a maioria (92,44%) dos moradores que residiam em Mariana Pimentel há 5 anos ou menos provinham de outros municípios do Rio Grande do Sul. A quantidade total de migrantes homens era um pouco maior (55,81%) em relação às migrantes mulheres é praticamente a mesma para qualquer que seja a origem do movimento migratório. A tabela abaixo relaciona o número de pessoas que migraram para Mariana Pimentel entre 1991 e 1996:

**Tabela 5.3-158 Pessoas residentes em Mariana Pimentel a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	4	3	1
Mesma unidade da federação	159	87	72
País estrangeiro	2	1	1
Ignorado	7	5	2
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>96</b>	<b>76</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

O percentual da população nascida em outros estados e residentes em Mariana Pimentel em 2000 era de 1,26% do total. A maior parte dos migrantes provinha dos estados de Santa Catarina e São Paulo. A tabela abaixo apresenta o número de moradores do município originários de outros estados:

**Tabela 5.3-159 Pessoas naturais de outros estados residentes em Mariana Pimentel em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	15
São Paulo	12
Paraná	8
Bahia	6
Distrito Federal	6
<b>Total</b>	<b>47</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

### - Tapes

O atual município de Tapes surgiu de um povoamento chamado Dores de Camaquã, formado por migrantes de Rio Pardo e outras regiões próximas. No local havia uma charqueada, pertencente à sesmaria de Nossa Senhora do Carmo.

A fundação de Tapes data de 1857, quando foi separado de Porto Alegre. O nome do município refere-se ao grupo indígena Tapes que vivia nas serras próximas à Lagoa dos Patos, e cujo nome foi dado pelos bandeirantes.

A Contagem da Populacional realizada em 1996 pelo IBGE demonstrou que 95,21% das pessoas que moravam em Tapes há cinco anos ou menos era proveniente de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul. O número de mulheres migrantes é pouco maior que a metade (51,56%), conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-160 Pessoas residentes em Tapes a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	41	16	25
Mesma unidade da federação	975	475	500
País estrangeiro	-	-	-
Ignorado	8	5	3
<b>Total</b>	<b>1.024</b>	<b>496</b>	<b>528</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

Dados do último censo demográfico revelaram que em 2000, 136 habitantes de Tapes eram originários de outros estados do país. Este número é pouco expressivo, correspondendo a uma porcentagem de 0,83% da população do município. Os principais imigrantes são catarinenses, seguidos por paranaenses e goianos. A tabela abaixo mostra o número de habitantes de Tapes que não são originários do Rio Grande do Sul, e seus respectivos locais de origem:

**Tabela 5.3-161 Pessoas naturais de outros estados residentes em Tapes em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	71
Paraná	19
Goiás	15
Minas Gerais	10
Espírito Santo	6
São Paulo	6
País estrangeiro	5
Piauí	4
<b>Total</b>	<b>136</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

### - Sentinela do Sul

O município de Sentinela do Sul originou-se do povoado de Dores de Camaquã, pertencente a Triunfo. Em 1846, Dores de Camaquã passou a pertencer a Porto Alegre. Após anos de disputas pela autonomia política, em 1929, Dores de Camaquã passa a ser 2º distrito de Tapes, e em 1938 tem seu nome mudado para Vila Vasconcelos.

A completa autonomia política do distrito, por tantos anos disputada, concretizou-se apenas em 20 de março de 1992, quando foi fundado o município de Sentinela do Sul. O nome escolhido deve-se à localização da cidade em uma zona elevada, de onde os soldados da revolução farroupilha podiam montar guarda e observar a aproximação de tropas inimigas.

A Contagem da População de 1996, realizada pelo IBGE, revelou que a grande maioria (91,71%) dos novos moradores de Sentinela do Sul era originária de outros municípios do estado. A quantidade de migrantes homens em relação às migrantes mulheres é muito próxima para qualquer que seja a origem do movimento migratório. A tabela abaixo relaciona o número de pessoas que passaram a residir em Sentinela do Sul entre 1991 e 1996:

**Tabela 5.3-162 Pessoas residentes em Sentinela do Sul a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	9	4	5
Mesma unidade da federação	177	90	87
País estrangeiro	-	-	-
Ignorado	7	5	2
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>99</b>	<b>94</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

De acordo com o censo de 2000, havia apenas 32 habitantes de Sentinela do Sul que eram nascidos em outros estados, representando 0,65% da população do município. Os migrantes provinham de Santa Catarina e de países estrangeiros na sua maior parte, além de um pequeno número de fluminenses. A tabela abaixo apresenta o número de moradores de Sentinela do Sul que eram originários de outros estados:

**Tabela 5.3-163 Pessoas naturais de outros estados residentes em Sentinela do Sul em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	16
País estrangeiro	12
Rio de Janeiro	4
<b>Total</b>	<b>32</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

### - Camaquã

O primeiro registro de ocupação da região onde hoje fica Camaquã data de 1815, quando foi construída a Capela Curada de São João Batista de Camaquã. Apesar da construção da capela, não ocorreu povoamento imediato, devido à falta de água nas proximidades. Com a chegada maciça de imigrantes portugueses, franceses,



poloneses, alemães e espanhóis, na segunda metade do século XIX, ocorreu um povoamento mais consistente na região. Em 19 de abril de 1864 foi criado o município de Camaquã. O nome do município vem de uma palavra na língua tupi-guarani que significa “rio de correnteza forte”.

No ano de 1996, Camaquã somava 2.774 habitantes que residiam na cidade a 5 anos ou menos, segundo a Contagem da População do IBGE. Quase a totalidade deles provinha do Rio Grande do Sul: 94,48% eram oriundos do estado. O fluxo migratório é praticamente igual entre homens e mulheres, como é demonstrado pela tabela abaixo:

**Tabela 5.3-164 Pessoas residentes em Camaquã a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	133	60	73
Mesma unidade da federação	2.621	1.276	1.345
País estrangeiro	9	5	4
Ignorado	11	5	6
<b>Total</b>	<b>2.774</b>	<b>1.346</b>	<b>1.428</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

De acordo com o censo demográfico do IBGE, Camaquã possuía no ano de 2000 0,78% de habitantes nascidos em outros estados. Deste percentual, a grande maioria era oriunda de Santa Catarina. Os estados de São Paulo e do Paraná também constituíam o local de origem de vários migrantes. A tabela abaixo relaciona os imigrantes residentes no município e os seus estados de origem:

**Tabela 5.3-165 Pessoas naturais de outros estados residentes em Camaquã em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	181
São Paulo	82
Paraná	62
Rio Grande do Norte	45
País estrangeiro	39
Rio de Janeiro	13
Minas Gerais	12
Mato Grosso do Sul	11
Mato Grosso	11
Rondônia	9
Bahia	9
<b>Total</b>	<b>474</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

**- Arambaré**

Inicialmente povoada por indígenas da tribo Arachas, a região onde hoje fica o município de Arambaré era um distrito de Camaquã denominado Barra do Velhaco. Em 1938 a localidade passou a se chamar Paraguaçu, e em 1945 adquiriu seu nome definitivo. Arambaré significa “sacerdote que espalha luz”. Em 20 de março de 1992 Arambaré foi emancipado dos municípios de Camaquã e de Tapes, adquirindo o título de município.

Segundo a Contagem da Populacional realizada em 1996 pelo IBGE, 96,40% das pessoas que residiam em Arambaré a cinco anos ou menos eram provenientes de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul. O número de homens migrantes é pouco maior que a metade (52,91%), conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-166 Pessoas residentes em Arambaré a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
<b>Outra unidade da federação</b>	8	3	5
<b>Mesma unidade da federação</b>	563	300	263
<b>País estrangeiro</b>	2	1	1
<b>Ignorado</b>	11	5	6
<b>Total</b>	584	309	275

Fonte: IBGE – Contagem da População

O último censo demográfico revelou que em 2000, 81 habitantes do município de Arambaré eram originários de outros estados do país. Este número representa 2,07% da população. Os migrantes são predominantemente catarinenses, seguidos por baianos, paulistas e paranaenses, como se pode verificar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-167 Pessoas naturais de outros estados residentes em Arambaré em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	26
Bahia	17
São Paulo	11
Paraná	11
Minas Gerais	6
Distrito Federal	5
País estrangeiro	5
Total	81

Fonte: IBGE – censo demográfico

### - Cristal

Segundo dados da Prefeitura Municipal, o terreno onde hoje se situa o município de Cristal foi uma propriedade da Família de Bento Gonçalves da Silva, herói da revolução farroupilha, denominada “Estância do Cristal”. Os primeiros moradores chegaram ao local na década de 1960, a partir de um empreendimento particular de Egydio Alfredo e Olintho Guilherme Schlabit. A população de Cristal é formada principalmente por descendentes de imigrantes alemães e portugueses, mas conta também com poloneses, italianos e negros.

A emancipação do município de Cristal ocorreu em 29 de abril de 1988, a partir dos municípios de Camaquã, São Lourenço do Sul e Canguçu.

A Contagem da População de 1996, realizada pelo IBGE, revelou que quase a totalidade (98,41%) dos moradores que recentemente haviam se mudado para Cristal eram originários de outros municípios do estado. A quantidade de migrantes homens em relação às migrantes mulheres é muito próxima, independente da origem do movimento migratório. A tabela abaixo relaciona o número de pessoas que passaram a residir em Cristal entre 1991 e 1996:

**Tabela 5.3-168 Pessoas residentes em Cristal a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	8	2	6
Mesma unidade da federação	496	257	239
País estrangeiro	-	-	-
Ignorado	-	-	-
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>259</b>	<b>245</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2000, havia apenas 30 habitantes de Cristal originários de outros estados, número que representa 0,45% da população do município. Mais da metade destes migrantes eram paulistas, sendo o restante proveniente da Bahia e de países estrangeiros. A tabela a seguir mostra o número de moradores de Cristal que eram originários de outros estados:

**Tabela 5.3-169 Pessoas naturais de outros estados residentes em Cristal em 2000**

Estado de origem	Pessoas
São Paulo	18
Bahia	7
País estrangeiro	5
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: IBGE – censo demográfico

**- São Lourenço do Sul**

O povoamento da região de São Lourenço do Sul iniciou-se em 1786 com a doação de terras em forma de sesmaria do rei de Portugal ao açoriano José Cardoso de Gusmão. No início do século XIX a sesmaria foi dividida e os terrenos foram vendidos para diferentes proprietários. Os terrenos desocupados foram doados a imigrantes europeus, principalmente alemães, que chegaram durante a segunda metade do século XIX. O porto de São Lourenço do Sul, que possuía ativo comércio de importação e exportação, influenciou na formação do primeiro aglomerado urbano do município. A fundação de São Lourenço do Sul data de 26 de abril de 1884, a partir do município de Pelotas.

No ano de 1996, o município de São Lourenço do Sul contava com 1.023 habitantes que residiam na cidade a 5 anos ou menos, segundo a Contagem da População do IBGE. A grande maioria (93,35%) dos migrantes provinha do Rio Grande do Sul. O fluxo migratório é praticamente igual entre homens e mulheres, como é demonstrado pela tabela abaixo:

**Tabela 5.3-170 Pessoas residentes em São Lourenço do Sul a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	50	26	24
Mesma unidade da federação	955	470	485
País estrangeiro	6	3	3
Ignorado	12	7	5
<b>Total</b>	<b>1.023</b>	<b>506</b>	<b>517</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2000, São Lourenço do Sul possuía 0,46% de habitantes nascidos em outros estados. Destes, a maioria provinha de Santa Catarina e de países estrangeiros. A tabela abaixo relaciona os migrantes residentes no município e os seus estados de origem:

**Tabela 5.3-171 Pessoas naturais de outros estados residentes em São Lourenço do Sul em 2000**

Estado de origem	Pessoas
Santa Catarina	39
País estrangeiro	38
Minas Gerais	22
Paraná	20
Ceará	18
São Paulo	16
Pará	10

Estado de origem	Pessoas
Maranhão	10
Distrito Federal	10
Espírito Santo	9
Rio de Janeiro	9
Total	201

Fonte: IBGE – censo demográfico

### - Turuçu

Antes da chegada dos colonizadores portugueses, habitavam tribos indígenas na região onde hoje fica o município de Turuçu. Na língua indígena, Turuçu significa “águas grandes”, uma referência ao rio Turuçu.

A chegada da família Lange e o estabelecimento de um curtume iniciaram o povoamento do que hoje é a sede de Turuçu. Na década de 1960, a construção da BR-116 contribuiu para o desenvolvimento comercial da chamada Vila Arthur Lange. A fundação do município de Turuçu ocorreu em 1º de janeiro de 1997, tendo sido desmembrado de Pelotas e de São Lourenço do Sul.

Devido à recente criação do município de Turuçu, ocorrida em 1995 a partir dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, o último demográfico de 2000 indicou que todos os 3.710 moradores do município naquela data eram provindos de outros estados do Rio Grande do Sul. Não foram contabilizados pelo IBGE habitantes de Turuçu originários de outros estados do país ou de países estrangeiros.

### - Pelotas

A fundação de uma charqueada às margens do Arroio Pelotas em 1780 foi o que estimulou a instalação de outras charqueadas nas proximidades e o povoamento da região onde hoje se encontra Pelotas.

Tal povoamento adquiriu o título de Freguesia de São Francisco de Paula, em 1812, e elevada à categoria de vila em 1832. Em 1835, o presidente da Província outorgou à Vila de São Francisco de Paula os foros de cidade, mudando seu nome para Pelotas.

A grande concentração de charqueadas na região de Pelotas fez com que a cidade tivesse uma das maiores economias da província. Atualmente Pelotas possui a segunda maior concentração de curtumes do Rio Grande do Sul, sendo um pólo nacional de curtição de couros e peles.

A Contagem da População de 1996, realizada pelo IBGE, revelou que 85,71% dos moradores que recentemente passaram a residir em Pelotas eram originários de outros municípios do Rio Grande do Sul. Dentre os municípios analisados, Pelotas é o

município que apresenta maior porcentagem de migrantes provenientes de outras unidades da federação (11,59%). A quantidade de migrantes homens em relação às migrantes mulheres é muito próxima, o que pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-172 Pessoas residentes em Pelotas a 5 anos ou menos, em 1996**

Local de origem do movimento migratório	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Outra unidade da federação	1.524	761	763
Mesma unidade da federação	11.274	5.425	5.849
País estrangeiro	184	100	84
Ignorado	172	88	84
<b>Total</b>	<b>13.154</b>	<b>6.374</b>	<b>6.780</b>

Fonte: IBGE – Contagem da População

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2000, 1,65% da população de Pelotas era originária de outros estados do Brasil ou de países estrangeiros. Destes, 26,47% eram originários de países estrangeiros. Catarinenses e paulistas representavam, respectivamente, o segundo e o terceiro maior grupo de migrantes do município. A tabela a seguir expõe o número de moradores de Pelotas que eram originários de outros estados:

**Tabela 5.3-173 Pessoas naturais de outros estados residentes em Pelotas em 2000**

Estado de origem	Pessoas
País estrangeiro	1.408
Santa Catarina	885
São Paulo	871
Rio de Janeiro	604
Paraná	554
Ceará	212
Minas Gerais	167
Mato Grosso do Sul	115
Rio Grande do Norte	61
Pará	60
Bahia	59
Pernambuco	50
Espírito Santo	44
Goiás	33
Maranhão	28
Paraíba	28
Amazonas	27
Distrito Federal	27
Mato Grosso	22
Alagoas	21

Estado de origem	Pessoas
Tocantins	20
Rondônia	15
Amapá	9
Total	5.320

Fonte: IBGE – censo demográfico

### 5.3.4.2 Condição Legal e Uso da Terra

Os dados disponibilizados nesta seção são oriundos dos últimos censos agropecuários, realizados em 1996 e 2006 pelo IBGE. Os aspectos analisados são a utilização e a condição legal das terras. Os resultados do último censo agropecuário ainda são preliminares, e não há dados a respeito da condição legal das terras, motivo pelo qual são apresentados aqui dados de 1996 para este item.

Dos doze municípios analisados, Guaíba e Pelotas são altamente urbanizados, possuindo pouca área rural, enquanto os demais municípios ainda possuem parcelas consideráveis de áreas rurais, o que resulta em dados bastante diversos com relação à produção agropecuária.

#### - Eldorado do Sul

Dos quase 52 mil hectares do município de Eldorado do Sul, 41,8% eram utilizados para produção agropecuária em 2006. Houve redução na proporção de terras utilizadas na produção agropecuária no município, que era calculada em 69,8% em 1996. Ambos os censos agropecuários registraram que as pastagens eram a principal utilização das terras em Eldorado do sul. As áreas de matas e florestas foram reduzidas praticamente pela metade, como se pode verificar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-174 Utilização das terras em Eldorado do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	206	0,57	408	1,88
Lavouras temporárias	9.569	26,35	8.170	37,62
Pastagens	19.283	53,10	9.259	42,64
Matas e florestas	7.259	19,99	3.879	17,86
<b>Total</b>	<b>36.317</b>	<b>100</b>	<b>21.716</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1996, a maior parte das terras produtivas de Eldorado do Sul estava em mãos dos seus proprietários, e havia cerca de 3,1 mil hectares ocupados irregularmente. A tabela abaixo relaciona as proporções de terras do município, por condição legal:

**Tabela 5.3-175 Condição dos produtores agropecuários de Eldorado do Sul (1996)**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	24.549,20	64,41
Arrendatário	8.761,62	22,99
Parceiro	1.636,75	4,29
Ocupante	3.165,40	8,31
<b>Total</b>	<b>38.112,97</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

**- Guaíba**

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstraram que mais de 75% da área do município de Guaíba era destinada à produção agropecuária. Entre 1996 e 2006, esta área aumentou 8 mil hectares. O IBGE registra que as pastagens constituem a maior parte das áreas aproveitadas do município, passando de 44,64% em 1996 para 70,31% em 2006. Parte desta expansão ocorreu sobre áreas previamente ocupadas por lavouras e também matas e florestas, como se observa na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-176 Utilização das terras em Guaíba – RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	305	1,48	190	0,67
Lavouras temporárias	5.579	27,00	4.821	16,97
Pastagens	9.221	44,63	19.978	70,31
Matas e florestas	5.556	26,89	3.426	12,06
<b>Total</b>	<b>20.661</b>	<b>100</b>	<b>28.415</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Quanto à condição dos produtores agropecuários, o censo agropecuário de 1996 indicou que 73,78% eram proprietários das terras e 11,37% eram arrendatários. O restante dos produtores dividia-se quase que igualmente entre parceiros e ocupantes, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-177 Condição dos produtores agropecuários de Guaíba**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	16.227,34	73,78
Arrendatário	2.500,40	11,37
Parceiro	1.665,28	7,57
Ocupante	1.600,40	7,28
<b>Total</b>	<b>21.993,43</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996



**- Barra do Ribeiro**

Dos 73.890 hectares de território de Barra do Ribeiro, 78% eram utilizados para a produção agrícola, segundo o censo agropecuário de 1996. Em 2006, essa proporção foi reduzida para 57%. A proporção de terras destinadas à pastagens aumentou de 46 para 67%, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-178 Utilização das terras em Barra do Ribeiro - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	148	0,26	647	1,51
Lavouras temporárias	14.745	25,57	10.828	25,31
Pastagens	26.537	46,01	29.013	67,81
Matas e florestas	16.245	28,17	2.296	5,37
<b>Total</b>	<b>57.675</b>	<b>100</b>	<b>42.784</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O IBGE também apurou que a grande maioria (83,50%) das áreas produtivas estava nas mãos dos seus proprietários em 1996. Arrendatários, parceiros e ocupantes dividiam-se entre os 16,50% restantes das terras.

**Tabela 5.3-179 Condição dos produtores agropecuários de Barra do Ribeiro**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	53.116,64	83,50
Arrendatário	4.971,90	7,82
Parceiro	4.285,67	6,74
Ocupante	1.238,90	1,95
Total	63.613,11	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

**- Mariana Pimentel**

Dos 32.630 hectares do município de Mariana Pimentel, 57,46% eram utilizados para produção agropecuária em 1996. Em 2006, o IBGE registrou aumento desse percentual, passando a 61,4%. Assim como ocorria nos outros municípios analisados, a principal utilização das áreas agrícolas (30,92%) era como pastagens naturais, situação que se manteve em 2006. Em Mariana Pimentel, as áreas de matas e florestas praticamente não sofreram variação entre os dois Censos Agropecuários, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-180 Utilização das terras em Mariana Pimentel - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	163	0,90	521	2,60
Lavouras temporárias	3.787	20,87	4.644	23,18
Pastagens	7.793	42,94	7.803	38,95
Matas e florestas	6.406	35,30	7.065	35,27
<b>Total</b>	<b>18.149</b>	<b>100</b>	<b>20.033</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A maior parte (86,33%) dos produtores de Mariana Pimentel era proprietária das terras produtivas, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE. Produtores arrendatários totalizavam quase dez por cento das terras produtivas, e a proporção de produtores parceiros e ocupantes era mínima, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-181 Condição dos produtores agropecuários de Mariana Pimentel**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	17.127,02	86,33
Arrendatário	1.805,40	9,10
Parceiro	386,25	1,95
Ocupante	520,58	2,62
<b>Total</b>	<b>19.839,26</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - Tapes

O território do município de Tapes compreende 80.450 hectares, dos quais 70,2% eram destinados à produção agropecuária, conforme o censo agropecuário de 1996. Em 2006, essa proporção elevou-se para 86,23%. Ao contrário da maioria dos 12 municípios da área de influência direta, a maior parte das terras aproveitadas em Tapes era constituída por lavouras temporárias. As áreas de matas e florestas foram ampliadas em quase 6 mil hectares.

**Tabela 5.3-182 Utilização das terras em Tapes - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	42	0,07	5.234	7,54
Lavouras temporárias	16.075	28,46	23.969	34,55
Pastagens	28.957	51,27	22.843	32,93
Matas e florestas	11.400	20,19	17.325	24,97
<b>Total</b>	<b>56.474</b>	<b>100</b>	<b>69.371</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Com relação à condição dos produtores agropecuários, 72,64% estavam produzindo em terras próprias, enquanto 16,51% adotavam o regime de parceria com os proprietários das terras. Ainda segundo dados do IBGE de 1996, 10,42% eram arrendatários e apenas 0,42% eram ocupantes das terras.

**Tabela 5.3-183 Condição dos produtores agropecuários de Tapes**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	49.075,95	72,64
Arrendatário	7.042,00	10,42
Parceiro	11.153,81	16,51
Ocupante	286,00	0,42
<b>Total</b>	<b>67.557,76</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - Sentinela do Sul

Em Sentinela do Sul a utilização das terras que ocupa mais área é a lavoura temporária em 2006. Há 10 anos atrás, em 1996, a maior parte das terras eram utilizadas para pastagem.

**Tabela 5.3-184 Utilização das terras em Sentinela do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	98	0,60	1.027	2,31
Lavouras temporárias	3.790	23,09	18.589	41,82
Pastagens	9.473	57,72	13.795	31,03
Matas e florestas	3.051	18,59	11.040	24,84
<b>Total</b>	<b>16.412</b>	<b>100</b>	<b>44.451</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Na ocasião do Censo Agropecuário de 1996, o IBGE também apurou que a maioria (80,65%) das áreas produtivas estava sob o domínio de seus proprietários. Ocupantes representavam 10,14% e arrendatários constituíam 8,68%, enquanto os produtores em sistema de parceria totalizavam apenas 0,52% das terras produtivas.

**Tabela 5.3-185 Condição dos produtores agropecuários de Sentinela do Sul**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	14.128,02	80,65
Arrendatário	1.520,40	8,68
Parceiro	91,30	0,52
Ocupante	1.776,95	10,14
<b>Total</b>	<b>17.516,67</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - Camaquã

Dos 168.160 hectares do município de Camaquã, 75% eram utilizados para produção agropecuária em 1996. Esse percentual foi reduzido para aproximadamente 50% do território municipal em 2006, segundo o IBGE. Assim como Tapes, o território de Camaquã é majoritariamente ocupado por lavouras temporárias, embora a área de pastagens ainda seja considerável, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-186 Utilização das terras em Camaquã - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	423	0,34	1.477	1,76
Lavouras temporárias	52.719	41,85	40.446	48,31
Pastagens	55.016	43,68	29.002	34,64
Matas e florestas	17.805	14,14	12.797	15,29
<b>Total</b>	<b>125.963</b>	<b>100</b>	<b>83.722</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Segundo o Censo Agropecuário de 1996, a maior parte (79,08%) dos produtores de Camaquã era proprietária das terras produtivas. Produtores arrendatários respondiam por 9,22% das terras, enquanto o restante das áreas dividia-se entre parceiros e ocupantes, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-187 Condição dos produtores agropecuários de Camaquã**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	117.956,49	79,08
Arrendatário	13.758,08	9,22
Parceiro	10.457,44	7,01
Ocupante	6.984,18	4,68
Total	149.156,12	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - Arambaré

O território do município de Arambaré compreende 51.700 hectares, dos quais 39.412 (76,25% do total) eram destinados à produção agropecuária em 1996. Em 2006, esse percentual recuou para 68,05%, com a redução de 4.240 hectares. As pastagens naturais figuravam como a ocupação mais representativa, com 52,10% das áreas produtivas. A área de matas e florestas foram aumentadas em mais de mil hectares, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-188 Utilização das terras em Arambaré - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	26	0,07	18	0,05
Lavouras temporárias	14.929	37,87	13.903	39,52
Pastagens	22.504	57,09	18.329	52,10
Matas e florestas	1.962	4,98	2.931	8,33
<b>Total</b>	<b>39.421</b>	<b>100</b>	<b>35.181</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O IBGE constatou que, em 1996, 71,35% dos produtores agropecuários de Arambaré trabalhavam em terras próprias; 18,42% dos produtores eram arrendatários e 6,31% trabalhavam em regime de parceria. O percentual de terras ocupadas era insignificante: 0,22% do total.

**Tabela 5.3-189 Condição dos produtores agropecuários de Arambaré**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	33.452,75	75,05
Arrendatário	8.209,51	18,42
Parceiro	2.812,00	6,31
Ocupante	99,76	0,22
<b>Total</b>	<b>44.574,02</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - Cristal

Dos 68.150 hectares de território de Cristal, 69,7% eram utilizados para a produção agrícola, de acordo com o censo agropecuário de 1996. Em 2006 houve pequena redução nessa proporção: 65%. Cristal destina mais de 63% das terras aproveitadas às pastagens, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-190 Utilização das terras em Cristal - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	70	0,15	214	0,48
Lavouras temporárias	14.607	30,76	9.897	22,34
Pastagens	28.228	59,44	28.217	63,70
Matas e florestas	4.582	9,65	5.968	13,47
<b>Total</b>	<b>47.487</b>	<b>100</b>	<b>44.296</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O IBGE também verificou que a maioria (78,32%) das áreas produtivas de Cristal estava nas mãos dos seus proprietários em 1996. Propriedades sob o sistema de parceria representavam 8,26% do total das áreas produtivas, enquanto os arrendatários somavam 7,80% e os ocupantes 5,63%.

**Tabela 5.3-191 Condição dos produtores agropecuários de Cristal**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	38.978,35	78,32
Arrendatário	3.880,85	7,80
Parceiro	4.108,95	8,26
Ocupante	2.800,60	5,63
Total	49.768,75	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

### - São Lourenço do Sul

Dos municípios da área de influência direta, São Lourenço do Sul é aquele que possui o maior território: 202.650 hectares. 74% desta área eram aproveitados em 1996, segundo o IBGE. Em 2006 este percentual subiu para 75,6%. O total das áreas de lavouras temporárias e pastagens é praticamente igual, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-192 Utilização das terras em São Lourenço do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	545	0,36	1.470	0,96
Lavouras temporárias	60.791	40,15	61.846	40,37
Pastagens	67.996	44,90	61.178	39,93
Matas e florestas	22.091	14,59	28.704	18,74
<b>Total</b>	<b>151.423</b>	<b>100</b>	<b>153.198</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A grande maioria (86,99%) dos produtores de São Lourenço do Sul era proprietária das terras produtivas, segundo dados do IBGE de 1996. Produtores arrendatários, parceiros e ocupantes respondiam pelo restante (13,01%) das terras produtivas, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-193 Condição dos produtores agropecuários de São Lourenço do Sul**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	143.865,557	86,99
Arrendatário	10.192,143	6,16
Parceiro	5.326,580	3,22
Ocupante	5.989,100	3,62
<b>Total</b>	<b>165.373,380</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

#### - Turuçu

Turuçu foi emancipado em 1997, portanto não consta como município no Censo Agropecuário de 1996. No Censo de 2006, a área que atualmente constitui o município, desmembrada de Pelotas e São Lourenço do Sul foi registrada como Turuçu, para efeito de comparação da ocupação do solo. Considerando isso, a área de terras aproveitadas do município aumentou em quase dez mil hectares, representando 90% dos 28.580 hectares do território de Turuçu. Pastagens totalizam 65% das áreas aproveitadas, seguidas por lavouras temporárias, que representam 24%.

**Tabela 5.3-194 Utilização das terras em Turuçu - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	49	0,31	138	0,54
Lavouras temporárias	5.218	33,39	6.263	24,38
Pastagens	8.861	56,70	16.881	65,70
Matas e florestas	1.500	9,60	2.411	9,38
<b>Total</b>	<b>15.628</b>	<b>100</b>	<b>25.693</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

#### - Pelotas

Dos 164.660 hectares do município de Pelotas, 72,4% eram utilizados para a produção agrícola, segundo o censo agropecuário de 1996. Em 2006, este percentual foi reduzido para 53,8%, em parte pelo desmembramento da área do município de Turuçu. Mais de 42% das áreas aproveitadas eram destinadas à lavouras permanentes, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-195 Utilização das terras em Pelotas - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	3.189	2,67	4.888	5,52
Lavouras temporárias	48.572	40,74	37.821	42,71
Pastagens	51.256	42,99	30.685	34,65
Matas e florestas	16.207	13,59	15.161	17,12
<b>Total</b>	<b>119.224</b>	<b>100</b>	<b>88.555</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1996, a maior parte das áreas aproveitadas (84,23%) era trabalhada pelos seus proprietários. O restante das terras dividia-se quase que por igual entre arrendatários, parceiros e ocupantes.

**Tabela 5.3-196 Condição dos produtores agropecuários de Pelotas**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	124.393,19	84,23
Arrendatário	7.485,43	5,07
Parceiro	9.506,80	6,44
Ocupante	6.300,19	4,27
Total	147.685,62	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

O mapeamento do uso e ocupação do solo está apresentado no caderno de Mapas

### **5.3.4.3 Estrutura fundiária e produção**

Os dados disponibilizados nesta seção são oriundos dos últimos censos agropecuários, realizados em 1996 e 2006 pelo IBGE. Os aspectos analisados são a utilização e a condição legal das terras, a produção agropecuária e a extração vegetal. Os resultados do último censo agropecuário ainda são preliminares, e não há dados a respeito da condição legal das terras, motivo pelo qual são apresentados aqui dados de 1996 para este item.

Em todos os municípios analisados, o produto com o mais alto percentual do valor da produção de origem animal foi o leite. Em segundo lugar no ranking de maior valor de produção figuram os ovos de galinha em alguns municípios; em outros o segundo valor mais alto é atribuído ao mel de abelhas.

Os rebanhos mais representativos são, em número de cabeças, o bovino (38,04% do total), o de galos, frangas, frangos e pintos (35,37% do total) e o de galinhas (14,55% do total). Os demais rebanhos são pouco expressivos.



**Tabela 5.3-197 Efetivo dos rebanhos nos municípios analisados, por unidade (2006)**

Rebanho	Eldorado do Sul	Guaíba	Barra do Ribeiro	Mariana Pimentel	Tapes	Sentinelado Sul	Camaquã	Arambaré	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas	Total
<b>Bovino</b>	7.196	13.195	29.700	6.750	25.200	7.920	63.000	34.200	36.000	110.532	14.228	51.786	399.707
<b>Eqüino</b>	725	701	2.970	540	810	540	5.400	1.440	1.125	9.886	1.034	2.871	28.042
<b>Bubalino</b>	310	596	225	324	360	297	2.250	252	432	614	-	641	6.301
<b>Asinino</b>	-	-	-	-	-	7	4	3	-	23	-	4	41
<b>Muar</b>	-	-	9	-	-	-	6	-	-	73	-	6	94
<b>Suíno</b>	473	258	4.635	4.374	1.188	3.960	9.270	477	2.250	16.002	976	13.112	56.975
<b>Caprino</b>	57	12	450	63	135	225	540	54	162	343	20	385	2.446
<b>Ovino</b>	1.297	2.281	2.250	1.890	2.070	1.170	5.400	4.500	2.700	5.142	472	1.219	30.391
<b>Galos, frangas, frangos e pintos</b>	7.087	629	9.000	10.800	4.500	15.750	67.500	4.050	22.500	100.292	10.007	119.526	371.641
<b>Galinhas</b>	2.036	432	2.880	1.980	720	1.890	12.600	900	4.050	43.971	5.380	76.033	152.872
<b>Codornas</b>	-	-	81	-	38	207	45	22	-	-	-	-	393
<b>Coelhos</b>	24	552	27	76	54	58	360	13	63	307	-	316	1.850

Fonte: IBGE

A extração vegetal é pouco representativa nos municípios analisados. Apenas seis deles apresentaram dados para extração vegetal: Barra do Ribeiro Camaquã, Cristal, São Lourenço do Sul, Turuçu e Pelotas. Em todos os municípios citados há extração de lenha; e nos três últimos também é praticada a extração de carvão vegetal e madeira em tora, como se pode verificar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-198 Quantidade produzida por extração vegetal nos municípios analisados (2006)**

Produto	Barra do Ribeiro	Camaquã	Cristal	São Lourenço do Sul	Turuçu	Pelotas
Carvão vegetal (Tonelada)	-	-	-	6	1	3
Lenha (Metro cúbico)	130	185	140	15.100	400	5.854
Madeira em tora (Metro cúbico)	-	-	-	68	20	60

Fonte: IBGE

Dos doze municípios analisados, Guaíba e Pelotas são altamente urbanizados, possuindo pouca área rural, enquanto os demais municípios ainda possuem parcelas consideráveis de áreas rurais, o que resulta em dados bastante diversos com relação à produção agropecuária.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, os produtos de lavouras temporárias mais economicamente representativos nos municípios

analisados foram o arroz e o fumo. Nas lavouras permanentes, os produtos com maior valor de produção foram a laranja e o pêssego.

#### - Eldorado do Sul

Dos quase 52 mil hectares do município de Eldorado do Sul, 41,8% eram utilizados para produção agropecuária em 2006. Houve redução na proporção de terras utilizadas na produção agropecuária no município, que era calculada em 69,8% em 1996. Ambos os censos agropecuários registraram que as pastagens eram a principal utilização das terras em Eldorado do sul. As áreas de matas e florestas foram reduzidas praticamente pela metade, como se pode verificar na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-199 Utilização das terras em Eldorado do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	206	0,57	408	1,88
Lavouras temporárias	9.569	26,35	8.170	37,62
Pastagens	19.283	53,10	9.259	42,64
Matas e florestas	7.259	19,99	3.879	17,86
<b>Total</b>	<b>36.317</b>	<b>100</b>	<b>21.716</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1996, a maior parte das terras produtivas de Eldorado do Sul estava em mãos dos seus proprietários, e havia cerca de 3,1 mil hectares ocupados irregularmente. A tabela abaixo relaciona as proporções de terras do município, por condição legal:

**Tabela 5.3-200 Condição dos produtores agropecuários de Eldorado do Sul (1996)**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	24.549,20	64,41
Arrendatário	8.761,62	22,99
Parceiro	1.636,75	4,29
Ocupante	3.165,40	8,31
<b>Total</b>	<b>38.112,97</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

O último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, registrou o principal produto agrícola de lavoura temporária em Eldorado do Sul era o arroz, que representava 90,98% do valor da produção do município. A laranja era o único produto de lavoura permanente de Eldorado do Sul.

**Tabela 5.3-201 Produção agrícola de lavouras temporárias em Eldorado do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Arroz (em casca) (Tonelada)	54.219	18.489	90,98	8.745	8.745
Batata - doce (Tonelada)	600	210	1,03	50	50
Cana-de-açúcar (Tonelada)	600	90	0,44	12	12
Cebola (Tonelada)	6	4	0,02	1	1
Feijão (em grão) (Tonelada)	55	30	0,15	73	73
Fumo (em folha) (Tonelada)	162	535	2,63	120	120
Mandioca (Tonelada)	1.500	450	2,21	100	100
Melancia (Tonelada)	1.760	352	1,73	80	80
Milho (em grão) (Tonelada)	150	48	0,24	160	160
Soja (em grão) (Tonelada)	300	115	0,57	200	200
<b>Total</b>	-	20.323	100	9.541	9.541

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-202 Produção agrícola de lavouras permanentes em Eldorado do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Laranja (Tonelada)	360	216	100	30	30
<b>Total</b>	-	216	100	30	30

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Eldorado do Sul em 2006 foi o leite, cujo valor da produção alcançou os 46,75% nesta categoria. O segundo produto com maior valor de produção foi o mel de abelha.

**Tabela 5.3-203 Produção de origem animal em Eldorado do Sul (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	189	79	46,75
Ovos de galinha (Mil dúzias)	18	29	17,16
Mel de abelha (Quilograma)	5.850	38	22,49
Lã (Quilograma)	8.100	23	13,61
<b>Total</b>	-	<b>169</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

**- Guaíba**

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstraram que mais de 75% da área do município de Guaíba era destinada à produção agropecuária. Entre 1996 e 2006, esta área aumentou 8 mil hectares. O IBGE registra que as pastagens constituem a maior parte das áreas aproveitadas do município, passando de 44,64% em 1996 para 70,31% em 2006. Parte desta expansão ocorreu sobre áreas previamente ocupadas por lavouras e também matas e florestas, como se observa na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-204 Utilização das terras em Guaíba – RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	305	1,48	190	0,67
Lavouras temporárias	5.579	27,00	4.821	16,97
Pastagens	9.221	44,63	19.978	70,31
Matas e florestas	5.556	26,89	3.426	12,06
<b>Total</b>	<b>20.661</b>	<b>100</b>	<b>28.415</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Quanto à condição dos produtores agropecuários, o censo agropecuário de 1996 indicou que 73,78% eram proprietários das terras e 11,37% eram arrendatários. O restante dos produtores dividia-se quase que igualmente entre parceiros e ocupantes, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-205 Condição dos produtores agropecuários de Guaíba**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	16.227,34	73,78
Arrendatário	2.500,40	11,37
Parceiro	1.665,28	7,57
Ocupante	1.600,40	7,28
<b>Total</b>	<b>21.993,43</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Assim como Eldorado do Sul, Guaíba também tinha como principal produto agrícola de lavoura temporária o arroz, totalizando 69,60% do valor da produção. Em 2006, o principal produto de lavoura permanente do município era o pêssego, cuja produção chegava a 77,18% da produção do município. As tabelas abaixo trazem as informações da produção agrícola registradas pelo Censo Agropecuário de 2006, para o município de Guaíba:

**Tabela 5.3-206 Produção agrícola de lavouras temporárias em Guaíba (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	4	12	0,10	1	1
Arroz (em casca) (Tonelada)	20.467	8.310	69,60	3.469	3.469
Batata - doce (Tonelada)	3.600	1.368	11,46	300	300
Cebola (Tonelada)	7	11	0,09	1	1
Feijão (em grão) (Tonelada)	16	38	0,32	18	18
Fumo (em folha) (Tonelada)	27	101	0,85	15	15
Mandioca (Tonelada)	1.530	505	4,23	102	102
Melancia (Tonelada)	216	43	0,36	12	12
Melão (Tonelada)	1.200	1.176	9,85	80	80
Milho (em grão) (Tonelada)	294	76	0,64	140	140
Sorgo granífero (em grão) (Ton.)	27	6	0,05	15	15
Tomate (Tonelada)	200	294	2,46	4	4
<b>Total</b>	-	<b>11.940</b>	<b>100</b>	<b>4.157</b>	<b>4.157</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-207 Produção agrícola de lavouras permanentes em Guaíba (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Caqui (Tonelada)	15	15	2,30	1	1
Figo (Tonelada)	3	7	1,07	2	2
Laranja (Tonelada)	72	50	7,66	4	4
Pêssego (Tonelada)	252	504	77,18	35	35
Tangerina (Tonelada)	170	77	11,79	10	10
<b>Total</b>	-	<b>653</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>52</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Em Guaíba, no ano de 2006, quase a totalidade do valor da produção de origem animal era atribuída ao leite (87,09% do total). O segundo produto em importância econômica era o mel de abelha.

**Tabela 5.3-208 Produção de origem animal em Guaíba (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	1.106	553	87,09
Ovos de galinha (Mil dúzias)	9	6	0,94
Mel de abelha (Quilograma)	20.000	60	9,45
Lã (Quilograma)	8.037	16	2,52
<b>Total</b>	-	<b>635</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

**- Barra do Ribeiro**

Dos 73.890 hectares de território de Barra do Ribeiro, 78% eram utilizados para a produção agrícola, segundo o censo agropecuário de 1996. Em 2006, essa proporção foi reduzida para 57%. A proporção de terras destinadas à pastagens aumentou de 46 para 67%, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-209 Utilização das terras em Barra do Ribeiro - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	148	0,26	647	1,51
Lavouras temporárias	14.745	25,57	10.828	25,31
Pastagens	26.537	46,01	29.013	67,81
Matas e florestas	16.245	28,17	2.296	5,37
<b>Total</b>	<b>57.675</b>	<b>100</b>	<b>42.784</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O IBGE também apurou que a grande maioria (83,50%) das áreas produtivas estava nas mãos dos seus proprietários em 1996. Arrendatários, parceiros e ocupantes dividiam-se entre os 16,50% restantes das terras.

**Tabela 5.3-210 Condição dos produtores agropecuários de Barra do Ribeiro**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	53.116,64	83,50
Arrendatário	4.971,90	7,82
Parceiro	4.285,67	6,74
Ocupante	1.238,90	1,95
Total	63.613,11	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, o principal produto agrícola de lavoura temporária em Barra do Ribeiro era o arroz, que somava 88,38% do valor total da produção do município. Com relação aos produtos de lavouras permanentes, a uva e a laranja eram os produtos mais representativos.

**Tabela 5.3-211 Produção agrícola de lavouras temporárias em Barra do Ribeiro (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Arroz (em casca) (Tonelada)	69.600	23.065	88,38	12.000	12.000
Batata - doce (Tonelada)	3.000	950	3,64	300	300
Cana-de-açúcar (Tonelada)	160	23	0,09	8	8
Cebola (Tonelada)	6	2	0,01	1	1
Feijão (em grão) (Tonelada)	3	4	0,02	9	9
Fumo (em folha) (Tonelada)	320	1.007	3,86	160	160
Mandioca (Tonelada)	900	198	0,76	60	60
Melancia (Tonelada)	450	75	0,29	25	25
Melão (Tonelada)	82	42	0,16	15	15
Milho (em grão) (Tonelada)	96	20	0,08	80	80
Soja (em grão) (Tonelada)	1.800	709	2,72	1.200	1.200
Tomate (Tonelada)	8	4	0,02	1	1
<b>Total</b>	-	<b>26.099</b>	<b>100</b>	<b>13.859</b>	<b>13.859</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-212 Produção agrícola de lavouras permanentes em Barra do Ribeiro (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Caqui (Tonelada)	5	2	2,44	1	1
Goiaba (Tonelada)	6	3	3,66	1	1
Laranja (Tonelada)	70	25	30,49	25	25
Limão (Tonelada)	6	2	2,44	1	1
Pêra (Tonelada)	20	9	10,98	4	4
Pêssego (Tonelada)	4	3	3,66	5	5
Tangerina (Tonelada)	30	8	9,76	8	8
Uva (Tonelada)	37	30	36,59	8	8
<b>Total</b>	-	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o leite foi o produto de origem animal com maior participação percentual no valor da produção, totalizando 62,07%. Os ovos de galinha eram o segundo produto em valor da produção, chegando 22,20%.

**Tabela 5.3-213 Produção de origem animal em Barra do Ribeiro (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	671	288	62,07
Ovos de galinha (Mil dúzias)	60	103	22,20
Mel de abelha (Quilograma)	9.630	61	13,15
Lã (Quilograma)	4.500	12	2,59
<b>Total</b>	-	<b>464</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

**- Mariana Pimentel**

Dos 32.630 hectares do município de Mariana Pimentel, 57,46% eram utilizados para produção agropecuária em 1996. Em 2006, o IBGE registrou aumento desse percentual, passando a 61,4%. Assim como ocorria nos outros municípios analisados, a principal utilização das áreas agrícolas (30,92%) era como pastagens naturais, situação que se manteve em 2006. Em Mariana Pimentel, as áreas de matas e florestas praticamente não sofreram variação entre os dois Censos Agropecuários, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-214 Utilização das terras em Mariana Pimentel - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	163	0,90	521	2,60
Lavouras temporárias	3.787	20,87	4.644	23,18
Pastagens	7.793	42,94	7.803	38,95
Matas e florestas	6.406	35,30	7.065	35,27
<b>Total</b>	<b>18.149</b>	<b>100</b>	<b>20.033</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A maior parte (86,33%) dos produtores de Mariana Pimentel era proprietária das terras produtivas, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE. Produtores arrendatários totalizavam quase dez por cento das terras produtivas, e a proporção de produtores parceiros e ocupantes era mínima, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-215 Condição dos produtores agropecuários de Mariana Pimentel**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	17.127,02	86,33
Arrendatário	1.805,40	9,10
Parceiro	386,25	1,95
Ocupante	520,58	2,62
<b>Total</b>	<b>19.839,26</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996



O principal produto agrícola de lavoura temporária cultivado em Mariana Pimentel, segundo o Censo Agropecuário de 2006, era o fumo (54,31% do valor da produção). A produção de batata doce também era representativa, significando 25,88% do valor da produção. Quanto à lavoura permanente, 58,97% do valor da produção era atribuído à laranja, o produto mais representativo.

**Tabela 5.3-216 Produção agrícola de lavouras temporárias em Mariana Pimentel (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	3	11	0,1	1	1
Amendoim (em casca) (Tonelada)	4	7	0,06	5	5
Arroz (em casca) (Tonelada)	3.242	1.073	9,74	602	602
Batata - doce (Tonelada)	9.000	2.850	25,88	900	900
Batata - inglesa (Tonelada)	20	16	0,15	5	5
Cana-de-açúcar (Tonelada)	340	49	0,44	17	17
Cebola (Tonelada)	24	9	0,08	4	4
Feijão (em grão) (Tonelada)	40	58	0,53	100	100
Fumo (em folha) (Tonelada)	1.900	5.982	54,31	1.000	1.000
Mandioca (Tonelada)	3.360	738	6,7	280	280
Melancia (Tonelada)	420	70	0,64	60	60
Melão (Tonelada)	120	62	0,56	40	40
Milho (em grão) (Tonelada)	368	78	0,71	300	300
Tomate (Tonelada)	20	11	0,1	2	2
<b>Total</b>	-	<b>11.014</b>	<b>100</b>	<b>3.316</b>	<b>3.316</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-217 Produção agrícola de lavouras permanentes em Mariana Pimentel (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Banana (Tonelada)	6	2	1,71	1	1
Caqui (Tonelada)	6	3	2,56	1	1
Laranja (Tonelada)	195	69	58,97	65	65
Limão (Tonelada)	12	4	3,42	2	2
Pêra (Tonelada)	17	7	5,98	4	4
Tangerina (Tonelada)	31	8	6,84	6	6
Uva (Tonelada)	30	24	20,51	6	6
<b>Total</b>	-	<b>117</b>	<b>100</b>	<b>85</b>	<b>85</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

O leite era o produto de origem animal com maior valor de produção (49,76%) em 2006, no município de Mariana Pimentel. Os ovos de galinha eram o produto com o segundo maior percentual do valor da produção.

**Tabela 5.3-218 Produção de origem animal em Mariana Pimentel (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	243	102	49,76
Ovos de galinha (Mil dúzias)	41	68	33,17
Mel de abelha (Quilograma)	3.780	27	13,17
Lã (Quilograma)	2.790	8	3,90
<b>Total</b>	-	<b>205</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

### - Tapes

O território do município de Tapes compreende 80.450 hectares, dos quais 70,2% eram destinados à produção agropecuária, conforme o censo agropecuário de 1996. Em 2006, essa proporção elevou-se para 86,23%. Ao contrário da maioria dos 12 municípios da área de influência direta, a maior parte das terras aproveitadas em Tapes era constituída por lavouras temporárias. As áreas de matas e florestas foram ampliadas em quase 6 mil hectares.

**Tabela 5.3-219 Utilização das terras em Tapes - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	42	0,07	5.234	7,54
Lavouras temporárias	16.075	28,46	23.969	34,55
Pastagens	28.957	51,27	22.843	32,93
Matas e florestas	11.400	20,19	17.325	24,97
<b>Total</b>	<b>56.474</b>	<b>100</b>	<b>69.371</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Com relação à condição dos produtores agropecuários, 72,64% estavam produzindo em terras próprias, enquanto 16,51% adotavam o regime de parceria com os proprietários das terras. Ainda segundo dados do IBGE de 1996, 10,42% eram arrendatários e apenas 0,42% eram ocupantes das terras.

**Tabela 5.3-220 Condição dos produtores agropecuários de Tapes**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	49.075,95	72,64
Arrendatário	7.042,00	10,42
Parceiro	11.153,81	16,51
Ocupante	286,00	0,42
<b>Total</b>	<b>67.557,76</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Quase a totalidade (96,55%) do valor da produção de lavouras temporárias de Tapes em 2006 era devido ao cultivo de arroz. O principal produto agrícola de lavoura permanente do município era a laranja, com 69,82% do valor total da produção.

**Tabela 5.3-221 Produção agrícola de lavouras temporárias em Tapes (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	2	7	0,03	1	1
Arroz (em casca) (Tonelada)	74.452	24.673	96,55	13.295	13.295
Batata - doce (Tonelada)	171	54	0,21	25	25
Batata - inglesa (Tonelada)	15	12	0,05	3	3
Feijão (em grão) (Tonelada)	4	6	0,02	10	10
Fumo (em folha) (Tonelada)	76	239	0,94	40	40
Mandioca (Tonelada)	1.000	220	0,86	100	100
Melancia (Tonelada)	132	22	0,09	20	20
Melão (Tonelada)	8	4	0,02	6	6
Milho (em grão) (Tonelada)	360	77	0,3	300	300
Soja (em grão) (Tonelada)	600	236	0,92	400	400
Tomate (Tonelada)	10	5	0,02	1	1
<b>Total</b>	-	25.555	100	14.201	14.201

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-222 Produção agrícola de lavouras permanentes em Tapes (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Laranja (Tonelada)	206	118	69,82	21	21
Pêssego (Tonelada)	84	51	30,18	8	8
<b>Total</b>	-	169	100	29	29

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

O principal produto de origem animal do município de Tapes em 2006 foi o leite, cujo valor foi equivalente a 82,51% do valor total da produção do município. O segundo produto mais importante naquele ano foi o mel de abelha.

**Tabela 5.3-223 Produção de origem animal em Tapes (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	855	368	82,51
Ovos de galinha (Mil dúzias)	14	22	4,93
Ovos de codorna (Mil dúzias)	1	1	0,22
Mel de abelha (Quilograma)	6.300	43	9,64
Lã (Quilograma)	4.050	12	2,69
<b>Total</b>	-	446	100,00

Fonte: IBGE

### - Sentinela do Sul

Em Sentinela do Sul a utilização das terras que ocupa mais área é a lavoura temporária em 2006. Dez anos antes, em 1996, a maior parte das terras era utilizada para pastagem.

**Tabela 5.3-224 Utilização das terras em Sentinela do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	98	0,60	1.027	2,31
Lavouras temporárias	3.790	23,09	18.589	41,82
Pastagens	9.473	57,72	13.795	31,03
Matas e florestas	3.051	18,59	11.040	24,84
<b>Total</b>	<b>16.412</b>	<b>100</b>	<b>44.451</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Na ocasião do Censo Agropecuário de 1996, o IBGE também apurou que a maioria (80,65%) das áreas produtivas estava sob o domínio de seus proprietários. Ocupantes representavam 10,14% e arrendatários constituíam 8,68%, enquanto os produtores em sistema de parceria totalizavam apenas 0,52% das terras produtivas.

**Tabela 5.3-225 Condição dos produtores agropecuários de Sentinela do Sul**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	14.128,02	80,65
Arrendatário	1.520,40	8,68
Parceiro	91,30	0,52
Ocupante	1.776,95	10,14
<b>Total</b>	<b>17.516,67</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Segundo o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, o principal produto agrícola de lavoura temporária em Sentinela do Sul era o fumo, com 55,08%

do valor da produção. Já o principal produto de lavouras permanentes era a laranja, que representava 51,34% do valor da produção.

**Tabela 5.3-226 Produção agrícola de lavouras temporárias em Sentinela do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	10	35	0,26	4	4
Amendoim (em casca) (Tonelada)	2	3	0,02	3	3
Arroz (em casca) (Tonelada)	14.102	4.673	34,94	2.507	2.507
Batata - doce (Tonelada)	1.000	317	2,37	100	100
Cana-de-açúcar (Tonelada)	700	101	0,76	35	35
Cebola (Tonelada)	18	7	0,05	3	3
Feijão (em grão) (Tonelada)	60	76	0,57	110	110
Fumo (em folha) (Tonelada)	2.340	7.367	55,08	1.300	1.300
Mandioca (Tonelada)	2.340	514	3,84	300	300
Melancia (Tonelada)	162	27	0,2	20	20
Melão (Tonelada)	14	7	0,05	6	6
Milho (em grão) (Tonelada)	1.125	240	1,79	1.300	1.250
Tomate (Tonelada)	16	9	0,07	2	2
<b>Total</b>	-	<b>13.376</b>	<b>100</b>	<b>5.690</b>	<b>5.640</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-227 Produção agrícola de lavouras permanentes em Sentinela do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Abacate (Tonelada)	3	1	0,53	1	1
Banana (Tonelada)	18	5	2,67	3	3
Caqui (Tonelada)	12	5	2,67	2	2
Figo (Tonelada)	3	4	2,14	3	3
Goiaba (Tonelada)	18	9	4,81	3	3
Laranja (Tonelada)	270	96	51,34	60	60
Limão (Tonelada)	22	7	3,74	4	4
Pêra (Tonelada)	6	3	1,6	1	1
Pêssego (Tonelada)	7	6	3,21	7	7
Tangerina (Tonelada)	50	13	6,95	10	10
Uva (Tonelada)	47	38	20,32	9	9
<b>Total</b>	-	<b>187</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>103</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Em Sentinela do Sul, o produto com maior percentual do valor da produção em 2006 foi o leite, com 71,43% do total. Os ovos de galinha foram o produto com o segundo maior valor percentual.

**Tabela 5.3-228 Produção de origem animal em Sentinela do Sul (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	675	290	71,43
Ovos de galinha (Mil dúzias)	41	67	16,50
Ovos de codorna (Mil dúzias)	3	6	1,48
Mel de abelha (Quilograma)	5.400	37	9,11
Lã (Quilograma)	2.115	6	1,48
<b>Total</b>	-	<b>406</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

### - Camaquã

Dos 168.160 hectares do município de Camaquã, 75% eram utilizados para produção agropecuária em 1996. Esse percentual foi reduzido para aproximadamente 50% do território municipal em 2006, segundo o IBGE. Assim como Tapes, o território de Camaquã é majoritariamente ocupado por lavouras temporárias, embora a área de pastagens ainda seja considerável, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-229 Utilização das terras em Camaquã - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	423	0,34	1.477	1,76
Lavouras temporárias	52.719	41,85	40.446	48,31
Pastagens	55.016	43,68	29.002	34,64
Matas e florestas	17.805	14,14	12.797	15,29
<b>Total</b>	<b>125.963</b>	<b>100</b>	<b>83.722</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Segundo o Censo Agropecuário de 1996, a maior parte (79,08%) dos produtores de Camaquã era proprietária das terras produtivas. Produtores arrendatários respondiam por 9,22% das terras, enquanto o restante das áreas dividia-se entre parceiros e ocupantes, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-230 Condição dos produtores agropecuários de Camaquã**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	117.956,49	79,08
Arrendatário	13.758,08	9,22
Parceiro	10.457,44	7,01
Ocupante	6.984,18	4,68
<b>Total</b>	<b>149.156,12</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

O principal produto agrícola de lavoura temporária no município de Camaquã em 2006 era o arroz, que representava 49,10% do valor da produção. O fumo também era um produto representativo: atingiu 44,99% do valor da produção neste mesmo ano. A laranja era o produto de lavoura permanente com maior valor da produção (53,38%). As tabelas abaixo expõem os dados relativos à produção agrícola registrados pelo Censo Agropecuário de 2006, para o município de Camaquã:

**Tabela 5.3-231 Produção agrícola de lavouras temporárias em Camaquã (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	2	7	0,01	1	1
Amendoim (em casca) (Tonelada)	4	7	0,01	6	6
Arroz (em casca) (Tonelada)	171.112	56.705	49,1	29.250	29.250
Batata - doce (Tonelada)	4.500	1.425	1,23	450	450
Batata - inglesa (Tonelada)	90	71	0,06	30	30
Cebola (Tonelada)	132	50	0,04	22	22
Feijão (em grão) (Tonelada)	116	146	0,13	450	410
Fumo (em folha) (Tonelada)	16.506	51.966	44,99	9.200	9.170
Mandioca (Tonelada)	5.000	1.098	0,95	500	500
Melancia (Tonelada)	69	11	0,01	15	15
Melão (Tonelada)	8	4	0	5	5
Milho (em grão) (Tonelada)	4.500	960	0,83	2.500	2.500
Soja (em grão) (Tonelada)	7.560	2.980	2,58	4.500	4.500
Sorgo granífero (em grão) (Ton.)	180	36	0,03	100	100
Tomate (Tonelada)	54	29	0,03	9	9
<b>Total</b>	-	<b>115.495</b>	<b>100</b>	<b>47.038</b>	<b>46.968</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-232 Produção agrícola de lavouras permanentes em Camaquã (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Abacate (Tonelada)	4	2	0,64	1	1
Banana (Tonelada)	29	8	2,57	6	6
Caqui (Tonelada)	12	5	1,61	2	2
Figo (Tonelada)	2	2	0,64	2	2
Goiaba (Tonelada)	62	30	9,65	8	8
Laranja (Tonelada)	467	166	53,38	89	89
Limão (Tonelada)	48	15	4,82	6	6
Pêra (Tonelada)	20	9	2,89	4	4
Pêssego (Tonelada)	11	9	2,89	8	8

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Tangerina (Tonelada)	132	33	10,61	24	24
Uva (Tonelada)	40	32	10,29	8	8
<b>Total</b>	-	<b>311</b>	<b>100</b>	<b>158</b>	<b>158</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Em 2006, no município de Camaquã, o produto de origem animal com percentual mais alto do valor da produção foi o leite, com 66,65%. O produto com o segundo maior percentual do mesmo valor foram os ovos de galinha.

**Tabela 5.3-233 Produção de origem animal em Camaquã (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	2.835	1.219	66,65
Ovos de galinha (Mil dúzias)	261	418	22,85
Mel de abelha (Quilograma)	25.200	164	8,97
Lã (Quilograma)	10.080	28	1,53
<b>Total</b>	-	<b>1.829</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

#### - Arambaré

O território do município de Arambaré compreende 51.700 hectares, dos quais 39.412 (76,25% do total) eram destinados à produção agropecuária em 1996. Em 2006, esse percentual recuou para 68,05%, com a redução de 4.240 hectares. As pastagens naturais figuravam como a ocupação mais representativa, com 52,10% das áreas produtivas. A área de matas e florestas foram aumentadas em mais de mil hectares, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-234 Utilização das terras em Arambaré - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	26	0,07	18	0,05
Lavouras temporárias	14.929	37,87	13.903	39,52
Pastagens	22.504	57,09	18.329	52,10
Matas e florestas	1.962	4,98	2.931	8,33
<b>Total</b>	<b>39.421</b>	<b>100</b>	<b>35.181</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários



O IBGE constatou que, em 1996, 71,35% dos produtores agropecuários de Arambaré trabalhavam em terras próprias; 18,42% dos produtores eram arrendatários e 6,31% trabalhavam em regime de parceria. O percentual de terras ocupadas era insignificante: 0,22% do total.

**Tabela 5.3-235 Condição dos produtores agropecuários de Arambaré**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	33.452,75	75,05
Arrendatário	8.209,51	18,42
Parceiro	2.812,00	6,31
Ocupante	99,76	0,22
<b>Total</b>	<b>44.574,02</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Em Arambaré, o produto agrícola de lavoura temporária com valor de produção mais alto em 2006 era o arroz, que representava 97,80% do valor da produção do município. Nas lavouras permanentes, o principal produto era a laranja: seu cultivo totalizava 75% do valor total da produção.

**Tabela 5.3-236 Produção agrícola de lavouras temporárias em Arambaré (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Arroz (em casca) (Tonelada)	73.928	24.499	97,8	12.256	12.256
Feijão (em grão) (Tonelada)	2	3	0,01	12	12
Fumo (em folha) (Tonelada)	14	44	0,18	12	12
Mandioca (Tonelada)	49	11	0,04	7	7
Milho (em grão) (Tonelada)	156	33	0,13	130	130
Soja (em grão) (Tonelada)	1.170	461	1,84	900	900
<b>Total</b>	-	25.051	100	13.317	13.317

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-237 Produção agrícola de lavouras permanentes em Arambaré (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Banana (Tonelada)	3	1	25	1	1
Laranja (Tonelada)	9	3	75	3	3
<b>Total</b>	-	4	100	4	4

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

O produto com maior percentual do valor da produção em Arambaré, no ano de 2006, foi o leite, com 46,75% do total. O mel de abelha também atingiu um percentual representativo do valor total da produção de origem animal.

**Tabela 5.3-238 Produção de origem animal em Arambaré (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	189	79	46,75
Ovos de galinha (Mil dúzias)	18	29	17,16
Mel de abelha (Quilograma)	5.850	38	22,49
Lã (Quilograma)	8.100	23	13,61
<b>Total</b>	-	<b>169</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

#### - Cristal

Dos 68.150 hectares de território de Cristal, 69,7% eram utilizados para a produção agrícola, de acordo com o censo agropecuário de 1996. Em 2006 houve pequena redução nessa proporção: 65%. Cristal destina mais de 63% das terras aproveitadas às pastagens, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 5.3-239 Utilização das terras em Cristal - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	70	0,15	214	0,48
Lavouras temporárias	14.607	30,76	9.897	22,34
Pastagens	28.228	59,44	28.217	63,70
Matas e florestas	4.582	9,65	5.968	13,47
<b>Total</b>	<b>47.487</b>	<b>100</b>	<b>44.296</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O IBGE também verificou que a maioria (78,32%) das áreas produtivas de Cristal estava nas mãos dos seus proprietários em 1996. Propriedades sob o sistema de parceria representavam 8,26% do total das áreas produtivas, enquanto os arrendatários somavam 7,80% e os ocupantes 5,63%.

**Tabela 5.3-240 Condição dos produtores agropecuários de Cristal**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	38.978,35	78,32
Arrendatário	3.880,85	7,80
Parceiro	4.108,95	8,26
Ocupante	2.800,60	5,63
<b>Total</b>	<b>49.768,75</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

De acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, o cultivo de arroz significava 48,26% do valor da produção de lavouras temporárias em Cristal. O fumo ocupava uma posição relevante: totalizava 33,75% do valor da produção. Já o principal produto de lavouras permanentes era a laranja, que representava 43,90% do valor da produção municipal.

**Tabela 5.3-241 Produção agrícola de lavouras temporárias em Cristal (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	9	32	0,14	3	3
Amendoim (em casca) (Tonelada)	10	17	0,08	8	8
Arroz (em casca) (Tonelada)	33.057	10.938	48,26	5.655	5.655
Batata - doce (Tonelada)	48	15	0,07	8	8
Batata - inglesa (Tonelada)	1.200	730	3,22	120	120
Cana-de-açúcar (Tonelada)	288	41	0,18	16	16
Cebola (Tonelada)	32	12	0,05	4	4
Feijão (em grão) (Tonelada)	19	24	0,11	71	71
Fumo (em folha) (Tonelada)	2.430	7.650	33,75	1.350	1.350
Mandioca (Tonelada)	175	38	0,17	25	25
Melancia (Tonelada)	49	8	0,04	9	9
Melão (Tonelada)	2	1	0	1	1
Milho (em grão) (Tonelada)	8.100	1.728	7,62	3.000	3.000
Soja (em grão) (Tonelada)	3.600	1.419	6,26	2.000	2.000
Tomate (Tonelada)	20	11	0,05	2	2
<b>Total</b>	-	<b>22.664</b>	<b>100</b>	<b>12.272</b>	<b>12.272</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-242 Produção agrícola de lavouras permanentes em Cristal (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Banana (Tonelada)	6	2	2,44	1	1
Caqui (Tonelada)	5	2	2,44	1	1
Figo (Tonelada)	3	4	4,88	3	3
Laranja (Tonelada)	101	36	43,9	31	31
Limão (Tonelada)	18	6	7,32	3	3
Pêra (Tonelada)	5	2	2,44	1	1
Pêssego (Tonelada)	25	21	25,61	12	12
Tangerina (Tonelada)	11	3	3,66	4	4
Uva (Tonelada)	8	6	7,32	3	3
<b>Total</b>	-	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>59</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Segundo dados do IBGE, em 2006 o leite foi o produto de origem animal com maior valor de produção em Cristal. Os ovos de galinha foram o segundo produto mais representativo, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-243 Produção de origem animal em Cristal (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	945	397	66,06
Ovos de galinha (Mil dúzias)	85	140	23,29
Mel de abelha (Quilograma)	7.200	48	7,99
Lã (Quilograma)	5.580	16	2,66
<b>Total</b>	-	<b>601</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

### - São Lourenço do Sul

Dos municípios da área de influência direta, São Lourenço do Sul é aquele que possui o maior território: 202.650 hectares. 74% desta área eram aproveitados em 1996, segundo o IBGE. Em 2006 este percentual subiu para 75,6%. O total das áreas de lavouras temporárias e pastagens é praticamente igual, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-244 Utilização das terras em São Lourenço do Sul - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	545	0,36	1.470	0,96
Lavouras temporárias	60.791	40,15	61.846	40,37
Pastagens	67.996	44,90	61.178	39,93
Matas e florestas	22.091	14,59	28.704	18,74
<b>Total</b>	<b>151.423</b>	<b>100</b>	<b>153.198</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A grande maioria (86,99%) dos produtores de São Lourenço do Sul era proprietária das terras produtivas, segundo dados do IBGE de 1996. Produtores arrendatários, parceiros e ocupantes respondiam pelo restante (13,01%) das terras produtivas, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 5.3-245 Condição dos produtores agropecuários de São Lourenço do Sul**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	143.865,557	86,99
Arrendatário	10.192,143	6,16
Parceiro	5.326,580	3,22
Ocupante	5.989,100	3,62
<b>Total</b>	<b>165.373,380</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

O produto agrícola de lavoura temporária com maior valor da produção no município de São Lourenço do Sul em 2006 foi o fumo, totalizando 54,95%. Nas lavouras permanentes, a laranja ocupava o posto de principal produto, com 64,73% do valor da produção. As tabelas abaixo descrevem a produção agrícola contabilizada pelo Censo Agropecuário de 2006, para o município de São Lourenço do Sul:

**Tabela 5.3-246 Produção agrícola de lavouras temporárias em São Lourenço do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	90	288	0,28	15	15
Amendoim (em casca) (Tonelada)	33	65	0,06	30	30
Arroz (em casca) (Tonelada)	52.532	15.760	15,34	9.415	9.415
Batata - doce (Tonelada)	2.400	480	0,47	200	200
Batata - inglesa (Tonelada)	21.600	13.365	13,01	1.600	1.600
Cebola (Tonelada)	1.500	365	0,36	150	150
Feijão (em grão) (Tonelada)	504	583	0,57	1.200	1.200
Fumo (em folha) (Tonelada)	16.200	56.457	54,95	9.000	9.000
Mandioca (Tonelada)	1.200	264	0,26	100	100
Melancia (Tonelada)	750	160	0,16	50	50
Milho (em grão) (Tonelada)	35.200	8.800	8,56	16.000	16.000
Soja (em grão) (Tonelada)	16.200	5.994	5,83	9.000	9.000
Sorgo granífero (em grão) (Tonelada)	168	37	0,04	70	70
Tomate (Tonelada)	100	56	0,05	5	5
Trigo (em grão) (Tonelada)	180	72	0,07	100	100
<b>Total</b>	-	<b>102.746</b>	<b>100</b>	<b>46.935</b>	<b>46.935</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-247 Produção agrícola de lavouras permanentes em São Lourenço do Sul (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Caqui (Tonelada)	18	9	1,69	2	2
Figo (Tonelada)	4	4	0,75	1	1
Goiaba (Tonelada)	57	29	5,44	7	7
Laranja (Tonelada)	600	345	64,73	200	200
Limão (Tonelada)	19	2	0,38	4	4
Pêra (Tonelada)	26	9	1,69	3	3
Pêssego (Tonelada)	150	92	17,26	30	30
Tangerina (Tonelada)	132	43	8,07	22	22
<b>Total</b>	-	<b>533</b>	<b>100</b>	<b>269</b>	<b>269</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Quase a totalidade (93,13%) do valor da produção de origem animal de São Lourenço do Sul em 2006 era atribuída ao leite. Os ovos de galinha eram responsáveis por 5,36% do valor da produção municipal.

**Tabela 5.3-248 Produção de origem animal em São Lourenço do Sul (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	32.379	15.866	93,13
Ovos de galinha (Mil dúzias)	589	913	5,36
Mel de abelha (Quilograma)	34.459	207	1,22
Lã (Quilograma)	12.786	51	0,30
<b>Total</b>	-	<b>17.037</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

### - Turuçu

Turuçu foi emancipado em 1997, portanto não consta como município no Censo Agropecuário de 1996. No Censo de 2006, a área que atualmente constitui o município, desmembrada de Pelotas e São Lourenço do Sul foi registrada como Turuçu, para efeito de comparação da ocupação do solo. Considerando isso, a área de terras aproveitadas do município aumentou em quase dez mil hectares, representando 90% dos 28.580 hectares do território de Turuçu. Pastagens totalizam 65% das áreas aproveitadas, seguidas por lavouras temporárias, que representam 24%.

**Tabela 5.3-249 Utilização das terras em Turuçu - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	49	0,31	138	0,54
Lavouras temporárias	5.218	33,39	6.263	24,38
Pastagens	8.861	56,70	16.881	65,70
Matas e florestas	1.500	9,60	2.411	9,38
<b>Total</b>	<b>15.628</b>	<b>100</b>	<b>25.693</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, o principal produto agrícola de lavoura temporária em Turuçu era o fumo (66,61% do valor da produção). Nas lavouras permanentes, o principal produto era a laranja, cujo valor de produção chegava a 69,82% do total, como mostram as tabelas abaixo:

**Tabela 5.3-250 Produção agrícola de lavouras temporárias em Turuçu (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Arroz (em casca) (Tonelada)	6.405	2.220	17,21	1.050	1.050
Batata - doce (Tonelada)	600	432	3,35	40	40
Batata - inglesa (Tonelada)	224	139	1,08	40	40
Cebola (Tonelada)	300	73	0,57	30	30
Feijão (em grão) (Tonelada)	26	37	0,29	40	40
Fumo (em folha) (Tonelada)	2.465	8.591	66,61	1.450	1.450
Milho (em grão) (Tonelada)	2.142	450	3,49	900	900
Soja (em grão) (Tonelada)	2.400	888	6,89	1.200	1.200
Tomate (Tonelada)	120	67	0,52	3	3
<b>Total</b>	-	<b>12.897</b>	<b>100</b>	<b>4.753</b>	<b>4.753</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-251 Produção agrícola de lavouras permanentes em Turuçu (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Laranja (Tonelada)	206	118	69,82	21	21
Pêssego (Tonelada)	84	51	30,18	8	8
<b>Total</b>	-	<b>169</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>29</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 88,89% do valor da produção de origem animal em Turuçu era devido à produção de leite. Os ovos de galinha eram o segundo produto com maior percentual do valor da produção.

**Tabela 5.3-252 Produção de origem animal em Turuçu (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	2.083	1.000	88,89
Ovos de galinha (Mil dúzias)	54	87	7,73
Mel de abelha (Quilograma)	5.707	34	3,02
Lã (Quilograma)	1.010	4	0,36
<b>Total</b>	-	<b>1.125</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

### - Pelotas

Dos 164.660 hectares do município de Pelotas, 72,4% eram utilizados para a produção agrícola, segundo o censo agropecuário de 1996. Em 2006, este percentual foi reduzido para 53,8%, em parte pelo desmembramento da área do município de

Turuçu. Mais de 42% das áreas aproveitadas eram destinadas à lavouras permanentes, conforme se verifica na tabela abaixo:

**Tabela 5.3-253 Utilização das terras em Pelotas - RS**

	1996		2006	
	Área (Ha)	Proporção (%)	Área (Ha)	Proporção (%)
Lavouras permanentes	3.189	2,67	4.888	5,52
Lavouras temporárias	48.572	40,74	37.821	42,71
Pastagens	51.256	42,99	30.685	34,65
Matas e florestas	16.207	13,59	15.161	17,12
<b>Total</b>	<b>119.224</b>	<b>100</b>	<b>88.555</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1996, a maior parte das áreas aproveitadas (84,23%) era trabalhada pelos seus proprietários. O restante das terras dividia-se quase que por igual entre arrendatários, parceiros e ocupantes.

**Tabela 5.3-254 Condição dos produtores agropecuários de Pelotas**

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	124.393,19	84,23
Arrendatário	7.485,43	5,07
Parceiro	9.506,80	6,44
Ocupante	6.300,19	4,27
<b>Total</b>	<b>147.685,62</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Em Pelotas, o produto agrícola de lavoura temporária que possuía o maior percentual do valor da produção em 2006 era o fumo, com 58,50%. O pêssego, por sua vez, foi o produto de lavoura permanente com maior participação no valor total da produção municipal: 72,92%.

**Tabela 5.3-255 Produção agrícola de lavouras temporárias em Pelotas (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Alho (Tonelada)	68	218	0,29	25	25
Amendoim (em casca) (Tonelada)	45	88	0,12	50	50
Arroz (em casca) (Tonelada)	46.919	15.014	20,01	7.710	7.710
Batata - doce (Tonelada)	4.800	3.456	4,61	600	600
Batata - inglesa (Tonelada)	2.650	1.220	1,63	450	450
Cebola (Tonelada)	1.170	234	0,31	180	180
Ervilha (em grão) (Tonelada)	138	276	0,37	23	23
Feijão (em grão) (Tonelada)	600	750	1	1.000	1.000



Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Fumo (em folha) (Tonelada)	10.329	43.898	58,5	5.121	5.121
Melancia (Tonelada)	2.025	304	0,41	150	150
Melão (Tonelada)	102	31	0,04	17	17
Milho (em grão) (Tonelada)	12.600	2.772	3,69	7.000	7.000
Soja (em grão) (Tonelada)	9.240	3.696	4,93	5.000	5.000
Sorgo granífero (em grão) (Tonelada)	510	82	0,11	270	270
Tomate (Tonelada)	6.000	3.000	4	100	100
<b>Total</b>	-	<b>75.039</b>	<b>100</b>	<b>27.696</b>	<b>27.696</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

**Tabela 5.3-256 Produção agrícola de lavouras permanentes em Pelotas (2006)**

Lavoura	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)
Abacate (Tonelada)	5	1	0,02	1	1
Caqui (Tonelada)	100	50	0,85	10	10
Erva-mate (folha verde) (Tonelada)	2	3	0,05	1	1
Figo (Tonelada)	42	42	0,71	20	20
Laranja (Tonelada)	2.279	1.140	19,36	407	407
Maçã (Tonelada)	21	32	0,54	6	6
Marmelo (Tonelada)	41	11	0,19	5	5
Pêra (Tonelada)	66	22	0,37	5	5
Pêssego (Tonelada)	8.100	4.293	72,92	3.000	3.000
Tangerina (Tonelada)	462	150	2,55	68	68
Uva (Tonelada)	163	143	2,43	24	24
<b>Total</b>	-	<b>5.887</b>	<b>100</b>	<b>3.547</b>	<b>3.547</b>

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

No município de Pelotas, 49,76% do valor total da produção de origem animal eram atribuídos ao leite, no ano de 2006. Os ovos de galinha eram responsáveis por 33,17% do valor da produção.

**Tabela 5.3-257 Produção de origem animal em Pelotas (2006)**

Tipo de produto	Produção	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)
Leite (Mil litros)	243	102	49,76
Ovos de galinha (Mil dúzias)	41	68	33,17
Mel de abelha (Quilograma)	3.780	27	13,17
Lã (Quilograma)	2.790	8	3,90
<b>Total</b>	-	<b>205</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

#### **5.3.4.4 Presença de áreas com direito de lavra**

A concessão de lavras na região iniciou em 1941 com requerimento para exploração de fonte de água mineral, em área de pouco mais de 1,5 hectares. De 1941 a 2007 foram solicitados 2.182 requerimentos.

Na década de 50 foram solicitados 13 requerimentos para exploração mineral, a maior parte de areia para confecção de vidro. Na década de 60 as solicitações aumentaram para 40 e o material mudou: a maior parte delas é de cascalho – provavelmente utilizado na construção civil.

Na década de 70 houve um aumento expressivo nos requerimentos: de 40 feitos na década anterior para 122. A substância que mais concentrou solicitações foi o carvão. Esse material é um indicador do processo de industrialização regional e nacional, utilizado em larga escala como fonte energética.

Na década de 80 foram requeridos 114 direitos de lavra, sendo que pela primeira vez há certo equilíbrio na concessão de matérias (areia e granito). Na década de 90 há 600 solicitações para exploração, a maior parte para areia. No entanto o granito ainda tem bastante expressividade nos requerimento de títulos minerários.

Entre 2000 e 2007, os requerimentos dobraram de número, passaram a 1.292, quase metade para areia. Essa substância ganha bastante expressividade a partir da década de 80, que coincide com a urbanização das cidades e com o conseqüente boom da construção civil no país.

A localização dos requerimentos está apresentada no mapa Títulos Minerários, no Caderno de Mapas

#### **5.3.4.5 Caracterização das aglomerações urbanas nas margens da rodovia**

A seguir estão apresentados os principais aglomerados existentes nas áreas adjacentes à rodovia BR 116. Mais informações sobre os aglomerados citados e outros adensamentos populacionais em áreas lindeiras à BR 116/RS estão apresentados no **Capítulo 6. Análise Integrada.**

##### **- Guaíba**

###### *Cohab*

O loteamento atualmente conhecido como bairro Cohab foi implantado no início da década de 1980. Os primeiros moradores eram de Guaíba, Porto Alegre, Viamão e outros municípios próximos. Atualmente são estimados 30 mil moradores, a maioria com escritura de posse, mas há áreas de ocupação irregular, incluindo uma próxima à

BR 116. Nos últimos cinco anos o incremento populacional do bairro foi basicamente oriundo das áreas de ocupação irregular. A área próxima à rodovia é mais recente (3 anos) e abriga aproximadamente 500 pessoas.



Figura 5.3-5 Guaíba – Bairro Cohab – limite norte do bairro, próximo ao acesso pelo trevo na BR 116 (margem esquerda).



Figura 5.3-6 Guaíba – Bairro Cohab – área de invasão na margem esquerda da rodovia.

A associação de moradores, criada já no início do bairro, centraliza as ações comunitárias no bairro. A sede da associação foi construída durante a implantação da infra-estrutura do loteamento. Atualmente move ações judiciais conjuntas contra a Cohab, alegando a falta de qualidade das habitações entregues. Apesar da densidade populacional do bairro, a associação de moradores afirma não haver agência dos correios, agência bancária, e nem unidade do corpo de bombeiros, além de o número de praças e áreas verdes ser insuficiente. Também buscam junto à prefeitura a construção de uma creche e de quadras poliesportivas, e a ligação da rede de esgoto com a estação de tratamento.



**Figura 5.3-7 Guaíba – Bairro Cohab – acesso principal, pela margem esquerda da rodovia.**

O abastecimento de água é feito por rede geral, e há tubulações de esgoto que, entretanto, despejam diretamente no rio. O lixo é coletado três vezes por semana. Não há coleta seletiva, mas os moradores das áreas de ocupação irregular acabam fazendo uma seleção prévia do material, antes da coleta da prefeitura. Há uma unidade de saúde funcionando 24 horas por dia, escolas de ensino médio, fundamental e infantil.



**Figura 5.3-8 Guaíba – Bairro Cohab – aspecto geral.**



**Figura 5.3-9 Guaíba – Bairro Cohab – aspecto geral.**

A maioria dos moradores trabalha em Guaíba, na construção civil e em serviços gerais. Antes da implantação do pedágio havia mais moradores trabalhando em Porto Alegre, mas este número foi reduzido em decorrência do preço da passagem. Há ainda trabalhadores de granjas e plantações de arroz próximas. As principais atividades de lazer são organizadas pela associação de moradores: escolinha de

futebol, karatê, cancha de bocha e campos de futebol. Também há no bairro dois CTGs e as tradicionais festas da igreja.



**Figura 5.3-10 Guaíba – Bairro Cohab – sede da associação de moradores.**

A associação de moradores teve conhecimento sobre o projeto de duplicação há cinco anos, através do ex-prefeito de Guaíba e de um deputado estadual que fazia campanha na ocasião. Para os representantes, as vantagens da obra seriam a melhoria do trânsito, o aumento da segurança e a possibilidade de atração de investimentos para Guaíba. Como desvantagem, apontam que em geral essas obras não consideram a possibilidade de contratação da mão de obra local.

#### *Bonfim Novo, Nova Guaíba e São Francisco*

O povoamento dos três bairros de Guaíba situados na margem direita da rodovia intensificou-se na década de 1980, com moradores vindos de outros municípios. Atualmente estima-se 21 mil habitantes, com propriedades na maioria regularizadas, mas com alguns casos de ocupação irregular de áreas, principalmente nos limites mais externos. Nos últimos cinco anos, observa-se grande aumento populacional, com a ocupação das áreas vazias entre os três bairros, tornando-os conurbados.



**Figura 5.3-11 Guaíba – Bonfim Novo – aspecto geral.**



**Figura 5.3-12 Guaíba – Bonfim Novo – residências na margem direita da rodovia.**

A associação de moradores foi constituída há 8 anos, para reivindicar melhorias na infra-estrutura junto à prefeitura. A sede foi construída há 4 anos, e atualmente funciona como salão de festas. Entre os principais projetos estão a realização de cursos, a sinalização das ruas, construção de abrigos em pontos de ônibus e a campanha pela melhora do sistema de coleta de esgoto.



**Figura 5.3-13 Guaíba – Bonfim Novo – salão de festas da associação de moradores.**

O abastecimento de água é realizado pela rede geral e por poços artesianos. Há rede de coleta de esgoto, mas alguns moradores mantêm as fossas sépticas, sem conexão com a tubulação. A coleta de lixo ocorre três vezes por semana, sem separação por tipo de material. Os três bairros possuem postos de saúde, e várias escolas de ensino médio e fundamental, além de educação para jovens e adultos no período noturno.



**Figura 5.3-14 Guaíba – Bonfim Novo – esgoto a céu aberto na margem direita da rodovia.**



Os moradores em geral trabalham em Guaíba ou em Porto Alegre, principalmente em fábricas, no comércio, ou prestando serviços domésticos e para a construção civil. As atividades culturais incluem os grupos de terceira idade, atividades na igreja católica (cursos para os jovens) e esportes.



**Figura 5.3-15 Guaíba – Nova Guaíba – residências na margem direita da rodovia.**

De acordo com representantes da associação de moradores do bairro Bonfim Novo, o projeto de duplicação já é conhecido há pelo menos um ano. Como vantagens, apontam a melhoria do trânsito e o desenvolvimento do município. De fato, na ocasião das entrevistas para este trabalho, o trecho da rodovia em frente aos três bairros estava em obras.



Figura 5.3-16 Guaíba – Nova Guaíba – obras de duplicação praticamente concluídas.

#### - Barra do Ribeiro

##### *Passo da Estância*

Passo da Estância é o distrito de Barra do Ribeiro adjacente à BR 116 situado mais ao norte, quase na divisa com o município de Guaíba. Trata-se de uma ocupação bastante antiga (aproximadamente 60 anos). O povoado começou a crescer mais visivelmente apenas na década de 80, quando pessoas que moravam na zona rural começaram a se instalar e formar uma pequena vila. Também foi grande o aporte de aposentados em busca de áreas mais tranquilas para comprar pequenos sítios. Atualmente há cerca de 50 casas, a maioria em situação regular de acordo com as entrevistas realizadas.



**Figura 5.3-17 Barra do Ribeiro – Passo da Estância – estabelecimentos comerciais na margem direita da rodovia.**

Há 15 anos havia uma associação de moradores que conseguiu trazer melhorias para o bairro, mas acabou se dissolvendo após a conclusão dos primeiros projetos. Atualmente não há organizações comunitárias.

O abastecimento de água utiliza poços artesianos. A rede elétrica foi ligada a aproximadamente 30 anos, e não há rede de coleta de esgoto. A coleta de lixo é semanal, sem separação por tipo de material. O atendimento de saúde é realizado no posto no bairro, ou então no centro de Barra do Ribeiro, onde há melhores condições. Não há escolas na localidade – os alunos são transportados pela prefeitura até Passo Grande ou Douradilho.



**Figura 5.3-18 Barra do Ribeiro – Passo da Estância – estabelecimentos comerciais na margem esquerda da rodovia.**

A maioria dos moradores é constituída por aposentados ou pessoas que trabalham em Porto Alegre. Há poucas granjas que produzem hortifrutigranjeiros. O posto de abastecimento era o maior estabelecimento comercial, mas encontra-se em reforma.

As principais atividades culturais são as festas realizadas no salão da igreja. Também há pequenos campeonatos de futebol e festas em outras comunidades próximas.



**Figura 5.3-19 Barra do Ribeiro – Passo da Estância – aspecto geral.**

Os entrevistados afirmaram que há expectativa de duplicação há muito tempo e várias pessoas da comunidade trabalharam na implantação da rodovia. Como vantagens, apontam a melhoria do tráfego e o acesso para outras localidades.

Nas áreas rurais há predomínio de rizicultura e pastagens. Em uma das propriedades foram colhidas 150 toneladas de arroz, comercializadas para as indústrias locais. As principais vantagens seriam a melhoria do trânsito e a redução dos acidentes. Como desvantagem, apontam o fato da nova pista ficar muito próxima a algumas residências, além da maior dificuldade para fazer travessias entre os dois lados da propriedade.



**Figura 5.3-20 Barra do Ribeiro – Passo Grande – propriedade do Sr. Laurindo Zikowski.**

#### *Passo Grande*

Passo Grande é uma aglomeração urbana concentrada junto ao trevo de acesso de Barra do Ribeiro, em ambos os lados da rodovia BR 116. O povoamento teve início há mais de 20 anos, com a maioria dos moradores oriundos de locais próximos e fazendas. Atualmente há próximo de 200 casas, em situação recentemente regularizada, segundo a associação de moradores.



**Figura 5.3-21 Barra do Ribeiro – Passo Grande – trevo de acesso ao município.**

Na opinião dos representantes da associação de moradores, o bairro cresceu bastante nos últimos cinco anos. A situação inicialmente irregular dos terrenos foi uma das causas, pois isso reduzia o seu preço.

A associação de moradores é a única organização comunitária do bairro. Foi criada há 15 anos, para pressionar a administração municipal a instalar uma escola no bairro. Também solicitavam a instalação de uma biblioteca municipal, mas não houve encaminhamento. Atualmente os programas principais são a campanha pela instalação da rede de água tratada, a construção de uma quadra poliesportiva para a escola local, a instalação da rede coletora de esgoto, a reforma da sede da associação, a construção de um campo de futebol. A associação também tem um programa de aluguel de tratores para pequenos produtores de arroz.



**Figura 5.3-22 Barra do Ribeiro – Passo Grande – estabelecimentos comerciais e residências próximas à margem esquerda da rodovia.**

O abastecimento de água é por poço artesiano, na maioria das residências. Há reclamações a respeito da qualidade da água. Não há rede de coleta de esgoto, e a maioria das casas tem fossas sépticas individuais. A coleta de lixo é seletiva, e ocorre semanalmente.

O bairro tem escola de ensino fundamental, e não há registros de crianças em idade escolar que não estejam estudando. Para o ensino médio, os jovens deslocam-se principalmente para o centro da cidade, Guaíba e também Porto Alegre.



**Figura 5.3-23 Barra do Ribeiro – Passo Grande – posto de abastecimento na margem direita da rodovia.**

A maioria dos moradores trabalha em propriedades rurais, inclusive no viveiro de mudas da Aracruz, que produz eucalipto, pinus e acácias. Há poucos moradores trabalhando com serviços ou em comércios. As principais atividades de lazer são as festas da igreja e da associação de moradores. Também há canchas de bocha e futebol e a possibilidade de ir às praias de Barra do Ribeiro.



**Figura 5.3-24 Barra do Ribeiro – Passo Grande – residências na margem esquerda da rodovia.**



A associação de moradores teve conhecimento da duplicação da rodovia há 5 anos, durante a reforma de um trecho da pista atual, através dos funcionários da concessionária. A principal vantagem seria a possibilidade de melhoria da travessia, atualmente muito perigosa. A associação já solicitou a instalação de redutores de velocidade várias vezes. Uma desvantagem apontada seria a dificuldade de acesso, em decorrência da mureta ou canteiro central, que obrigaria os moradores a deslocarem-se até o retorno mais próximo para fazer a travessia de carro.

### *Douradilho*

Douradilho era um povoado de Guaíba, que passou a ser distrito de Barra do Ribeiro em 1994. Na época havia um movimento entre os moradores pela adesão do distrito ao município de Sertão Santana, no qual, afirmam, teriam melhor atendimento de saúde e educação, já que a sede encontra-se mais próxima do que a atual. Atualmente estima-se que morem no distrito 540 famílias, sendo que a área mais urbanizada encontra-se no lado direito da rodovia apenas. A situação das propriedades é legalizada, de acordo com a associação de moradores. Nos últimos cinco anos, o número de moradores aumentou, pois a região é tranquila e atrai aposentados que compram pequenos sítios.



**Figura 5.3-25 Barra do Ribeiro – Douradilho – aspecto geral.**

A única organização comunitária é a associação de moradores, que faz reuniões periódicas no salão paroquial. O abastecimento de água na maioria das casas é por poços artesianos, mas há algumas residências ligadas a rede geral, nas proximidades

do posto de abastecimento na margem direita da rodovia. Não há rede geral de coleta de esgoto – são utilizadas fossas sépticas. A coleta de lixo é quinzenal, sem separação por tipo de material.



**Figura 5.3-26 Barra do Ribeiro – Douradilho – paróquia e salão paroquial onde são realizadas as reuniões comunitárias.**

O atendimento de saúde é buscado em outros municípios ou bairros, pois o posto de saúde foi fechado há vários anos, em decorrência da política de centralização de atendimento. A prefeitura oferece transporte para o deslocamento até a unidade de saúde central.

A escola local atende 198 alunos, apenas no ensino fundamental. No centro comunitário são oferecidos cursos profissionalizantes, em parceria com o SEBRAE, SENAC e SENAR. Para o ensino médio, os alunos deslocam-se para o centro de Barra do Ribeiro ou de Sertão Santana. O transporte escolar começou a ser oferecido há 4 anos, inicialmente financiado pelos próprios pais, e mais recentemente assumido pela prefeitura.



**Figura 5.3-27 Barra do Ribeiro – Douradilho – pátio do posto de abastecimento na margem direita da rodovia.**

As principais atividades econômicas são o restaurante e o posto de abastecimento, no acesso principal da área urbana do distrito, junto à margem direita da rodovia BR 116. Boa parte dos moradores locais trabalha em engenhos de arroz nas proximidades, e também nas colheitas de fumo e arroz. Alguns arrendam terras para plantar fumo.

As atividades culturais incluem o futebol de salão, em uma cancha ao lado do salão paroquial. O clube local já foi muito mais atuante, e atualmente realiza poucos eventos. Também há as festas religiosas e os grupos de tradições.



**Figura 5.3-28 Barra do Ribeiro – Douradilho – Engenhos de arroz no lado direito da rodovia.**

A associação de moradores tem conhecimento do projeto de duplicação da rodovia há aproximadamente dez anos. Na época, funcionários realizando levantamento topográfico na rodovia comentaram sobre a possibilidade de duplicação. As vantagens trazidas seriam o progresso da região e a facilidade de acesso a Porto Alegre. Entretanto, dispositivos de segurança e travessias deverão ser previstos, para garantir a segurança dos moradores. Como desvantagem, aponta que a travessia pode tornar-se mais difícil.

#### **- Tapes**

##### *Nova Tapes*

Nova Tapes é um bairro localizado junto ao trevo de acesso ao município de Tapes, na BR 116/RS. Estende-se pelos dois lados da rodovia, e começou a ser formado quase 50 anos atrás, durante as obras de asfaltamento da BR 116. Inicialmente eram 4 famílias, e gradualmente a disponibilidade de terrenos mais baratos atraiu moradores de outros bairros. Atualmente estima-se que o bairro tenha perto de 100 casas, todas em condição de regularidade. Nos últimos cinco anos o número de moradores cresceu consideravelmente, de acordo com a associação de moradores. Os motivos seriam a facilidade de acesso, a existência de várias linhas de ônibus e a proximidade das empresas onde os moradores trabalham.



**Figura 5.3-29 Tapes – Nova Tapes – estabelecimentos comerciais na margem direita da rodovia.**  
A única organização comunitária é a própria associação de moradores, criada na década de 1980 para pressionar a prefeitura a levar melhorias para a comunidade. Atualmente, a associação realiza campanhas para construção do centro comunitário e da quadra poliesportiva, que está em negociação com a prefeitura e possivelmente terá financiamento do governo federal.



**Figura 5.3-30 Tapes – Nova Tapes – aspecto geral.**

O abastecimento de água é feito por meio de poços artesanais comunitários. Cada morador paga aproximadamente R\$ 17,00 por mês. Não há rede de coleta de esgoto, e a maior parte da comunidade utiliza-se de fossas. A coleta de lixo é organizada pela prefeitura municipal e ocorre duas vezes por semana, sem separação por tipo de material.

A comunidade tem uma escola de ensino fundamental e o conselho tutelar de Tapes acompanha situações de crianças fora da escola. A maioria dos moradores trabalha em lavouras temporárias, no corte de eucalipto e produção de lenha, além das fazendas de arroz que empregam durante a colheita. Outros trabalham no posto de abastecimento e no restaurante ao lado.



**Figura 5.3-31 Tapes – Nova Tapes – posto de abastecimento na margem esquerda da rodovia.**

De acordo com a associação de moradores, não há equipamentos de lazer disponíveis. O ginásio encontra-se sem piso e iluminação e há uma campanha para reformá-lo. As principais celebrações locais são a festa de N. S. da Boa Viagem, em janeiro, e a Festa da Amizade, organizada pela associação de moradores, que em sua última edição foi bastante bem sucedida e atraiu moradores de várias comunidades adjacentes.



**Figura 5.3-32 Tapes – Nova Tapes – vista a partir da margem esquerda da rodovia. Ao fundo o trevo de acesso a Tapes.**

Os representantes da associação de moradores tiveram conhecimento do projeto de duplicação da rodovia ainda durante a construção da primeira pista. Mais recentemente, funcionários que realizavam o levantamento topográfico na região informaram sobre o projeto. Para a associação, as vantagens da obra seriam a melhora do fluxo de veículos, pois há dias em que a estrada fica completamente congestionada. Também haveria melhora na questão da segurança, pois há um grande número de acidentes.

Como desvantagem, foi citado o fato que o acesso entre partes da comunidade em lados diferentes da rodovia pode ser dificultado, principalmente por causa dos pontos de ônibus. Para a associação, é essencial instalar redutores de velocidade e uma melhor sinalização.

#### **- Arambaré**

##### *Zona rural*

Não há concentrações urbanas próximas às margens da rodovia no território de Arambaré, apenas propriedades rurais. Foram realizadas entrevistas com proprietários rurais.

No assentamento Caturrita 25 de Abril, há produção de arroz para comercialização, além de outros cultivos de subsistência. Em umas das propriedades do Assentamento a produção foi de 25 toneladas de arroz na última safra, comercializadas em Tapes e

Camaquã. Também há pequenas áreas destinadas a reflorestamento com eucalipto. Em uma das propriedades visitadas há 200 mil mudas plantadas, mas o total já chegou a 500 mil há alguns anos atrás. Há bastante diferença entre os períodos nos quais os entrevistados alegam ter ouvido falar pela primeira vez do projeto de duplicação, entre 1 e 6 anos. Também foram diversas fontes citadas: meio de comunicação (rádio) e funcionários que realizaram a manutenção da pista atual. As vantagens seriam a redução dos acidentes e a melhoria da sinalização de segurança, bem como a possibilidade de instalação de estabelecimentos comerciais nas áreas lindeiras. Como desvantagens, consideram a possibilidade de perder parte das propriedades e o aumento do ruído, em decorrência do aumento do tráfego e da velocidade dos veículos.



Figura 5.3-33 Arambaré – Assentamento Caturrita – venda de mudas de eucalipto na margem esquerda da rodovia.





Figura 5.3-34 Arambaré – Capão do Leão – repicagem (transplante) de mudas de fumo.



Figura 5.3-35 Arambaré – Capão do Leão – propriedades na margem esquerda da rodovia, junto ao acesso para o distrito.

**- Camaquã***São Luiz*

A ocupação do bairro começou há aproximadamente 30 anos, com a venda e o loteamento de glebas que anteriormente eram fazendas de arroz. Atualmente são estimadas 200 casas, todas em processo de regularização. Nos últimos cinco anos foi observado intenso crescimento do bairro, com moradores vindos de outros bairros e municípios, em busca de lotes de custo mais baixo.



**Figura 5.3-36 Camaquã – Bairro São Luiz – aspecto geral.**

A única organização comunitária do bairro é o clube de mães, ainda sem sede própria. As reuniões ocorrem na garagem de um dos membros do clube. O atendimento médico preventivo, oferecido pela prefeitura, também ocorre nesse local, uma vez por semana. O clube foi criado há 7 anos, com o objetivo de atrair a atenção da prefeitura para o bairro.

O abastecimento de água é feito pela rede geral, mas o esgoto é lançado a céu aberto, o que de acordo com o clube de mães é o pior problema do bairro. Em dias de chuva, o charco onde o esgoto é lançado transborda, e a água contaminada invade várias ruas do bairro. Outro problema apontado é a questão das travessias constantes da BR 116 pelos moradores, já que todos os serviços oferecidos pela prefeitura encontram-se do outro lado da rodovia. O lixo é coletado duas vezes por semana, sem separação por tipo de material.



**Figura 5.3-37 Camaquã – Bairro São Luiz – esgoto a céu aberto.**

Parte dos moradores trabalha em granjas e nos engenhos de arroz, enquanto outros trabalham em serviços gerais, domésticos e de construção civil em outros bairros de Camaquã. As atividades culturais e de lazer são limitadas às reuniões do clube de mães e a comemorações realizadas no salão paroquial da capela local.

Os entrevistados afirmam ter conhecimento do projeto de duplicação da rodovia há mais de 10 anos. Os benefícios seriam a melhora do trânsito e a redução dos acidentes, desde que sejam previstas passarelas, já que o bairro se encontra do lado oposto da rodovia em relação ao centro da cidade.

#### *Bairro COHAB*

O bairro foi criado em 1978, com um loteamento em etapas. A maioria dos moradores iniciais era de Camaquã. Atualmente há aproximadamente 400 casas, todas em situação regularizada. Nos últimos 5 anos, a associação de moradores informa que não foi percebido crescimento considerável.



**Figura 5.3-38 Camaquã – Bairro Cohab – aspecto geral das ruas próximas à margem direita da rodovia.**

O bairro tem associação de moradores e um clube de mães. A associação de moradores foi criada um ano após o loteamento do bairro, em 1979. O edifício sede da associação foi construído logo depois, em uma área prevista no projeto original do bairro. Atualmente, o principal programa da associação são ações judiciais coletivas, para obter indenizações do estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação da má qualidade dos materiais utilizados na construção das casas.



**Figura 5.3-39 Camaquã – Bairro Cohab – edifício da associação de moradores.**

O abastecimento de água é realizado pela rede geral e o esgoto é coletado. O lixo é coletado regularmente, mas alguns moradores jogam diretamente no canal que existe entre a margem direita da rodovia e o limite do bairro. A presença do canal a céu aberto é um problema apontado pela associação de moradores, mas ainda não há previsão para solução. A maioria dos moradores trabalha em empresas no centro de Camaquã. As principais opções de lazer são as praças e o campo de futebol.



**Figura 5.3-40 Camaquã – Bairro Cohab – canal de drenagem aberto, entre o limite do bairro e a margem direita da rodovia.**

Os representantes da associação de moradores acreditam que a obra trará desenvolvimento para a região e reduzirá o número de acidentes. Não foi citada nenhuma desvantagem.

#### *Olaria*

O bairro Olaria originou-se em 1968, com um loteamento sem infraestrutura. Anteriormente, a área era ocupada por lavouras de arroz e havia uma olaria, que fornecia tijolos para a região. O loteamento foi realizado gradualmente, pelos proprietários das fazendas. Atualmente estima-se que o bairro abrigue 4000 famílias, e não há casos relatados de ocupação irregular. Nos últimos 5 anos, a associação de moradores afirma ter havido intenso crescimento, com moradores buscando a qualidade de vida oferecida pelo bairro.



**Figura 5.3-41 Camaquã – Olaria – aspecto geral.**

Além da associação de moradores, o bairro possui um clube de mães, como a maioria dos bairros de Camaquã. A associação de moradores foi constituída em 1972, com o objetivo de trazer para o bairro a rede elétrica e pavimentação de ruas. Atualmente realiza projetos educacionais, como o projeto Escola de Fábrica, financiado pelo MEC, cujo objetivo é realizar o resgate de cidadania em áreas de risco social na cidade, beneficiando 160 alunos. A associação também teve participação decisiva no desenvolvimento do plano diretor do município, visando garantir os interesses dos moradores do bairro. Também há projetos de canalização de esgoto e pavimentação de ruas, nos quais a associação organiza a compra dos materiais e a prefeitura de Camaquã fornece a mão de obra.



**Figura 5.3-42 Camaquã – Olaria – unidade de saúde.**

O clube de mães do bairro Olaria foi criado há 4 anos e realiza reuniões semanais. O seu objetivo principal é formar pessoas em artes manuais, proporcionando maior capacitação e qualidade de vida para as sócias. Também são realizados chás beneficentes e produção de artesanato para venda na feira municipal, na qual são angariados fundos para instituições de caridade.



**Figura 5.3-43 Camaquã – Olaria – reunião no clube de mães.**

A instalação da rede de distribuição de água começou com a construção da escola municipal, no início da década de 70, e aumentou aos poucos, atualmente atendendo todos os moradores. O mesmo ocorreu com a rede de energia elétrica. O esgoto é coletado pela rede geral do município, e o lixo é coletado três vezes por semana, com separação do material reciclável.

Há um posto de saúde e o batalhão da brigada militar, situado no bairro, garante a segurança. A presença de uma faculdade particular (SERVI) atrai estudantes de vários municípios vizinhos. As atividades de lazer incluem os cursos realizados no Centro Municipal de Esportes e a biblioteca da escola.



Figura 5.3-44 Camaquã – Olaria – faculdade SERVI.





**Figura 5.3-45 Camaquã – Olaria – Centro Municipal de Esportes.**

A maioria dos moradores trabalha no centro da cidade, já que o nível de educação é elevado. Cerca de 25% dos habitantes são aposentados, e se instalaram no bairro em decorrência da tranquilidade do local.

A associação de moradores de Olaria soube do projeto de duplicação da BR 116 há oito anos. Como vantagens, indicam a melhoria do tráfego e a agilização do escoamento da produção, principalmente de arroz. Também seriam reduzidos os acidentes, tão comuns atualmente. Não foi apontada nenhuma desvantagem

#### *Getúlio Vargas*

A ocupação no bairro Getúlio Vargas começou com casas doadas pela prefeitura, há aproximadamente 30 anos. Atualmente são estimadas 3000 pessoas, de acordo com a associação de moradores. A maioria das casas está em situação regular, mas há alguns casos de ocupação irregular. Nos últimos 5 anos o número de moradores variou muito pouco.



**Figura 5.3-46 Camaquã – Getúlio Vargas – aspecto vista a partir da rodovia (margem direita).**

Há duas associações comunitárias em Getúlio Vargas – a associação de moradores e o clube de mães. A associação de moradores não tem sede própria, e as reuniões são realizadas no centro comunitário do bairro. No início do loteamento do bairro, a associação fez campanhas para melhoria das ruas e ampliação da escola. Atualmente reivindica a instalação de um posto de saúde, ampliação da escola de ensino médio e da pavimentação das ruas.

O abastecimento de água é realizado por rede geral desde a formação do bairro. Há rede geral de coleta de esgoto e o lixo é coletado três vezes por semana (sem coleta seletiva). Há uma escola de ensino infantil, uma de ensino fundamental, mas para o ensino médio os jovens deslocam-se para outros bairros.

Os moradores trabalham na construção civil, em serviços de limpeza e com reciclagem de lixo. Há também um considerável número de moradores que trabalham nos engenhos de arroz no lado oposto da rodovia.



**Figura 5.3-47 Camaquã – Getúlio Vargas – armazéns de arroz na margem esquerda da rodovia.**

As atividades culturais e de lazer são realizadas em outros bairros, pois não há opções em Getúlio Vargas, segundo a ex-presidente da associação dos moradores. Há um campo de futebol, mas de acordo com a entrevistada a prefeitura não faz a manutenção, e os moradores não o utilizam.

A associação de moradores do bairro teve conhecimento do projeto de duplicação da BR 116 há vários anos, através de fontes diversas (TV, rádio, comentários).

#### *Viegas*

Viegas é o bairro de Camaquã adjacente à BR 116 situado mais ao sul. A ocupação do local começou a aproximadamente 45 anos, inicialmente por moradores de outros bairros de Camaquã, e mais recentemente com moradores do município de São Lourenço.



**Figura 5.3-48 Camaquã – Viegas – aspecto geral.**

Atualmente são estimadas 7000 pessoas, na maioria proprietários legalizados, mas há algumas áreas de ocupação irregular, principalmente na porção mais ao sul do bairro. A população cresceu muito nos últimos anos, na opinião da entrevistada, que observou o surgimento de muitas construções novas.



**Figura 5.3-49 Camaquã – Viegas – comércio na margem direita da rodovia.**

Há duas associações comunitárias em Viegas: a associação de moradores e o clube de mães do bairro. A associação de moradores foi formada logo após a criação do bairro, e atualmente faz campanha pela melhora da qualidade da água, da rede elétrica e pela implantação de abrigos nos pontos de ônibus. A vice-presidente observa que há problemas com envolvimento de jovens com drogas e casos de furtos de residências. O clube de mães foi fundado há 30 anos, e realiza cursos de artes manuais financiados pela prefeitura. São 30 vagas mensalmente. Também são realizados chás beneficentes, almoços, jantares, feiras para comercialização de trabalhos manuais.

O abastecimento de água é atualmente feito pela rede geral. O esgoto é escoado pela rede geral do município, e a coleta de lixo ocorre três vezes por semana, com separação do lixo reciclável. Há um posto de saúde no bairro, e para casos mais graves os moradores procuram o Pronto Socorro de Camaquã. Viegas abriga a maior escola do município, a Escola Municipal Osvaldo Aranha.

A maioria dos moradores trabalha no engenho da Camil (no lado oposto da rodovia), e outros prestam serviços gerais, de diarista, na construção civil, e no comércio no centro da cidade. Também há trabalhadores rurais em pequenas plantações de verduras.



Figura 5.3-50 Camaquã – Viegas – acesso ao engenho da Camil, na margem esquerda da rodovia.

As principais atividades culturais são as festas da igreja católica. No Centro Social Urbano são organizadas festas de natal, peças de teatro, bailes para idosos e escolinha de futebol. No salão de festas Cristo Rei é realizado um baile mensalmente.



**Figura 5.3-51 Camaquã – Viegas – salão de festas Cristo Rei.**



**Figura 5.3-52 Camaquã – Viegas – Centro Social Urbano.**

A associação de moradores teve conhecimento da duplicação da BR 116 há muitos anos, pois alguns membros são caminhoneiros e circulam com frequência na rodovia. A duplicação trará vantagens para o bairro, pois pode melhorar o acesso e reduzir o número de acidentes, de acordo com as entrevistas realizadas. Não consideram que haja desvantagens na implantação da obra.

**- Cristal**

A rodovia BR 116 atravessa o município de Cristal, separando o bairro Olaria do centro da cidade. O fluxo de pedestres é intenso em ambas as margens da estrada, e as travessias são constantes. De acordo com o presidente da associação comercial do município, os acidentes são constantes, principalmente porque os motoristas não respeitam o limite de velocidade no perímetro urbano. Para ele, os benefícios da duplicação da rodovia seriam a melhoria do trânsito, a redução do número de acidentes, e o impulso econômico para a região. Como desvantagens, levanta a questão ambiental, os possíveis desmatamentos e as desapropriações.



**Figura 5.3-53 Cristal – Perímetro urbano cortado pela rodovia**



Figura 5.3-54 Cristal – uso dos acostamentos por ciclistas e pedestres



Figura 5.3-55 Cristal – rodovia separando o centro (margem esquerda) do bairro Olaria (margem direita)

#### *Vila Formosa*

Vila Formosa estende-se quase paralelamente à BR116, com acesso cerca de 2km ao norte do centro de Cristal. A ocupação iniciou-se há mais de 20 anos, em terras remanescentes da passagem da rodovia, por pessoas vindas de todas as regiões do estado, em busca de trabalho na agricultura. Atualmente há mais de 300 casas, todas



em situação de ocupação irregular. Nos últimos 5 anos houve um considerável crescimento, principalmente na porção mais nova (mais ao norte).



**Figura 5.3-56 Cristal – Vila Formosa, vista a partir do acesso principal**

A única associação do local é a associação de moradores, com sede própria na rua principal, próximo ao posto de saúde. O abastecimento de água é realizado pela rede geral da CORSAN há aproximadamente 15 anos. A energia elétrica provém da rede geral, e há alguns casos de ligação clandestina na porção mais nova da localidade. Não há escolas na vila – os estudantes são transportados para o CIEP, em ônibus da prefeitura.



**Figura 5.3-57 Cristal – Vila Formosa, vista geral (à esquerda, o edifício da associação de moradores).**

As principais fontes de renda dos habitantes são os serviços realizados no centro urbano e na zona rural. Há poucos comércios e opções na Vila Formosa. As opções de lazer incluem o campo de futebol e as festas, no centro de Cristal. Os entrevistados afirmaram ter conhecimento do projeto de duplicação da rodovia há vários anos, por conta de serviços de topografia realizados no local. Afirmam que as principais vantagens para a comunidade seriam a diminuição dos acidentes rodoviários e a melhoria do fluxo dos veículos.

A associação de moradores está em processo de regularização. As reuniões foram iniciadas há 3 anos, com o objetivo de trazer benefícios para a vila. O posto de saúde existente foi a primeira conquista da organização.

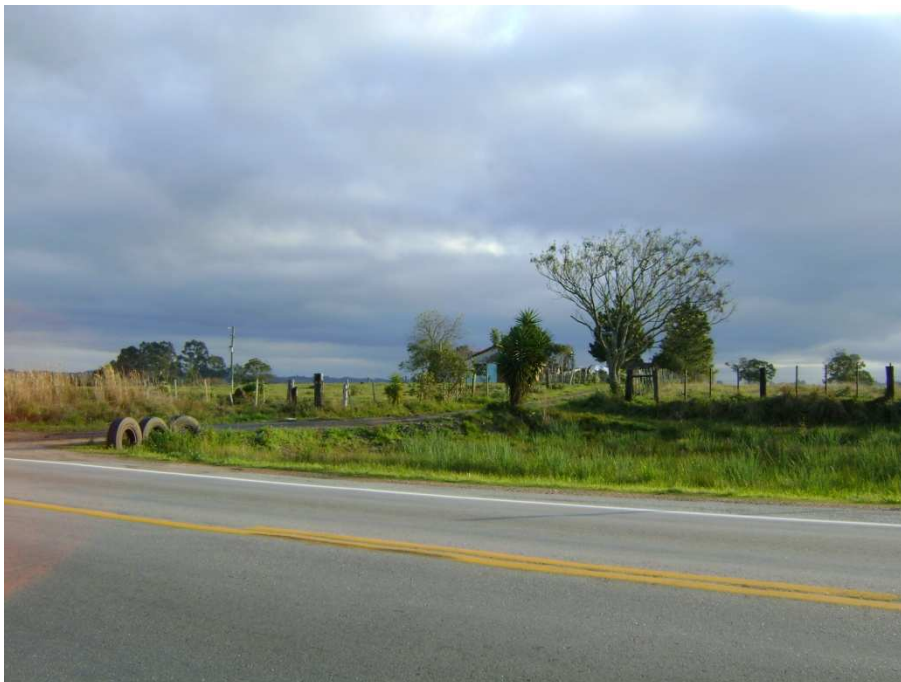


Figura 5.3-58 Cristal – Santa Izabel – propriedade do Sr. Rubens, margem direita da rodovia.

#### - São Lourenço do Sul

##### *Coqueiros*

O bairro Coqueiros estende-se longitudinalmente entre os dois lados da rodovia, nas proximidades do Posto Coqueiro, em São Lourenço do Sul. A origem do povoamento da localidade de coqueiros deu-se ainda na década de 60, durante a construção da BR 116, nas proximidades de um “coqueiral” (palmeiras, na verdade) que havia no local.



**Figura 5.3-59 São Lourenço do Sul – Coqueiros, vista geral, com a rodovia ao centro.**

A maior parte dos primeiros moradores veio de São Lourenço do Sul e estabeleceu moradia na localidade pela facilidade de acesso às propriedades rurais onde trabalhavam. Posteriormente, a construção do posto de abastecimento (também chamado Coqueiro) atraiu trabalhadores que fixaram residência. Atualmente são estimadas mais de 200 casas, e a situação de posse é irregular. O crescimento nos últimos cinco anos foi de aproximadamente 30%, e os novos moradores são na maioria aposentados, atraídos pela tranquilidade do local.



**Figura 5.3-60 São Lourenço do Sul – Coqueiros, comércio na margem esquerda da rodovia.**

Há duas organizações sociais: a associação de moradores e o Esporte Clube Coqueiro, que mantém uma escolinha de futebol para crianças e organiza campeonatos com times do local. A Associação de Moradores de Coqueiros foi fundada em 1978, com o objetivo de conseguir a instalação do posto de saúde e escola na localidade. Atualmente tem 30 voluntários e 100 sócios e trabalham pela ampliação do posto de saúde, pela solução do problema das enchentes constantes, e pela instalação de um posto policial. Além disso, a associação de moradores encarregou-se do transporte escolar por vários anos, até que esta tarefa fosse assumida pela prefeitura de São Lourenço do Sul.

O abastecimento de água se dá por poços artesianos, e a energia é fornecida por rede geral, desde o início do povoamento. Não há rede de esgoto – os moradores utilizam fossas sépticas e em alguns casos a deposição é em valas a céu aberto. A coleta do lixo ocorre uma vez por semana, e é realizada pela prefeitura. Há um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental. Para o ensino médio, os moradores buscam opções na zona urbana de São Lourenço do Sul ou na escola-pólo rural.



**Figura 5.3-61 São Lourenço do Sul – Coqueiros, escola municipal.**

A economia local é constituída basicamente por pequenas lavouras de milho, batata, arroz e soja, e pela presença do posto de abastecimento, de um frigorífico e de um restaurante. As opções de lazer incluem as festas periódicas nas comunidades rurais circundantes, os jogos de futebol nos finais de semana e a recém inaugurada quadra de esportes, que fica ao lado da escola.

Os entrevistados alegaram que a notícia da duplicação circula há anos. Acreditam que a duplicação trará apenas vantagens, principalmente na redução de acidentes e melhor acesso ao posto de abastecimento.

#### **- Turuçu**

O município de Turuçu estende-se pela margem direita da BR 116, no sentido Porto Alegre/Pelotas. Há poucas construções do lado esquerdo. A origem do povoamento na região onde atualmente encontra-se o município de Turuçu está associada à instalação da fábrica de tamancos e calçados Lange, há mais de 70 anos, inicialmente com poucas famílias. Com a passagem da BR 116, na década de 60, parte das fazendas foi desmembrada, ficando entre a nova rodovia e a já existente, estadual. Essas terras foram sendo gradualmente ocupadas por moradores que vinham dos arredores para se instalar no povoado.

Devido a essa especificidade da ocupação das terras, atualmente todas as propriedades dentro do perímetro urbano encontram-se em condição irregular – mesmo o terreno ocupado pela prefeitura. A atual gestão encarregou-se de iniciar o processo de regularização, que deve ser concluído ainda em 2008. Em janeiro deste ano, a empresa Lange interrompeu as atividades, devido ao aumento no preço do couro e a queda das taxas de câmbio. De acordo com a entrevistada, o início da exportação do boi “em pé”, ou seja, ainda vivo, contribuiu para a falência da empresa, uma vez que a sua matéria prima era um sub-produto do abate do gado na região. Atualmente estima-se que o município abrigue próximo de 4 mil habitantes, e a população aumentou bastante nos últimos 7 anos. Muitos dos novos moradores são aposentados, atraídos pela qualidade de vida e do atendimento de saúde na cidade.



**Figura 5.3-62 Turuçu – comércio na margem direita da rodovia.**

As principais associações do município são a dos produtores de pimenta e de morango, além de cooperativas de agricultores. Cerca de 80% dos produtores rurais estão afiliados a alguma associação. Como a extensão do perímetro urbano municipal é relativamente pequena, não há associações de moradores, e toda a área urbanizada é denominada “centro de Turuçu”.

Toda a área urbana é atendida pela rede de distribuição de água tratada. Essa rede encontra-se atualmente em expansão para a zona rural. A rede elétrica atinge todo o município, com exceção de 15 famílias. Metade da rede de coleta de esgoto está concluída, faltando apenas as ligações para as casas. O lixo é coletado duas vezes por semana na área urbana e em 10% da área rural. Há dois postos de saúde, sendo um no perímetro urbano e outro na zona rural. Na zona urbana há uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio. Na zona rural, as várias escolas existentes foram unificadas em uma escola-pólo, sendo que o transporte escolar atende 100% da extensão do município.



**Figura 5.3-63 Turuçu – vista geral.**

A economia na zona urbana era intensamente ligada à indústria de couros Lange, motivo pelo qual a prefeita acredita que em breve os funcionários desempregados devem deixar o município. Há também indústrias de geléias e conservas e muitos moradores possuem ou são empregados em comércios. Na zona rural, as principais culturas são arroz, soja, milho, laticínios, pimenta, fumo e morango.

As principais opções de lazer para os moradores são o futebol e as festas e bailes organizados pelas comunidades rurais, em especial as festas da pimenta e do morango. Há também um grupo de idosos com 120 participantes que realiza bailes a cada 15 dias.





**Figura 5.3-64 Turuçu – edifício da prefeitura municipal.**

A prefeitura teve conhecimento do projeto de duplicação da BR 116 em 2001, quando solicitou informações sobre as características do trevo de acesso projetado para a cidade, junto ao DNIT. Acredita que as principais vantagens para o município seriam o aumento da segurança para os usuários, a dinamização da economia e a solução para as enchentes eventuais que atualmente ocorrem, em decorrência da má drenagem entre um lado e o outro da rodovia, com represamento de água dos arroios no lado da sede municipal.



**Figura 5.3-65 propriedade na margem esquerda da rodovia.**

---

**- Pelotas***Posto Branco*

O bairro Posto Branco fica próximo ao posto de cobrança de pedágio, na margem esquerda da rodovia, no sentido Porto Alegre/Pelotas. A ocupação no local iniciou-se há aproximadamente 20 anos, com poucas casas, e a maioria dos moradores eram funcionários de propriedades rurais próximas. Posteriormente, outros moradores vieram de Pelotas. Atualmente são estimadas 150 casas, e a situação de propriedade é irregular. Nos últimos cinco anos houve grande aumento do número de moradores que, de acordo com os entrevistados, procuram a área por não haver imposto e pelo baixo valor dos terrenos.

Não há organizações comunitárias no bairro. Há um movimento para a formação da associação de moradores que, porém, ainda encontra-se insipiente. O bairro não tem ligação com a rede de distribuição de água da SANEP. O abastecimento é feito a partir de poços artesianos. A energia elétrica já estava disponível na época do início da povoação, e atualmente é regularizada na maior parte do bairro. Não há coleta de esgoto, que corre por valas junto às ruas. A coleta de lixo é realizada uma vez por semana, pela prefeitura. Também não há posto de saúde – o médico do posto de Corrientes atende uma vez por semana, em uma sala da escola. Para os casos mais urgentes, os moradores buscam atendimento diretamente no Hospital Pronto-Socorro em Pelotas. Há uma escola de ensino fundamental no bairro, e para o ensino médio, os jovens deslocam-se para as escolas na Vila Princesa e no bairro Maria Joaquina. A prefeitura fornece auxílio para a passagem, mas não há transporte escolar dedicado.



**Figura 5.3-66 Pelotas – Posto Branco – vista geral do bairro.**

Há pequenas lavouras de milho, arroz e soja no bairro, e boa parte dos moradores trabalham como funcionários na zona rural. Além da lavoura, também há extração de lenha de eucalipto. Muitos moradores trabalham em Pelotas, na construção civil e em serviços domésticos.

De acordo com os entrevistados não há opções de lazer no bairro. Os moradores buscam opções em outras comunidades. Acreditam que o projeto de duplicação trará benefícios para o bairro e para a cidade, melhorando o trânsito e diminuindo o número de acidentes.

#### *Corrientes*

Corrientes é um distrito de Pelotas, situado a aproximadamente 15 km da entrada norte da cidade, na margem direita da rodovia, no sentido de quem vai para Pelotas. A ocupação no bairro teve início há mais de 20 anos, inicialmente por funcionários das propriedades rurais que haviam perdido os empregos durante uma crise econômica. Atualmente há aproximadamente 86 famílias, e a situação de propriedade é irregular.



**Figura 5.3-67 Pelotas – Corrientes – vista a partir da rodovia.**

Cerca de 10% das casas obtêm água através de poços artesianos, e o restante é provido pela rede geral da SANEP. A energia elétrica é regularizada, com poucos casos de ligações clandestinas. Não há rede de coleta de esgoto – são utilizadas fossas sépticas. O lixo é coletado uma vez por semana, pela prefeitura de Pelotas. A escola local atende apenas o ensino fundamental, sendo que para o ensino médio os jovens deslocam-se para Turuçu ou Pelotas.

Em Corrientes ainda há produção rural, incluindo arroz, fumo, pimenta vermelha e soja. A maior parte dos moradores, entretanto, trabalha em Pelotas, prestando serviços ou na indústria. Há um posto de abastecimento, oficinas e mercados no bairro. O lazer compõe-se basicamente pelos jogos de futebol (há um campeonato com times locais) e festas nas comunidades rurais, nos finais de semana.

A maior parte dos entrevistados entrevistado teve conhecimento do projeto de duplicação da rodovia há mais de um ano, através dos meios de comunicação. Afirma que a duplicação poderia reduzir o número de acidentes. Entretanto, lembra também que a posição dos trevos e largura do acostamento deveria levar em consideração os acessos às pequenas comunidades.



**Figura 5.3-68 Pelotas – Corrientes – vista a partir da rodovia.**

A associação de moradores do bairro Corrientes chama-se Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Colônia Corrientes (ACMACC), e foi criada há 6 anos, para tentar resolver os problemas enfrentados pela comunidade. Atualmente não há reuniões freqüentes. Dentre as conquistas da associação estão o posto de saúde, a canalização de valas de esgoto, a coleta do lixo e ligação à rede de distribuição de água.



**Figura 5.3-69 Pelotas – Corrientes – Unidade Sanitária, margem direita da rodovia.**

*Vila Princesa*

O bairro Vila Princesa localiza-se na entrada norte da cidade de Pelotas, com acesso pela BR 116 (margem esquerda no sentido de quem vai para Pelotas). De acordo com os entrevistados, a ocupação iniciou-se por volta de 1955, com pessoas vindas do interior do estado, em busca de melhores oportunidades em Pelotas. No início os lotes eram grandes, o que permitia que os moradores formassem pequenas lavouras e criações. Posteriormente, os lotes foram parcelados e o bairro tomou feições mais urbanas. Ainda de acordo com os entrevistados, o bairro observou grande crescimento nos últimos 10 anos, em decorrência tanto do êxodo rural como do aumento do preço dos aluguéis e propriedades nos bairros mais antigos de Pelotas. Atualmente estima-se que o bairro abrigue mais de 1000 famílias, sendo que a situação da propriedade é regularizada na maioria dos casos. Há casos de ocupações irregulares em uma pequena área, junto à estrada Alfredo Teodoro.



**Figura 5.3-70 Pelotas – Vila Princesa – aspecto geral.**

Vila Princesa possui associação de moradores, CTG (denominado Pórtico da Princesa), e associações de cunho religioso. O abastecimento de água é feito por rede geral, da SANEP. De 80 a 90% das casas possuem ligação elétrica regularizada. Ainda há casos de ligações clandestinas, mas, de acordo com o entrevistado, são poucos. O esgoto é lançado a céu aberto, na maior parte do bairro, e a coleta de lixo ocorre 3 vezes por semana. O posto de saúde, na opinião do Sr. Jairo, deixa a desejar: o médico atende em poucas ocasiões. Há duas escolas de ensino fundamental e o entrevistado afirma que é baixa a taxa de evasão escolar. Para o

ensino médio, é necessário deslocamento para outros bairros, para o que muitos jovens não tem condição. Já houve tentativas de implantar o ensino médio no bairro, mas houve problemas de estrutura física.



**Figura 5.3-71 Pelotas – Vila Princesa – pilhas de lenha comercializada pelos moradores.**

As principais fontes de rendimento dos moradores são o trabalho em propriedades rurais no interior do município - incluindo produção de arroz e corte de eucalipto, para venda de lenha; o comércio e a prestação de serviços para outros bairros de Pelotas. No lazer e na cultura, figuram o salão de festas (particular), o CTG, a festa periódica denominada mateada, que ocorre na praça central, e as quermesses da igreja.



**Figura 5.3-72 Pelotas – Vila Princesa – casas adjacentes à faixa de domínio da rodovia.**

A maior parte dos entrevistados afirma que a duplicação é de grande importância tanto para Pelotas como para o porto de Rio Grande. Acreditam ainda que o projeto melhore o fluxo de veículos e reduza o número de acidentes, bastante elevado atualmente. Como desvantagem, apontam a possibilidade da nova pista ficar muito próxima das casas, gerando perigo para as crianças e animais de criação.

A Associação de Moradores da Vila Princesa foi constituída em 1982, para tentar conseguir melhorias para o bairro, que na época não era atendido por linhas de ônibus e água, e não possuía posto de saúde. A associação tem uma diretoria composta por 11 membros.

As principais ações da associação atualmente são a publicação do jornal da comunidade (em parceria com projeto de extensão da PUC de Pelotas), cujo objetivo é informar os moradores a respeito da situação local; a construção de abrigos para os pontos de ônibus e um banheiro público na praça do bairro, com recursos da própria associação; e a organização da festa periódica denominada Mateada. Anteriormente, a associação conseguiu a instalação da iluminação pública, e chegou a operar uma rádio comunitária, que, no entanto, não pôde ser regularizada e foi fechada.





Figura 5.3-73 Pelotas – Vila Princesa – comércio adjacente à faixa de domínio da rodovia.

### **5.3.5 Reassentamento e desapropriação**

A região do empreendimento é bastante heterogênea no que se refere a sua ocupação. Existem grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva, reflorestamento e rizicultura.

Além da ocupação com características rurais, a rodovia secciona vários aglomerados e sedes municipais. Por se tratar de rodovia já implantada, existem várias ocupações na faixa de domínio, ou mesmo áreas a serem desapropriadas.

Nas entrevistas realizadas, vários moradores expressaram suas preocupações em relação ao processo de desapropriação da área. E mesmo sendo uma informação declaratória (onde não há averiguação sobre as informações prestadas pelos entrevistados), muitas propriedades não possuem titularidade, o que dificulta o processo de desapropriação.

No Projeto Básico Ambiental (PBA), elaborado após a emissão da Licença Prévia (LP), serão apresentados estudos e levantamentos mais detalhados sobre as ocupações com interferência direta no projeto, bem como as propostas (desapropriação ou reassentamento) para as mesmas. As propostas deverão ser objeto de discussão com os proprietários e/ou famílias afetadas, de forma a manter as relações econômicas e os laços sociais estabelecidos pela população.

Entretanto, já é possível indicar ao menos uma comunidade a ser relocada, localizada em área adjacente ao loteamento regular da COHAB, no município de Guaíba. Esse núcleo parece ser um dos pouco com perfil exclusivamente residencial e que pela sua característica socioeconômica – população de baixa renda - seria elegível para o Programa de Reassentamento.

A desapropriação, assim como o reassentamento populacional, é uma ação imprescindível para a implantação de qualquer empreendimento, especialmente os de características lineares. Essa é uma ação que gera expectativas na população atingida, que se não tratadas devidamente, podem resultar em situações conflituosas que podem comprometer o andamento da obra.

A ABNT possui normas para avaliação de imóveis: NBR-8799 que dispõe sobre a Avaliação de Imóveis Rurais e NBR-5676 que trata da Avaliação de Imóveis Urbanos. Além das normas citadas, outras podem auxiliar a estabelecer as diretrizes normativas do Programa, a NBR 8951 – Avaliação de Glebas Urbanizadas, a NBR 8976 – Avaliação de Unidades Padronizadas e NBR 12721 – Avaliação de Custos Unitários. Além disso, o DNER (atual DNIT) estabeleceu a Norma Administrativa de Desapropriação DNER 154/85 para balizar o processo de desapropriação.

É importante observar que a situação das propriedades atendidas deverá ser avaliada de forma individual, por uma comissão criada para tais fins. A avaliação deve considerar algumas variáveis que atribuem valor à propriedade (classe e uso do solo, distância em relação à áreas urbanas, condições de acesso, acesso à água para consumo ou irrigação, etc.).

Também é importante destacar que o remanescente da propriedade – entendido aqui como a área do terreno menos a área desapropriada – deve ser considerado pela continuidade do uso anterior ao processo de desapropriação (seja extração mineral, exploração agropecuária, uso comercial ou industrial). Caso haja impossibilidade para o uso atual, a propriedade deve ser adquirida integralmente. Dependendo da condição da área remanescente adquirida pelo empreendedor através do processo de desapropriação, esta pode ser utilizada para a relocação populacional.

Quando da ocorrência de grande número de desapropriações em determinada região, é usual que o preço da terra em geral apresente aumento (lei da oferta e da procura), distorcendo a relação entre o valor pago pela propriedade e a capacidade de compra de área similar pelo indenizado. Dessa forma é necessária uma atualização constante das pesquisas de valores imobiliários e eventual correção dos valores pagos, considerando índices reais de reajuste.

Alguns casos especiais (idosos, pessoas que apresentem algum tipo de deficiência, etc.) devem ser acompanhados pela comissão, ou encaminhados para o Programa de Reassentamento.

### 5.3.6 Caracterização das comunidades tradicionais

A área que abrange a Rodovia BR-116/RS no trecho Rio Pelotas – Jaguarão e subtrecho entre BR-290 (para Arroio dos Ratos) compreende desde a Região Metropolitana de Porto Alegre, até a Microrregião de Pelotas.

Nesse item estão apresentados os aspectos sobre as condições ambientais e étnicas da região estudada.

O diagnóstico tem como objetivo realizar a caracterização cultural, organização social, informações básicas sobre educação e a situação da saúde nas aldeias, bem como identificar os agentes externos de degradação do solo, da fauna, da flora e recursos hídricos e identificar as áreas degradadas no interior e entorno da TI.

#### 5.3.6.1 Diagnóstico Étnico – povos indígenas na área de influência da BR 116

O Rio Grande do Sul, de acordo com as informações oficiais disponibilizadas no site da FUNAI ([www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)), possui uma população total de 13.448 indígenas, distribuída em 27 áreas. As áreas e a situação fundiária estão demonstradas na figura abaixo:



Fonte: Funai – [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

Figura 5.3-74- Localização e situação fundiária das áreas indígenas no Rio Grande do Sul

Percebe-se que a maior parte das terras indígenas (63%) já estão demarcadas no estado. As áreas indígenas, seus respectivos grupos e municípios onde estão localizadas estão elencados na seguinte tabela:

**Tabela 5.3-258– Terras indígenas, grupos e municípios onde estão localizadas.**

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Água Grande	Guarani Mbya	Camaquã
Borboleta		Espumoso, Salto do Jacui e Campos Borges
Cacique Doble	Kaingang e Guarani Mbya	Cacique Doble
Cantagalo	Guarani Mbya	Viamão
Capivari	Guarani Mbya	Palmares do Sul
Carreteiro	Kaingang	Água Santa
Guarani Barra do Ouro	Guarani Mbya	Maquiné, Riozinho e Santo Antonio da Patrulha
Guarani de Aguas Brancas	Guarani Mbya	Arambare
Guarani Votouro	Guarani	Benjamim Constant
Guarita	Kaingang e Guarani	Tenente Portela, Erval Seco e Redentora
Inhacora	Kaingang	São Valentin
Irapua	Guarani	Caçapava do Sul
Kaingang de Iraí	Kaingang	Iraí
Ligeiro	Kaingang	Charrua
Monte Caseros	Kaingang	Moliterno e Ibiraiaras
Nonoai	Kaingang e Guarani	Nonoai, Rio dos Índios, Planalto e Gramado dos Loureiros
Pacheca	Guarani Mbya	Camaquã
Parque do Itapua	Guarani Mbya	Viamão
Passo Grande	Guarani Mbya	Barra do Ribeiro
Rio da Varzea	Kaingang	Liberato Salzano, Rodeio Bonito
Rio dos Indios	Kaingang	Vicente Dutra
Salto Grande do Jacui	Guarani Mbya	Salto do Jacui
Serrinha	Kaingang	Engenho Velho, Ronda Alta, Constantina e Três Palmeiras
Toldo de São Miguel	Guarani Mbya	São Miguel das Missões
Varzinha	Guarani-Mbya	Caraa e Maquiné
Ventarra	Kaingang	Erebango
Votouro	Kaingang	Benjamim Constant do Sul

Fonte: Funai – [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

As duas etnias que formam a população indígena no Rio Grande do Sul são os Kaingang e os Guarani.

Os Guarani do sul do Brasil apresentam variações lingüísticas e elementos da cultura material/simbólica diversos, sendo considerados subdivididos em três grandes grupos: os Mbya, Kayova e Nandeva.

Pertencentes ao tronco Tupi, da família Tupi-Guarani, os Nandeva, Kayova e Mbya, correspondem também a dialetos, segundo alguns pesquisadores.

Os Kaiová aparecem concentrados ao sul do Mato Grosso do Sul e porção oriental do Paraguai, tendo algumas famílias migrado para SP, RJ e ES.

Os Nandeva ocupam o Paraguai, Mato Grosso do Sul e distribuem-se para o interior dos estados do sul do Brasil, aparecendo próximo aos Mbya nas aldeias do litoral, o que permite os laços de parentesco, pelo casamento, entre os dois grupos.

Os Mbya, ocupando o norte do Uruguai, o nordeste da Argentina e o Paraguai oriental, se distribuem pelo sul do Brasil, junto à mata Atlântica, e pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; algumas famílias se encontram no TO e PA (região de Xambioá) (SCHADEN, 1974e LADEIRA, 1992).

É importante mostrar que através das pesquisas arqueológicas e da etnografia se pode traçar relações de continuidade entre povos indígenas e registros arqueológicos, elucidando traços de sua cultura bem como de sua história. É preciso que esses grupos humanos sejam entendidos num contexto histórico, cultural e ambiental específico ao lado da interpretação de sua cultura material. O sul do Brasil representa uma região que foi ocupada quase que totalmente por diversas populações, devido à variedade climática, relevos, possibilitando tipos diversos de adaptação ecológica. (NOELLI, 2000;226).

De certo modo, a expansão não era feita por saltos, uma vez que as pesquisas puderam demonstrar que os Tupi transportaram suas plantas, ao mesmo tempo que exploravam novas espécies nas áreas das quais se apropriavam. Isso demandava um tempo de preparo em que o grupo ia incorporando áreas adjacentes aos seus territórios, como a mobilidade dos Guarani também demonstrou em períodos mais recentes. Susnik afirma em seu trabalho sobre as populações ribeirinhas do alto rio Paraguai, a presença e grande mobilidade dos Guarani expulsando outros grupos da região já na primeira metade do século XVI:

“El río Paraguay constituía una verdadera frontera entre los Chaqueños y los Guaraníes del Paraguay Oriental, diferentes racial ,cultural e lingüísticamente,

pámpidos y paleolíticos los primeros, amazónides y neolíticos los últimos”. (SUSNIK, 1978;9).

O sistema de parentesco entre os Guarani garante uma rede extensa de famílias que se estende por espaços não contínuos e que é mantida por constantes comunicações, repassando informações, permitindo alianças e firmando encontros rituais.

“Em termos gerais de adaptação, os Guarani eram relativamente autônomos em relação às ofertas do ambiente, pois tinham a capacidade de transportar e inserir um “pacote básico” com suas plantas úteis na maioria das regiões que conquistaram ao sul da Amazônia. Ao mesmo tempo trocavam experiências com outros povos ou estudavam os recursos florísticos dos novos ecótonos conquistados, incorporando em seu pacote outros itens alimentícios, medicinais e materiais. ...Seu sistema de manejo agroflorestal certamente contribuiu para a ampliação das comunidades vegetais das regiões onde se instalavam...” (NOELLI, 2000;249).

O povoamento das terras no Brasil meridional está relacionado com algumas tradições arqueológicas dentre as quais o chamado Sistema Regional Guarani aparece com predominância no estado de São Paulo. A referência aos Guarani como um Sistema Regional se deve ao fato de que as manifestações desse grupo podem ser “agregadas em um vasto arranjo territorial, de fato um inteligente sistema de uso e ocupação do solo”. (MORAIS, 2000;207).

O caráter religioso do grupo ao invés de demonstrar um fechamento através dessa prática, ao contrário, reforça um "movimento contra-aculturativo grupal". (CHEROBIM, 1986). Nesse sentido é importante retomar o trabalho clássico de Hélène Clastres sobre o profetismo tupi-guarani, em que está associado ao caráter de liderança religiosa, a condução do grupo à busca da Terra sem Mal. Isso é de extrema importância no que diz respeito às perspectivas do grupo na sua mobilidade sobre o território, pois une, de um lado, a face política da apropriação de áreas para habitação e posse; e de outro, “impõe” como prescrição religiosa – mítica – a busca constante dos lugares sagrados apontados por Nhanderu (nosso Pai).

A caminhada constante a que os Mbya se dispõem, não tem apenas o objetivo de suprir-lhes as condições materiais de sua sobrevivência, mas assegurar-lhes as condições espirituais de sua existência. O nomadismo toma desse modo, não um caráter negativo como estágio precário de condição de vida, mas um sentido dinâmico de apropriação dos espaços ainda não dominados, também de natureza mítica.

Para compreender o modo como as sociedades indígenas tecem suas relações sociais e como essas incorporam o meio natural, é preciso que se tome a concepção de território em seus aspectos físico, social e simbólico.

O território deve corresponder também à espacialização da identidade étnica de um povo, envolvendo sua história, no caso dos índios, seus mitos de origem e destino, compondo um referencial de valores que os integre enquanto grupo, enquanto iguais para diferenciar dos outros.

Os Guarani Mbya na sua trajetória da Argentina, Uruguai e Paraguai para o sul do Brasil, e dessa região para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, traçaram um amplo território, criando suas aldeias e estabelecendo longos eixos de relações de parentesco e de reciprocidade. Formando uma rede de relações alimentada pelas constantes visitas, encontros, cerimônias que envolvem trocas materiais (objetos, sementes) e trocas matrimoniais.

A extensão das roças Guarani varia de acordo com o tamanho da família e das parcelas, levando-se em conta o ecossistema nas quais se insere – Mata Atlântica, Cerrado, Floresta Amazônica, etc. Chega aproximadamente a 2 ha por grupo familiar numa região de mata Atlântica, incluindo áreas de plantio e pousio, tanto próximas à casa como distribuídas na mata, não sendo necessariamente contíguas.

O processo de cercamento das terras indígenas no Brasil tem sido feito ao longo de nossa história, demonstrando que essas terras, mesmo não sendo atingidas dentro de seus limites, mas no seu entorno, por empreendimentos públicos ou privados e pela expansão urbana, ela vai sendo exaurida no seu potencial físico-natural de “fora para dentro”.

Essa fragilização do entorno das terras indígenas é tão fatal quanto a invasão direta. Pois compromete os rios e nascentes, degrada a vegetação e impede a circulação/procriação da fauna - complementos indispensáveis da dieta indígena - levando a um empobrecimento da composição alimentar, causando altos índices de desnutrição.

Diminuindo as alternativas de obtenção de alimentos, portanto alterando a vida material do grupo, e conseqüentemente suas práticas sociais que dependem dessa base material, os índios em muitas aldeias, são “forçados” a trabalhar. Criando gado ou plantando para os fazendeiros vizinhos num regime de parceria. Muitas vezes até negociando com madeiras nativas – como antigo escambo na exploração do pau-brasil ou o mogno em áreas da Amazônia Legal.

A diminuição das áreas de coleta prejudica a dieta indígena e empobrece a confecção de artesanato, tornando essas populações vulneráveis à exploração do trabalho, ameaçando a autonomia indígena diante da falta de recursos que é colocada para as aldeias.

Consideram-se terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, aquelas utilizadas para suas atividades produtivas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições.

A utilização das espécies vegetais em celebrações rituais e uso das florestas e campos entre os Guarani garante a sobrevivência de práticas que resguardam traços fundamentais de sua cultura, através dos quais é possível garantir a coesão do grupo, bem como assegurar a reprodução do patrimônio cultural a seus descendentes.

As comunidades Guarani hoje apresentam situação diversa quanto à demarcação de suas terras, sendo que várias áreas se caracterizam como “acampamentos” ao longo das rodovias, como o caso da BR 116/RS.

As áreas demarcadas e não demarcadas que se encontram na Área de Influência da BR 116/RS são as seguintes:

- Terras Indígenas diretamente afetadas: TI Águas Brancas (município de Arambaré) e TI Ponta da Formiga (município de Tapes).
- Terras Indígenas sob a área de influência direta: TI Cantagalo (municípios de Viamão- Porto Alegre) e TI Pacheca (município de Camacã).
- Áreas Indígenas reivindicadas : TI Estiva (município de Viamão), Lomba do Pinheiro (município de Porto Alegre) e Kapi'i ovy (município de Pelotas). Além das supramencionadas, estão localizados outros agrupamentos indígenas ao longo da BR 116/RS.

### **5.3.6.2 Diagnóstico Etno-Ambiental**

Nesse item é realizada uma breve caracterização ambiental das áreas indígenas e seu entorno.

#### **5.3.6.2.1 Clima**

O clima na região Sul do Brasil é subtropical, com verões quentes e temperatura superior aos 22°C predominando em regiões topograficamente mais baixas, enquanto em áreas de maiores altitudes predomina o clima subtropical com verões amenos.

As temperaturas médias anuais, para o Estado do Rio Grande do Sul, variam entre 15° C a 20° C, com mínimas de até -10° C e máximas de 40° C. Nos locais com altitudes



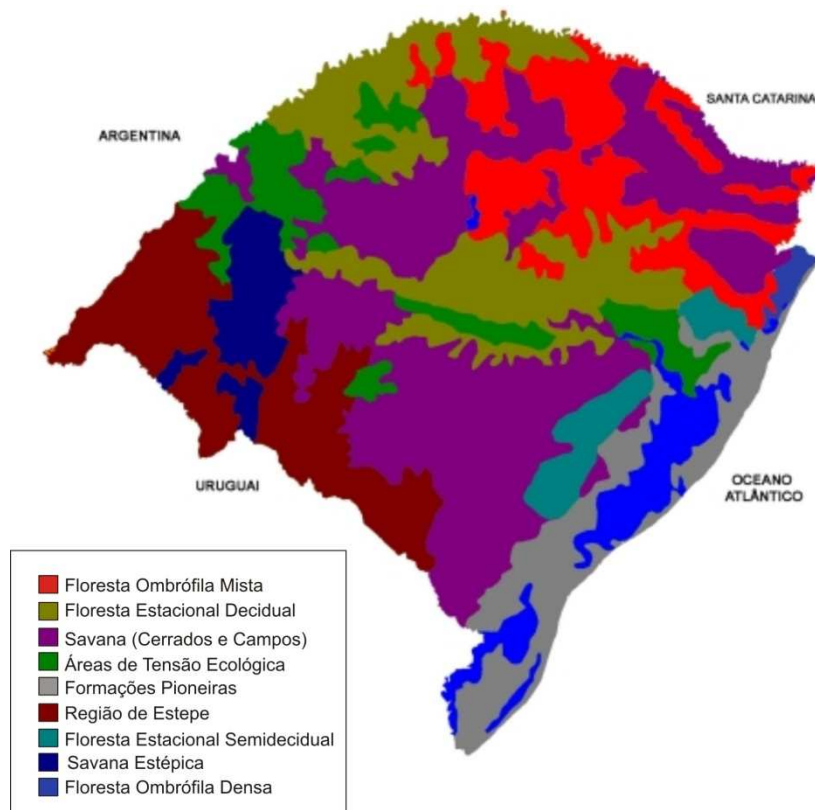
acima de 1.100 m, cai em para aproximadamente 10<sup>o</sup> C. Apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geada e precipitação eventual de neve. Os dados foram adquiridos no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e são referentes ao ano de 2007.

Com relação às precipitações, o Estado apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que penetram no Estado. O volume das chuvas, no entanto é diferenciado: ao sul, a precipitação média situa-se entre 1.299 e 1.500 mm e, ao norte, a média está entre 1.500 e 1.800 mm, com intensidade maior de chuvas a nordeste do Estado, especialmente na encosta do planalto, local com maior precipitação no Estado, devido aos processos orográficos de formação de chuvas.

#### **5.3.6.2.2 Vegetação**

A vegetação do Estado do Rio Grande do Sul compreende nove regiões fitoecológicas ou fitogeográficas (consultadas no sítio eletrônico: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/area.htm>, em 26 de fevereiro de 2009).

- Região da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica);
- Região da Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária);
- Região da Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Subcaducifólia);
- Região da Floresta Estacional Decidual (Floresta Caducifólia);
- Região da Savana (Cerrado e Campo);
- Região da Estepe (Campanha Gaúcha);
- Região da Savana Estépica (Campanha Gaúcha);
- Áreas das Formações Pioneiras de Influência Marinha (Restingas e Dunas);
- Área de Tensão Ecológica (contatos);



**Figura 5.3-75 Mapa fitogeográfico do Rio Grande do Sul (modificado de <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/area.htm>, em 26 de fev. 2009)**

No trecho a ser duplicado da BR-116/RS, há predomínio das seguintes unidades:

- Formações Pioneiras: são formações vegetais sob influência direta do mar, distribuídas por terrenos arenosos do quaternário recente, geralmente com algum teor salino, sujeitos à intensa radiação solar e acentuada ação eólica.

A vegetação de restinga ocorre geralmente em área superior às dunas, com fisionomias diversas, que podem ir desde o porte herbáceo até o arbóreo, sendo constituída tanto de espécies das dunas como das florestas limítrofes.

- Savana (Cerrados e Campos): concentra-se, principalmente, nos terrenos aplainados areníticos, derrames vulcânicos ácidos e solos rasos do embasamento precambriano. São formações típicas de cerrado, constituindo disjunções ou áreas de contato com as regiões das florestas Mista e Estacional Semidecidual. Apresenta, normalmente um estrato arbóreo-arbustivo esparso, perenifoliado. Estas áreas de Savana estão em franco extermínio em face da expansão da agricultura.

Floresta Estacional Semidecidual: as formações vegetais desta região aproximam-se do tipo das florestas secas, cuja fisionomia é marcada pelo fenômeno da estacionalidade e semidecidualidade foliar, além de diversos outros tipos de adaptações genéticas a parâmetros ecológicos históricos e/ou atuais. Desenvolvem-se em solos derivados de basaltos, o que lhes confere homogeneidade aliada ao exuberante desenvolvimento geral.

#### 5.3.6.2.3 Geomorfologia

Geomorfologicamente, a Região Metropolitana de Porto Alegre está, em parte, localizada na *Depressão Central* (Figura abaixo), cujos terrenos do embasamento cristalino precambriano possuem altitude média de 400m e preservam os últimos núcleos da Floresta Atlântica, em seu limite austral, bastante descaracterizada quanto aos seus aspectos mais expressivos.

Outro domínio geomorfológico que abrange a parte leste da Região Metropolitana de Porto Alegre, e toda extensão sudeste, até a divisa com o Uruguai, é a *Planície Costeira* ou Litoral, uma extensa faixa litorânea arenosa cenozóica que pode chegar a medir 600 km de extensão e largura variável entre 20 e 50 km, onde estão localizadas inúmeras lagoas e lagoas, sendo as mais expressivas a Lagoa dos Patos e Mirim. Na paisagem destacam-se as praias marítimas, as dunas móveis ou fixadas por vegetação arbórea, as lagoas costeiras interligadas, banhados e planícies alagáveis. Em grande parte desta região há uma predominância de baixa fertilidade natural e alta suscetibilidade eólica sob condições de clima subtropical úmido costeiro.

O domínio conhecido como *Encosta Sudeste* abrange os municípios de Tapes, Camaquã, Jaguarão, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio Grande. Está encravada entre as grandes lagoas e a Serra do Sudeste fazendo divisa ao Sul com o Uruguai. Apresenta uma faixa de sedimentos arenosos e aluviões holocênicos ao longo dos rios, e os batólitos graníticos precambrianos de Jaguarão, Pelotas e Camaquã. O relevo é plano e inferior a altitudes de 30 metros, exceto os esporões e alcançam até 200 metros, onde encontram-se os campos secos e as florestas latifoliadas altas

A oeste, a área de estudo é limitada por planaltos de topografia suave, também é chamada de *Escudo Rio-Grandense*, cobertos por vegetação de campinas rasas. O relevo apresenta-se em formas arredondadas, sendo mais brusco para o Norte e suave na direção Leste. A Altitude varia entre 20 a 200 metros nas bordas, até 400 a 600 metros nas serras.

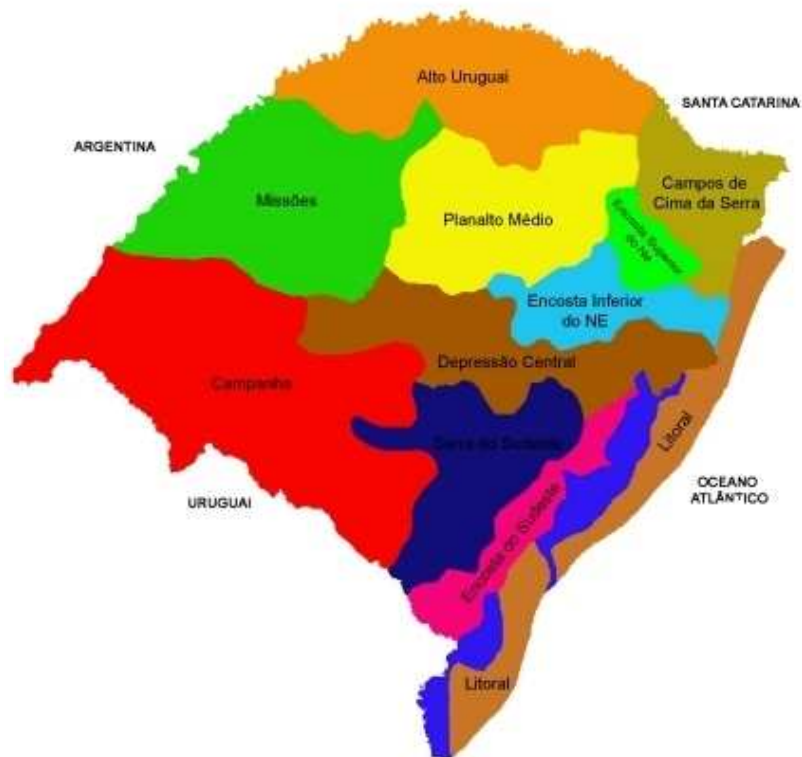


Figura 5.3-76– Domínios Geomorfológicos do Rio Grande do Sul (extraído de <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/area.htm>, em 26 de fev. 2009).

#### 5.3.6.2.4 Hidrografia

A área de impacto direto e indireto do referido trecho de duplicação da BR-116/RS está inserida nas regiões hidrográficas do Guaíba e do Litoral.

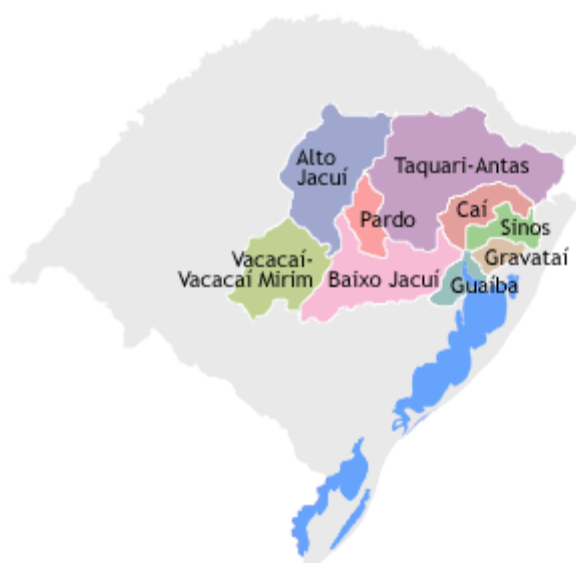
A *Região Hidrográfica do Guaíba* (figura abaixo) é formada pelas bacias setentrionais e centrais do Estado, que drenam para o Lago Guaíba cujo exutório é a Lagoa dos Patos. Abrange um total de 251 municípios, incluindo a Região Metropolitana de Porto Alegre. A vegetação original é a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária), a Floresta Estacional e as Savanas (Campos). Grande parte desta vegetação foi suprimida ou alterada, restando áreas remanescentes nas encostas íngremes dos vales, especialmente dos rios Taquari-Antas e Jacuí.

Problemas ambientais decorrentes da alta concentração urbana e populacional, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, como os esgotos domésticos, os resíduos industriais, o lixo domiciliar prejudicam a qualidade das águas, bem como a poluição do ar por fontes industriais e veicular.

Como exemplo, na bacia Guaíba, as águas dos Rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí desembocam no Delta do Jacuí, formando o Lago Guaíba que banha os municípios de

Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão. Os principais impactos ambientais devem-se aos lançamentos de esgotos de Porto Alegre e das águas poluídas dos rios Gravataí e Sinos. As indústrias principais pertencem aos ramos de metalurgia, celulose e produtos alimentares. Já na bacia Gravataí, o Banhado Grande foi bastante impactado pelas lavouras de arroz irrigado, reduzindo a capacidade de acumulação de água.

Nas áreas rurais, os problemas mais críticos são a erosão do solo, o assoreamento dos cursos d'água, a contaminação por agrotóxicos e resíduos orgânicos, especialmente dos dejetos animais jogados nos rios.



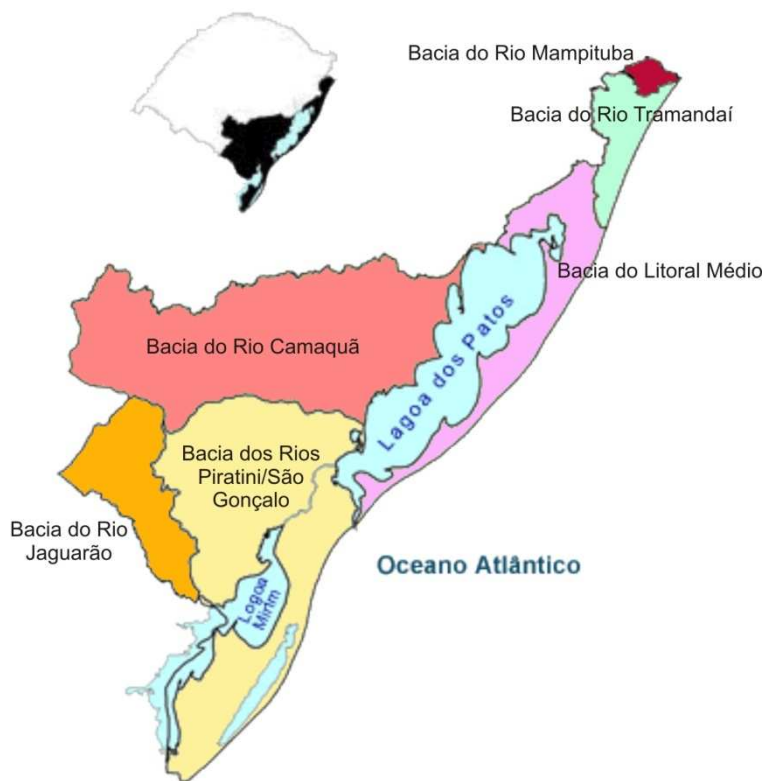
**Figura 5.3-77- Região Hidrográfica do Guaíba (extraído de Fepam)**

Já a *Região Hidrográfica do Litoral* compreende as bacias orientais e austrais, onde estão localizadas as Lagoas dos Patos e Mirim, além do Rio Camaquã que drena para a Lagoa dos Patos.

Entre os usos preponderantes dos recursos hídricos, nesta região, destaca-se a irrigação de arroz. Além disto, o turismo e a pesca também se notabilizam, especialmente nas bacias dos rios Tramandaí e Mampituba e do sistema Piratini - São Gonçalo - Mangueira. Neste último, deve-se enfatizar, igualmente, a atividade industrial relacionada, especialmente, ao ramo químico e petroquímico.

Os principais impactos ambientais observados estão relacionados ao lançamento de esgotos de origem urbana e rural, sem prévio tratamento, o que afeta as condições de balneabilidade, principalmente durante o verão; substituição de sistemas naturais, como áreas de Mata Atlântica e banhados por culturas permanentes ou urbanização

desordenada; a presença de indústrias química e petroquímica, concentradas na área do Superporto de Rio Grande, o que agrava o problema da poluição hídrica devido aos despejos de seus efluentes. A mineração de carvão para fins energéticos, por sua vez, representa outra importante fonte de degradação ambiental, ocorrendo principalmente nas bacias do Rio Jaguarão e Piratini - São Gonçalo – Mangueira.

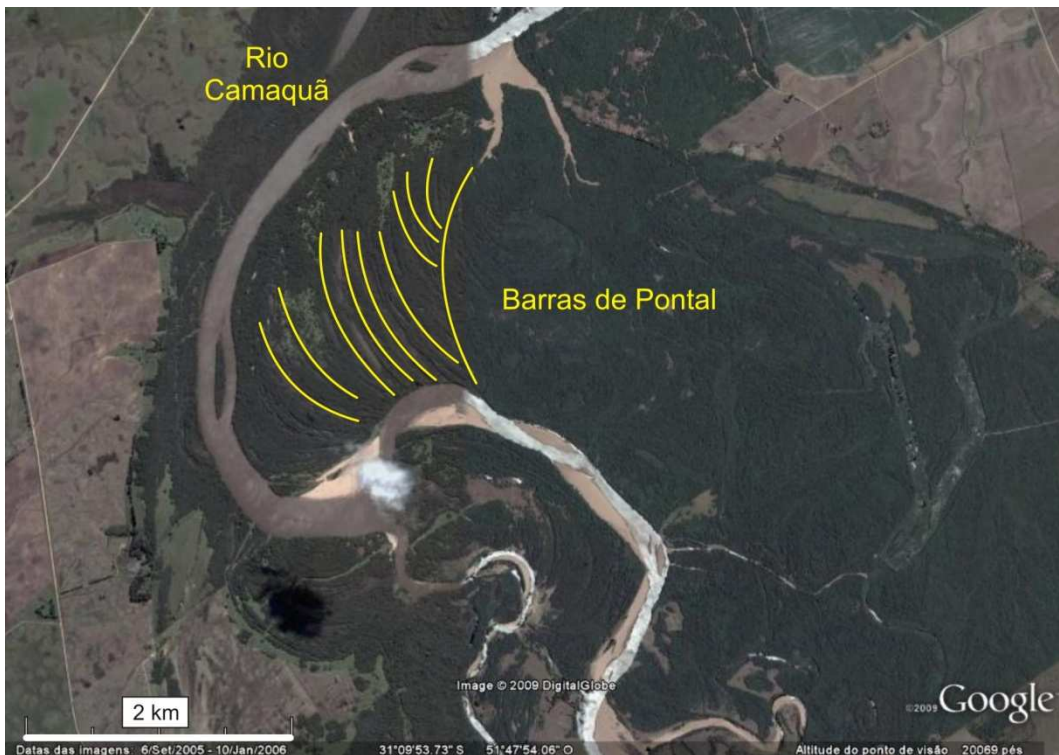


**Figura 5.3-78- Região Hidrográfica do Litoral (modificado de Fepam).**

O Rio Camaquã, o mais expressivo da região, no qual está localizada a Terra Indígena Pacheca, possui importância desde o fornecimento de água para consumo, agricultura até sedimentos para construção civil. Caracteriza-se por um rio meandrante nas porções a jusante, com uma largura média de leito que varia de 25 m nos períodos de estiagem a 90 m nas cheias (MARTH & GARCIA, 2007). A área demarcada para a TI Pacheca está sobre barras de pontal em meandro pronunciado do Rio Camaquã (Figura a seguir).



**Figura 5.3-79– Localização da TI Pacheca, às margens do Rio Camaquã, próximo a desembocadura na Lagoa dos Patos**



**Figura 5.3-80– Barras de Pontal do Rio Camaquã, nas quais está inserida a TI Pacheca**

### **5.3.6.3 Populações Remanescentes de Quilombos**

O território gaúcho abriga também populações quilombolas em áreas litorâneas de Palmares do Sul, Tavares, Mostardas e São José do Norte; na região central em Restinga Seca e Formigueiro; também a oeste da Laguna dos Patos.

No município de Porto Alegre são reconhecidas cinco comunidades quilombolas: Família Silva, Areal da Baronesa, Família Fidélis e Alpes. O desenvolvimento urbano trouxe a essas comunidades uma série de problemas, principalmente a ameaça de expulsão de suas terras pela especulação imobiliária.

A população estimada dessas comunidades é a seguinte:

- Alpes – 74 famílias;
- Areal da Baronesa(Luis Garanha) - 30 famílias;
- Família Fidélis – em estudos;
- Família Silva – 12 famílias.

A Constituição de 1988 reconheceu os direitos das comunidades quilombolas, garantindo o acesso às terras ocupadas por elas conforme o Art. 68: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.*

### **5.3.7 Patrimônio histórico, cultural e arqueológico**

O objetivo desta pesquisa é estabelecer o potencial ou as ocorrências de sítios arqueológicos, sejam pré-coloniais ou históricos, e ainda a existência de patrimônio histórico-cultural, especialmente aquele tombado, nos municípios impactados diretamente pelas obras de duplicação da Rodovia Federal BR 116, no trecho Guaíba/Pelotas, que corresponde aos lotes 1 a 4.

Este trabalho foi realizado através de consulta ao banco de dados (CNSA), disponível na rede mundial de computadores (*internet*) e Arquivo Noronha Santos, ambos pertencentes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), consulta à lista de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), consulta a informações sobre municípios, disponíveis em *folders* ou *sites* oficiais, pesquisa bibliografia, cartográfica e cadastral no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEPA/PUCRS) e no cadastro do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP/UNISINOS) publicado em Goldmeier e Schmitz (1983).



O trecho em estudo foi percorrido com objetivo de identificar o patrimônio histórico cultural já tombado, ou de interesse histórico-cultural, assim como eventual localização de sítios arqueológicos em campo.

Todos os municípios aqui pesquisados têm patrimônio histórico cultural, já tombado ou ainda por reconhecer.

Alguns bens edificados terão sido tombados pelo estado ou em âmbito federal, a partir da compreensão dos respectivos órgãos públicos de proteção ao patrimônio (IPHAE e IPHAN), quanto à importância da manutenção e conservação destes. Em âmbito municipal, no entanto, há poucas iniciativas que têm garantido o inventário dos bens culturais e sua manutenção, através de medidas de tombamento.

Podemos considerar que vários bens de valor histórico-cultural já foram destruídos, descaracterizados ou encontram-se e ruínas em zonas rurais ou urbanas de alguns municípios a serem afetados pelas obras de duplicação da rodovia BR 116/RS.

Alguns municípios estudados têm garantido a conservação de bens de valor inestimável para suas comunidades, a partir de iniciativas que, por vezes, são isoladas ou em âmbito particular. A tendência, no entanto, é que empresas privadas e órgãos públicos estejam cada vez mais envolvidos nesta tarefa, oferecendo recursos para o incentivo à cultura e a preservação do patrimônio (material e imaterial).

Em alguns casos, o número de bens tombados ou mesmo listados como de interesse em preservar, não fazem jus a riqueza do patrimônio encontrado no município. Dos 496 municípios gaúchos, apenas municípios como Rio Grande, Piratini, Pelotas, Porto Alegre, Antônio Prado e Santo Amaro (General Câmara) tem mais de uma dúzia de bens tombados.

É necessário destacar que alguns municípios gaúchos ainda possuem dezenas ou até mesmo centenas de bens de valor histórico-cultural, remanescentes do século XIX, por exemplo, tal como São Lourenço do Sul, Camaquã, Guaíba, Dom Feliciano, Mostardas, Jaguarão, Arroio Grande, Bagé, Cachoeira do Sul, Triunfo e tantos outros. Em alguns casos são necessárias medidas imediatas de proteção e restauro.

A grande maioria dos municípios aqui pesquisados tem sítios arqueológicos já identificados em pesquisas realizadas desde os anos de 1960.

Podem ser encontrados sítios arqueológicos resultantes da presença indígena de grupos pré-cerâmicos e grupos ceramistas, ambos de período pré-colonial, seguidos por ocupações coloniais como reduções, fortes, charqueadas, sesmarias, estâncias, portos, representadas principalmente pela presença das etnias negra e açoriana e, em

vários municípios pesquisados, desde o século XIX, com a chegada, principalmente, de imigrantes poloneses, alemães (pomeranos), entre outros.

Passado, no entanto, cerca de trinta ou quarenta anos das primeiras pesquisas arqueológicas na região, as evidências podem ter sido destruídas ou perturbadas, devido ao processo de mecanização na agricultura, pecuária e urbanização.

Desta forma, os sítios arqueológicos, já identificados antes ou ainda inéditos, vão tendo seu estado de conservação e preservação alterado. Aqueles já encontrados parcialmente destruídos há anos atrás, provavelmente já não apresentam mais indícios fidedignos à pesquisa. Enquanto que ainda aqueles ainda preservados ou em bom estado de conservação, adquirem grande relevância e permitem novas e importantes pesquisas futuras.

Este levantamento demonstra a ocorrência de mais de uma centena de sítios arqueológicos em vários municípios ao longo da rodovia a ser duplicada, sejam ainda preservados ou já parcialmente destruídos. Em quaisquer destes casos, certamente existem evidências materiais resultantes destas diferentes ocupações humanas, que podem contar aspectos importantes e ainda inéditos da história da região ou contar outras versões da história oficial.

Realizando o levantamento dos atrativos naturais e culturais, observa-se o potencial para o incremento das atividades relacionadas ao turismo rural, ecoturismo, turismo histórico e atividades relacionadas a esportes náuticos e, ainda, desenvolvimento do artesanato local.

São necessárias novas pesquisas de cunho histórico e arqueológico, que permitam detalhar as descobertas já realizadas, identificando seu estado de conservação.

Entre as medidas a adotar, recomenda-se:

Apresentação de projeto de pesquisa ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o detalhamento das atividades a desenvolver em cada etapa do licenciamento ambiental, incluindo aquelas intervenções no solo, como sondagens e escavações.

Com antecedência ao início das obras de duplicação da rodovia, toda a extensão a ser impactada (trecho entre os municípios de Eldorado do Sul e Pelotas), deve ser objeto de prospecção, de modo a identificar, através de diferentes estruturas ou artefatos associados, ruínas ou fragmentos destes, antigas ou relevantes ocupações humanas dos períodos pré-coloniais ou históricos, resultantes da presença de populações

indígenas, negras e imigrantes (açorianos, pomeranos, poloneses, italianos, entre outros).

Todos os sítios arqueológicos identificados ao longo do traçado da obra, em qualquer uma de suas margens, na nova faixa de domínio, devem ser objeto de resgate ou salvamento, antes do impacto causado pela movimentação de máquinas e operários, criação de canteiros de obras e bota-foras, jazidas, pedreiras, desvios, trevos de acesso, obras de arte, entre outros. Todas as evidências materiais, se ameaçadas, devem ser preferentemente removidas do local e o acervo deve ser transferido para um museu ou instituição de pesquisa, onde deverá ser objeto de análise em laboratório e interpretações.

No caso de evidências materiais que possam ser preservadas ainda no local, preferentemente devem ser ali mantidas, criando-se medidas para seu isolamento e proteção, por ocasião da instalação da obra, e sua identificação, documentação e conservação durante a operação do empreendimento, mediante a fiscalização por parte dos órgãos ambientais e culturais competentes.

No decorrer das obras, naqueles trechos em que foi estabelecido potencial (a confirmar) para a existência de sítios arqueológicos (em sub-solo, ou com baixa visibilidade, porque encobertos) ou em áreas antes sem acesso (aguardando processo indenizatório) deverá ser realizado o monitoramento arqueológico, por ocasião das obras de engenharia.

Atividades de educação patrimonial e extroversão do conhecimento são indicadas para os funcionários envolvidos no empreendimento, assim como para a população diretamente afetada, através de palestras, exposições itinerantes e temporárias, notícias veiculadas na imprensa (mídia espontânea), tais como rádio e jornais locais.

Em todos os casos, é necessário conhecer e reconhecer a importância do patrimônio cultural, em seus aspectos materiais e imateriais, o que oferece uma grande oportunidade para a valorização dos municípios e dos seus habitantes, através do resgate da memória social e da trajetória histórica das diferentes etnias que colaboraram na formação da região.

### **5.3.7.1 Histórico da ocupação regional**

#### **- Ocupações pré-coloniais**

De modo geral, a maioria dos municípios pesquisados foram ocupados, mais remota e eventualmente, por bandos de caçadores-coletores pré-ceramistas, e posteriormente

por populações indígenas falantes da língua Guarani, e conhecidos etnograficamente como *Tapes*, *Caaguás*, *Arachanes* e *Patos*. Sobre esta população e as evidências arqueológicas encontradas há dezenas de artigos (ver MELIÁ *et al*, 1987 e MELIÁ e NAGEL, 1985, NOELLI, 1993).

No mapa etno-histórico do Brasil de Curt Nimuendaju (1944 [1980]) há a indicação da presença de índios *Arachanes*, na margem ocidental da Lagoa dos Patos, no século XVI; *Caaguá*, no século XVII, entre o rio das Antas e Porto Alegre, e *Tapes*, no século XVII, junto ao Rio Jacuí.

Isabelle ao referir-se a Lagoa dos Patos, argumenta sobre os motivos da denominação e, entre estes, considera que "*foi em memória de uma tribo de índios chamados Patos, que viviam nas margens ocidentais e que alguns geógrafos fizeram menção em seus mapas*" (ISABELLE, 1983, p. 77).

Há notícias de índios Guarani na região do Rio Jacuí até os anos de 1600 e 1650. Os padres jesuítas com a permissão da coroa espanhola, organizaram missões religiosas, onde pretendiam catequizar os índios. De 1626 a 1637 várias reduções foram criadas no rio Jacuí, inclusive em 1628 tentaram estabelecer uma nas margens do Guaíba. Todas foram destruídas pelos bandeirantes, que vinham aqui para caçar escravos entre os Guarani (GOMES *et al.*, 1995, p. 21)

O caminho ao longo da escarpa do planalto constitui um corredor natural de acesso de grande importância na história do Rio Grande do Sul (RAMBO, 1956, p. 221). A partir de 1632 os indígenas então denominados "Tape", foram reunidos pelos missionários em reduções nas bacias do Ibicuí e Jacuí, abandonadas depois de 1637 devido aos ataques dos "bandeirantes", escravizadores de índios (BROCHADO, 1969, p. 50).

Em 1535, devido às incursões escravagistas dos moradores de São Vicente, em direção ao Sul, iniciadas em 1535, os Guaranis foram fugindo da região junto ao Rio Jacuí (HEMMING, 1978, p. 245; MONTEIRO, 1984 *apud* NOELLI, 1993, p. 141). Noelli acrescenta ainda que antes das expedições, chegaram à região as epidemias mortíferas que reduziram as populações Guarani do litoral, margens da lagoa dos Patos e ao redor do delta do Jacuí (*idem*).

Soares (1996, p. 37-64), ao propor limites aos cacicados Guarani, indica a localização de antigas aldeias e reduções, utilizando um mapa etnográfico e histórico

(TESCHAUER, 1918, p. 151). “Este mapa refere-se às regiões habitadas pelos Guarani, Tape, Caaguas, Carijós e Arachanes, sendo o último considerado por Teschauer como grupo guaranizado” (SOARES, 1996, p, 52).

(...) o limite sul da ocupação chamada Guarani parece coincidir com o fim do Planalto e o vale do Ibicuí, pois mais ao sul encontram-se os Charruas e Minuanos (idem).

O rio Ibicuí pode ser considerado o limite sul<sup>1</sup> da parcialidade Guarani. A redução de Santa Teresa<sup>2</sup> ficaria nas cabeceiras do rio Taquari, local aproximado da parcialidade dos *Caáguas* ou *Caaiguas*. O território de domínio *Caaguá* terá sido o conjunto de morros que pertencem a Serra do Mar, à direita, e o rio Taquari, à esquerda.

Possivelmente a bacia do baixo Jacuí seria o limite sul dos *Caáguas*, tendo como limite oeste o rio Taquari (e os Tapes) e, a leste, a Serra do Mar, que os separariam dos *Carijó* na planície costeira. Os *Arachanes* ficariam nas margens da Lagoa dos Patos (SOARES, 1996, p. 57-60).

A região ocupada pelos *Tapes* seria, ao oeste, o alto Ibicuí; ao norte, a Serra Geral; ao leste, o vale do rio Caí e, ao sul, a chamada Serra dos Tapes (idem, p. 55).

Na metade sul do estado, encontram-se ocupações associadas à presença de índios *Minuanos*, *Charruas* e *Guenoas*, em áreas junto às grandes lagoas, banhados ou áreas alagadiças e várzeas de grandes rios como o Vacacaí (PEREIRA, 2008, BASILE BECKER, 1984, entre outros).

Uma síntese das diferentes ocupações humanas pré-coloniais, entendidas como três ondas migratórias (grupos pré-ceramistas ou caçadores-coletores, grupos ceramistas e horticultores e imigrantes europeus), através das evidências materiais oferecidas pelas pesquisas arqueológicas, pode ser consultada em Oliveira (2005).

### - Ocupação histórica

A maioria dos municípios pesquisados tem em comum a característica de ter sido colonizada em tempos históricos, a partir do século XVIII.

---

<sup>1</sup> A redução do Yapeyú era a mais meridional das reduções da frente missionária do Uruguai, situada à margem direita do rio Uruguai, em frente à desembocadura do rio Ibicuí (BECKER, 1992, p. 163 apud SOARES, 1996, p. 55).

<sup>2</sup> A fundação desta redução ocorreu em 1632, sendo transferida no ano seguinte para próximo da atual cidade de Passo Fundo. Em 1638 essa redução foi destruída pelos bandeirantes e usada como entreposto para as bandeiras no Tape (BECKER, 1992, p. 173 apud: SOARES, 1996, p. 56).

A ocupação luso-brasileira no delta do Jacuí iniciou em 1732, visando à obtenção de madeiras para a construção civil e naval e a abertura de espaços para lavouras e pastagens.

Considera-se que primeiro ciclo de produção econômica no Rio Grande do Sul foi fixado e desenvolvido às margens do rio Jacuí (São Jerônimo e Charquedas) e Arroio São Gonçalo (**Pelotas**), diretamente relacionado à facilidade de trânsito e entrecruzamento proporcionado por estes caminhos naturais (GOMES *et al*, 1995, p. 29).

Por volta de 1763, casais açorianos estabeleceram-se na margem esquerda do estuário do Guaíba e na margem direita da Lagoa dos Patos, fundando fazendas e charqueadas até o rio Camaquã.

A presença do gado na Vacaria do Mar, desde 1637, que se estendida pelo pampas, a fundação de Laguna (1676) e da Colônia de Sacramento (1680) e antes ainda a influência de Buenos Aires (1536), na Argentina, terão permitido o incremento e a movimentação de tropeiros e viajantes pela região.

A navegação em território do atual Estado do Rio Grande do Sul, em período histórico, terá sido iniciada com as primeiras embarcações com tropas para guarnição da Fortaleza de Rio Pardo, o transporte dos primeiros povoadores, o estabelecimento do Governo e o transporte de imigrantes e seus produtos.

Havia portos às margens dos rios Taquari (municípios de Taquari, Estrela, Lajeado); Jacuí (município de Rio Pardo); Caí (municípios de Montenegro e Cahy (atual São Sebastião do Caí)); Sinos (municípios de Taquara do Mundo Novo, São Leopoldo) e Gravataí (município de Gravataí).

Justamente estes cinco rios (Caí, Gravataí, Sinos, Jacuí e Taquari) formam a Bacia do Guaíba, que inicia ao norte de Porto Alegre e se estende por 25 milhas no sentido noroeste-sudeste até lançar-se na **Lagoa dos Patos**, junto à Ponta de Itapuã. Nas margens da lagoa é que seria estabelecido o Porto de Tapes.

O Lago Guaíba (antes chamado rio) tinha portos em **Barra do Ribeiro** e Pedras Brancas (atual município de **Guaíba**), enquanto a Lagoa (Lagoa) dos Patos possuía os portos de **Tapes**, Mostardas e Palmares. Os dois mais importantes portos estavam em Pelotas e Rio Grande.

Pelos relatos é possível avaliar o desenvolvimento econômico e as atividades, principalmente relacionadas à agricultura, pecuária, transporte e comércio, existentes

em cada município e na região, de modo geral. Podemos inclusive estimar o intenso uso da mão de obra escrava.

Em 1822, o historiador Gonçalves Chaves constatou a forte presença de barqueiros negros no Rio Jacuí e considerou que 35% da mão de obra escrava gaúcha estavam a serviços das charqueadas. “*O transporte fluvial era realizado fundamentalmente por africanos, vale lembrar aqui as legendárias figuras dos negros remadores de gôndolas do rio Jacuí, presentes em gravuras e registrados por viajantes*” (idem, p. 29).

Considerando a geomorfologia das regiões dos municípios ora pesquisados pode-se afirmar que estes foram implantados em duas das quatro grandes províncias geomorfológicas existentes no estado: escudo sul-riograndense e planície costeira. Suas características determinam qual terá sido a ocupação humana pretérita pela exploração de recursos.

Entre aqueles primeiros viajantes que relataram, por escrito, suas viagens pelo território rio-grandense destacam-se: Saint-Hilaire, francês, naturalista e escritor, que esteve no Rio Grande do Sul por cerca de oito meses de 1820 a 1821 (Saint-Hilaire, 1974) (MARIANTE, 1992, p. 59-60); Arsène Isabelle (1983), francês, durante oito meses entre os anos de 1833 e 1834 esteve em diversas cidades gaúchas, como Rio Grande, **Pelotas**, Uruguaiana e Santa Maria, e Nicolau Dreys (1961), francês, que viveu no Brasil por 26 anos, no período de 1817 a 1843. A partir de seus relatos e descrições, podemos verificar como eram as localidades de nosso interesse, especialmente, no início do século XIX.

Sobre **Pelotas** (antes São Francisco de Paula), Isabelle afirma que:

São Francisco de Paula é uma encantadora cidadezinha que não tem mais de dez anos de existência e que já rivaliza com Porto Alegre pela atividade de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e o grande número de prédios que diariamente se constroem.

A posição de São Francisco de Paula é bastante aprazível, porque os campos que a cercam são muito férteis, bem cultivados, regados de arroios arborizados, e a cidade está precisamente construída sobre uma colina que domina tudo.

A população já se elevava de sete a oito mil habitantes (ISABELLE, 1983, p. 80).

Sobre o nome da **Lagoa dos Patos**, Isabelle afirma que há três possibilidades: a imensa quantidade de palmípedes que foram vistos no lugar, em referência a índios chamados *Patos*, ou ainda a opinião considerada pelo autor como a “*mais geral e curiosa*”: a que os jesuítas querendo um porto para escoar a produção das Missões teriam “*suplicado, muito humildemente*” ao rei de Portugal autorização perpétua para criar patos em uma “*pequenina lagoa*”. Como a Lagoa era enorme, quando essa “*burla*” foi descoberta, implicou na perda da concessão, mas o nome ainda prevaleceu (idem, p. 76-77).

Outros autores fazem referência a navegabilidade e extensão da lagoa, tais como: Padre Luís Pessoa e Padre Antônio Vieira, entre outros (compilados por CÉSAR, 1981, p. 14, p. 35, 53 e 77); Dreys (1961, p. 54-55) e Baguet (1997, p. 34).

#### **- Divisão político-administrativa**

O Rio Grande do Sul, então Governo do Rio Grande de São Pedro, no ano de 1809 foi dividido em quatro grandes municípios: Rio Pardo, Santo Antônio, Porto Alegre e Rio Grande. Entre os povoados de Rio Grande, já constava Pelotas.

No censo populacional realizado em 1814, os dados indicam a existência de mais de 70 mil habitantes no atual território do Rio Grande do Sul. Eram cinco os municípios existentes (incluindo Cachoeira), mais a província das Missões, onde estavam os Sete Povos. Em Porto Alegre, havia as povoações de Dores do Camaquã e São João Batista do Camaquã.

Por ocasião da Revolução Farroupilha (1835-1845), o Estado era chamado de Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, e possuía 14 municípios, incluindo agora Pelotas, Alegrete, Caçapava, Cruz Alta, Jaguarão Piratini, São Borja, São José do Norte e Triunfo. Pertenciam a Porto Alegre: Barra do Ribeiro, São João Batista do Camaquã, Pedras Brancas (Guaíba), Dores de Camaquã (depois Vila Vasconcelos, hoje Sentinela do Sul).

No ano seguinte ao final da revolução, 1846, a população do Estado era quase de 148 mil habitantes. **Pelotas** possuía, de acordo com o censo, 6.428 habitantes. Em 1857, criava-se definitivamente o município de Dores de Camaquã. São João Batista de Camaquã é criado em 1864 (hoje Camaquã) (FUNDAÇÃO, 1981). Em 1958, Pedras Brancas (atual Guaíba) tinha 855 habitantes, sendo 346 escravos, 52 libertos e 457 livres.

Em 1860, o número de municípios já chegava a 28, incluindo Dores de Camaquã, Canguçu, Bagé, São Jerônimo, Taquari, Uruguaiana, São Gabriel e São Leopoldo.



Ao final do período Imperial, em 1889, as províncias passaram a constituir os estados da República Federativa e, agora, o Estado Rio Grande do Sul contava com 61 municípios. Entre aqueles de interesse nesta pesquisa, incluem-se: São João da Reserva (hoje **São Lourenço do Sul**) e vários municípios da região sul do estado, tais como Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Sepé e Santana do Livramento.

Na virada do século (1900), o Estado já tinha mais de 1.149 mil habitantes, sendo seus habitantes assim distribuídos entre os municípios ora pesquisados: Pelotas, com 44.881 hab., era o segundo município mais populoso do estado, São João de Camaquã tinha 6.616 habitantes, e Dolores de Camaquã, 6.057.

De 1899 a 1930 foram criados mais 16 municípios. Em 1920, Dolores de Camaquã tinha os distritos de Dolores de Camaquã e Tapes. Em Porto Alegre, havia os distritos de Pedras Brancas e Barra do Ribeiro (RECENSEAMENTO, 1926 *apud*: FUNDAÇÃO, 1981, p. 116-123). Pelotas possuía os distritos de Monte Bonito, Boqueirão, Arroio do Padre, entre outros. São João do **Camaquã** possuía entre seus distritos: Galpões e Colônia São Brás.

Em 1939, já havia 88 municípios. Em 1940, Dom Feliciano constava como distrito de Encruzilhada. Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel e Sertão Santana, assim como Guaíba mesmo, eram considerados distritos do município de **Guaíba**, emancipado em 1926. Em 1929, **Tapes** tinha sido transferido para a área do porto, às margens da Lagoa dos Patos.

Em mapa com municípios já existentes em 1940, na margem oeste da Lagoa dos Patos, onde a rodovia BR 116 seria implantada duas décadas depois, havia os municípios de Pelotas, São Lourenço, Camaquã, Tapes e Guaíba (FUNDAÇÃO, 1981, p. 165)

No ano de 1966 eram 232 municípios, entre eles **Barra do Ribeiro** (1959), **Arambaré** e **Sentinela do Sul** (1962) e **Dom Feliciano** (1963).

Em um processo intenso de emancipações na década de 1980, o estado chegou a 427 municípios em 1990, incluindo **Cristal e Eldorado do Sul** (1988), **Cerro Grande do Sul** (1989), **Mariana Pimentel** (1992), **Turuçu** (1995) e **Chувиска** (1997). Hoje o Rio Grande do Sul tem 496 municípios, número alcançado em 2005 com as últimas emancipações.

Para que possamos entender a região, cujos limites também foram alterados ao longo do tempo, procuramos realizar pesquisa relacionada à divisão política e emancipações.

Esta pesquisa auxilia na compreensão da distribuição dos sítios arqueológicos e bens tombados e na identificação do município em que se encontram atualmente.

Analisando os processos de emancipação<sup>3</sup> pelos quais passaram os municípios podemos afirmar que:

**Arambaré** inicialmente chamava-se "Barra do Velhaco", por estar situada na Foz do Arroio Velhaco. Em 1938, passou a denominar-se "Paraguassu" e, em 1945, adotou o nome de "Arambaré", que quer dizer "o sacerdote que espalha luz". *"Nessa localidade, conhecida desde os tempos coloniais de 1714, moravam índios (...) Arachanes ou Arachas, que na língua tupi significa "patos"."*

O município de **Barra do Ribeiro**<sup>4</sup> surgiu em 1959, a partir da emancipação de Porto Alegre. O povoamento da região iniciou por volta de 1800, com a presença de açorianos, seguidos no decorrer do século XIX por imigrantes alemães, italianos e poloneses. O nome do município é atribuído ao encontro do Arroio Ribeiro com o Lago Guaíba, onde, no verão, forma-se uma coroa de areia, formando assim a "barra".

O município teve origem na charqueada de Antônio Alves Guimarães, instalada na sesmaria que lhe fora concedida por Dom Luís de Vasconcelos e Souza, em 1780. Sua denominação de Charqueada foi substituída pela de Barra.

**Camaquã:** No início do século XIX, moradores vindos de Rio Pardo e outras paróquias vizinhas deram origem ao povoado conhecido inicialmente como Dores de Camaquã. Camaquã vem de *Icabaquã* e na língua tupi-guarani "I" significa rio, água e "Cabaquã" quer dizer velocidade, correnteza, como "rio correntoso" ou "rio forte".

Constava do extenso território da Freguesia do Triunfo, as sesmarias do Cordeiro, do Duro e do Cristal de propriedade do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, pai de Bento Gonçalves, que ao doar terreno na atual localidade da Capela Velha, 8º distrito requereu autorização para fundar a Capela Curada de São João Batista de Camaquã.

O município foi criado em 1864 (Lei Municipal nº 569) com o nome de São João Batista de Camaquã.

<sup>3</sup> Através da consulta ao site da FAMURS, FEE ou dos próprios municípios.

<sup>4</sup> Informações disponíveis em <http://www.barradoribeiro.rs.gov.br/>. Acesso em 23 de janeiro de 2006.

**Cerro Grande do Sul**<sup>5</sup> teve o início do povoamento em 1910, com a denominação de Colônia de Rio Grande, mudando posteriormente para Fortaleza, cuja denominação está relacionada a um cerro, com fachada de pedra vertical, ao sul, existente nas proximidades do núcleo urbano. O nome definitivo deve-se a outro cerro, com 550 metros de altitude, existente no 3º distrito, na divisa com Camaquã, que representa o ponto culminante do município e da região sul do Estado. O município foi emancipado em 1989.

**Chувиска:** A área no início do século era uma paradoro de carroceiros, meio caminho entre Dom Feliciano e Camaquã.

O pequeníssimo povoado era passagem obrigatória dos colonos e do escoamento de produtos cultivados. Com uma topografia peculiar, com florestas naturais cerradas e área com elevações, a região se caracteriza por cerrações e chuvisqueiros o ano todo.

Daí teria se dado o nome ao lugar, registrado oficialmente em 1954, com o nome de Chувиска, por iniciativa do Sr. Afonso Tworkowski, por ocasião da inauguração do altar da Capela de São José.

Foi no início do século, em torno de 1900, que começou a se intensificar a chegada dos primeiros colonizadores. Três grupos raciais constituíram o núcleo populacional e de desenvolvimento da região: os descendentes de alemães, os de origem polonesa e os de origem portuguesa.<sup>6</sup>

O município foi instalado em 1997.

**Cristal:** O município surgiu dentro da área da “Estância do Cristal”, propriedade histórica da família de Bento Gonçalves da Silva. A estância teria recebido este nome devido à presença de pedregulhos que pareciam cristais. O município fica localizado junto à rodovia BR 116-Sul, às margens do Rio Camaquã.

O primeiro núcleo de moradores de Cristal formou-se a partir de um empreendimento particular iniciado pelos irmãos Egydio Alfredo e Olintho Guilherme Schlabit, no ano de 1961. (...) Cristal tem sua constituição étnica formada por 70% de

<sup>5</sup> Dados obtidos em [www.cgrandedosul.famurs.com.br](http://www.cgrandedosul.famurs.com.br). Acesso em outubro de 2006.

<sup>6</sup> Disponível em [www.chuvisca.famurs.com.br](http://www.chuvisca.famurs.com.br), acesso em 26 de outubro de 2006.

alemães, 25% de portugueses, 2% poloneses, 15 italianos e 2% de negros.<sup>7</sup>

**Dom Feliciano** foi distrito de Encruzilhada do Sul até 1963, quando foi emancipado. Seu nome é em homenagem ao primeiro bispo gaúcho, Dom Feliciano Rodrigues Prates. Sua principal ocupação foi por imigrantes poloneses, que chegaram a representar 90% da população, após 1861.

**Eldorado do Sul** teve seu território ocupado inicialmente por estancieiros açorianos na metade do século XVIII. As propriedades particulares até a década de 1960 destinavam-se a pecuária e a cultura do arroz. A emancipação ocorreu em 1988, a partir do município de Guaíba. Em parte de seu território encontra-se o Parque Estadual Delta do Jacuí, criado em 1976, como área de preservação ambiental permanente.

**Guaíba**<sup>8</sup>: O município, criado em 14 de outubro de 1926, foi batizado em homenagem ao Lago Guaíba, que significa “*baía de todas as águas*”. A área que corresponde hoje à cidade surgiu a partir da sesmaria de Antônio Ferreira Leitão, concedida oficialmente em 1793, com cerca de 13 km<sup>2</sup>. O local, além de parada obrigatória para as tropas de gado e os tropeiros, sediou charqueadas, e era passagem obrigatória aqueles que se deslocavam da região sul e oeste até Porto Alegre. A elevação da Capela à condição de Freguesia marcou o processo de transformação da antiga fazenda em incipiente vila. No ano de 1860 foram demarcados os primeiros lotes com os respectivos nomes de ruas, caracterizando assim o início do processo de urbanização. O município de Guaíba foi criado pelo decreto nº 3.697, em 18 de outubro de 1926 e incluía inicialmente os territórios de Pedras Brancas, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel (respectivamente 9º, 10º e 11º distritos de Porto Alegre). Seus nomes anteriores foram: Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas e Pedras Brancas.

**Mariana Pimentel** era uma colônia fundada na Serra do Herval para atrair imigrantes europeus (poloneses, italianos e alemães), especialmente a partir de 1874. Parte do município se localiza em área de Estância adquirida em 1765 por Vitorino José Centeno dos primeiros povoadores: Manoel Dias, Antônio Portela e José Mendes.

<sup>7</sup> Disponível em [www.famurs.com.br](http://www.famurs.com.br). Acesso em 03 de fevereiro de 2009 e <http://www.cristal.famurs.com.br>. Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

<sup>8</sup> Dados compilados do texto elaborado pela Prof<sup>a</sup>. Mirian Leão, funcionária do Museu Municipal Carlos Nobre, e disponibilizados no site oficial do município: [www.guaiba](http://www.guaiba.rs.gov.br).

Mariana Pimentel já foi o 9º distrito de Porto Alegre (1915) e o 3º distrito de Guaíba (1926). A emancipação<sup>9</sup> a partir do município de Guaíba ocorreu em 1992.

**Pelotas**<sup>10</sup>: Em 1758 terras às margens da Lagoa dos Patos foram doadas ao Coronel Thomaz Luiz Osório. A região passou a ser povoada por volta de 1763, quando muitos habitantes da Vila de Rio Grande, fugindo da invasão espanhola, ali buscaram refúgio. Outros residentes da Colônia de Sacramento, com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, para lá se deslocaram, quando Portugal entregou a cidade aos espanhóis.

O cearense José Pinto Martins, em 1780, fundou um dos estabelecimentos, enquanto o canal de São Gonçalo recebia outras sete estâncias e charqueadas. Em 1812, a nova freguesia é desmembrada de Rio Grande.

O nome é oriundo de uma embarcação de couro, a “pelota”, puxada a pé dentro do rio, por homens, para atravessar a carga de charque de um lado ao outro do rio.

Um decreto imperial, em 07 de dezembro de 1830, transformou em vila. O município foi instalado em 07 de abril de 1832 e transformado em cidade em junho de 1835. Foi chamado antes de Rincão das Pelotas e São Francisco de Paula.

**São Lourenço do Sul**<sup>11</sup>, município desmembrado de Pelotas em 1884, foi povoado desde 1858. Foi elevado à categoria de Vila, através da Lei Provincial nº 1459, em 26 de abril de 1884. Já no ano de 1786, há notícia da doação de terras (sesmaria) ao açoriano José Cardoso de Gusmão. No início do século XIX, parte de suas terras foi vendida. Em 1830 foi erguida a primeira capela, na atual Vila do Boqueirão.

Por volta de 1850 o coronel José Antônio de Oliveira Guimarães, grande fazendeiro, e proprietário da fazenda São Lourenço, doou um oitavo de sesmaria destinada a um povoamento a esquerda do arroio de mesmo nome. Em 1856 o coronel Oliveira Guimarães financia o alemão Jacob Rheingantz, em sua viagem a Europa, visando angariar imigrantes, já que recebera áreas de terras do governo imperial com o compromisso de colonizá-las. Em 18 de janeiro de 1858 tomaram posse das terras 88 colonos alemães.

<sup>9</sup> Dados obtidos em <http://www.marianapimentel.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?iLdMun=100143230>. Acesso janeiro de 2006.

<sup>10</sup> [http://www.pelotas.com.br/cidade\\_historia/pelotas\\_historia.htm](http://www.pelotas.com.br/cidade_historia/pelotas_historia.htm). Acesso em 05 de fevereiro de 2009.

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.saolourenco.net/site/historia.php>. Acesso em março de 2007.

O porto, às margens do arroio São Lourenço, na desembocadura com a Lagoa dos Patos, deu origem à sede do município.

**Sentinela do Sul:** O município já foi chamado de Nossa Senhora das Dores, depois passou a chamar Vila Vasconcelos, na condição de 2º distrito de Tapes. O nome Sentinela do Sul foi escolhido conforme uma pesquisa realizada junto à população, *“associada a sua posição topográfica, tornou-se conhecido como Sentinela da Estrada, o que em época de confrontos militares, se tratava de grande importância estratégica.”*<sup>12</sup> O município foi emancipado em 1992 a partir de Cerro Grande do Sul e Tapes.

O atual município de **Tapes** foi ocupado desde 1808 por imigrantes açorianos, com a instalação de estâncias e charqueadas. Em 1824, Patrício Vieira Rodrigues adquiriu uma propriedade e construiu um porto para o transporte de charque<sup>13</sup>, às margens da Lagoa dos Patos.

Em 1817, Manuel José Alencastro obteve, por doação de D. João VI, a sesmaria de N. Sra. do Carmo. O nome atual deriva do barco “Tapes” de propriedade do Coronel Patrício Vieira Rodrigues.<sup>14</sup>

Em 1832 o município foi emancipado de terras de Porto Alegre. A sede inicial do município foi inicialmente em Dores de Camaquã (depois Vila de Vasconcelos, hoje Sentinela do Sul). O município foi criado em 1857 e instalado oficialmente no ano seguinte. Depois de extinto, em 1861, foi criado e instalado pela segunda vez em 1875, extinto novamente em 1911 e criado e instalado pela terceira vez no ano de 1913. Em 1929, sua sede foi transferida para o Porto de Tapes, então seu segundo distrito. Seu nome foi alterado, em 1929, de Dores de Camaquã para município de Tapes.

**Turuçu**<sup>15</sup>: O rio que faz divisa com o município de São Lourenço dá nome a Turuçu, emancipado em 1995 e instalado em 1º de janeiro de 1997. A região terá sido ocupada inicialmente por grupos indígenas, daí o nome, que na língua Guarani, quer dizer “águas grandes”. Na década de 1920, a família do Sr. Arthur Lange mudou-se

<sup>12</sup> Disponível em [www.sentineladosul.famurs.com.br](http://www.sentineladosul.famurs.com.br). Acesso em janeiro de 2007.

<sup>13</sup> Sua charqueada e de Brígida Calderon localizava-se na margem direita da Sanga da Charqueada, hoje Loteamento Luis Carlos Wolf (conforme informações divulgadas em *site* do município).

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.tapes.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143413>. Acesso em 16 de janeiro de 2007.

<sup>15</sup> Informações disponíveis em: [www.azonasul.org.br/Internas/27/108](http://www.azonasul.org.br/Internas/27/108) Acesso em 28 de janeiro de 2009.

para a Colônia Azevedo. A construção da rodovia BR 116, no ano de 1960, contribuiu para o desenvolvimento do local. A Vila Arthur Lange, hoje sede do município, fica às margens da rodovia.

Alguns municípios afetados pela duplicação da rodovia podem ser considerados antigos, emancipados na primeira metade do século XIX, como Pelotas (1832), e em meados do século XIX: Tapes (1857), Camaquã (1864) e São Lourenço do Sul (1884). Guaíba foi o único município emancipado na primeira metade do século XX. Enquanto a maioria dos municípios aqui pesquisados foi emancipada depois de 1950: Barra do Ribeiro (1959), Arambaré e Sentinela do Sul (1962), Dom Feliciano (1963), Cristal e Eldorado do Sul (1988), Cerro Grande do Sul (1989), Mariana Pimentel (1992), Turuçu (1995) e Chuvisca (1997).

### **5.3.7.2 Patrimônio Arqueológico**

Alguns municípios pesquisados têm patrimônio arqueológico identificado, mas certamente existem muitas descobertas a serem feitas. Assim também nos demais municípios, onde as pesquisas ainda são inéditas, certamente poderão ser encontrados sítios arqueológicos, sejam pré-coloniais ou do período histórico.

Considerando que as pesquisas arqueológicas iniciaram na região por volta dos anos de 1960, os sítios arqueológicos então identificados terão sido cadastrados como pertencentes aos municípios existentes naquela época, quais sejam: Camaquã, Guaíba e Pelotas. No entanto, mesmo municípios antigos, por falta de pesquisa, possuem poucos sítios arqueológicos cadastrados, como no caso de Tapes, São Lourenço do Sul e Barra do Ribeiro. Outros, não possuem patrimônio arqueológico identificado, por falta de pesquisas, como no caso de Arambaré, Cerro Grande do Sul e Turuçu.

Em relação aos municípios mais recentes, emancipados nas décadas de 1980 e 1990, é necessário observar em campo seus novos limites e contar com as informações disponibilizadas para verificar a que municípios hoje pertencem os antigos sítios arqueológicos, como é o caso de algumas possibilidades em relação a Cristal, Sentinela do Sul, Eldorado do Sul, Dom Feliciano, Mariana Pimentel e Chuvisca.

Por um lado, os sítios arqueológicos cadastrados nas décadas de 1960 e 1970, carecem muitas vezes de publicações com detalhamento das pesquisas. Por outro lado, as pesquisas mais recentes, mesmo quando foram publicadas, hoje uma

tendência, carecem de cadastro<sup>16</sup> dos sítios que seja disponível aos demais pesquisadores (exceção CNSA/IPHAN até 1997/98, que está sendo atualizado neste momento). Uma alternativa nestes casos é o manuseio dos originais das fichas de registro, procedimento adotado aqui para detalhar as pesquisas realizadas especialmente pelo arqueólogo Guilherme Naue, pelo CEPA/PUCRS.

Os sítios arqueológicos identificados por pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP/UNISINOS) até o ano de 1983, constam de publicação (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983) que também foi consultada especialmente para verificar os dados como caracterização dos sítios arqueológicos, localização e a indicação aproximada em mapa.

A região oferece algumas perspectivas de identificação de diferentes sítios arqueológicos, sejam unicomponenciais, sejam com camadas de ocupação humana sobrepostas, tanto do período pré-colonial, como histórico. Em alguns casos, a ocupação é exclusivamente de período histórico.

Através do conhecimento proporcionado pela arqueologia pré-histórica, pode-se afirmar, de modo geral, que grupos indígenas de caçadores-coletores cederam lugar a grupos ceramistas que, na maioria dos casos, praticavam a horticultura. Estes grupos, especialmente os falantes da língua Guarani, nesta região, teriam entrado em contato com os primeiros desbravadores no período histórico.

Assim, há possibilidade de encontrar assentamentos de caçadores-coletores, paradeiros de caça, pesca e coleta, bem como oficinas líticas, e ainda, a ocupação de grupos ceramistas como os Guarani pré-históricos, pois a região se situa próximo a um significativo corpo d'água que vem a ser a Laguna dos Patos, com suas margens de várzeas férteis, praias e dunas. A presença de grande número de banhados na região da pesquisa, que por sua vez, propicia a descoberta de cerritos, montículos de terra, utilizados como paradeiros de caça e pesca por Minuanos e Charruas.

Ambos os grupos sofreram o contato direto ou indireto pela conquista européia do espaço, representada pela ocupação das terras, a partir do século XVIII, por portugueses, seguidos depois por alemães, poloneses, entre outros.

---

<sup>16</sup> O Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) também possui um cadastro dos sítios arqueológicos, identificados por pesquisadores da instituição, cujas informações podem ser consultadas em: Cadastro dos sítios arqueológicos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL). Taquara: MARSUL, s.d.



A região analisada teve grande importância histórica e esta ocupação humana terá sido registrada através de evidências materiais relacionadas às residências e benfeitorias de antigas propriedades ali estabelecidas, como sesmarias, estâncias, charqueadas e fazendas, desde o século XVIII, com seus objetos associados, dos quais poderemos encontrar possivelmente fragmentos ou estruturas remanescentes. Assim também, alguns locais terão sido palco de eventos relacionado à Revolução Farroupilha (1835-1845) e seus combates, movimentos de tropas, criação de estaleiros, estabelecimento de acampamentos, etc.

#### 5.3.7.2.1 Sítios Arqueológicos

Foram identificados **cento e quarenta e cinco (145) sítios arqueológicos** cadastrados nos municípios de: Barra do Ribeiro (1), Camaquã (111), Cristal (1), Chuvisca (05), Dom Feliciano (5), Eldorado do Sul (3), Guaíba (1), Mariana Pimentel (1), Sentinela do Sul (3), Pelotas (12) e São Lourenço do Sul (2).

Apresenta-se a situação diagnosticada para cada município, pela pesquisa cadastral, cartográfica, bibliográfica e em arquivos e acervos:

O único sítio arqueológico do município de **Barra do Ribeiro** foi encontrado por Guilherme Naue (CEPA/PUCRS), em 1980, na localidade de Tarumã, "*a beira do Guaíba, com grandes concentrações de material*" (CARLE e SANTOS, 2000, p. 54), em terreno de propriedade da então Riocell, e que, por este motivo assim foi denominado (RS 324 - Riocell), e cujas terras hoje pertencem ao grupo Aracruz Celulose. A vegetação na época já era em área de plantio com reflorestamento e encontrava-se ameaçado por erosão fluvial e cultivo.

**Camaquã** possui mais de uma centena de sítios arqueológicos cadastrados. Todos possuem informações publicadas pelo IAP/UNISINOS (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983). Parte dos dados também está disponível no CNSA (CADASTRO, s.d.) do IPHAN. Este fato pode ser explicado pela existência de pesquisas arqueológicas na região por volta dos anos 70, realizadas por diferentes arqueólogos (conforme veremos adiante).

Brochado pesquisou na Serra do Sudeste (1967), no escudo cristalino, junto aos rios Camaquã, médio Piratini e cabeceiras de arroios que deságuam na Laguna dos Patos, tais como Velhaco, Sutil, Pelotas e Turuçu ou Grande (BROCHADO, 1974: 25-52).

Estes locais correspondem aproximadamente às áreas dos atuais municípios de **Pelotas**, na margem da Laguna dos Patos, Canguçu<sup>17</sup>, e, entre os municípios de **Dom Feliciano e Camaquã**, na margem oriental do arroio Sutil, e junto ao arroio Velhaco, em áreas que correspondem aproximadamente aos municípios **Sentinela do Sul**, Sertão Santana, **Mariana Pimentel**, Barão do Triunfo e **Cerro Grande do Sul**, pelo que se pode observar no mapa existente na publicação (idem, p. 26), que não chega a fazer referência aos municípios pesquisados, nem apresenta coordenadas geográficas.

J. P. Brochado localizou grande número de sítios arqueológicos em suas pesquisas, tendo feito o registro pelo IAP/UNISINOS, enquanto o acervo foi depositado na UFRGS. São dezoito (18) sítios arqueológicos identificados: RS-CA-01 até RS-CA-18. Após suas pesquisas iniciais, novos sítios arqueológicos foram identificados por ele e seus colegas<sup>18</sup>, isolados ou em grupos, sendo que, em alguns casos, novas siglas foram dadas para os mesmo sítios arqueológicos ou novas descobertas foram realizadas nas mesmas propriedades, multiplicando o número de registros.

Os cento e oito (108) sítios arqueológicos de **Camaquã** que constam do cadastro (CNSA) do IPHAN, correspondem, em sessenta e oito (68) casos, a conjuntos de um a oito cerritos, montículos no terreno, junto a áreas alagadiças e banhados, com material lítico (associado à Tradição Umbu) e, eventualmente fragmentos de cerâmica (associados à Tradição Vieira e eventualmente a Tradição Tupiguarani), que muitas vezes estão dentro de uma mesma propriedade e assim podem ser agrupados<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Vinte e seis (26) sítios arqueológicos constam no cadastro publicado pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983) e foram identificados pelo pesquisador José Joaquim Justiniano Proenza Brochado no ano de 1970, no município de Canguçu, em localidades como Cordilheira, Faxinal, Espigão, Vila do Prado, Arroio do Moinho, Coxilha dos Dias, Santa Bárbara, Iguatauri, Herval, Serra dos Duarte, antiga Estância da Figueira e Chácara dos Bugres.

<sup>18</sup> Os demais sítios foram localizados por P. I. Schmitz, Ítala Basile Becker, Irmão Valeriano (Guilherme Naue), P. A. Mentz Ribeiro, em diferentes expedições.

<sup>19</sup> Fazendas e Granjas: **Fazenda Figueira** (RS 262, RS 263, RS 289, RS 393, RS 395 e RS 396), Granja Emília (RS 260, RS 261, RS 264, RS 265, RS 387, RS 388, RS 389, RS 390, RS 391, RS 392, RS 394, RS 397, RS 398), **Banhado do Colégio** (RS-CA-05, RS-CA-06, RS-CA-07, RS 268, RS 269, RS 290 e RS 382), **Fazenda do Pesqueiro** (RS 270 A, B, C, D, E, F e G, RS 369), Fazenda da Vigia (RS-CA-01, RS-CA-02, RS-CA-03, RS-CA-04, RS 271 A e B, RS 272, RS 370 e RS 371), **Fazenda da Capoeira** (RS 273, RS-368), Fazenda Quinta (RS-CA-09), **Granja Sul Arroz** (RS 375 e RS 376), Fazenda Santa Clara (RS 350), Antiga Fazenda do Paradoiro (RS-CA-08). Localidades: Santa Rita do Sul (RS-CA-10, RS-CA-11), Arroio do Peixe (RS-CA-12 e RS-CA-13), **Pacheca** (RS-CA-14, RS-CA-15, RS-CA-16 e RS-CA-17) e Rincão do Progresso (RS-CA-18). Propriedades privadas familiares ou individuais: Família Andreotti (RS 266, RS 267, RS 383, RS 384, RS 385, RS 386), Alarico Meireles (RS 276, RS 366), Wladislau Schmieviski (RS 277 A e B, RS 363, RS 364), Zeferino Nunes (RS 280, RS 360), Dejalmo Martin Ribeiro (RS 281 e RS 359), Manuel Santana (Bolicho) (RS 282 e RS 358), Luiz Lacerda (RS 283 e RS 357), Manoel dos Santos B. Martins (RS 284 e RS 356), Família Rodrigues (RS 285, RS 286, RS 354 e RS

Outros sítios arqueológicos correspondem a ocupações de grupos ceramistas (Tradição Tupiguarani) com a presença exclusiva de fragmentos de cerâmica (em 27 casos) ou associada com artefatos líticos lascados (2 sítios), com artefatos polidos (5 sítios) ou ambos (2 sítios). Em três casos, a material lítico foi descrito como bruto e em um (1) caso foi encontrado exclusivamente material lítico lascado.

Em 1999 (processo nº 01512.00095/99-68), Vera L. T. Thaddeu pesquisou cerca de 90 km de extensão na rodovia RST 471, Trecho Encruzilhada do Sul – Canguçu (Rodovia BR 392), indicando as coordenadas geográficas de alguns dos mesmos sítios arqueológicos<sup>20</sup>, em relatório de maio de 2000. O mesmo local foi pesquisado<sup>21</sup> novamente por Vera Lúcia Trommer Thaddeu, em julho de 2000, sub-trecho Pantano Grande e Monte Castelo, contratada pela Har Engenharia e Meio Ambiente Ltda., cuja abrangência incluía os municípios de Rio Pardo, Minas do Leão, Butiá, **Dom Feliciano** e Encruzilhada do Sul. Nos anos de 2001 e 2002, Thaís Vargas Lima foi contratada para fazer o salvamento dos seis (06) sítios arqueológicos<sup>22</sup> ali existentes.

No km 79+480 da mesma rodovia (RST 471), já em área do município de **Camaquã**, Sérgio Klamt<sup>23</sup> identificou fragmentos de cerâmica e material lítico lascado no Projeto “Pesquisa Arqueológica na área abrangida pelas obras das Pequenas Centrais

---

355), Jacó Pedro Bernard (RS 275 A e B, RS 278, RS 367), Willy Hoff (RS 274 A e B, RS 365), Emílio Alves Farias (RS 278, RS 362), Ataídes Rodrigues Lucas (RS 279 A e B, RS 361), Manoel Atanásio Gouveia (RS 287, RS 353), José Gabriel Kenne (RS 349), Dunas Barra Grande (RS 351), Aldo da Luz (RS 372, RS 373, RS 374), Dorival Borba (RS 378), Venceslau Albino Medeiros (RS 380), Patrício Plácido Ribeiro (RS 377) e Luis B. Roseles e Adalberto Heimann (RS 381). Em negrito, áreas identificadas nesta pesquisa em cartas do Exército (Camaquã, Pacheca e Santa Rita), em escala 1:50.000.

<sup>20</sup> No lote II (km 44: 6.584.550 S – 349.150 E); no lote III no entroncamento da BR 392, junto ao km 89+417, às margens do Rio Camaquã, no município de Canguçu. Há referência ainda à presença de um fragmento de cerâmica Guarani, encontrado isolado a margem do rio Camaquã (km 54+287: 6.176.150 S – 3449.150 E), “aldeia Guarani” no km 54+980 (6.576.450 S – 342.300 E) e ocorrência no km 79+480 (6.176.150 S – 328.400 E).

<sup>21</sup> Em agosto de 2000, em vistoria no lote II, com alternativas ao traçado, a arqueóloga faz referência à área no km 54+252 com grande potencial arqueológico e ao km 39+950 com casa de adobe e capim santa fé.

<sup>22</sup> Nos km 2+300, sítio arqueológico RS J 01 – Arroio Pantano Grande (possivelmente localizado no município de Pantano Grande); km 39+100 da RS 471, sítio arqueológico RS CA 05 - Hilda Prestes; no Km 44, localidade Vau dos Prestes, sítio arqueológico RS CA 01 – Elso dos Santos Leite; km 45+400, sítio arqueológico RS CA 03 – Acil Lousada; km 48, sítio arqueológico RS CA 04 – Agropecuária Tapera; e Km 54, sítio arqueológico RS CA 02 – Antero Prestes (possivelmente todos os cinco no município de Encruzilhada).

<sup>23</sup> O mesmo pesquisador também pesquisou na região devido à ampliação de uma pista de pouso no município, contratado pela empresa DINOS GEO – Consultoria Ambiental e Projetos Ltda. (Processo nº 01512.000205/2005-09).

*Hidrelétricas Abranjo I e Santa Maria*” (Processo nº 01512.000155/2004-71), Encruzilhada do Sul/RS. No entanto, observando detalhes do cadastro, pode-se afirmar que o sítio RS 352 pertence a **Dom Feliciano** e não à Camaquã.

O sítio arqueológico RS 395 pertence à Camaquã, mas não foi cadastrado pelo IPHAN. Desta forma, os cento e oito (108) sítios arqueológicos indicados para Camaquã, na verdade, correspondem a 109 sítios arqueológicos, incluindo aquele que recentemente S. Klamt identificou no município (indicado acima, considerando que a descoberta seja inédita, isto é, não corresponda a nenhum sítio já cadastrado antes).

Alguns sítios arqueológicos registrados como pertencendo a Camaquã, hoje devem pertencer a **Cristal**, com a sua emancipação em 1988, tais como RS 365, RS 379 e RS 420, porque consta que foram localizados no interior da Sesmaria do Cristal, que deu origem ao novo município.

Em Cristal foi desenvolvida a pesquisa “*Projeto Arqueológico no Parque Histórico General Bento Gonçalves*”, sob a coordenação dos arqueólogos Ms. João Felipe Garcia da Costa (FAPA/MARSUL) e Alberto Tavares de Oliveira (MARSUL), em 2001. O parque, com 285 hectares, situa-se às margens da BR 116, no km 423, foi criado por decreto nº 21624 (28/01/1972), dentro da área da antiga sesmaria de Cristal, de propriedade dos pais de Bento Gonçalves da Silva. No interior do Parque Histórico General Bento Gonçalves foi construída uma réplica da casa de Bento Gonçalves, que hoje abriga o museu de taxodermia e indumentárias farroupilhas. Junto ao museu, atualmente fechado para reformas, encontram-se as ruínas da casa original, que foi escavada no ano de 2002 pelos dois arqueólogos e colegas. Este local terá sido a última residência do líder farroupilha e palco de batalhas e episódios relacionados à Revolução dos Farrapos.

Em pesquisa recente na base de dados (relatórios) da 12ª Superintendência Regional do IPHAN, em Porto Alegre, há vários sítios arqueológicos identificados no ano de 2001 pela arqueóloga Beatriz V. Thiesen (hoje FURG) para a rodovia RS 350 que liga **Camaquã à Dom Feliciano**, passando por **Chувisca**.

Para **Camaquã** há a indicação de dois (02) sítios arqueológicos do período histórico:

- Sítio do Cemitério, a 80m do Arroio Pitanga, em frente ao cemitério, a 350 m da rodovia, com edificação do período histórica em área devoluta e
- Sítio Meyer, datado do final do século XIX, de propriedade de Marlene Ribeiro, a 10 m do leito da estrada, próximo ao Arroio Verdinho.

**Chувisca** tem cinco (05) sítios arqueológicos datados do início do século XX, junto à rodovia, hoje pavimentada:

- Sítio Frenski, próximo ao Arroio Duro, em propriedade de Vilson Frenski, com edificação relacionada à fazenda, com relevância alta e em bom estado de conservação;
- Sítio dos Ibiscuis na localidade de Picada Grande, com casa de alvenaria do início do século XX, a 35 m do leito da estrada, com evidências materiais no pátio da casa;
- Sítio (Sandro) Ávila da Rocha, com casa do início do século XX, com 12 X 4m, duas águas, telhas coloniais (capa-canal);
- Sítio do Figueirão, em propriedade do Dr. Torchatto, a 25 metros de distância da estrada, com grande figueira junto a imóvel destinado a residências e comércio, e
- Sítio do Sr. Vando (Luiz Szcceinsk), com casa de 1924, louça no pátio frontal, a 35 m da estrada.

Para **Dom Feliciano**, ao longo da estrada, B. Thiesen encontrou duas (02) ocupações indígenas pré-coloniais:

- Sítio da Casa azul, com fragmentos de cerâmica, próximo ao Arroio Sutil, em propriedade de Vladimir Lorenz. A área com 50 x 30m, ainda que de alta relevância, foi encontrada impactada (com menos de 25% de preservação).
- Sítio do Armazém, a 20 metros da estrada, em propriedade de Danila Zaicoski, próximo ao arroio Sutil, em frente a armazém, onde foram encontrados fragmentos de cerâmica Tupiguarani, em área de 80 X 50m, de alta relevância, mas pouco conservada (menos de 25% de preservação).

**Dom Feliciano** tem outros dois (2) sítios arqueológicos, sendo que um deles consta do CNSA/IPHAN (CADASTRO, s.d.). Trata-se do RS 288 (Passo do Cemitério) cujo proprietário era Antônio Costa, junto à margem direita do arroio Sutil, localizado em 1968 por P. I. Schmitz, P. A. Mentz Ribeiro e G. Naue. Ele já foi encontrado parcialmente destruído. Em nome do mesmo proprietário, há indicação (GOLDMEIER e SCHMITZ, 1983) do sítio arqueológico RS 352 (Antônio Costa), pesquisado em 1968, por P. I. Schmitz, Irmão Valeriano (G. Naue) e Ítala Basile Becker. Mas neste caso, não consta do cadastro do IPHAN. Ambos os sítios arqueológicos tem o acervo depositado no IAP/UNISINOS.

Em visita ao local, no ano de 2006, foi identificada referência a Antônio Ukosky, antigo morador nas proximidades do Arroio Xavier, na entrada da cidade, mas não foi possível identificar o local, nem novas evidências materiais (ARACRUZ, 2007).

Na Casa de Cultura do município há diversos artefatos, como talhador, fragmentos de cerâmica guarani, boleadeira e mão-de-pilão, mas não foram obtidas informações sobre sua origem.

Há notícias de ocorrência de cerâmica indígena pré-colonial, há trinta anos, em caverna na localidade do Faxinal, em propriedade do Sr. Gabriel Laudosky, e antigos muros de pedra, construídos por escravos, nas localidades de Cavadeira e Capivari (com. Pessoal Moacir Ferreira Guimarães, 2006, apud: ARACRUZ, 2007).

**Guaíba:** O sítio arqueológico Arroio do Conde está localizado na região centro-leste do estado, pouco abaixo do delta do Jacuí, na margem oeste do Guaíba, sobre a planície aluvial do Arroio do Conde (long. 51°18' e Lat. 30°03'). Hoje se encontra em terras do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, que pertencem hoje em parte ao município de Eldorado do Sul e parte ainda a Guaíba, cortado pelo arroio que lhe dá nome (CARLE e SANTOS, 2000, p. 54).

Foi identificado inicialmente por Sérgio Leite (1973) e depois pesquisado por Noelli (1993 e 1997) por ocasião de sua dissertação de mestrado "*Sem tekohá não há tekó*", onde apresenta centenas de aspectos sobre a cultura Guarani.

Trata-se de um dos sítios arqueológicos mais importantes da região metropolitana, conforme J. P. Brochado, tendo sido "*alvo de uma das mais intensas descrições sobre modelos etnohistóricos de aldeia e de processo de subsistência Guarani produzido por Francisco da Silva Noelli*" (CARLE E SANTOS, 2000, p. 54).

No local foram encontrados cinco dentes humanos de criança do sexo feminino entre 11 e 12 anos, artefatos líticos e fragmentos cerâmicos (tigela ovóide em meia calota, panelas, tigelas de beber, pequeno copo, tigela com pintura interna e cambuchi policromado), conforme descrição de Laroque (1996, p. 106) referidas por Carle e Santos (2000, p. 54-55). Estes dois últimos pesquisadores em visita ao sítio arqueológico em sua parte norte dentro da área da Fundação Desidério Finamor, identificaram "*grande degradação por retiradas sucessivas de areias, estando hoje coberto por capim e mato*" (idem, p. 55).

No mesmo município de Guaíba, na Vila Santa Rita, Klaus Hilbert e equipe, vistoriaram área destinada a obras de implantação de Parque Industrial Automotivo (não implantado) e resgataram evidências de ocupação de grupo ceramista Guarani, ao norte do mesmo arroio do Conde junto ao Engenho Pinzon, na divisa de Guaíba com Eldorado do Sul, identificado como sítio RS-SR-342: Santa Rita. A pesquisa foi realizada no período de novembro de 1998 a janeiro de 1999. Foi publicado um artigo

que analisa um fragmento de mandíbula de anta encontrado no local (Hilbert e Gonzalez, 1999: 229-242) e o artigo, já referido, de autoria de C. Carle e Maria Lúcia Nidballa dos Santos (2000, p. 41-58) com a caracterização arqueológica, histórica e cultural obtida nas pesquisas de diagnóstico.

Dois (02) outros sítios arqueológicos cadastrados como de Guaíba, pertencem hoje a **Eldorado do Sul**, após a emancipação.

É o caso do sítio arqueológico RS 119, em área de propriedade desconhecida, a 150 metros a direita da rodovia BR 116, em frente às antenas da antiga Rádio Itaí. Ele foi pesquisado em fevereiro de 1972 e março de 1973. O terreno era arenoso, perturbado por máquinas que retiraram areia do local, com vegetação rasteira e com 2 m de altitude. O material arqueológico foi encontrado na superfície do terreno, em área de 5 mil m<sup>2</sup>, em planície de inundação do Rio Jacuí, com material cerâmico e lítico associado à ocupação Guarani. Recentemente, foi localizado o antigo prédio da Radio Itaí, junto ao trevo de acesso à estrada do Conde, Bairro *Sans Souci*, que hoje pertence a Eldorado do Sul.

O outro caso é o do sítio arqueológico RS 152, conhecido como “Ponte do Rio Jacuí”, ao norte da estrada Porto Alegre-Pelotas, junto à ponte do Rio Jacuí. Ambos identificados e pesquisados por G. Naue, com acervo no CEPAPUCRS.

No mesmo município<sup>24</sup>, Laroque (2000) indica o Sítio Passinho I, cujo acervo está no CEPAPUCRS, em Porto Alegre. A pesquisa arqueológica foi realizada por José Otávio Catafesto de Souza, em 1988.

O sítio está localizado nas coordenadas 51°28,813'W e 30°06,919'S, na nascente do Arroio Passinho, que é um dos tributários do Arroio do Conde, em terras pertencentes a Amílcar Ribeiro, em Bom Retiro, município de Eldorado do Sul (LAROQUE, 1996, P. 76 *apud* CARLE e SANTOS, 2000, p. 52-53).

**Mariana Pimentel** tem o registro de um (01) sítio arqueológico, indicado<sup>25</sup> por Carlos Alberto dos Santos, em 1994: *Fazenda Mônica I*, no Passo da Mônica, com presença

---

<sup>24</sup> Ainda que não tenha sido encontrada nenhuma indicação nos arquivos ou cadastro do IPHAN, consta que Saul Milder realizou pesquisa em área destinada a condomínio residencial no município, no ano de 2005. Não há notícia confirmada, no entanto, da localização de sítios arqueológicos no local. O relatório, possivelmente de divulgação restrita, consta do currículo *Plataforma Lattes* do pesquisador, com o título: *Diagnóstico do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural para Licenciamento Ambiental do Residencial Marina Gênese em Eldorado do Sul/RS*.

de fragmentos de cerâmica indígena, confirmado como ocupação Guarani por J. P. Brochado, a partir da inspeção das peças coletadas pelo estudante. Um projeto, coordenado por J. P. Brochado, foi aprovado no IPHAN, no entanto, não foram desenvolvidas novas pesquisas no local. Em Laroque (2000) há indicações sobre pesquisas realizadas pelo prof. Dr. José Catafesto de Souza (UFRGS) em Mariana Pimentel.

Em agosto de 1998, Gilmara M. Cecílio solicitou ao IPHAN autorização para vistoria em estrada (RS 711) a ser pavimentada em 16.810 km de extensão, sem a identificação de sítios arqueológicos, mas com a indicação de material arqueológico em poder de alguns moradores, assim como sítios arqueológicos ainda inéditos em áreas próximas: três (3) sítios arqueológicos com cerâmica Guarani na localidade de Faxinal; um (1) sítio cerâmico na localidade de Papaléu, um (1) sítio lito-cerâmico, com ponta de projétil, e presença de louça histórica, a 4 km da sede da cidade, na direção da localidade Papaléu; dois (2) sítios lito-cerâmicos (um deles com boleadeira) na linha Doutor Flores, um (1) sítio lito-cerâmico na margem direita do arroio Ribeiro Pequeno e a informação de um provável sítio cerâmico no Cerro Negro. Não há outras informações disponíveis, como as fichas de registro dos sítios arqueológicos.

As informações obtidas em campo indicam que estas localidades pertenceriam hoje, após as emancipações, à Sertão Santana<sup>26</sup>.

Dois (02) sítios arqueológicos estão registrados no CNSA (IPHAN) para **Pelotas**. Um dos sítios arqueológicos foi identificado como pertencente à Tradição Tupiguarani (RS-94), com grandes fragmentos de cerâmica lisa, digitungulada e pintada, em duna aplanada para urbanização do balneário. A área pesquisada por P. I. Schmitz e J. P. Brochado, em 1966, era de propriedade de José Hillal, no Balneário Santo Antônio do Laranjal. O outro sítio arqueológico (RS-254) foi pesquisado por Norélia Lima, no ano de 1967, em propriedade de Antônio Xavier, na Praia do Laranjal.

No cadastro do IPHAN<sup>27</sup> aparecem, em Pelotas, além dos acima citados, mais três (03) sítios: o sítio RS-170, com material cerâmico identificado por Guilherme Naue como da Tradição Tupiguarani; o RS-255, também identificado por Naue, com

---

<sup>25</sup> Em 1998 (protocolo 974, de 19/11/1998), o mesmo rapaz protocolou ofício no IPHAN, ilustrado, informando o perigo de destruição de sítios arqueológicos junto à estrada que estava sendo asfaltada.

<sup>26</sup> No entanto, não consta que este novo município, emancipado em 1992, tenha recebido área de Mariana Pimentel. O território que incorporou foi proveniente dos municípios de Tapes, Guaíba e São Jerônimo.

<sup>27</sup> Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em janeiro de 2009.



cerâmica de Tradição Vieira e Fase Vieira, e o sítio RS-341 - Charqueada São João, registrado por Cláudio B. Carle, como um sítio cerâmico de contato e histórico.

Em 1999, João Felipe Garcia da Costa percorreu traçado prévio para a implantação da Linha de Transmissão Pelotas 3 – Canguçu, identificando dois sítios arqueológicos: na Fazenda Benesdorf (localidade de Cascatinha, 5º distrito), com evidências históricas (fragmentos de cerâmica vidrada, louça inglesa e trugal, cerâmica torneada, telhas e vidros), e na propriedade de Joaquim Melo, ocupação humana do período histórico, com fragmentos de louça, vidro e carvão.

Entre as pesquisas mais recentes, destaque para o projeto de pesquisa sob a coordenação do arqueólogo Dr. Fábio Vergara Cerqueira, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que autoriza pesquisas para os municípios de **Pelotas**, Morro Redondo, Canguçu, **São Lourenço do Sul**. Este projeto permitiu a identificação e o registro, em 2007, de sítios arqueológicos inéditos e de alta relevância:

- PS-03-Totó, na Praia do Totó, com cerâmica Tupiguarani em superfície e sub-superfície, estrutura funerária, deposição de lixo e estruturas arquitetônicas;
- PSG-17 – Las Acácias, com cerâmica Tupiguarani de dunas, no loteamento Vila Assumpção, a 500 metros do Canal São Gonçalo;
- PS-02-Camping, no Camping Municipal de propriedade da Prefeitura, em unidade de conservação ambiental, a 50 metros da Laguna dos Patos;
- PT-01-Sotéia, sítio arqueológico com material cerâmico Tupiguarani em superfície e evidências históricas na sede da Fazenda Sotéia, propriedade de Lúcia Costa;
- PS-01-Arroio Sujo, em área de fazenda não utilizada, com poucos fragmentos de cerâmica Tupiguarani, junto a planície de inundação da Laguna dos Patos e
- PT-05-Lagoinha, na Ilha da Feitoria, em sangradouro da Lagoa Pequena, foram encontrados cerca de 70 evidências materiais do período pré-colonial em área ocupada por pescador. Entre as atividades foram realizados: registro coleta superficial e sondagem.

Em relação a pesquisas realizadas na região destacam-se alguns projetos:

Em 2005, o prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (LEPAARQ/UFPel) encaminhou projeto de pesquisa intitulado *Projeto de Mapeamento Arqueológico de Municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul: Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini*.

Em setembro de 2006, a equipe chefiada pelo mesmo pesquisador apresentou *Diagnóstico Ambiental Meio Sócio-Econômico* (volume IV – Tomo II) do EIA/RIMA

Florestal para empreendimento de silvicultura da empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP).

Em 2007, ao realizar pesquisa arqueológica no monitoramento das obras de implantação de Linha de Transmissão Pelotas IV-Canguçu, por solicitação da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), por intermédio da empresa Neocorp Engenharia. Na oportunidade, foram localizados seis (06) sítios arqueológicos, nos municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, sendo alguns resultantes de ocupações por grupos de caçadores-coletores, por populações ceramistas Guarani, e imigrantes alemães, italianos e açorianos (MONTICELLI, 2008).

Dois (02) sítios arqueológicos foram encontrados no município de **São Lourenço do Sul**, pelo Irmão Valeriano (G. Naue) (IAP/UNISINOS), no ano de 1966, e pelo mesmo pesquisador, por outra instituição (CEPA/PUCRS) juntamente com alunos do Colégio São Francisco de Rio Grande, no ano de 1968. Nos dois casos foi feito o registro e coleta de superfície.

Ambos os sítios arqueológicos foram encontrados em superfície, a céu aberto e com fragmentos de vasilhas de cerâmica. Um deles foi identificado como RS-237 (Dr. Crisanto), com 60 x 70m, em propriedade privada, a 40m do Rio dos Sinos. O outro, RS-158 Balmário, também em propriedade privada, em planície de inundação, junto a Lagoa dos Patos.

Em **Tapes** foram cadastrados três (03) sítios arqueológicos (RS 140, RS 141 e RS 142). Atualmente estão em área do município de **Sentinela do Sul**. Apresentavam fragmentos de cerâmica e material lítico, em dois casos associados à Tradição Tupiguarani. Todos foram encontrados no Rincão do Matias, Vasconcellos, 2º distrito, em propriedades da família Curtinaz Pacheco, em superfície, a céu aberto, pesquisados<sup>28</sup> por Guilherme Naue (CEPA/PUCRS), em novembro de 1972.

Os municípios de **Arambaré**, **Cerro Grande do Sul** e **Turuçu** não possuem patrimônio arqueológico cadastrado no banco de dados do IPHAN e, em pesquisa aos arquivos da instituição, também não foram encontrados projetos ou relatórios sobre pesquisas que ali tenham sido realizadas.

Mesmo para aqueles municípios sem sítios arqueológicos cadastrados, certamente há patrimônio arqueológico pré-histórico ou histórico, o que faltam são pesquisas.

---

<sup>28</sup> Dados disponíveis no CNSA em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em janeiro de 2009 e detalhes obtidos em Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos, nos arquivos do CEPA/PUCRS (datilografado, não publicado).

### 5.3.7.2.2 Bens de valor histórico e cultural

#### - Em nível nacional (IPHAN):

Em alguns municípios pesquisados existem bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme dados do Arquivo Noronha Santos, disponível na *internet*<sup>29</sup>. São quatro (4) livros tombos: arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, belas artes e artes aplicadas. O Rio Grande do Sul, atualmente, possui bens tombados nos três primeiros livros.

Os dados obtidos<sup>30</sup> no IPHAN indicam que entre 557 bens históricos brasileiros, trinta e sete (37) são gaúchos, sendo que entre os municípios pesquisados constam dois (02) para Pelotas.

No Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico constam 119 bens, encontrados em três municípios gaúchos. Pelotas possui o tombamento das Casas 2, 6 e 8, à Praça Cel. Pedro Osório<sup>31</sup>.

No livro de Belas Artes, dos 682 bens tombados, dezoito (18) são para o Rio Grande do Sul, sendo três (03) deles para Pelotas.

Ressalta-se a existência de algumas edificações antigas na área de influência direta do empreendimento em estudo, porém nenhuma delas tombadas pelo patrimônio. Tais edificações existentes estão a uma distância considerável da faixa de domínio atual e somente é possível averiguar com precisão a interferência das obras sobre o patrimônio quando do projeto de engenharia definitivo. Dessa forma, o assunto terá refinamento no Plano Básico Ambiental (PBA).

A seguir os bens tombados, independente dos livros tomo, reunidos por município:

Para **Pelotas**, os bens tombados pela União<sup>32</sup> são:

- Obelisco Republicano, em alvenaria, com 8,71 metros de altura, sobre base quadrangular e proteção por gradil de ferro. Trata-se do único monumento brasileiro erigido ao ideal republicano durante a monarquia, em 7 de abril de 1885. Possui placas de bronze com inscrições relativas à memória de Domingos José de Almeida

<sup>29</sup> Site: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>. Acesso em janeiro de 2009.

<sup>30</sup> Disponível em [http://www2.iphan.gov.br/ans.net/lista\\_pesquisa.asp](http://www2.iphan.gov.br/ans.net/lista_pesquisa.asp). Acesso em 23 de janeiro de 2009.

<sup>31</sup> Houve acompanhamento arqueológico nas intervenções realizadas na Praça e na Casa 8 (Fábio Cerqueira Vergara e equipe, UFPel, 2004).

<sup>32</sup> Os Doces Artesanais de Pelotas estão em processo de inventário para ser incluídos entre os bens culturais de ordem imaterial do patrimônio federal (IPHAN). A cidade é considerada a Capital Brasileira do Doce.

(1884), um rico charqueador, dono de estaleiro e um dos financiadores da Revolução Farroupilha, e ao Centenário da Pacificação Farroupilha, comemorado em 1945, além de outras inscrições históricas. Em relevo, o escudo da República Rio-Grandense, proclamada pelos farrapos, o Barrete Frígio e o emblema da Fraternidade, símbolos do Movimento Republicano. Localiza-se no Bairro do Areal, distrito de Vila Dunas. (Livro Histórico IPHAN, inscrição nº 313, em 1955).



**Figura 5.3-81 Monumento Republicano**

Fonte: [www.vivaocharque.com.br](http://www.vivaocharque.com.br), 2008.

- Teatro Sete de Abril, inaugurado em 1834, mantém-se em funcionamento desde sua fundação. Localiza-se na Praça Cel. Pedro Osório, nº 160. A Sociedade Scenica do Theatro Sete de Abril foi criada em 1831, para festejar a abdicação de D. Pedro I.

A construção possui dois pavimentos. No térreo havia um pórtico com colunas dóricas, que avançava sobre a calçada e, no pavimento superior, uma sacada com gradis metálicos. A platibanda possuía óculos ovais e a cobertura, mansardas. A primeira reforma ocorreu em 1895, e, a segunda, que deu à construção sua feição atual, foi efetuada em 1916, sob influência do *Art-nouveau*, suprimindo o pórtico e a varanda. (IPHAN, Livro de Belas Artes 501-A, em 1972).



**Figura 5.3-82 Teatro Sete de Abril**

Fonte: <http://img101.imageshack.us/img101/7243/7deabrile7ee16ir3.jpg>, 2008.

- Casas 2, 6 e 8 <sup>33</sup>, na Praça Cel. Pedro Osório: O conjunto é formado por três casarões em estilo eclético, construídos por charqueadores e políticos de famílias tradicionais como Viana, Moreira, Albuquerque Barros e Antunes Maciel, por volta de 1880.

Sua arquitetura utilizou projetos, materiais e elementos decorativos importados da Europa. Os interiores apresentam requintados forros em gesso e em marmorino, pinturas e barras decorativas nas paredes e esquadrias com vidros de cristal trabalhados. Nos exteriores, há gradis de ferro fundido, além de platibandas decoradas com estátuas e jarrões de louça (IPHAN, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Inscrição nº 070; Livro de Belas Artes, Inscrição nº 526, ambos de 1977).

A casa 2 atualmente é utilizada como museu, enquanto a casa 6 pertence a Secretaria Municipal de Cultura.

<sup>33</sup> Na Casa 8 foram realizadas pesquisas arqueológicas simultâneas às obras de restauro arquitetônico, com recursos do BID/Projeto Monumenta (CERQUEIRA, PEIXOTO e VIANA, 2004 e NOBRE, 2004).



**Figura 5.3-83 Casa 2 - Centro Cultural Adail B. Costa – 1830**

Casa de José Antônio Moreira, Barão de Butuí  
Localização: Praça Coronel Pedro Osório, 2  
Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-84 Casa 6 - Secult – 1879**

Casa de Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luis  
Localização: Praça Coronel Pedro Osório, 6  
Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-85 Casa 8 - Conselheiro Maciel – 1878**

Casa do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Barão de Cacequi  
Localização: Praça Coronel Pedro Osório, 8  
Foto: UFPel, 2008.

- Caixa d'água: em ferro, com estruturas importadas da França, em 1872. O reservatório tem forma cilíndrica, com diâmetro de 15 m. Apóia-se em 45 colunas esbeltas, com 8 m de altura, decoradas com detalhes em ferro fundido. No centro, uma escada em caracol conduz ao torreão, coberto por um zimbório, que se constitui num mirante. Sua construção foi concluída em 1875, pouco depois de iniciado o abastecimento de água potável. Ainda hoje é utilizada em sua função original. Localiza-se na Praça Piratinino de Almeida (IPHAN, Livro de Belas Artes, inscrição nº 561, 1984).



**Figura 5.3-86 Caixa d'água – 1875**

Localização: Praça Piratinino de Almeida

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009

**Os Bens tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul**, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), pelo decreto-lei nº 25/37 e lei nº 7.231/78, conforme listagem datada de 2001, fornecida pelo Instituto em janeiro de 2006, inclui 93 bens, sendo um (01) bem para Camaquã, um (01) para Pelotas, e um (01) bem para Guaíba, entre aqueles municípios pesquisados para o presente trabalho.

Em **Camaquã**, a Casa de residência da família do General Zeca Neto (Forte Zeca Neto) localizado na Rua General Zeca Neto nº 20, esquina rua Florisberto O. Netto, hoje de propriedade do município, em bom estado de conservação, utilizada como biblioteca, museu, oficinas e Secretaria Municipal. Foi tombada pelo IPHAE em 1992, por apresentar estilo eclético, cuja construção foi concluída em 1904.



**Figura 5.3-87 “Forte” Zeca Neto**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009

**Guaíba:** Casa de Gomes Jardim, líder farroupilha (1835-1945), situada a rua 14 de Outubro, número 384. A casa foi restaurada (fachada e telhado), através da Lei de Incentivo a Cultura (LIC), com acompanhamento arqueológico.



**Figura 5.3-88 Obra de restauro do arquitetônico da Casa Gomes Jardim, Guaíba.**

Foto: G. Monticelli, setembro de 2007.

Em **Pelotas**, há um bem tombado pelo Estado (IPHAE), trata-se da Casa da Banha, localizada junto a Praça Cel. Pedro Osório, nº 110/102, esquina Feliz da Cunha. O bem atualmente é de propriedade privada e tem uso comercial. Foi tombado em 1999.

É um sobrado de esquina, construído entre 1830 e 1835, com características coloniais e com alterações realizadas em 1926, que o transformaram em prédio eclético. O prédio teve diferentes usos, tais como, quartel-general das tropas imperiais durante a Guerra dos Farrapos; sede da Câmara Municipal (por volta de 1870); em 1889, foi redação e oficina do extinto jornal Diário de Pelotas; foi colégio, estação telegráfica, prédio sede da União Republicana e da Igreja Evangelista; quartel de Polícia, sede do Clube carnavalesco Demócrito, entre outros. Um dos estabelecimentos do térreo emprestou nome ao prédio – Casa da Banha. A cobertura do prédio foi restaurada em



2001, pela Secretaria de Estado da Cultura. Em 2006 o imóvel foi adquirido por uma empresa privada e restaurado até 2007.



**Figura 5.3-89 Casa da Banha, antes do restauro.**

Fonte: IPHAE, 2008.



**Figura 5.3-90 Casa da Banha, restaurada.**

Fonte: IPHAE, 2008.

De acordo com informações disponibilizadas pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) consta ainda como patrimônio estadual a Catedral São Francisco de Paula e o Instituto Simões Lopes Neto.



**Figura 5.3-91 Catedral São Francisco de Paula – 1813**

Localização: Praça José Bonifácio, 15

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-92 Instituto João Simões Lopes Neto<sup>34</sup> - 1891**

Localização: Rua Dom Pedro II, 810

Foto: UFPel, 2008.

Entre os bens estaduais há o Arroio Pelotas, que foi declarado Patrimônio Cultural pela Lei 11.895/2003 “*devido a sua importância cultural, ambiental e histórica*”.

**- Em nível municipal:**

Em visita a alguns municípios pesquisados no mês de janeiro de 2009, em contatos estabelecidos com as secretarias municipais ou moradores, assim como pela inspeção das áreas urbanas e centrais da grande maioria destes (Arambaré, Barra do Ribeiro, São Lourenço, Pelotas, Tapes, Sentinela do Sul, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Turuçu), e também, várias localidades junto à rodovia BR 116, quando foi possível obter algumas informações sobre processos de tombamento municipal ou áreas de interesse na preservação, especialmente, do patrimônio edificado.

Foi feito levantamento fotográfico de bens materiais com potencial para inventário e tombamento, faltando, no entanto, maiores detalhes que requerem pesquisa específica sobre a história do imóvel, valor arquitetônico e proprietários atuais, entre outros aspectos.

As informações sobre os atrativos naturais e turísticos foram obtidos através de prospectos (*folders*) obtidos em alguns municípios visitados, assim como em *sites* oficiais disponíveis, em alguns casos, na rede mundial de computadores (*internet*).

Para **Arambaré**, entre as belezas naturais destaca-se: Arroio Velhaco (com 70 quilômetros de extensão, que desemboca no município), as figueiras centenárias, que

<sup>34</sup> O Instituto João Simões Lopes Neto, local onde morou o escritor pelotense, foi declarado patrimônio cultural do Estado, pela lei 9/1999.

faz com que o município seja conhecido como a “Terra das Figueiras”, o Parque Municipal de Eventos “Donário Lopes de Almeida”, a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, na rua Idelfonso Pereira, s/nº, em homenagem a padroeira do município, a Biblioteca Pública Municipal, junto a Prefeitura, a Casa do Artesão, em quiosque próximo a Câmara de Vereadores, a Plataforma de Pesca José Gonçalves de Lima e a Praia do Caramuru, com dois quilômetros de extensão, e a Praia da Costa Doce, com 6 km de extensão.

Como prédio de valor histórico há o antigo Engenho da Família Cibilis, um imenso complexo, que na década de 1940 e 1950, era responsável pela economia do município. Hoje se encontra desativado e à venda.



**Figura 5.3-93 Antigo Engenho e Hotel Cibilis, Arambaré**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009

Em **Barra do Ribeiro** merece destaque o casarão do Horto Barba Negra, propriedade da Aracruz Celulose, de grande interesse para a história regional (FRANCO, 2002, p. 13-39).

Ainda em Barra do Ribeiro, foi visitado um antigo cemitério em Alto Douradilho, que guarda túmulos e jazigos de famílias, que merecem restauração e preservação, considerando seu valor estético, arquitetônico e histórico.



**Figura 5.3-94 Antigo cemitério (jazigos e escultura) em Alto Douradilho, Barra do Ribeiro.**

Fotos: G. Monticelli, janeiro de 2009

Em Barra do Ribeiro<sup>35</sup>, destaca-se: a área preservada no Morro da Formiga (pertencente à Aracruz Celulose), o Parque Municipal com mata nativa (localizado a rua Barão do Jacuí), o Cerro da Cavalhada, (na estrada da Serrinha, com vista de 360° de Porto Alegre, Guaíba, Barra do Ribeiro, Lagoa Guaíba e Lagoa dos Patos), os arroios do Araçá (também chamado de Arroio do Salgado) e Arroio Ribeiro (que dá nome ao município), ambos utilizados para navegação e atracadouro de embarcações, para a pesca artesanal e amadora, assim como na irrigação de lavouras e para a pecuária. E ainda a Praia da Picada (ao norte da sede do município, com calçadão, camping e cabanas), a Praia Canto das Mulatas (com camping e quadra de esportes, etc.).



**Figura 5.3-95 Vista parcial do Morro da Formiga**

Fotos: G. Monticelli, dezembro de 2008

<sup>35</sup> Informações disponíveis em: [http://www.barradoribeiro.rs.gov.br/portal1/municipio/ponto\\_turistico.asp?ildMun=100143034](http://www.barradoribeiro.rs.gov.br/portal1/municipio/ponto_turistico.asp?ildMun=100143034). Acesso em 01 de fevereiro de 2009.

No *site* do município, como atrativo cultural, há menção aos prédios de arquitetura portuguesa, na rua Dr. Maurício Cardoso. Encontram-se sobrados e casas do início do século XX na av. Júlio de Castilhos, entre outras. A Casa do Artesanato está localizada na avenida principal e foi inaugurada em 21 de novembro de 2008. A Prefeitura Municipal está instalada em casarão datado de 1911.



Figura 5.3-96 Prefeitura Municipal e residências, datadas do início do séc. XX. Barra do Ribeiro.

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009.

Entre os bens históricos indicados para o município de **Camaquã**<sup>36</sup> consta a Igreja São João Batista, a Estância da Figueira, a Estância da Barra, a Praça Cel. Sylvio Luiz, no Centro Histórico, com a Casa do Poeta, a praça Donário Lopes, o Museu Divino Alziro Beckel, a Igreja Matriz, e o Cine Teatro Coliseu. Camaquã integra alguns roteiros turísticos como o Caminho Farroupilha, entre outros.

<sup>36</sup> Disponível em [www.camaqua.rs.gov.br](http://www.camaqua.rs.gov.br). Acesso em 04 de fevereiro de 2009.



**Figura 5.3-97 Câmara de Vereadores no Centro Histórico.**

Localização: Avenida Olavo Moraes

Foto: [www.camaqua.rs.gov.br](http://www.camaqua.rs.gov.br), 2008.



**Figura 5.3-98 Prefeitura Municipal**

Localização: Avenida Olavo Moraes

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009



**Figura 5.3-99 Cine Teatro Coliseu**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009

Entre os atrativos naturais, destaca-se o Arroio Duro e o Sítio Água Grande, na localidade de Santa Auta, 5º distrito de Camaquã, aberto à visitação pública, em propriedade da família do falecido escritor Barbosa Lessa, com biblioteca, trilha da cachoeira e caminho dos índios.

Em **Cerro Grande do Sul**<sup>37</sup> há vários atrativos naturais como a foz do Arroio Velhaco e Cachoeiras (São José, na zona rural, e próximo a estrada Cerro Grande/Pessegueiros), Cerro dos Correias (na Data dos Tavares), chamado hoje Paredão de Pedra, Cerro da Fortaleza, há 1,5 km da área urbana, e Cerro Grande, hoje conhecido como Cerro da Antena, ponto culminante do município.

**Chuisca:** Não tem informações em *site* oficial. Os dados que estão disponíveis na *internet* constam do endereço da Fundação de Economia e Estatística<sup>38</sup> e se resumem a dados quantitativos, sem informações sobre turismo, história ou patrimônio.

Percorrendo o município em janeiro de 2009, observam-se, especialmente, junto à avenida central e na estrada que dá acesso a sede, antigas residências datadas do início do século passado. Algumas foram indicadas como sítios históricos pela colega Profª Drª Beatriz Thiesen em pesquisa arqueológica para pavimentação da rodovia que liga Camaquã a Dom Feliciano e que atravessa Chuisca.

---

<sup>37</sup> Disponível em [http://www.cerrograndedosul.rs.gov.br/portal1/municipio/ponto\\_turistico.asp?ildMun=100143092](http://www.cerrograndedosul.rs.gov.br/portal1/municipio/ponto_turistico.asp?ildMun=100143092). Acesso em 01 de fevereiro de 2009.

<sup>38</sup> Disponível em [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Chuisca](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Chuisca). Acesso em 05 de fevereiro de 2009.



**Figura 5.3-100 Casario antigo em rodovia RS 350, Chувиска.**

Fotos: G. Monticelli, 2009

**Cristal** corresponde à área da antiga sesmaria de mesmo nome, de propriedade dos pais de Bento Gonçalves da Silva. Este local, além de residência, foi palco de episódios ligados a Revolução Farroupilha. No atual parque estadual são encontrados os alicerces e evidências materiais da casa original, substituída depois por réplica, que hoje sedia museu.



**Figura 5.3-101 Parque Estadual Bento Gonçalves.**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009



Em **Dom Feliciano** foi construído um museu, inaugurado em 1991, cujo projeto arquitetônico foi inspirado no estilo montanhês, encontrado no sul da Polônia, em referência aos imigrantes que colonizaram a região. No local, encontram-se em exposição alguns artefatos indígenas (fragmentos de vasilhas de cerâmica Guarani, 2 bolas de boleadeira, 1 mão-de-pilão e um talhador), que terão sido localizados na região, mas não há outras indicações sobre a procedência.

No município há a indicação de um sobrado de 1933, situado à rua Júlio de Castilhos, esquina rua 13 de maio, como de interesse da prefeitura para tombamento, conforme informação obtida na Casa de Cultura (ARACRUZ, 2007).



**Figura 5.3-102 Patrimônio edificado de valor histórico em Dom Feliciano.**

Fotos: G. Monticelli, janeiro de 2009

**Eldorado do Sul**<sup>39</sup>: De acordo com o site do município, destaca-se o passeio turístico “Recantos de Eldorado do Sul”, lançado em comemoração aos 18 anos de emancipação. O passeio é realizado de ônibus e contempla um roteiro que inclui a

<sup>39</sup> Informações disponíveis em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Eldorado\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Eldorado_do_Sul). Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

região central, o assentamento do IRGA e Padre Josino, a antiga granja da Boa Vista, o Túnel verde, o distrito do Bom Retiro, as ruínas da antiga fábrica de papel Pedras Brancas, o distrito do Parque Eldorado e a prainha do Bairro *Sans Souci*.

Em **Guaíba** encontra-se um antigo cipreste, relacionado à ocupação farroupilha, que foi tombado. Em sua frente, encontra-se a Casa de Gomes Jardim, que terá sido palco de reunião dos rebeldes e onde Bento Gonçalves morreu. No seu entorno, encontram-se casa construída em 1870, onde terá se hospedado a Princesa Isabel, e a Igreja Nossa Senhora do Livramento, fundada em 1857, mas reformada no século XX.



**Figura 5.3-103 Cipreste Farroupilha e Igreja Nossa Senhora do Livramento**

Fotos: G. Monticelli, 2008

Há outros bens patrimoniais, em processo de tombamento municipal, como a Casa da Bala, o Matadouro da Família Link, de 1927, o local conhecido como "hospital farroupilha", o Mercado Público (1860), com obras de reforma interrompidas, entre outros.

Destaca-se ainda o potencial para pesquisa e valorização do patrimônio e a história da Ilha Pedras Brancas (que pertence oficialmente ao município de Porto Alegre), Morro da Hidráulica (José Lutzenberger), Charqueada da Alegria e Bairro Ermo, com remanescentes da cultura de afro-descendentes (com. pessoal Mirian Leitão, func. pública do Museu Carlos Nobre, fevereiro de 2006) (ARACRUZ, 2007).



**Figura 5.3-104 Casa da Bala**

**Ilha Pedras Brancas**

Fotos: G. Monticelli, 2008

Entre os atrativos naturais, há a Praia da Alegria e a Praia da Florida, o Parque Municipal Ruy Coelho Gonçalves, o Parque da Juventude, o Parque de Exposições Vasco Alves Pereira.

**Mariana Pimentel** tem como destaque um prédio térreo, de alvenaria, conhecido como Antiga Superintendência, em estilo polonês, construído em 1901, situado na rua Dr. Montauri, nº 10, que, recuperado, é um anexo da Prefeitura Municipal.

No município encontra-se a Pedra Equilibrada, na Linha Dr. Inácio, o Cerro Negro, a 4 quilômetros da sede, na Linha Alves, ponto culminante do município, com cavernas, a Cascata do Chicão (Linha do Registro), Cascata do Português (Linha José Evaristo) e o Arroio Grande, que se estende por quase toda a divisa de Mariana Pimentel com os municípios vizinhos de Barão do Triunfo e Arroio dos Ratos.

**Pelotas:** Além daqueles já tombados em nível federal e estadual, alguns foram protegidos por iniciativa do município, tais como:



**Figura 5.3-105 Residência Barão da Conceição**

Localização: Rua Voluntários da Pátria esquina XV de Novembro  
Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-106 Clube Comercial – 1871**

Localização: Rua Félix da Cunha, 663

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-107 Conservatório de Música e SANEP**

Casa de Domingos de Castro Antikeira, Barão de Jaguarí, Visconde de Jaguarí Localização: Rua Félix da Cunha, 651

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-108 Jockey Clube de Pelotas – 1835**

Casa de Domingos de Castro Antikeira, Barão de Jaguarí

Localização: Rua Sete de Setembro esquina rua Félix da Cunha

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-109 Escola de Belas Artes (UFPEL) – 1881**

Localização: Rua Marechal Floriano, 177/179

Foto: UFPEL, 2008.



**Figura 5.3-110 Grande Hotel – 1924**

Localização: Praça Cel. Pedro Osório, 51

Foto: UFPEL, 2008.



**Figura 5.3-111 Mercado Público Municipal – 1849**

Localização: Praça Sete de Julho

Foto: UFPEL, 2008.



**Figura 5.3-112 Lyceu Rio-Grandense (UFPel) – 1881**

Localização: Rua Lobo da Costa em frente ao Mercado Municipal

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-113 Estação Férrea – 1884**

Localização: Praça Rio Branco

Foto: UFPel, 2008.



**Figura 5.3-114 Museu da Baronesa – 1863**

Casa de Aníbal Antunes Maciel, Barão de Três Cerros

Localização: Av. Domingos de Almeida, 1490

Foto: G. Monticelli, maio de 2008.

Há uma listagem disponível<sup>40</sup>, com mais de dois mil imóveis inventariados pela Prefeitura Municipal do município (Secretaria de Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural).

Vários destes bens edificados têm informações e imagens disponibilizadas pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)<sup>41</sup>.

Entre os atrativos turísticos, há indicação dos seguintes bens:

- Banco Pelotense (1916) e Biblioteca Pública (1875);
- Igreja Sagrado Coração de Jesus (1915), Catedral do Redentor (1892), e Catedral São Francisco de Paula (1832);
- Chafariz das Três Meninas, Fonte das Nereidas e Chafariz dos Cupidos;
- As charqueadas São João, Santa Rita, Barão do Jarau, Barão do Butuí, Costa do Abolengo, Boa Vista, localizadas ao longo do Arroio Pelotas<sup>42</sup>;
- Castelo Simões Lopes (1922), Cine Teatro Guarany (1921), Porto (1908) e Ponte Ferroviária;
- Estância da Graça (1800) e Fazenda do Laranjal ou Nossa Senhora dos Prazeres (1779).

Entre os atrativos naturais destaque para a Cachoeira do Arco-Íris, o Parque Ecológico Recanto dos Coswig, em zona rural, no 10º distrito (Colônia Progresso), a Praia do Laranjal, entre outros.

O “Programa Pelotas Colonial”<sup>43</sup> oferece trilhas ecológicas orientadas, banhos de cascata e culinária típica, representando um reduto das colonizações italiana, francesa e pomerana, na encosta da Serra do Sudeste.

Em **São Lourenço do Sul**, considerada a cidade “Pérola da Lagoa”, há notícia veiculada<sup>44</sup> em janeiro de 2008, da recuperação da Casa de Jacob Rheingantz, prédio onde foram instalados os primeiros alemães-pomeranos que chegaram ao município há 150 anos. A casa terá sido construída por volta de 1860 e serviu de moradia aos imigrantes que chegaram em 18 de janeiro de 1858.

<sup>40</sup> [http://www.pelotas.rs.gov.br/politica\\_urbana\\_ambiental/patrimonio\\_cultural/patrimonio\\_cultural.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_urbana_ambiental/patrimonio_cultural/patrimonio_cultural.pdf).

<sup>41</sup> Disponível em <http://www.ufpel.tche.br/pelotas/patrimoniocultural.html>. Acesso em 27 de julho de 2008.

<sup>42</sup> Considerado patrimônio em nível estadual pelo IPHAE (conforme indicado antes).

<sup>43</sup> Há um site específico sobre o tema: <http://www.pelotascalonial.com.br/home.php>. Acesso em 05 de fevereiro de 2009.

<sup>44</sup> Disponível em <http://gilneiandrade.blogspot.com/2008/01/histria.html>. Acesso em 26 de julho de 2008.



**Figura 5.3-115 Casa de Jacob Rheingantz**

Fonte: <http://www.serranostra.com.br/noticias/show.php?num=9654>. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

O espaço está destinado ao Museu da Colonização Alemã-Pomerana, na localidade de Coxilha do Barão.

Em 1850, Guimarães doou parte da Fazenda São Lourenço, situada a margem esquerda do rio, para uma nova povoação e, em 1858, firmou contrato comercial com o prussiano Jacob Rheingantz, iniciando-se, então, a colonização alemã-pomerana na região. Localizada em Picada Moinhos, na Coxilha do Barão, interior de São Lourenço do Sul, a casa que pertenceu a Jacob Rheingantz preserva as características arquitetônicas da segunda metade do século 19.<sup>45</sup>

Indica-se<sup>46</sup> ainda o *Caminho Pomerano*,<sup>47</sup> com antigas construções e costumes relacionados à ocupação do século XIX por imigrantes alemães e prussianos.



**Figura 5.3-116 Caminho Pomerano**

Foto: <http://www.azonasul.org.br/galerias/26>, 2008

<sup>45</sup> Disponível em <http://gilneiandrade.blogspot.com/2008/01/histria.html>. Acesso em 26 de julho de 2008.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.azonasul.org.br/Galerias/26>. Acesso em 29 de julho de 2008.

<sup>47</sup> Criado por iniciativa da Associação Caminho dos Pomeranos, que reúne produtores do interior do município. Ver maiores detalhes em: [www.portalcostadoce.com.br/site/caminhoPomeranoFiqueDentro.asp](http://www.portalcostadoce.com.br/site/caminhoPomeranoFiqueDentro.asp). Acesso em 22 de janeiro de 2009.



Destaca-se ainda um antigo prédio de 1919 situado à Rua XV de novembro, 302, que sedia o Museu e Arquivo Histórico, no segundo andar, e Casa de Cultura, no térreo.



**Figura 5.3-117 Casa de Cultura, Museu e Arquivo Histórico, São Lourenço do Sul.**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009.

Entre as atrações turísticas indica-se a Fazenda do Sobrado, aberta a visitação, com hospedagem e atividades relacionadas ao Turismo Rural. Há ainda o Roteiro da Laguna dos Patos, realizado através de passeio de barco, e o Caminho Farroupilha, que integra o “Roteiro da Costa Doce” e o “Pampa Gaúcho: Cultura e Tradição”.



**Figura 5.3-118 Fazenda do Sobrado, antiga Estância São Lourenço, São Lourenço do Sul.**

Foto: G. Monticelli, janeiro de 2009.

Grande número de bens edificados são encontrados no município, especialmente junto a avenida São Lourenço, às margens do canal de mesmo nome.

Em 1861 a paróquia de Boqueirão é transferida para o porto de São Lourenço do Sul. Foi no porto, pertencente à Fazenda São Lourenço, com o comércio de importação e exportação de produtos coloniais em direção a Pelotas e Rio Grande, que o sítio original do principal aglomerado urbano de São Lourenço

do Sul nasceu. Primeiramente, com a instalação de casas comerciais, que recebiam e despachavam o excedente da produção colonial. Posteriormente com casas de fabricação de escunas. São encontrados ainda, no sítio original, os prédios comerciais localizados junto ao Arroio São Lourenço (entre as ruas Pio Ferreira/Almirante Abreu e Barão do Triunfo/Humaitá) e o estaleiro (Rua Almirante Tamandaré).<sup>48</sup>



**Figura 5.3-119 Casario junto a avenida São Lourenço, São Lourenço do Sul.**

Fotos: G. Monticelli, 2009

Dois imóveis, especialmente, chamam atenção pela antiguidade, importância e precário estado de conservação, necessitando de medidas imediatas de restauro e proteção. No primeiro caso, é uma residência datada de 1900, que teria pertencido à Família Crespo. No segundo caso, restaram apenas algumas paredes de uma das primeiras casas da região que teria pertencido à Família Guimarães.



**Figura 5.3-120 Casario antigo, em ruínas. São Lourenço do Sul**

Fotos: G. Monticelli, janeiro de 2009.

<sup>48</sup> Disponível em <http://gilneiandrade.blogspot.com/2008/01/histria.html>. Acesso em 26 de julho de 2008.

Em Boqueirão Velho, no interior do município, há evidências materiais possivelmente da chamada Fazenda Nova<sup>49</sup>, que desabado após ter sido atingida por incêndio, e que foi de propriedade de Ana Joaquina da Costa Santos Silva, Donana, irmã de Bento Gonçalves.



**Figura 5.3-121 Evidências materiais encontradas na superfície do solo, São Lourenço do Sul**

Fotos: G. Monticelli, outubro de 2007.

Entre os atrativos naturais, destaca-se:

- a Gruta da Picada Sabão, localizada próximo ao 6º Sub-distrito, cerca de rochedos e vegetação nativa.
- a Gruta Picada das Antas, no 4º sub-distrito, nas terras de propriedade da Comunidade Evangélica Bom Jesus.
- a Caverna do Cerro Chato, localizado no 3º sub-distrito de Santa Tereza, na propriedade do Sr. Willy. Há menção há ausência de vestígios de ocupação humana, mas foram encontrados morcegos.

Entre as zonas protegidas há o Horto Municipal, a 2,5 km da sede do município, onde há cultivo de mudas de árvores nativas e flores destinadas à arborização e embelezamento da cidade, e a Pedra Mole, bloco maciço de pedra, resultante de formação geológica natural, parte imerso, parte exposto, às margens da Laguna dos Patos.

Em **Sentinela do Sul**, a casa situada na esquina das ruas Cel. Manoel Vasconcellos e Hermenegildo M. da Silva foi restaurada para sediar a Casa de Cultura e Museu, é a

---

<sup>49</sup> Visita realizada ao local por solicitação de Vivian moura (Prefeitura Municipal) em companhia do Prof. Carlos Hees, em outubro de 2007, para reconhecimento da área e identificação de evidências materiais em superfície, tendo em vista a perspectiva de desenvolvimento de futuro projeto de pesquisa, em convênio da Prefeitura Municipal com a Universidade Luterana do Brasil, Campus Guaíba.

mais antiga da cidade, com mais de 100 anos, conforme informação obtida com antigo morador (ARACRUZ, 2007).



**Figura 5.3-122 Futura Casa de Cultura em Sentinela do Sul.**

Foto: G. Monticelli, 2009

Como atrativos naturais, há cerros, morros (como o Criciumal) e cachoeiras. Há indicação, no *site* oficial<sup>50</sup>, da existência de sítios indígenas (Cerro Criciumal e Criúvas).

**Tapes:** O prédio datado de 1929, que sedia hoje a Casa de Cultura Ruy de Quadros Machado, foi tombado pelo município em 1988, e situa-se na Rua João Ataliba Wolf, 559, esquina Assis Brasil. Há várias casas na sede do município, datadas da década de 1920, que foram identificadas, mas algumas estão com a fachada alterada, enquanto outras permanecem conservadas, com uso particular ou comercial.



**Figura 5.3-123 Casa de Cultura Ruy de Quadros Machado, Tapes.**

Foto: G. Monticelli, 2009

<sup>50</sup> Único caso, entre os municípios pesquisados, de *site* oficial que dá notícia da existência de sítios arqueológicos em seu território. Disponível em <http://www.sentineladosul.rs.gov.br>. Acesso em 01 de fevereiro de 2009.

Entre os atrativos destacam-se a orla que se estende por quase 80 quilômetros, com praias balneáveis e suas figueiras centenárias, a possibilidade de prática de esportes náuticos, pescarias e passeios de barco na Laguna dos Patos.

**Turuçu:** Conhecida como a “Terra da Pimenta”, tem entre os atrativos destacados no *site* oficial do município a Igreja Católica São José Operário e um orquidário particular (Jardim Botânico), por iniciativa da Sr<sup>a</sup>. Diva Lange.

A maioria dos municípios aqui pesquisados integra o Roteiro *Turismo na Costa Doce*<sup>51</sup>, que contempla atrativos naturais e culturais de treze municípios da chamada Metade Sul do Estado (**Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã**, Capão do Leão, **Guaíba**, Jaguarão, **Pelotas**, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, **São Lourenço do Sul**, Sertão Santana e **Tapes**)<sup>52</sup>. A iniciativa é do SEBRAE (Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas), com as prefeituras municipais, em conjunto com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Alguns destes municípios (**Guaíba, Pelotas, Cristal, Camaquã**, Piratini, **São Lourenço do Sul**) compõem o roteiro específico do *Caminho Farroupilha*, por terem sido palco de episódios relacionados à Guerra dos Farrapos (1835-1845).

---

<sup>51</sup> Ver maiores detalhes em: <http://www.portalcostadoce.com.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2009.

<sup>52</sup> Em negrito a indicação dos municípios que correspondem à área de impacto direto da obra da Rodovia BR 116.